

German Lourenço Mejia

**Pensamentos demonstrativos sobre eventos:
a causalidade como precondição para a singularidade**

Tese de Doutorado

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia do Departamento de Filosofia do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio.

Orientador: Prof. Ludovic Soutif

Rio de Janeiro, 2025

German Lourenço Mejia

**Pensamentos demonstrativos sobre eventos:
a causalidade como precondição para a singularidade**

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia do Departamento de Filosofia do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo:

Prof. Ludovic Soutif

Orientador

Departamento de Filosofia – PUC-Rio

Prof. Carlos Mario Márquez Sosa

Departamento de Filosofia – UFABC

Prof. Filipe Martone de Faria

Departamento de Filosofia – Unesp

Prof. Marco Antonio Caron Ruffino

Departamento de Filosofia – Unicamp

Prof. Roberto Horácio de Sá Pereira

Departamento de Filosofia – UFRJ

Rio de Janeiro, 29 de agosto de 2025

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

German Lourenço Mejia

Graduou-se em Matemática Aplicada na UFRJ, em 2008, e em Filosofia na PUC-Rio, em 2016. Obteve o título de mestre em Filosofia pela PUC-Rio, em 2019, apresentando a dissertação “Em defesa do princípio de não-contradição: argumentos baseados no livro IV da Metafísica”. É professor efetivo de Filosofia do IFSP.

Ficha Catalográfica

Mejia, German Lourenço

Pensamentos demonstrativos sobre eventos: a causalidade como precondição para a singularidade / German Lourenço Mejia ; orientador: Ludovic Soutif. – 2025.

295 f. ; 30 cm

Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Filosofia, 2025.

Inclui referências bibliográficas.

1. Filosofia – Teses. 2. Pensamentos demonstrativos perceptuais. 3. Causa. 4. Identificação de eventos. I. Soutif, Ludovic. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Filosofia. III. Título.

CDD: 100

Agradecimentos

Ao professor Ludovic Soutif, pela confiança, pelas palavras de incentivo, pela orientação generosa e pela interlocução ao longo de toda a pesquisa.

Aos amigos Caio Lage, Leonardo Soutello, Mario Tito, Murillo Luna e Victor Nascimento, por tantas conversas pacientes, que enriqueceram profundamente meu percurso pessoal e intelectual.

À Maria Priscilla Coelho, meu amor e namorada, pela sua paciência durante o meu processo de escrita e, acima de tudo, por ser a minha inspiração e o meu porto seguro.

Aos meus pais e irmão, pela atenção e carinho.

Aos professores que participaram da Comissão Examinadora.

Ao CNPq, pela concessão da bolsa de pesquisa.

Ao IFSP, pela liberação mediante licença parcial.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

Resumo

Mejia, German Lourenço; Soutif, Ludovic (Orientador). **Pensamentos demonstrativos sobre eventos: a causalidade como precondition para a singularidade.** Rio de Janeiro, 2025. 295p. Tese de Doutorado – Departamento de Filosofia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Defende-se, nesta tese, que qualquer evento percebido como real deve ser concebido e representado como parte de um mundo estruturado por relações causais. A percepção de um evento e o conteúdo singular dos pensamentos sobre ele exigem a capacidade de discriminar entre (a) modificações na subjetividade (como mudanças de atenção, erros perceptuais ou alterações de perspectiva) e (b) alterações objetivas no mundo externo. Essas habilidades discriminatórias são essenciais para distinguir eventos reais de imaginários, ou da percepção de objetos materiais que não sofrem mudanças em suas propriedades intrínsecas. Além disso, o sujeito deve ser capaz de identificar e rastrear o particular que percebe, entendendo também o que consistiria tal identificação em situações contrafactuais. Essas habilidades estão diretamente relacionadas à experiência e à representação do tempo objetivo, permitindo ao sujeito perceber e interpretar eventos como sucessivos ou como simultâneos. Argumenta-se em favor de uma forma de conceitualismo, afirmando que as capacidades conceituais — como a habilidade de entender e formular juízos causais — são pré-requisitos para representar o conteúdo singular. Embora conceitos causais não façam necessariamente parte do conteúdo da experiência sensorial em si, sua posse é condição necessária para a intencionalidade dos pensamentos empíricos. Assim, esta tese inclui a experiência temporal de relações causais objetivas entre as condições para pensamentos singulares demonstrativos sobre o mundo.

Palavras-chave

Metafísica descritiva; o princípio causal; identificação de eventos; percepção de eventos; experiência temporal; objetividade; causalidade; pensamentos demonstrativos.

Abstract

Mejia, German Lourenço; Soutif, Ludovic (Advisor). **Demonstrative thought about events: causality as a precondition for singularity**. Rio de Janeiro, 2025. 295p. Tese de Doutorado – Departamento de Filosofia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This dissertation argues that any event perceived as real must be conceived and represented as part of a world structured by causal relations. The perception of an event and the singular content of thoughts about it, I argue, require the ability to discriminate between (a) subjective changes (such as shifts of attention, perceptual errors, or changes in perspective) and (b) objective changes in the external world. These discriminatory abilities are, in my view, essential for distinguishing real events from imaginary ones, or from the perception of material objects that do not undergo changes in their intrinsic properties. Furthermore, a subject must be able to identify and keep track of what it perceives, and even to understand what constitutes such identification in counterfactual scenarios. These abilities are tied to the experience and representation of objective time, allowing the subject to perceive and interpret events as successive or simultaneous. I argue for a form of conceptualism, claiming that conceptual capacities — such as the ability to understand and form causal judgments — are prerequisites for the representation of singular content. While causal concepts are not necessarily part of the content of sensory experience itself, their possession underlies the intentionality of empirical thought. Thus, I take the temporal experience of objective causal relations to be part of the conditions for demonstrative singular thought about the world.

Keywords

Descriptive metaphysics; the principle of causality; identification of events; perception of events; time experience; objectivity; causation; demonstrative thoughts.

Sumário

1. Introdução	10
1.1. Motivação da hipótese central	11
1.2. A estrutura geral da tese: a organização dos capítulos	14
1.3. As hipóteses da tese em forma de proposições numeradas	16
2. Pensamentos demonstrativos perceptuais	20
2.1. Introdução ao capítulo	20
2.2. Que são pensamentos singulares?	21
2.3. Que são pensamentos demonstrativos perceptuais?	22
2.3.1. Epistemologia como motivação principal	26
2.3.2. Referência linguística versus conteúdo singular	31
2.4. Conteúdo singular	35
2.4.1. Comparação entre seis casos	36
2.4.2. A questão da singularidade	44
2.4.3. Outras exigências associadas à questão da singularidade	50
2.5. A relação com a experiência sensível	56
2.5.1. Visões filosóficas acerca da percepção	59
2.5.2. Uma noção de conteúdo fenomenológico “amplo”	63
2.5.3. Rejeitando esse conceito de experiência	68
2.5.4. A abordagem que recomendamos	81
2.6. O Princípio de Russell	86
2.7. Conclusões parciais: delimitação do estudo	99
3. A representação de um mundo causalmente articulado	100
3.1. Introdução ao capítulo	100
3.2. O argumento principal: uma “Segunda Analogia” atualizada	102

3.3. O argumento nuclear	121
3.3.1. Um exemplo simplificado	121
3.3.2. Um desafio conceitualista	125
3.3.3. A estrutura do argumento nuclear	128
3.4. A relatividade do conceito de evento	134
3.5. A atitude natural: o que é conceber algo como real?	143
3.5.1. Dois sentidos de “distintos de nós”	144
3.5.2. A relação com crenças e a vontade	148
3.5.3. Ponto de vista e experiência temporal	153
3.5.4. Surge uma questão problema	156
3.5.5. Uma integração holística: a ideia geral da solução do problema	161
3.6. A passividade da experiência e a determinação temporal	167
3.7. A Lição II de <i>Mind and World</i> , de McDowell	174
3.8. Conclusões parciais: nossa “Segunda Analogia” resumida	178
 4. Experiência temporal e percepção de eventos	 181
4.1. Introdução ao capítulo	181
4.2. Tempo objetivo e tempo subjetivo	182
4.2.1. Reflexões preliminares	184
4.2.2. Percebemos eventos, não o tempo	193
4.2.2.1. A não percepção do tempo segundo Le Poidevin e Rundle	194
4.2.2.2. Qualificações sobre a memória e percepção do passado	201
4.2.2.3. Referências e experiências egocêntricas do tempo	210
4.2.3. Sincronização alo-egocêntrica e identificação de eventos	221
4.2.4. O argumento da mensuração	243
4.3. Identificação de eventos	251
4.3.1. Eventos como indivíduos particulares básicos	252
4.3.1.1. Reidentificação de eventos	262
4.3.2. Especificação, identificação e percepção do passado	267
4.3.3. Eventos como particulares fundamentais	276
4.4. Conclusão	282
 5. Referências bibliográficas	 286

El universo físico se detuvo... Comprendió que estaba paralizado. No le llegaba ni el más tenue rumor del impedido mundo... Pensó el tiempo se ha detenido. Luego reflexionó que en tal caso, también se hubiera detenido su pensamiento... Le asombró no sentir ninguna fatiga, ni siquiera el vértigo de su larga inmovilidad. Durmió, al cabo de un plazo indeterminado. Al despertar, el mundo seguía inmóvil y sordo... Otro « día » pasó, antes que Hladík entendiera. Un año entero había solicitado de Dios para terminar su labor: un año le otorgaba su omnipotencia.

Jorge Luis Borges, *El Milagro Secreto*

1

Introdução

Concebemos o mundo como composto por coisas particulares, algumas das quais existem independentemente de nós. De forma análoga, concebemos a história do mundo como consistindo em uma sucessão de eventos particulares, dos quais podemos ou não ter participado ou presenciado. Importa ressaltar que tanto os corpos quanto os eventos particulares são tratados, em nossas práticas linguísticas ordinárias, como assuntos comuns da conversa do dia a dia. É com essas considerações sobre nosso “esquema conceitual”, como pensamos e falamos ordinariamente sobre o mundo, que Peter Strawson inicia seu livro *Individuals* (1959). Após afirmar que a ontologia de nosso esquema conceitual essencialmente consiste em coisas particulares que existem objetivamente, Strawson conclui observando que ela “pode abarcar muito mais do que isso” (*It may comprise much else besides*) (Strawson, 1959, p. 15). É nosso intento, nas páginas desta tese, demonstrar que nosso “esquema conceitual” inclui o conceito de causa.

Esta tese de doutorado investiga como percepção, causalidade e tempo se entrelaçam na compreensão dos eventos enquanto aspectos reais do mundo. A hipótese central sustenta que a capacidade de entender e formular juízos causais é condição necessária para a representação de conteúdo singular, sobretudo no contexto de pensamentos demonstrativos perceptuais sobre eventos (i.e., sobre transformações em corpos materiais). Em termos metodológicos, o trabalho se insere na tradição da metafísica descritiva *à la* Strawson de *Individuals*, visando elucidar o arcabouço conceitual que subjaz à nossa experiência, pensamento e compreensão da realidade.

1.1

Motivação da hipótese central

Como indicamos, nossa tese faz parte de uma defesa geral, dentro de uma “metafísica descritiva”, do princípio causal, a saber, “todo evento tem uma causa”. A rigor, é uma abordagem que explora a necessidade de alguma representação da estrutura causal como precondição para a percepção de eventos e que se alinha a uma defesa do realismo científico.

Nossa argumentação, pode-se imaginar, dialoga com um tipo de ceticismo filosófico — uma versão atualizada do ceticismo de Hume com respeito à objetividade das conexões causais. Grosso modo, negar nossa hipótese é crer que seria possível experienciar e perceber *um evento sem causa*, isto é: seria possível entreter um pensamento demonstrativo perceptual, cognitivo o suficiente para justificar ou refutar conhecimentos sobre o mundo, sem que se represente (implícita ou explicitamente) esse evento como necessitado por causas. Ou seja, nessa ótica, tornar-se-ia concebível perceber um evento como realmente tendo ocorrido sem vinculá-lo a uma causa eficiente a ser descoberta. O ceticismo em questão versaria sobre intencionalidade empírica ou nossas “capacidades de representação”, pois não se está duvidando somente que podemos conhecer causas, nem se está afirmando meramente que podemos estar enganados sobre as causas (as conexões necessárias) que pretensamente identificamos. Estar-se-ia duvidando de que o ato de representação (o ato de julgar e seus componentes) teria, entre os seus representados, uma conexão necessária — estaria em xeque, também, a ideia de que deve-se conceber o seu conteúdo representado *como* sendo uma conexão necessária (ou como estando necessariamente conectado a qualquer outro representado). Resumindo, uma tese à qual nossa hipótese se contrapõe é justamente aquele ceticismo de inspiração humiana que põe em dúvida a inteligibilidade das conexões necessárias; em especial, a representação de nexos causais (ou de necessidades físicas) entre aquilo que se percebe e outros aspectos do mundo. Esse ceticismo advogaria a possibilidade de experienciar, conceber e perceber sequências de transformações em corpos materiais como coerentes, como reais, sem apelar para qualquer conexão causal (isto é, sem representar o evento representado *como* estando em conexões necessárias com outros aspectos do mundo, que determinam sua ocorrência).

Acreditamos ser importante esboçar uma motivação para o ceticismo aludido, ainda que brevemente. Alguma versão atualizada do ceticismo humiano poderia ser sustentada, por uma linha de argumentação de cunho fenomenológico ou com base em alguma filosofia da percepção. Poder-se-ia argumentar que, de fato, o que experienciamos sensivelmente são eventos particulares e corpos materiais, mas não percebemos nenhum conceito no conteúdo da experiência bruta, muito menos algo como necessidade (para uma abordagem nessas linhas, vide nossa *seção 2.5.4*). Em outras palavras, seria possível defender tal ceticismo com base na constatação (supostamente fenomenológica) de que não percebemos literalmente nenhuma conexão necessária no conteúdo da percepção não interpretada.

Preferimos, contudo, motivar, nesta introdução, o ceticismo em relação à noção de causa (entendido, em sentido amplo, como a disposição de questionar a legitimidade do conceito), por uma via ancorada nos debates da filosofia da ciência. Em abordagens influentes como o modelo dedutivo-nomológico de explicação científica, proposto por Carl G. Hempel, as causas não ocupam um papel conceitualmente indispensável (vide Rosenberg, 2005, Caps. 2 e 3). Hempel articula uma teoria regularista da causalidade, segundo a qual “causar” significa apenas a ocorrência constante e regular de certos eventos, conforme descrita por leis gerais empiricamente verificáveis. Nessa perspectiva, a relação causal não envolve qualquer conexão necessária ou robusta entre eventos, mas apenas a subsunção destes sob leis científicas empiricamente testáveis. O conceito tradicional de causa, segundo Hempel, está impregnado de pressupostos antropomórficos (tais como agência, força e manipulação) e deve, por isso, ser considerado obsoleto. Tratar-se-ia de um resquício de uma metafísica pré-científica que, por não ser verificável empiricamente, nada acrescenta ao esclarecimento científico. Mais recentemente, John D. Norton (2003), também, sustenta que a causalidade não é um princípio fundamental das ciências, mas um elemento da chamada “ciência popular” (*folk science*), que privilegia a ilusão de inteligibilidade em detrimento da precisão. Para Norton (2003), se a noção de causa não impõe restrições factuais às teorias, ela se torna uma ideia plástica e reconfortante, mas metafisicamente vazia. Como ele argumenta, com base na análise de diversas teorias físicas contemporâneas, a noção de causa não exerceria, de fato, qualquer função restritiva real; falar em causas seria, portanto, apenas recorrer a um instrumento psicológico ou metodológico, que reflete mais nossos hábitos

cognitivos e preferências heurísticas do que traços objetivos da estrutura do mundo. Por fim, para encerrar este breve conjunto de exemplos (todos, a nosso ver, tributários do empirismo de Hume), vale lembrar que teses de espírito semelhante já haviam sido articuladas por Bertrand Russell. Também com base na análise das ciências físicas contemporâneas, Russell (1913) observa que, em lugar da causalidade, tais disciplinas operam com relações funcionais expressas por equações diferenciais que: (i) não distinguem entre passado e futuro; (ii) não postulam nexos ocultos ou compulsões metafísicas; e (iii) tratam a uniformidade da natureza como uma hipótese empírica e local, e não como um axioma universal. Para Russell, a ideia de causalidade como um princípio dotado de “poder” ou “compulsão” é metafisicamente infundada, cientificamente desnecessária e filosoficamente enganosa. Em suma, Russell (1913) defende a exclusão da noção de causa do vocabulário científico, pois a física avançada substituiu essa noção por um aparato conceitual mais rigoroso, preciso e livre das ilusões herdadas do senso comum.

Ainda que não nos debrucemos diretamente contra um autor específico, a nossa tese pode ser lida como uma longa refutação desse ceticismo, uma refutação que se fundamenta na análise de pensamentos demonstrativos perceptuais e da singularidade de tais pensamentos – conjugada com certa descrição fenomenológica de nossa experiência temporal. (É válido ressaltar desde já que nossa defesa do princípio causal não é idêntica a uma defesa do determinismo. Causalidade é logicamente independente do conceito de determinismo.)

Ao longo da tese, argumentaremos que as discussões sobre pensamentos singulares demonstrativos, especialmente perceptuais, têm ignorado este ponto: o papel do tempo e da experiência temporal na representação e na percepção de eventos. Grande parte da literatura secundária se concentra no espaço e na representação conceitualista ou não do espaço e de nossa experiência espacial. Muitos autores parecem presos ao paradigma de percepção de corpos materiais e à sua localização no espaço (*viz.*, falam de corpos materiais e espaço). Diferentemente de abordagens que se limitam à representação espacial de objetos, nossa tese privilegia a dimensão temporal, essencial para entender a experiência dinâmica de eventos e mudanças objetivas. Ao investigarmos essa *lacuna conceitual* (“ponto cego”) das discussões sobre pensamentos perceptuais demonstrativos, não lidaremos com um campo de argumentos claramente

demarcados ou posições consolidadas de antemão. Por isso, várias seções de nosso texto possuem um estilo mais expositivo do que polêmico.¹

Também nos posicionamos ao lado dos conceitualistas, embora com justificativas distintas das abordagens convencionais. Nossa abordagem propõe um exame de condições necessárias para que um sujeito se mantenha em “contato cognitivo” com particulares observáveis (isto é, que seja capaz de acompanhá-los e rastreá-los ao longo do tempo), conectando a identificação de eventos à capacidade de discernir mudanças reais no mundo das alterações subjetivas de percepção. Com essas considerações, esperamos contribuir com novas discussões no campo dos pensamentos singulares, particularmente ao investigar como eventos — e não apenas corpos materiais — são percebidos e representados na experiência.

Finalmente, este trabalho visa não apenas contribuir para os debates em torno de pensamentos demonstrativos — frequentemente tomados como casos paradigmáticos de pensamentos singulares —, mas, também, delinear condições que fundamentem uma resposta robusta a certo antirrealismo e ceticismo filosófico. Essas condições possibilitam uma defesa futura do realismo científico e de um entendimento correto das ciências empíricas, tema que indicamos para pesquisas posteriores. Sendo assim, o espírito geral de nossa tese se opõe a concepções antirrealistas em ciências e a uma parte da literatura recente que tem popularizado a falsa ideia de que a causalidade deve ser eliminada das teorias físicas.

1.2

A estrutura geral da tese: a organização dos capítulos

A presente seção tem por finalidade apresentar a organização geral da tese, destacando os objetivos específicos de cada capítulo e a maneira como eles se articulam em torno da hipótese central.

¹ Caso se aceite, como sustentamos ser filosoficamente viável, a possibilidade de formular uma tese cética humiana que põe em xeque a objetividade das conexões causais, a ausência de uma consideração sistemática da dimensão temporal na literatura sobre pensamentos demonstrativos perceptuais não pode ser tomada como uma mera lacuna inofensiva. Ao contrário, ela expõe um ponto vulnerável diante de certo ceticismo filosófico, dado que grande parte dessa literatura recorre a relações causais para explicar a formação desses pensamentos ou se apoia em estudos empíricos em psicologia que pressupõem tais relações. Ao tematizar a dimensão temporal na análise do pensamento perceptual demonstrativo defendendo (e não pressupondo) o conceito de causa, nossa tese não apenas supre uma omissão, mas, também, contribui para fortalecer esse campo frente às objeções céticas como as indicadas nesta *Introdução*.

No que se segue, o *Capítulo 2*, intitulado “Pensamentos Demonstrativos Perceptuais”, cumpre um papel introdutório e prepara o terreno para as discussões seguintes. Nele são expostos os conceitos de pensamentos singulares e perceptuais demonstrativos, enfatizando-se a conexão direta desses estados mentais com o mundo. Introduce-se a noção de “conteúdo singular”, enunciando desafios que incluem o problema de duplicatas e a distinção entre corpos materiais e eventos. Além de cumprir essa função introdutória, o capítulo procura ilustrar, com exemplos da literatura secundária, a predominância de uma questão que não tem sido amplamente considerada — o que denominamos, talvez de modo um tanto enfático, de “lacuna conceitual”. Também se analisam as condições exigidas para a formulação de abordagens teóricas acerca de pensamentos singulares e seus conteúdos singulares, concluindo-se com comentários acerca do Princípio de Russell.

No capítulo seguinte, o *Capítulo 3*, nomeado de “A Representação de um Mundo Causalmente Articulado”, desenvolvem-se os argumentos em favor de nossa hipótese de que qualquer evento reconhecido como real deve ser concebido dentro de uma estrutura causal. Tais argumentos, aqui denominados de “Segunda Analogia” em referência à defesa kantiana do princípio causal, funcionam como contraponto a um ceticismo filosófico de matriz humiana, que nega a necessidade de aplicar um conceito objetivo de causa à experiência (vide *seção 1.1*). Argumenta-se que compreender algo como um evento real implica concebê-lo como uma alteração objetivamente situada no espaço e no tempo, o que requer a capacidade de rastrear corpos materiais e eventos ao longo do tempo. Em particular, defende-se a necessidade de assumir um mundo articulado causalmente para diferenciar a *percepção* de eventos da *imaginação* da percepção de eventos. Nesse mesmo capítulo, aprofunda-se um “desafio conceitualista” já esboçado no capítulo anterior, questionando em que medida a percepção, por si só, pode explicar a representação de eventos exigida por pensamentos perceptuais demonstrativos. Discutem-se, ainda, a relatividade do conceito de evento e a importância de uma articulação causal para a constituição de uma experiência objetiva.

Por fim, no *Capítulo 4*, intitulado “Experiência Temporal e Percepção de Eventos”, desenvolvem-se algumas das teses substantivas que conferiram sustentação aos argumentos apresentados na nossa “Segunda Analogia”, no capítulo anterior. O fio condutor é a defesa da hipótese de que a sincronização entre

o tempo egocêntrico (subjetivo) e o tempo alocêntrico (objetivo) é interdependente da percepção e da identificação de eventos. Tal hipótese, já mobilizada na alínea [3] da *seção* 3.2, é aqui explicada e justificada, o que nos levou à distinção entre *experiências* temporais alo-egocêntricas e *referências* temporais alo-egocêntricas, bem como à análise de suas inter-relações. Na segunda parte do capítulo, sustenta-se que a individuação e a reidentificação de eventos requerem um enquadramento causal compartilhado, condição que se estende, por interdependência, também à identificação temporal de corpos materiais. Defendemos que a compreensão do tempo, que abrange desde a referência a instantes até os modelos científicos de medição, está intimamente vinculada à nossa capacidade de perceber eventos. Essa ideia nos reconduz à análise da identificação de eventos particulares e culmina na exposição detalhada dos argumentos apresentados de modo sumário na alínea [4] da *seção* 3.2 do capítulo anterior. Em sua totalidade, o *Capítulo* 4 contribui para esclarecer e fundamentar as teses sobre as quais repousa nossa “Segunda Analogia” (*Capítulo* 3), consolidando a defesa de nossa hipótese principal por meio de desenvolvimentos teóricos originais.

1.3

As hipóteses da tese em forma de proposições numeradas

Com o objetivo de atingir a máxima clareza, concluiremos esta introdução com um “guia de leitura”, organizado por proposições numeradas, que defenderemos ou pressuporemos ao longo dos capítulos seguintes.

A hipótese geral que defenderemos em nossa tese é:

P1 = o conceito de causa é necessário para pensamentos perceptuais demonstrativos que versam sobre *particulares básicos*

Essa hipótese geral (P1) é desdobrada em dois casos, referidos como P1* e P1**.

P1* = o conceito de causa é necessário para pensamentos perceptuais demonstrativos que versam sobre *eventos* (i.e., tropos)

Sendo a proposição P1* a hipótese principal de nossa tese, dedicamos o *Capítulo* 3 inteiramente à sua defesa. Duas linhas de defesa relativamente diretas de P1* (i.e.,

P1 para o caso de pensamentos sobre *eventos*) encontram-se nas alíneas [2] e [3] da seção 3.2.

P1** = o conceito de causa é necessário para pensamentos perceptuais demonstrativos que possuem como alvo *corpos materiais*

Essa proposição P1** é compatível com as teses de P. F. Strawson, de G. Evans, de J. McDowell e de J. Campbell que tratam sobre a noção de causa, a qual seria necessária para a identificação de corpos materiais; vide seção 3.7.

A nossa defesa para P1** (*viz.*, o caso de P1 para *corpos materiais*, particulares básicos no sentido de Strawson) segue os seguintes passos: para pensar de maneira cognitiva sobre corpos materiais, é necessário determinar sua posição temporal, o que, por sua vez, requer a identificação de eventos (P5). Para identificar eventos, conforme P1*, precisamos do conceito de causa.

Se nossa breve argumentação em favor de P1** estiver correta,

P2 = a identificação/percepção de eventos é condição para a identificação de corpos

Nossa breve argumentação em favor de P1** estabelece P2, desafiando o modelo tradicional de corpo como particular básico. A partir de P2, pode-se postular ou que (a) eventos são os particulares básicos ou que (b) a identificação de corpos e a identificação eventos são interdependentes, invalidando a ideia de corpos como particulares mais básicos do que eventos. Sugerimos que (b) é a opção correta, vide seção 4.3.1, no *Capítulo 4*. A tese (a) pode encontrar resistência, uma vez que Strawson argumenta que os corpos são essenciais para distinguir “existência não percebida” (*unperceived existence*) e “desaparecimento da existência” (*existence fading*).

Nossa tese pressupõe que se possa perceber, referir-se, identificar e pensar singularmente sobre eventos. O termo “eventos”, aqui, sendo usado no sentido de transformações em corpos que possam ser percebidas, ou seja, o que é denominado na literatura de “tropos”.

P3 = é possível identificar, referir-se a e pensar demonstrativamente sobre eventos perceptíveis, i.e., sobre tropos

Um argumento a favor dessa proposição é a análise lógica de sentenças sobre eventos de Davidson, que reifica eventos, i.e., é possível aplicar a maquinaria de referência a eventos (quantificar, adjetivar, etc.). Ainda que essas sugestões possam não ser definitivas, é inegável o papel de eventos para nossa experiência, que está repleta de percepções de mudanças, vide *seção* 4.3.1, “Eventos como particulares básicos”.

Essa tese P3 implica que é possível incluir eventos na categoria de particulares, mas não que tais particulares sejam particulares básicos, o que nos conduz ao tema da identificação fundamental de particulares.

P4 = o conceito de causa é necessário para a explicação do nível fundamental de identificação de eventos

Utilizamos indicações de Davidson de que a própria ideia de individuação de eventos pressupõe a utilização do conceito de causa. Ainda que o critério posterior de Davidson, ao invés de causa, mobilize apenas a posição no tempo e a localização no espaço para individuar eventos; argumentaremos que Davidson está errado em fazer essa concessão, vide *seção* 4.3.3. No capítulo final, nas *seções* 4.3.1 & 4.3.3, discutiremos ainda a distinção entre dois modos de falar sobre particularidade: de um lado, a noção de basicidade de particulares (em Strawson); de outro, a ideia de identificação em nível fundamental (em Evans). (Essa tese P4 funciona como um argumento complementar para P1*.)

Também no *Capítulo* 4, após enfatizarmos a diferença entre o que denominamos tempo alocêntrico (objetivo) e egocêntrico (subjetivo), defenderemos que, para conseguirmos representar nossa posição temporal, entre outros, devemos fazer referência a eventos identificados por meio de nossa percepção.

P5 = a sincronização alo-egocêntrica de tempos é interdependente da identificação e percepção de eventos

Intuições sobre este ponto (P5) serão apresentadas na *seção* 4.2.3. É com base em P5 que estabelecemos P1** e P2.

Como mencionado, é com base nessa tese P5, que, na alínea [3] da *seção* 3.2, argumentamos em favor de P1*.

P6 = o conceito de causa é necessário para a sincronização alo-egocêntrica de tempos e para a identificação de eventos, num nível fundamental de pensamento

Em outras palavras, utilizaremos P5, na alínea [3] da *seção* 3.2, para estabelecer P6. Estabelecendo P6, temos mais um argumento para P1*, a hipótese principal de nossa tese. Esse argumento da alínea [3] da *seção* 3.2 é independente do estabelecimento de P4.

Em todo caso, é importante notar que nossa hipótese principal (P1*) é estabelecida por diversos caminhos independentes.

2

Pensamentos demonstrativos perceptuais

2.1

Introdução ao capítulo

Neste capítulo, apresentaremos o que entendemos pelo termo “pensamentos singulares” e, de maneira mais específica, pelo termo “pensamentos perceptuais demonstrativos”. Outro objetivo importante é a delimitação do subconjunto de pensamentos perceptuais demonstrativos que será tratado nos capítulos subsequentes. Nesse contexto, discutiremos o que entendemos por “conteúdo singular”, explorando as diversas exigências epistêmicas associadas a esse tipo de pensamento. Indicaremos quais dessas exigências serão tomadas como pressupostos e quais exigirão defesa ao longo da tese.

Essa delimitação e clarificação do objeto de estudo visam prevenir objeções mal direcionadas, buscando evitar que o leitor formule críticas aos argumentos dos capítulos seguintes que, na verdade, não se aplicam a eles. Um exemplo seria tomar, no lugar de pensamentos com conteúdo irreduzivelmente demonstrativo, formulações meramente descritivas, assumindo-as como equivalentes. Embora, em alguns aspectos, possam parecer intercambiáveis, pensar descritivamente e pensar demonstrativamente não são modos equivalentes de se relacionar cognitivamente a seus objetos. Analogamente, esperamos antecipar e neutralizar objeções aos *Capítulos* 3 e 4 que decorreriam da confusão entre os aspectos mentais do conteúdo singular de um pensamento e os aspectos meramente linguísticos da referência.

Além disso, neste capítulo, introduziremos uma questão central relacionada à representação do conteúdo singular desses pensamentos perceptuais demonstrativos, a qual permanece, até o momento, insuficientemente explorada pela literatura secundária. Trata-se da forma como a experiência e o pensamento

distinguiriam entre objetos cujas propriedades intrínsecas permanecem estáveis (corpos materiais) e aqueles que consistem precisamente em modificações (eventos). Essa questão orientará e motivará o desenvolvimento do nosso “argumento nuclear” do próximo capítulo.

2.2

Que são pensamentos singulares?

Inicialmente, procederemos à caracterização dos pensamentos singulares, contrastando-os com os pensamentos gerais e com os descritivos. (Nota: normalmente, os termos “geral” e “descritivo” são tratados como sinônimos nas discussões sobre pensamentos singulares. Aqui, empregaremos “geral” para referir-se ao conteúdo proposicional, enquanto “demonstrativo” e “descritivo” designarão formas como o sujeito pensa o objeto.)

Os pensamentos singulares distinguem-se, antes de mais nada, por serem pensamentos sobre indivíduos particulares. Em oposição a pensamentos gerais, que expressam proposições de natureza universal ou existencial, como as da forma *nenhum F é G , há algum F que é G , ou todo F é G* ; pensamentos particulares são aqueles cujas condições de verdade dependem da referência a indivíduos particulares específicos, e não a outros.

Em contrapartida, é insuficiente caracterizar os pensamentos singulares apenas como aqueles cujo conteúdo proposicional não se reduz a proposições gerais. Mesmo que um pensamento possua condições de verdade próprias de proposições da forma *a é F ou aRb* , é possível que, ao pensar sobre os indivíduos particulares *a* e *b* , recorramos a descrições definidas, tais como em “O atual presidente do Brasil é uma mulher” ou “A origem desse som é o atrito de moléculas nas nuvens”.

Por essa razão, a literatura frequentemente contrapõe o pensamento singular ao pensamento descritivo, conforme observado em Bach (1987), Jeshion (2010), Recanati (2010), Azzouni (2011) e Martone (2016). Ao pensar de modo descritivo sobre um determinado indivíduo particular, nossa relação mental com esse indivíduo é mediada pelas propriedades que reconhecemos nele. Em vez de termos acesso direto aos objetos, primeiro percebemos suas propriedades e, somente de forma indireta, os objetos como instanciadores dessas propriedades (Recanati, 2010, p. 141). Assim, no caso de pensamentos descritivos sobre particulares, o

conhecimento do indivíduo particular dependeria do conhecimento das características que o definem, uma vez que o pensamento “acertaria” o alvo, ou “ancorar-se-ria” ao objeto relevante, ao selecionar e considerar certos conceitos que o objeto exemplifica de maneira única.

Em outras palavras, para atribuir a um sujeito um pensamento singular, não basta que o sujeito pense um *conteúdo* singular; é necessário, também, que ela se *relacione* com esse conteúdo de maneira singular. A justificativa para essa caracterização ficará mais clara à medida que introduzirmos discussões adicionais, como a explicação de que, e em que sentido, o conteúdo apreendido deve ser, ele mesmo, singular, bem como a exigência de que o sujeito compreenda as condições de verdade e de correção desse conteúdo. Além disso, ainda enfrentaremos a questão, nada trivial, de como caracterizar e propor critérios para distinguir: (a) conteúdos singulares de conteúdos gerais e (b) conteúdos singulares de conteúdos descritivos. Essas questões, que envolvem tanto o “que é” (*what*) quanto o “como se dá” (*how*) a singularidade, no caso dos pensamentos singulares demonstrativos perceptuais, serão desenvolvidas a partir da *seção* 2.4, mais especificamente, nas subseções 2.4.1 & 2.4.2.

Por ora, o que deve se reter desta seção é que, em uma definição preliminar negativa, consideramos um pensamento singular como aquele cujo conteúdo proposicional, apreendido pelo sujeito, é irreduzivelmente não-geral, e cuja determinação do conteúdo singular é realizada, pelo sujeito pensante, de modo irreduzivelmente não-descritivo.

2.3

Que são pensamentos demonstrativos perceptuais?

Pensamentos demonstrativos perceptuais são pensamentos singulares em que o sujeito que os entretém mantém algum tipo de relação perceptiva com o objeto pensado, sendo essa relação perceptiva a condição que torna possível a própria formação do pensamento. Esses pensamentos abrangem uma variedade de atitudes psicológicas: o sujeito pode julgar que o objeto que está observando possui determinadas características, questionar se ele as possui, desejar que ele as tenha, imaginar o que seria percebê-lo de diferentes perspectivas, imaginar o que seria caso ele tivesse outras características, fazer hipóteses sobre suas propriedades ocultas, entre outras.

A primeira questão a ser abordada diz respeito à clarificação do termo “demonstrativo” na definição dessa classe de pensamentos. Pensamentos demonstrativos são pensamentos singulares cuja forma semântica canônica é Este F é G ou Isto é F ou Aquele F está na relação R com o G . Nesses exemplos, a maneira pela qual o sujeito pensa algum dos objetos é mais bem expressa linguisticamente por Este F ou Isto ou Aquele F . Denominamos esses de “pensamentos demonstrativos” não apenas por terem esse conteúdo demonstrativo, mas, também, porque esse conteúdo não pode ser reduzido a um conteúdo totalmente desprovido de características demonstrativas. E isso significa: não admitiremos que o conteúdo intencional dessa classe de pensamentos seja equivalente ao conteúdo intencional de pensamentos como, por exemplo, (i) o F à minha frente agora é G , (ii) o objeto que estou olhando agora é G ou (iii) o F ao qual estou prestando atenção agora é G .

Assumiremos, ao longo desse trabalho, essa tese da irredutibilidade, a qual defende que existem conteúdos essencialmente demonstrativos. Essa posição é sustentada por autores como Gareth Evans (1982), Tyler Burge (1977, 1991) e, de maneira especialmente detalhada, por David F. Austin (1990). Rejeitamos a ideia de que pensamentos demonstrativos possam ter seu conteúdo demonstrativo eliminado ou reduzido a um conteúdo intencional completamente livre de elementos demonstrativos. Tal redução ocorreria, por exemplo, ou porque poderíamos tratá-los como indexicais que fariam remissões apenas ao tempo presente e/ou a lugares e ao sujeito (e.g., *O objeto que eu percebo agora...*); ou porque a forma pela qual alcançariam seus referentes se daria por satisfazerem de forma única critérios descritivos (e.g., *O primeiro presidente do Brasil...*).

Portanto, a primeira característica que atribuiremos ao conceito de pensamentos demonstrativos perceptuais é que eles são pensamentos singulares que possuem um tipo específico de conteúdo singular: o conteúdo demonstrativo. Essa característica parece decorrer naturalmente da definição de pensamentos demonstrativos perceptuais como uma categoria específica de pensamento singular e da caracterização desses últimos estando diretamente vinculada à noção de conteúdo singular. No entanto, é preciso reconhecer que essa definição de pensamentos singulares, apresentada na seção anterior, em termos de conteúdo pode ser controversa. Jeshion (2010), por exemplo, critica a definição de pensamentos singulares como “pensamentos com conteúdo singular” por sua

incapacidade de explicar adequadamente as capacidades cognitivas e epistêmicas necessárias para a formação de tais pensamentos. A crítica básica é: embora tal abordagem explicativa ajude a elucidar o “o quê” é pensado (*the what question*), ao identificar a forma lógica das proposições que esses pensamentos expressam, ela frequentemente falha em abordar de maneira satisfatória “como” esses pensamentos ocorrem e são apreendidos pelo sujeito (*the how question*). Retornaremos à questão do conteúdo singular mais adiante. Por ora, destacamos que a próxima característica da nossa definição de pensamentos demonstrativos perceptuais possui esta vantagem adicional: ela oferece, já de partida, uma caracterização relativamente clara de *como* o conteúdo é apreendido pelo sujeito, vinculando-o diretamente à percepção.² Grosso modo, se nos perguntarmos como se sabe a que demonstrativos se referem, como os termos “isso” e “aquilo” usados para se referir a um objeto atualmente presente no entorno; a resposta natural é que é a percepção do objeto, pelo sujeito, que estabelece uma relação com o objeto referido, proporcionando ao sujeito o conhecimento *direto* sobre o que o termo representa.

Tendo isso em mente, avançamos para a segunda característica de tais pensamentos: a clarificação do termo “perceptual”. Pensamentos demonstrativos perceptuais são aqueles em que o conteúdo singular do pensamento depende, para ser formado, apreendido e compreendido, de uma *relação* direta e intrínseca com a percepção *vis-à-vis* do objeto em questão. Isso porque esses pensamentos perceptuais, como Burge (1977) explicitou pela primeira vez, precisam estar contextualmente relacionados a um objeto percebido para que uma condição de verdade seja determinada. Ou, como McGinn afirma de maneira apropriada, são pensamentos que precisam de *complementação* por uma representação *em* contexto do objeto pensado; isto é, o objeto “é determinado pela ocorrência de uma representação em um contexto (*in a context*), e não por meio de uma representação do contexto (*of the context*)” (*apud* Bach, 1987, p. 13).

² Ou seja, neste caso, o “como” (isto é, o modo como o objeto particular é representado no interior do juízo acerca desse objeto) ocorre *perceptivamente*, ou melhor dito: depende de um apelo ineliminável à percepção. É essa forma específica de acesso mental ao objeto que, conjugada a outros fatores, confere ao pensamento demonstrativo perceptual seu caráter singular. Em nossa perspectiva, o simples fato de o veículo (isto é, a maneira de pensar) ser singular não garante, por si só, que o pensamento (enquanto episódio mental com conteúdo determinado) o seja. Ainda que haja quem sustente que basta ao sujeito pensar singularmente sobre um objeto para que seu pensamento seja classificado como singular (vide, e.g., Crane, 2011, 2013; Jeshion, 2010), defendemos que tal condição não é suficiente.

No caso de pensamentos perceptuais, podemos inclusive, fornecer uma caracterização positiva, em termos dessa relação, do que seria um pensamento não-descritivo, sem depender da caracterização, controversa, para alguns, de pensamentos singulares como aqueles que possuem um conteúdo singular. Isto é, sem referência a definição independente que apela a tipos de conteúdo, podemos dizer que um pensamento perceptual demonstrativo é aquele em que o objeto pensado, (a) ao invés de ser determinado mediadamente pela *satisfação* de propriedades dadas uma condição conceitualmente articulada no pensamento, (b) é determinado de maneira *relacional*, por meio da percepção direta deste (Bach, 1987, p. 12)³. Nesta ótica, o que distinguiria os pensamentos demonstrativos dos descritivos é que, embora, ambos se refiram a um único indivíduo particular, apenas os pensamentos demonstrativos identificam seus objetos de maneira relacional, colocando o sujeito pensante em uma relação perceptiva com o objeto em questão.

Em outras palavras, a concepção do pensamento perceptual demonstrativo como pensamento relacional é capaz de servir a duas funções distintas. Primeiro, ela pode nos fornecer uma teoria independente sobre o que é um pensamento singular (*the what question*): é um pensamento que é determinado por meio de uma relação especial com os objetos pensados. Em segundo lugar, ela pode nos fornecer uma teoria sobre o mecanismo do pensar singularmente — ou como um pensamento singular é concebido (*the how question*). (Ademais, conceitualmente falando, é totalmente consistente (i) defender que o que diferencia o pensamento singular do pensamento geral é o tipo de conteúdo desse pensamento, ao mesmo tempo em que (ii) se argumenta que é uma relação causal ou epistêmica que possibilita que os conteúdos do pensamento sejam singulares. De fato, essa é a posição que recomendamos.)

³ Vamos ignorar o contexto da teoria geral de Bach que fala sobre pensamentos que são dependentes dos objetos, no qual o objeto é constituinte do próprio pensamento. Não é necessário aqui, nos comprometermos de partida com essa tese da existência de “pensamentos russellianos”. Vale mencionar que discordaremos de Bach, quando este argumenta fazendo analogia com a “teoria causal da referência”, que a relação em questão é meramente uma relação causal e que essa última seria suficiente (vide Bach, 1987, p. 13 e p. 14). Não é o objetivo dessa tese argumentar a favor desse tipo de relação causal com um objeto percebido, apesar de cremos que ela seja necessária. Na verdade, esse tipo de relação causal não será pressuposta nessa tese, nem defendida por nós. É nossa opinião que, ainda que relações causais e contextuais sejam necessárias, elas são insuficientes, para sustentar um pensamento demonstrativo perceptual. Exigiremos, como Evans (1982), uma relação epistêmica, viz., que o sujeito pensante também possua um “conhecimento discriminatório” do objeto.

De todo modo, adiantamos que, para nós, os pensamentos demonstrativos perceptuais têm conteúdo singulares e que esses conteúdos estão submetidos a uma condição relacional — sendo essa última explicada em termos epistêmicos (à la Evans).

Propõe-se, a seguir, uma abordagem alternativa para motivar essa distinção entre pensamentos demonstrativos e não-demonstrativos.

2.3.1

Epistemologia como motivação principal

Podemos compreender a distinção proposta por Bertrand Russell entre conhecimento por descrição (*knowledge by description*) e conhecimento por familiaridade (*knowledge by acquaintance*) como a origem da distinção contemporânea entre pensamentos singulares e descritivos (ver Campbell, 2010; Recanati, 2010; Martone, 2016). Além do óbvio fato de Russell (1912) estar tratando de dois tipos de conhecimento — o conhecimento de verdades e o “conhecimento” de objetos —, destacamos três razões para que consideremos, tanto a distinção de Russell, quanto a contemporânea, como prioritariamente distinções epistêmicas.

Em primeiro lugar, diferentes relações entre objetos e nossa cognição exigem distintas condições/exigências cognitivas para que o conhecimento desses seja possível. Com efeito, no caso de objetos particulares, Russell argumenta que é inconcebível formular juízos ou hipóteses sem “conhecer” o objeto ao qual se referem (Russell, 1912, p. 46).⁴ Para Russell, é por meio da familiaridade com os objetos que adquirimos conhecimento das referências de termos demonstrativos como “isto” e “aquilo”. Ou seja, no caso de objetos perceptíveis, o significado atribuído às palavras (termos singulares) deve ser algo com o qual estamos familiarizados (ibidem, p. 46). Por isso, o que Russell chama de “familiaridade” é um tipo de requisito (exigência, condição) epistêmica: para pensar singularmente sobre um indivíduo, é necessário estar familiarizado com esse indivíduo.⁵ Ele

⁴ Exigência que dará origem ao que Evans (1982, Caps. 2 e 4) denominará “Princípio de Russell”.

⁵ Haveria, assim, uma conexão entre essa exigência de familiaridade e o chamado “Princípio de Russell” (ver nossa seção 2.6): segundo Russell, a autoevidência do último princípio forneceria uma justificativa para a exigência de familiaridade (Russell, 1912, p. 58). Ou seja, para que possamos pensar sobre algo (i.e., incluindo toda proposição que apreendemos, e não apenas aquelas cuja verdade ou falsidade somos capazes de avaliar), os elementos básicos que integram

também afirma que esse tipo de conhecimento é mais simples e logicamente independente do conhecimento de verdades (ibidem, p. 46). E aqui está, talvez, o embrião de certa abordagem relacional da experiência (ao menos a que Campbell, 2010, chama de “The Relational View”): a familiaridade com um objeto não é sobre saber uma verdade a respeito dele, mas, sim, sobre ter o próprio objeto como conteúdo da familiaridade (vide Campbell, 2010, pp. 204-5). Mesmo que não se aceite a abordagem relacional da experiência como enunciada, é inegável que o conhecimento por familiaridade e pensamentos perceptuais demonstrativos estão intrinsecamente vinculados à nossa experiência sensível e percepção. Sendo a percepção uma via para dar razões para crenças empíricas e para justificar verdades, ela deve ser capaz de nos colocar em contato com as coisas como elas realmente são no mundo. É por reflexões como essas que é apropriado concluir que “não há filosofia da percepção humana que não seja uma epistemologia” (Rödl, 2007, p. 163n29). Assim, compartilhamos da ideia de que pensamentos singulares perceptuais demonstrativos estão intrinsecamente vinculados à experiência sensível e à percepção, constituindo e dando origem a exigências epistêmicas.

Em segundo lugar, a importância de pensamentos demonstrativos perceptuais se deve ao fato deles serem essenciais para todo sistema de conhecimento empírico-científico. Apesar de Russell observar que, na prática, é improvável que os seres humanos estejam numa relação de familiaridade com objetos sem conhecer ao menos alguma verdade sobre eles, o conhecimento de objetos por familiaridade é uma condição para o conhecimento de verdades sobre o mundo (Russell, 1912, p. 46).⁶ Assim, segundo Russell, o conhecimento genuíno do mundo externo somente é possível por meio de uma relação de familiaridade direta entre a mente e os objetos externos (Recanati, 2010, pp. 143-4).

Nossa abordagem se concentra nos pensamentos demonstrativos perceptuais, aqueles cujo conteúdo está ligado a proposições singulares, porque consideramos que a verdade e a falsidade de todas as demais formas de conhecimentos empírico dependem, em última instância, dessa estrutura fundamental. Sentenças

esses pensamentos devem ser objetos com os quais temos *acquaintance* (Russell, 1905, pp. 492-3).

⁶ Observamos que, no texto de Russell, a “familiaridade” está mais relacionada à análise de descrições definidas do que à de proposições singulares. O conhecimento por descrição, segundo o autor, depende da familiaridade tanto para a determinação do conteúdo proposicional quanto para sua fundamentação epistêmico-inferencial (Russell, 1912, Cap. 2).

condicionais, conjunções, disjunções e enunciados quantificados — como “Para todo...” ou “Existe pelo menos um...” — remetem, direta ou indiretamente, a valores de verdade de proposições singulares, também conhecidas como fórmulas atômicas ou proposições elementares. O que se tem em mente aqui é alguma definição recursiva da verdade *à la* Tarski, na qual, o valor de uma sentença como “Existe pelo menos um x que é F ” depende do valor de sentenças mais simples, como a é F . Nesse sentido, proposições singulares são o alicerce lógico sobre o qual se constrói a compreensão de outras formas proposicionais. Sob essa perspectiva, propomos que, se todas as formas proposicionais remetem às proposições singulares para determinar suas condições de verdade, ou se são construídas a partir delas, então os pensamentos singulares devem ser entendidos como a base de todo pensamento que aspira à verdade. (Essas colocações não implicam a adoção de uma posição verificacionista.)⁷

Ademais, pensamentos dissociados da percepção das coisas no mundo podem, no máximo, fornecer possibilidades de como o mundo poderia ser. Embora o pensamento permita conceber hipóteses e suposições, o conhecimento da maneira determinada de como o mundo realmente é depende de dirigirmos nossa atenção para o próprio mundo, o que, no caso de seres como nós, ocorre por meio da percepção e experiência sensível. Ainda que a ciência seja uma extensão racional do conhecimento empírico, esse último se fundamenta na percepção sensorial e os fatos sobre o mundo, em última instância, só se tornam acessíveis por meio dessa. Para utilizar uma famosa metáfora, é por meio de juízos perceptuais que nossa teia de crenças (*web of beliefs*) empíricas encara o tribunal da experiência (Quine & Ullian, 1978).

⁷ Há abordagens não verificacionistas compatíveis com o que afirmamos nesta tese. A começar pela própria proposta de Evans (1982), que ele contrapõe explicitamente à de Dummett (vide Evans, 1982, pp. 107-114), conforme explicamos na *seção* 4.3 (em especial, 4.3.3). Uma outra abordagem possível baseia-se nas sugestões de Bird (2006) ao interpretar Kant, em oposição a certas interpretações verificacionistas do texto de Kant, como as de Strawson (1966). Nessa proposta de Bird, conceitos (e os pensamentos que os utilizam) podem, em princípio, possuir sentido mesmo quando não estão relacionados a instâncias empíricas efetivas. Contudo, um pensamento só adquire pleno estatuto cognitivo (ou, em nossa terminologia, só se torna epistemicamente forte, vide *seção* 2.6) quando o sujeito consegue efetivamente referir-se a (em nossas palavras: pensar *cognitivamente e singularmente* sobre) um particular real; o que, para sujeitos como nós, implica sua localização no espaço e no tempo, por meio da percepção (vide nossos próximos capítulos). Essa distinção entre sentido e força cognitiva remeteria à exigência kantiana de que o uso legítimo de conceitos (sobretudo os *a priori*) depende de sua realização na experiência, embora sem comprometer Kant com um verificacionismo semântico (Bird, 2006, Caps. 11, 15 e 22).

Dessa maneira, seguimos Russell ao considerar que pensamentos demonstrativos perceptuais desempenham um papel de destaque na explicação e formação de qualquer sistema de conhecimento empírico, por, de certa maneira, proposições singulares sustentarem todo o edifício das demais formas proposicionais, e dado que a experiência funcionaria como nosso modo de acesso direto a conhecimentos sobre o mundo.

Nossa análise estará, portanto, limitada aos pensamentos singulares demonstrativos perceptuais, não apenas como uma delimitação do objeto de estudo, mas porque acreditamos que o problema fundamental do conhecimento empírico está diretamente ligado a esses pensamentos.

Em terceiro lugar, como bem explica Martone, a forma *como* pensamos sobre as coisas dita a semântica de certas expressões que utilizamos para expressar esses pensamentos (Martone, 2016, p. 5n7). E essa era uma das motivações de Russell para introduzir a distinção: precisamente porque nos é *impossível* ter familiaridade com todos os tipos de objetos que seus nomes não podem ser considerados “nomes” genuínos; e isso significa: precisam funcionar como descrições. Nomes de objetos que não podem ser conhecidos diretamente precisam ser tratados de forma descritiva, pois é a única maneira que temos de utilizá-los de maneira competente. Ainda que as teses epistemológicas de Russell estejam intimamente ligadas às suas concepções sobre semântica e compreensão linguística, para ele, a epistemologia possui primazia sobre a semântica (ibidem, p. 5n7).

Seguiremos a tradição, reinaugurada por Evans (1982), de que a semântica de algumas expressões na linguagem, como os demonstrativos, deve ser explicada em termos da “semântica” do pensamento (i.e., de como pensamos sobre as coisas), e não o contrário (vide , 2018, p. 5; *pace* Burge, 2010, p. 173n45 e p. 196n113).

Tendo apresentado um panorama geral e utilizado Russell como motivação, é oportuno esclarecer, desde já, que nossa posição diverge da teoria de Russell, ou do que comumente lhe é atribuído, em dois pontos fundamentais.

Primeiro ponto de divergência: admitimos que possuímos familiaridade com objetos de tamanho ordinário em nosso entorno, tais como mesas, ovos em queda, lareiras, patos de borracha, pedaços de cera derretendo, entre outros. Em nosso texto, o termo “objeto” refere-se a indivíduos particulares, espaço-temporais, perceptíveis. Esses objetos ordinários podem ser corpos materiais, suas propriedades e transformações dessas propriedades em corpos materiais. Essa

concepção, contudo, não corresponde exatamente à posição de Russell. Conforme é sabido, embora Russell sustentasse que o conhecimento genuíno do mundo externo exige uma relação perceptual direta entre a mente e os objetos, deixando essa relação como um princípio inegociável, ele impôs restrições severas (e, a nosso ver, indevidas) ao que pode ser considerado objeto de familiaridade.⁸

Segundo ponto de divergência: adotaremos, para termos singulares, uma semântica de dois níveis com uma distinção entre sentido (*Sinn*) e referência (*Bedeutung*). Nesse modelo, a diferença entre conhecimento por descrição e conhecimento por familiaridade reduz-se à distinção entre dois tipos de sentido ou modos de apresentação: descritivo e não-descritivo (Recanati, 2010, p. 149). Nessa ótica “neo-fregiana”, defendida por Evans (1982), por McDowell (1984) e por Recanati (2010), mantém-se a distinção entre conhecimento por familiaridade e conhecimento por descrição, como em Russell. No entanto, nossa abordagem reconhece que, mesmo na familiaridade, há modos de apresentação (*Sinne*) que são não-descritivos. Com isso, divergimos da alegação de Russell de que a semântica em dois níveis fregiana (*viz.*, sentido e referência) é incompatível com a própria ideia de pensamentos singulares.

Ademais, feitas essas devidas ressalvas, é pertinente reconhecer, como observa Martone (2016), que é devido às nossas limitações cognitivas que não podemos conhecer todos os objetos da mesma forma: alguns são diretamente acessíveis, enquanto outros exigem “conceitualização”. (Esse ponto sobre “limitações” cognitivas de seres finitos como nós será abordado em maior detalhe na seção 3.6, “A passividade da experiência”, a qual já faz parte de nosso argumento em favor da hipótese de nossa tese.) Foi com o intuito de lidar com essa limitação que Russell introduziu a distinção entre conhecimento por familiaridade e conhecimento por descrição, caracterizando dois modos distintos de pensar e adquirir conhecimento (Martone, 2016, p. 5).

Por essas razões, consideramos plenamente justificada a necessidade de preservar, a todo custo, a distinção entre pensamentos singulares e descritivos. Essa distinção representa um elemento essencial para qualquer investigação dedicada à

⁸ Em seus escritos, Russell parte da intuição de que apenas objetos dos quais um sujeito não pode falhar em estabelecer uma referência demonstrativa podem ser considerados objetos de familiaridade. Com base nisso, ele chega a listar, como exemplos, os dados sensoriais (tomados como os objetos próprios da experiência direta), objetos lógicos ou abstratos (como universais e conectivos lógicos) e, de modo sugestivo, o próprio *self* (Russell, 1905, 1949).

compreensão tanto do problema do conhecimento empírico, quanto da natureza da referência linguística.

2.3.2

Referência linguística *versus* conteúdo singular

É necessário observar que um falante competente pode utilizar termos singulares demonstrativos para referir-se a um determinado indivíduo particular, mesmo que o pensamento sobre o referente dessa expressão linguística seja de natureza descritiva. A referência linguística e o conteúdo pensado são conceitos distintos. Embora existam conexões entre esses dois domínios — como a possibilidade de argumentar que a semântica de determinadas sentenças depende dos pensamentos necessários para compreendê-las —, essa relação não é automática. Esse ponto é fundamental e encontra uma formulação particularmente clara no trabalho de Gareth Evans: pensamento e linguagem são domínios distintos, e não se pode presumir, sem argumentação, que as considerações aplicáveis a uma delas sejam automaticamente válidas para a outra (Grush, 2018, p. 5). Devemos, como Evans, adotar uma abordagem rigorosa e separar cuidadosamente as questões relacionadas ao pensamento daquelas que dizem respeito à linguagem.

Em particular, o *conteúdo singular* (ou o conteúdo intencional) de pensamentos singulares, em estudo, não deve ser confundido com o *conteúdo semântico* de termos singulares. O foco de nosso texto, assim como era o de Evans (1982), está no estudo de estados mentais, especialmente crenças, e na formação de novos estados mentais singulares. Em contraste, a análise de expressões linguísticas, por exemplo, aos moldes de Kaplan, está voltada para a identificação de fontes potenciais de conteúdos semânticos. Para ilustrar essa diferença entre estados mentais e conteúdos semânticos, Reimer (2020) constrói uma situação exemplo em que *S* entra em uma livraria de olhos fechados, aponta para uma pilha de revistas no canto e diz: “Eu vou comprar *aquela* ali”. Supondo que *S* tenha de fato conseguido demonstrar algo ao apontar para a pilha de revistas, parece haver uma sensação de que *S* tanto entende quanto de que *S* não entende o que acabou de fazer e dizer. Por um lado, *S* expressou um conteúdo semântico de forma plausível; por outro, *S* não saberá qual conteúdo expressou até abrir os olhos. Talvez o atendente da loja tenha testemunhado todo o episódio e seja capaz de apreender o

pensamento singular que *S* expressou antes mesmo de o próprio *S* estar em condições de o apreender (Reimer, 2020, p. 50).

Sobre o tema da atribuição de crenças ou pensamentos, Gareth Evans, no quinto capítulo de seu *The Varieties of Reference* (1982), explica por que, em muitos casos reais e ordinários, temos a tendência de atribuir pensamentos sobre particulares a sujeitos, mesmo quando eles não são capazes de ter qualquer ideia, naquele momento, sobre o objeto em questão. É importante ressaltar, que muitas das nossas atribuições de pensamentos sobre objetos a terceiros podem ocorrer sem que essas atribuições sejam completamente corretas (Evans, 1982, p. 130). Por exemplo, devido a nossa vivência de mundo e de nossa compreensão do contexto e dos objetivos e intenções gerais das pessoas, achamos natural dizer que o que a pessoa “entende” pelo termo singular proferido (um ‘*aquela*’ em situações *vis-à-vis*) é, por exemplo, o objeto do qual ela está em condições de receber informação perceptual (e.g., o objeto que cremos ser o apontado pelo sujeito), mesmo que, literalmente falando, o sujeito não tenha entendimento sobre o objeto em questão ou não pense dessa maneira sobre o objeto. Evans nos alerta que, no uso natural de nosso vocabulário psicológico, ao dizermos coisas como “*S* está pensando sobre *x*” e “*S* quer se referir a *x*”, somos guiados pela nossa suposição de que essas expressões sejam compatíveis com os objetivos e projetos gerais de *S*. Dessa forma, é importante esclarecer que é possível dizer, em situações ordinárias, que alguém pensa que *p* ou que se refere a *x*, mesmo quando essa pessoa não é capaz de pensar que *p* ou de entender a referência a *x* (Evans, 1982, p. 129-130). Pode ser que suponhamos que *S* tenha um pensamento singular e até que o próprio *S* suponha isso, mas é possível que estejamos literalmente errados.

Martone, por sua vez, coloca a questão da seguinte maneira. Em primeiro lugar, admitindo-se que a referência singular, enquanto ato linguístico, pode ser bem-sucedida ou não, a depender de fatos sobre o mundo externo e de regras e convenções linguísticas; a maneira como essa ou aquela pessoa pensa sobre o referente é secundária, em questões de referência linguística. Assim, não há contradição em expressar linguisticamente uma proposição singular sem compreendê-la plenamente. Em segundo lugar, as condições de verdade de proposições singulares não são exclusivamente linguísticas ou conceituais, pois envolvem objetos extramentais. Isso indica que a mera competência linguística não é suficiente para apreender (*grasp*) tais proposições. Em terceiro lugar,

normalmente consideramos que somente é possível conhecer um objeto de maneira não-descritiva se estivermos em uma relação perceptual (Martone, 2016, p. 23).⁹ Não faz sentido dizer que se percebe um objeto meramente por se estar inserido em uma cadeia de comunicação (*communication chain*) com outros sujeitos que de fato percebem tal objeto (vide Shahmoradi, 2024, p. 163). Se não é razoável afirmar que podemos conhecer um objeto, no mundo, não-descritivamente sem uma relação perceptiva, faz muito menos sentido supor que objetos sejam conhecidos apenas por serem mencionados na linguagem ou por seus nomes figurarem em discursos.

Isso deve ser assim, porque um termo singular não funciona como um atalho epistêmico para seu referente; ele é um recurso linguístico para expressar conteúdos singulares e possibilitar referências singulares. Expressar proposições singulares requer o uso correto e a aplicação adequada das convenções linguísticas; ao passo que compreendê-las e apreendê-las demanda o cumprimento de requisitos epistêmicos adicionais (Martone, 2016, p. 23).

Acreditamos que é com o objetivo de proporcionar esclarecimentos nesse sentido que Nogueira de Carvalho (2016) enfatiza, ao definir o conceito de pensamentos perceptuais demonstrativos, uma nota característica que ele denomina “independência da linguagem” (*language-independence*). A “independência da linguagem”, nesse contexto, indica que o estudo de pensamentos demonstrativos perceptuais pode ser feito por meio de uma explicação de como o estado mental do sujeito pode ser sobre objetos particulares no mundo, sendo essa explicação possível de ser desenvolvida de forma relativamente autônoma em relação ao estudo da expressão linguística (Carvalho, 2016, p. 3). Essa abordagem buscaria entender a capacidade de identificar objetos percebidos que se tornam o foco do pensamento sem depender da expressão linguística. Nas palavras do autor, “o que se procura explicar é uma capacidade mais ampla: a de identificar cognitivamente objetos determinados no entorno, permitindo que eles se tornem o foco do

⁹ Autores como Jeshion (2010) adotam uma concepção ampla e “liberal” de familiaridade (*acquaintance*), permitindo que ela inclua formas de *conhecimento* não descritivo — distintas da *percepção* — mediadas por cadeias comunicativas (ver 4.3.1.1 do *Capítulo 4*). Em contrapartida, no terceiro ponto desse parágrafo, reforçamos a linha argumentativa de Martoni: *se* (1) estivermos interessados em pensamentos singulares sobre particulares empíricos do mundo e *se* (2) nos restringirmos àqueles que exigem referência mental independente (isto é, pensamentos não descritivos cujo êxito não pode estar ancorado em habilidades referenciais de terceiros, vide [2] da *seção 2.6*), *então* parece plausível sustentar que (3), nesses casos, a concepção mais adequada de familiaridade com esses objetos é a mais restrita, vinculada à experiência sensível direta. Ademais, *se* (4) admitirmos que não há percepção por procuração (*by proxy*), é razoável concluir que (5) tais pensamentos devem ser formados com base na *percepção* imediata do objeto ou na *memória* dessa.

pensamento” (Carvalho, 2016, p. 2). Em nossa interpretação, o que essa nota característica procuraria capturar é que, apesar de explicarmos o conteúdo demonstrativo por meio das expressões linguísticas associadas (“...a maneira pela qual o sujeito pensa algum dos objetos é mais bem expressa linguisticamente por *Este F* ou *Isto* ou *Aquele F*”, vide seção 2.2), a expressão linguística é inessencial para o pensamento. Carvalho, citando Raftopoulos & Müller, deixa claro que se trata de uma observação metodológica. Quando examinamos os conteúdos demonstrativos, não nos referimos, *per se*, às expressões linguísticas do tipo “Este F” ou “Aquele F”, mas ao estado mental que poderia ser articulado linguisticamente por essas expressões demonstrativas. E isso significa: se fossemos questionados sobre o que estamos prestando atenção, responderíamos “Este F”, apontando para o objeto, sendo que isso expressaria corretamente e sinceramente o estado mental que ocorre quando nossa atenção foi atraída para aquele objeto, nos concentrando nele (Raftopoulos & Müller, 2006, p. 253 *apud* Carvalho, 2016, p. 3). A suposição metodológica é que devemos ser capazes de explicitar essa capacidade cognitiva independentemente do sujeito se referir ao objeto com o pronome demonstrativo.

Não estamos sugerindo, com essas observações, que o que se compreende (o conteúdo pensado), quando se compreende uma frase declarativa, não possa ser colocado em palavras. Pelo contrário, admitimos que, por meio de critérios públicos, como perguntas e respostas, conseguimos entender e, se quisermos, podemos expressar em palavras o conteúdo que apreendemos quando expressamos determinada frase. Apenas estamos sinalizando que o pensamento, por detrás de um certo proferimento, pode não ter a mesma estrutura gramatical da frase proferida e que essa estrutura pode não ser transparente para o próprio sujeito que a profere. Também é nossa opinião que o sujeito pode expressar linguisticamente proposições das quais ele não entende completamente o conteúdo. De fato, acreditamos que o sujeito pode achar que está pensando de forma singular quando, na realidade, está tendo um pensamento descritivo (embora a referência singular determinada ainda possa ocorrer) ou até mesmo nenhum pensamento, como em casos de mera formulação linguística sem o estabelecimento de uma relação epistêmica substancial com o objeto em questão.

2.4

Conteúdo Singular

Esta seção pretende esclarecer a noção de conteúdo intencional de pensamentos singulares e algumas questões específicas relacionadas ao conteúdo singular que versa sobre eventos, particularmente no que concerne à sua individuação.

Retomamos aqui a ambiguidade (ou duplo sentido) associada ao termo “singular”, já mencionada na *seção* 2.2. Em um primeiro sentido, “singular” qualifica (a) um certo tipo de *conteúdo* e, por conseguinte, também, de modo indireto, o estado, episódio ou atitude mental que tem esse conteúdo como alvo. Trata-se, talvez, de uma concepção “fundamentada numa interpretação do comportamento semântico dos termos singulares da linguagem pública [ou do conteúdo mental que pode ser mais bem expresso por esses termos singulares] mais do que sobre uma interpretação do comportamento de seu valor semântico em certas circunstâncias (atuais e não atuais) de avaliação” (Soutif, 2021, pp. 64–65, tradução nossa); vide 2.4.1. Em um segundo sentido, “singular” qualifica (b) uma certa maneira de pensar, no sentido do uso de *veículos de representação* singulares, no pensar sobre objetos particulares; vide 2.4.2 e 2.4.3. Assim, nesse segundo uso da expressão, faz sentido dar “ênfase deliberada aos mecanismos que tornam possível a formação desses veículos” (ibidem, p. 65), porque um pensamento singular é fundamentalmente uma certa maneira de pensar.¹⁰

Uma vez que os dois sentidos são mobilizados em nossa definição de pensamentos singular (vide *seção* 2.2), é fundamental, portanto, esclarecer o que torna, nesses dois sentidos, um conteúdo um conteúdo singular.¹¹

Esta seção está dividida em três subseções. Na subseção 2.4.1, apresentaremos critérios para determinar quando o conteúdo de um pensamento pode ser considerado singular, no sentido de um *conteúdo proposicional* singular, e do evento psicológico no qual esse conteúdo se apresenta como foco, usando como critério a maneira como seu valor semântico é determinado em situações variadas de avaliação, tanto atuais quanto contrafactuais. Em 2.4.2, discutiremos o

¹⁰ Aqui, nesse segundo sentido, “descritivo” e “demonstrativo” qualificam usos (ou mecanismos de ação) de tipos de habilidades cognitivas que se fazem ou se atualizam no interior de práticas cognitivas determinadas, vide Soutif, 2021, p. 64n1.

¹¹ Nossos esforços de clarificação culminarão, na *seção* 2.6, no apelo a critérios epistêmicos que, embora exigentes, são ao menos suficientes para distinguir certo tipo de pensamentos singulares de outras formas de pensar.

conteúdo singular enquanto *conteúdo intencional* que representa objetos particulares com diferentes estruturas, esclarecendo essa questão por meio de “três desafios conceitualistas”, sem ainda nos deter às operações ou aos mecanismos mentais subjacentes à formação desses, tema abordado nos capítulos seguintes. Por fim, em 2.4.3, trataremos do conteúdo singular em pensamentos perceptuais demonstrativos sobre eventos e identificaremos o paradigma predominante na literatura, que, em nossa opinião, é responsável por uma *lacuna conceitual (blind spot)*.

2.4.1

Comparação entre seis casos

Uma vantagem da definição de “pensamento singular como conteúdo singular”¹² é que a abordagem é teoricamente capaz de funcionar como uma espécie de procedimento decisório que determina se o pensamento é ou não singular.

Recordemos que é fundamental distinguir entre dois aspectos (*seção 2.3.2*). De um lado, existem critérios de referencialidade para termos singulares em frases declarativas ou para os enunciados expressos pelo proferimento dessas frases. De outro, o qual nos interessa, está a definição de critérios relacionados ao conteúdo singular apreendido (*grasp*) pelo sujeito, grosso modo, ao episódio psicológico correspondente. Com essa distinção em mente, analisemos os exemplos a seguir.

Caso #1. Com os olhos e os ouvidos tapados, S pensa que há um cão no quintal latindo.

Caso #2. Ao lembrar de seu cachorro durante uma viagem, S pensa que Berganza está latindo no quintal.

Caso #3. Estando sentado dentro de sua casa, S pensa que o cão que está no quintal está latindo.

Caso #4. Apontando para um cão que percebe a sua frente, S pensa que este cão está latindo no quintal.

¹² Isto é, na definição de *pensamento singular* que consta a noção de episódio ou atitude mental para com um conteúdo singular.

Caso #5. Com a intenção de se referir ao próprio cão cujo som está ouvindo, *S* pensa que *aquele animal no quintal está latindo*.

Caso #6. Com a intenção de se referir à fonte ou origem causal de sua experiência auditiva, *S* pensa que *aquele animal (que é a fonte do deste som no quintal) está latindo*.

A diferença entre #1 e os demais é imediata, pois a proposição apreendida no primeiro caso é uma proposição quantificada, no caso, existencial, e as dos demais casos são, ao menos na superfície, proposições da forma *a é F* (ou *Este G é F* ou *Aquele G é F* ou *O F é G*), isto é, proposições atômicas ou elementares, por assim dizer. O que se exige para que o pensamento em #1 seja verdadeiro é apenas que algum (ou alguns) cachorro(s) esteja(m) latindo, ou seja, que exista pelo menos um objeto, no domínio dos animais daquele quintal, que possua a propriedade de ser um cão e de estar latindo. Não importa, para a verdade ou falsidade do pensamento #1, *qual* (*what/which*) cachorro específico seja. Em outras palavras, o pensamento #1 parece apenas afirmar algo sobre a quantidade de instâncias que satisfazem o conceito de “estar latindo” naquele domínio: é suficiente que pelo menos um indivíduo, entre todos os animais no quintal, seja um cão que esteja latindo (Soutif, 2012, p. 139). Diferentemente, entender as condições de verdade de uma proposição da forma *a é F* não é entender em que condições “o fato *a é F* existe” ou “determinada quantidade de instâncias do estado de coisas *a é F* é atual e real” (e em que condições esse fato não é o caso ou não é real), mas, sim, entender em que condições “o conceito *F* convém ao objeto *a*”; isto é, quando “*a* é, realmente, *F*” (e entender em que condições “o conceito *F* não convém ao objeto *a*”, ou seja, quando “este mesmo *a* não é, realmente, *F*”). De modo simplificado: para saber se *a é F* é verdadeiro, é necessário analisar o objeto *a*, e não outro; já para determinar se *há um cão latindo no quintal*, é preciso ir até o quintal e começar a examinar os animais presentes, alguns deles ou todos talvez, caso haja algum.

Para distinguir entre o caso #2, de um lado, e os casos #3 e #6, de outro, podemos recorrer, como Soutif (2021), a argumentos modais inspirados em Kripke. Aceitando que, no caso #3, a maneira como *S* pensa sobre Berganza corresponde a algo como “aquele que satisfaz a propriedade de ser um cachorro e estar naquele

quintal”, consideremos o seguinte: pode-se imaginar que o curso dos eventos não tenha se desenrolado exatamente como aconteceu e que, por uma razão ou outra, o cão que esteja agora no quintal não seja o Berganza. Nesse caso contrafactual, o pensamento de *S*, em #3, seria sobre esse outro cão, o qual é o único indivíduo que satisfaz as propriedades nesse mundo possível. (Pode-se construir uma argumentação análoga para o caso #6.) Enquanto, no caso #2, o pensamento seria ainda sobre o mesmo Berganza, atribuindo-lhe a propriedade de latir e de estar no quintal – e ainda seria sobre o mesmo Berganza em todos os mundos possíveis em que Berganza existisse. Além disso, concluímos que a contribuição da ideia de Berganza para o pensamento em #2 não se reduz “a qualquer indivíduo que satisfaça a propriedade de ser o cão que está no quintal”, nem “a fonte ou origem causal de minha memória ou experiência auditiva”. No caso #3 e no caso #6, o que o sujeito apreende parece ser um pensamento composto de tal maneira por propriedades, que não há “referência direta” a um cão particular determinado, sendo um pensamento, “mediado” por condições de satisfação, sobre Berganza (Soutif, 2021, pp. 17-18). Nos casos #3 e #6, se pensa sobre Berganza *descritivamente*, conforme a terminologia apresentada, na *seção 2.2*.

No que diz respeito ao caso #4, que, juntamente com o caso #5, ocupa um lugar central em nossa tese, duas considerações iniciais parecem suficientes. Primeiramente, como discutido anteriormente (*seção 2.3.2*), caso *S* não esteja em uma relação perceptual rica o suficiente com o cachorro sobre o qual pensa (isto é, caso *S* não o veja, o ouça etc.), nossa intuição é que *S* não seria capaz de identificar *qual* (*what/which*) cachorro satisfaz (ou deixa de satisfazer) o conceito de estar latindo. Sem compreender as condições de verdade do pensamento #4, não faria sentido sustentar que *S* apreende completamente (*grasp*) o que pensa em #4. Como Soutif explica:

saber qual coisa está latindo é conhecer a identidade daquilo a que os predicados (correta ou incorretamente) se aplicam; isto é, ser capaz de discernir se a coisa efetivamente apontada é ou não a mesma que outra coisa qualitativamente indistinguível, *qua* objeto de pensamento (Soutif, 2012, p. 139).

Conclusão: caso o conteúdo singular não correspondesse a algo de que *S* esteja consciente com base em sua experiência sensorial, seria impossível explicar o conteúdo intencional dos pensamentos #4 e #5, em termos de condições de verdade, de maneira que esse esclarecimento fosse fiel à forma como *S* apreende

esse conteúdo. Em segundo lugar, para reforçar essa conclusão, podemos imaginar uma situação contrafactual em que os acontecimentos ocorressem de modo diferente, de tal modo a resultar que o cão atualmente presente no contexto perceptual de *S* não ser numericamente o mesmo indivíduo, mas outro qualitativamente idêntico. Como discutido, a verdade ou falsidade do pensamento em #4 (e em #5) depende de o indivíduo particular representado pela ideia *Este cão* (e *Aquele animal*) possuir a propriedade de estar latindo. Se o cachorro específico pensado é parte integrante das condições de verdade do pensamento #4 (e #5), o conteúdo informativo seria modificado caso outro cão (qualitativamente indistinguível ou não) fosse apontado ao invés daquele que foi efetivamente apontado (Soutif, 2012, p. 138).

Para clarificar essa mudança na informatividade devida à variação da identidade numérica do objeto, contrastemos os casos #5 e #6, continuando a tomar como base Blackburn (1985, Cap. 9) e Soutif (2012). No caso #5, *S* pensa sobre um indivíduo particular, com base em um vínculo perceptual que mantém com o próprio objeto. É porque *S* está “recebendo informações” diretamente do cachorro que o conteúdo pensado é *aquele animal no quintal está latindo*, com a intenção de referir-se ao (“thinking of the”) próprio animal que produz o som. Na situação atual, os pensamentos em #5 e #6 têm como referente Berganza. Por que, no caso #5, o pensamento de *S* dependeria fortemente da identidade (*identity-dependent*) do objeto? Consideremos duas situações contrafactuais, além da situação atual. Em uma primeira situação contrafactual *w*₁, o som é produzido por um animal numericamente distinto (Cipión). Em outra, *w*₂, o som é simulado por um computador (Soutif, 2012, p. 141). O que aconteceria com o caso #5 em cada uma dessas situações? O pensamento de #5 — *aquele animal no quintal está latindo* — é verdadeiro no mundo atual *w*₀ se, e somente se, Berganza estiver latindo. Em *w*₁, seria verdadeiro se, e somente se, Cipión estivesse latindo. No “mundo vazio” *w*₂, onde não há nenhum animal, mas apenas uma simulação, o pensamento *careceria de valor de verdade*. Esse último caso já ilustra que a identidade do pensamento depende fortemente da identidade do objeto referido pela ideia *Aquele animal*. Essa dependência é tanto atual, quanto contrafactual, vinculando o pensamento ao objeto de forma a tornar essa conexão uma propriedade essencial do pensamento. Se o referente de *Aquele animal* fosse outro, o próprio pensamento não seria o mesmo pensamento (ibidem, p. 141). Assim, o que *S* pensa, em #5, em cada situação (*w*₀,

w1 e w2) é um pensamento distinto. Isso implica que, para *S* entender o que pensa em #5, a forma como ela pensa o objeto deve ser sensível à identidade do objeto. Exigiremos, ao tratarmos de pensamentos como o #5 (ou #4) no decorrer de nossa tese, que *S* compreenda o que pensa e, por isso, seja capaz de adaptar sua compreensão às mudanças na identidade do objeto, em cada situação. Nossa intuição aponta que essa exigência epistêmica é possível de ser satisfeita se supormos que *S* esteja em uma relação perceptual minimamente adequada com o cachorro sobre o qual está pensando, entre outras exigências.

Por outro lado, no caso #6, o pensamento que *S* apreende (*grasp*) é relativamente independente da identidade do objeto (*identity-independent*). No “mundo vazio” w2, por exemplo, o pensamento em #6 é *falso*, conforme uma análise semelhante ao tratamento dado por Russell às descrições definidas. Essa falsidade revela que o pensamento em #6 não depende essencialmente da identidade de nenhum objeto em particular. Ao comparar o mundo atual w0 com w1, observa-se que o pensamento de *S* em #6 é verdadeiro, em w0, se, e somente se, Berganza estiver latindo; e verdadeiro, em w1 se, e somente se, Cipión estiver latindo. Essas condições de verdade são apresentadas de forma extensional pelo operador “se, e somente se”; e são adequadas para descrever as condições de verdade do enunciado proferido com a frase declarativa “aquele animal no quintal está latindo” em cada mundo. Contudo, cabe refletir sobre o pensamento efetivamente apreendido pelo sujeito *S*. Recordando que a motivação para distinguir pensamentos singulares de pensamentos descritivos é uma motivação epistêmica (*seção 2.3.1*), consideremos algumas limitações cognitivas de *S* no caso #6. Poderia *S* estar em uma condição de familiaridade rica o suficiente para pensar sobre o objeto como no caso #5 (ou #4)? Caso *S*, em #6, estivesse de fato em uma posição tão favorável, seria estranho que ela optasse por pensar no objeto como *aquela que é a fonte causal do que ouço agora*. Assim, é mais apropriado construirmos o caso #6 como uma situação na qual as informações disponíveis ao sujeito são limitadas, ou em que *S* não possui uma maneira mais direta de pensar sobre o objeto além de um procedimento satisfacional. Em vista disso, estipulamos que o sujeito, em #6, enfrenta uma limitação de acesso epistêmico ao objeto em questão. Dessa forma, ainda que os pensamentos em #6 possuam condições de verdade distintas, em w0, w1 e w2; do ponto de vista das operações cognitivas de *S* — ou seja, do que é epistemicamente acessível a ela — não há nenhuma relação de “contato direto” (*in touch*) que permita

sustentar que, em um sentido rigoroso, o que *S* pensa é *sobre* (“of”) Berganza, em um caso, e *sobre* (“of”) Cipión, no outro. Em outras palavras, o modo como *S* pensa sobre o objeto, em #6, é a mesma em todas as situações atuais e contrafactuais: *S* o faz por meio de um mesmo mecanismo ou procedimento satisfacional, ou seja, pela satisfação da propriedade de *ser a fonte causal de sua experiência auditiva*. Esse procedimento, quando aplicado em cada mundo, resulta em um referente distinto ou na ausência de um referente. Em outras palavras, no caso #6, o pensamento de *S* não estabelece uma relação direta com o objeto referido. Isso é relativamente evidente, pois, por hipótese, no caso #6, o modo como *S* pensa “sobre” (*about*) o objeto é invariável: por meio de sua “intenção de se referir à fonte ou origem causal de sua experiência auditiva”. Nesse contexto, pode-se argumentar que, mesmo que lhe fossem apresentados Cipión, Berganza ou até o computador, *S* não cumpre as condições epistêmicas “internas” para distinguir a identidade do objeto sobre o qual pensou.

Seguiremos a terminologia de Blackburn (1984), para denominar os pensamentos dos casos #2, #4 e #5 de “pensamentos dependentes da identidade de seus objetos” (*identity-dependent*). Por outro lado, os pensamentos dos casos #1, #3 e #6 são “independentes da identidade do objeto” (*identity-independent*). Isso ocorre porque, entre outros fatores, a informação que esses últimos pensamentos contêm sobre seus objetos não varia com a identidade desses objetos. Em vez disso, as respectivas informações contidas nesses (#1, #3 e #6) podem ser reconstruídas como sequências de operações a serem realizadas, as quais terminariam resultando em seu valor de verdade quando pensados em uma determinada ocasião (Soutif, 2012, pp. 139-140).

Poder-se-ia levantar uma objeção à aplicação feita das distinções entre dependência e independência da identidade de objetos. É possível argumentar que as conclusões apresentadas foram precipitadas e carecem de boas explicações, especialmente no que diz respeito à possibilidade de que, nos casos #4 e #5, o sujeito *S* esteja efetivamente em condições de distinguir entre o que pensa sobre Berganza e o que pensaria sobre Cipión, dois cães qualitativamente idênticos. A objeção poderia ser formulada nos seguintes termos: embora se possa admitir que as condições de verdade do conteúdo do pensamento em *w*₀ são diferentes das condições de verdade do conteúdo do pensamento em *w*₁, tais condições, ainda que distintas, não necessariamente correspondem ao que é apreendido por *S*, dada a base

perceptual desses seus pensamentos. Admite-se que essas condições de verdade podem ou não estarem em harmonia com os efetivos e específicos estados de coisas no mundo, portanto, sendo capazes de transmitir informações distintas quando “estar latindo” convém, de fato, a Berganza, ao invés do seu gêmeo Cipión. Em contrapartida, nas situações construídas para w_0 e w_1 , S não teria qualquer meio de discernir, a partir de qualidades sensíveis, entre Cipión e Berganza. O argumento do objetor prosseguiria: nos casos descritivos #3 e #6, foi admitido, sem maiores questionamentos, que o modo como S pensa é invariável, isto é, é o mesmo procedimento ou mecanismo, nas situações w_0 , w_1 e w_2 . Por intuições similares, seria coerente aceitar que o modo como S pensa, nos casos #4 e #5, também permanece o mesmo, invariável, ao menos nas situações qualitativamente idênticas, como w_0 e w_1 . Assim, a hipótese apresentada pelo objetor é: o conteúdo intencional dos pensamentos demonstrativos perceptuais de S , sendo eles fundamentados em sua percepção, deveria ser idêntico em cenários onde o sujeito se encontra diante de objetos perceptivelmente indistinguíveis. Em outras palavras, pode-se argumentar que o conteúdo intencional do pensamento perceptual de S não está vinculado à identidade numérica do objeto percebido, mas, no máximo, à sua identidade qualitativa. Assim, se, no caso #4, Berganza fosse substituído por Cipión, sem que S tomasse ciência da troca — talvez por um truque de mágica —, S continuaria apreendendo o mesmo pensamento singular perceptual.

Nossa resposta a essa objeção será desenvolvida nas seções subsequentes. Por ora, limitamo-nos a apresentar duas observações preliminares. Primeiramente, a objeção frequentemente denominada de “o problema dos gêmeos” (*the twin problem* ou *duplicate situation*) constitui apenas um exemplo, dentre vários problemas de natureza similar, os quais podem ser formulados com base em situações perceptuais indistinguíveis. Esses incluem, por exemplo, os casos relacionados às instâncias de “feature-placing” e a possibilidade de distinção, de nossa autoria, entre fases/estados e partes espaciais. (Essa última distinção, que introduziremos posteriormente, reveste-se de especial relevância para nossa tese, uma vez que implica diferentes modos de representar mudanças *qua* objetivas e *qua* subjetivas.) A segunda observação é que nossa resposta a essas objeções, em última análise, fundamentar-se-á na defesa de que a experiência é mais ampla que a mera

percepção contínua de *sensíveis próprios*¹³, pois exige, entre outros, que o sujeito desenvolva e mantenha “um esquematismo completo do espaço e do tempo” (Quine, 1995, p. 36).

Façamos um resumo do que foi dito, nesta seção, até momento. O pensamento do caso #1 não é singular; ele é geral. Os pensamentos dos casos #3 e #6 não são singulares, porque são descritivos. O caso #2 poderia até ser construído como um pensamento singular baseado na memória, dependendo do grau, que estipulássemos, de outrora “familiaridade” do sujeito *S* com Berganza. E, em nossa terminologia, apenas os pensamentos dos casos #4 e #5 são considerados pensamentos (singulares) demonstrativos perceptuais.

Até este ponto, apresentamos características amplamente discutidas na literatura (Blackburn, 1984; Carvalho, 2016; Soutif, 2012, 2021). Propomos agora uma característica adicional: apenas nos casos #4 e #5 o sujeito está em condições de determinar, de forma direta (isto é, sem recorrer a inferências lógicas) o valor de verdade do que pensa, além de dispor de justificativas de natureza “internalista” para tal determinação (por exemplo, sem depender de testemunhos de terceiros ou de justificativas fora de seu alcance consciente atual). Apenas nesses dois casos, a experiência sensorial do sujeito é simultaneamente uma condição necessária para a formação do pensamento e suficiente para justificar a verdade do que se está pensando. Se as faculdades sensoriais de *S* estão funcionando adequadamente e o objeto pensado está sendo percebido em condições padrão de percepção, e não há razões colaterais para duvidar: *S* pensa que *p* e, ao mesmo tempo, sabe que *p*. Outra forma de expor essa situação: dado que a determinação dos valores de verdade e dos valores semânticos, como nos casos exemplificados, depende não apenas dos estados internos do sujeito, mas também de conteúdos externos no mundo, nenhum pensamento descritivo, por mais precisos e numerosos que sejam os conceitos utilizados para pensar o objeto, pode, *por si só*, garantir, de antemão, que o pensamento tenha referente. Ou seja, não é possível assegurar, pelo simples ato de entreter aquele pensamento descritivo, que os conceitos — que funcionam como

¹³ Um sensível próprio (*proper sensible*) é uma característica (ou aspecto) da realidade diretamente percebido apenas por um sentido: cores, apenas pela visão; sons, apenas pela audição; sabores, apenas pelo paladar; odores, apenas pelo olfato; texturas, apenas pelo tato. Por outro lado, os sensíveis comuns (*common sensibles*) são percebidos por mais de um sentido: volume ou magnitude, extensão tridimensional, formato, quantidade ou número, inércia, movimento e repouso. A terminologia remonta a Aristóteles, que distingue entre sensíveis próprios (*aisthêta idia*) e sensíveis comuns (*aisthêta koina*) (confira Ferrater Mora, 1958).

descrições definidas no modo como se pensa pretensamente um objeto — sejam satisfeitos por um único objeto, em vez de vários ou até mesmo nenhum. Somente nos casos #4 e #5, entre os seis exemplos mencionados, *S* está em posição de decidir e saber, de forma direta e interna, se o que pensa é verdadeiro.¹⁴ Excetuando os casos #4 e #5, *S* depende de inferências ou do testemunho de outros sujeitos que, por sua vez, estejam, por exemplo, em condições de verificar *se* as descrições definidas são satisfeitas por um e apenas um objeto e *qual* seria esse. Portanto, a determinação da referência e da verdade, no caso de pensamentos descritivos, é essencialmente “externalista” e “terceirizada”. Essa análise nos fornece mais um argumento para descartar qualquer pensamento descritivo como sendo, em um sentido rigoroso e exigente, diretamente *sobre* (“of”) o objeto.

2.4.2

A questão da singularidade

Conforme exige Carvalho (2016), uma teoria adequada de pensamentos demonstrativos deve explicar o papel da atenção na viabilização de atividades cognitivas como julgar que um objeto particular percebido possui determinada propriedade, refletir como seria observá-lo de outro ângulo, imaginá-lo com diferentes propriedades ou rotacioná-lo mentalmente. Assim como nós, Carvalho sustenta que o elemento unificador dessas maneiras de pensar é o fato dessas compartilharem de um “conteúdo singular demonstrativo” (ou “o conteúdo intencional demonstrativo”), que representa o objeto percebido e possibilita essas operações cognitivas.

Uma vez que essa definição de pensamentos demonstrativos perceptuais, que é a nossa, corresponde essencialmente a de pensamentos com conteúdos singulares, torna-se imprescindível esclarecer com alguma precisão o que constitui esse “conteúdo singular demonstrativo” e como ele é apreendido pelo sujeito pensante.

¹⁴ Em casos mais gerais de pensamentos demonstrativos perceptuais, como, por exemplo, quando *S* formula hipóteses sobre o objeto percebido, *S* compreende plenamente a informação que seria veiculada por esses pensamentos, ainda que não seja capaz de determinar o valor de verdade simplesmente apelando para a experiência sensorial que permitiu a formação do próprio pensamento. Ainda assim, nesses casos mais gerais de pensamentos demonstrativos perceptuais, que incluem outras atitudes proposicionais, *S* estaria em posição de saber outras verdades sobre o objeto pensado, caso o queira, pois, só para citar um exemplo, a experiência nos apresenta o objeto como portador de certas qualidades, propriedades sensíveis. Contrastemos com pensamentos descritivos: que outras novas informações o sujeito pensante é capaz de saber sobre o objeto que pensa que não já não estejam contidas no próprio modo que o sujeito pensa o objeto referente?

Em outras palavras, apesar da pertinência das reflexões apresentadas nas seções anteriores (em especial, da *seção* 2.4.1), elas ainda se mostram insuficientes, pois não abordam de maneira suficientemente completa uma questão central sobre a representação singular perceptual demonstrativa. É necessário esclarecer como estados mentais perceptuais são capazes de representar um corpo material estático ou mudando suas propriedades relacionais, em vez de um evento (um corpo material mudando suas propriedades intrínsecas ao longo do tempo) ou ainda qualidades sensíveis ou propriedades, entre outros. Esse desafio está contido no problema que Carvalho denomina “A Questão da Singularidade” (*The Singular Question*), formulado como segue:

A Questão da Singularidade: o que faz com que esses estados mentais representem corpos materiais particulares [*particular objects*], em vez de propriedades, eventos ou algum outro candidato minimamente plausível para os *representata* desses estados mentais? (Carvalho, 2016, p. 13, tradução nossa)¹⁵

A oposição que se pretende estabelecer, no trecho citado, não diz respeito à diferença entre o conteúdo de pensamentos sobre objetos particulares em casos de pensamentos singulares e outras formas de pensar sobre objetos particulares, como ocorre em pensamentos descritivos ou quantificados. Em vez disso, trata-se de uma distinção entre diferentes tipos de conteúdos de pensamentos singulares: pensamentos perceptuais demonstrativos sobre corpos materiais e pensamentos perceptuais demonstrativos sobre outros tipos de indivíduos particulares, como eventos, propriedades e “instâncias repetíveis e contáveis de tipos de propriedades” (“repeatable, countable instances of property-kinds”) (Carvalho, 2016, p. 146). Essa observação é necessária porque, no trecho, Carvalho emprega a expressão “particular objects” como sinônimo de “corpos materiais”, o que pode gerar ambiguidade. Aproveitamos, assim, a oportunidade para esclarecer que, ao longo deste trabalho, o termo “objeto” será compreendido em um sentido abrangente, conforme a concepção fregiana — isto é, como aquilo que pode receber um nome (*Eigenname*) em seu sentido genérico —, incluindo, portanto, eventos particulares (confira Vendler, 1967, especialmente o Capítulo 5). Em nossa perspectiva, eventos, no sentido relevante, também devem ser considerados indivíduos

¹⁵ No original: “**The Singular Question:** what makes it the case that these mental states represent particular objects, rather than properties, events, or some other suitable candidate for the *representata* of these mental states?” (Carvalho, 2016, p. 13).

particulares e, assim, integram o conjunto de objetos sobre as quais é possível formar pensamentos singulares.

Para explicar a motivação filosófica dessa questão e outras a serem exigidas sobre qualquer explicação sobre o conteúdo (intencional) singular de pensamentos singulares perceptuais demonstrativos, apresentaremos três problemas relacionados a situações perceptuais que, mediante alguma argumentação, poderiam ser considerados perceptualmente indistinguíveis. Esses problemas têm como objetivo elucidar as razões pelas quais, no contexto filosófico aqui abordado, corpos materiais, eventos e propriedades — entidades que, à primeira vista, parecem absolutamente distintas — são listadas juntas, como se uma pudesse ser confundida com a outra, na formulação da *Questão da Singularidade*.

Os dois primeiros problemas serão discutidos apenas de forma ilustrativa, enquanto o terceiro, devido à sua relevância para os objetivos centrais desta tese, será desenvolvido em maior profundidade (vide o próximo capítulo; em especial, a subseção 3.3.2).

Desafio conceitualista #1: o problema das duplicatas ou dos gêmeos. Esse problema foi introduzido na seção anterior ao discutirmos pensamentos relacionados a cachorros qualitativamente idênticos (ver os comentários sobre os casos #4 e #5). Contudo, convém enunciá-lo mais uma vez, com o auxílio de exemplo de Michael Martin (2002a). Objetos distintos podem compartilhar exatamente as mesmas propriedades perceptíveis, a ponto de parecerem completamente iguais, sendo visualmente indistinguíveis; portanto, é evidente que podemos perceber objetos numericamente distintos que sejam, no entanto, qualitativamente idênticos. Podemos construir situações em que, embora suas identidades numéricas distintas possam ser detectadas por outros meios, não é possível fazê-lo apenas pela observação direta (Martin, 2002a, p. 184). Consideremos, por exemplo, o caso em que um sujeito *S* é apresentado, em momentos sucessivos, a dois patos de borracha provenientes da mesma linha de produção, em uma fábrica. Apenas por meio da inspeção perceptiva direta de cada pato individualmente, empregando exclusivamente seus cinco sentidos, *S* não seria capaz de determinar se viu o mesmo corpo material duas vezes ou se lhe foram apresentados dois patos diferentes. Nesse cenário, os dois corpos materiais não apenas seriam visualmente indistinguíveis, mas as experiências perceptuais de *S* em relação a esses objetos seriam igualmente indistinguíveis, tanto do ponto de vista

do sujeito, quanto de sua introspecção. Dessa forma, pareceria natural defender que ambas as experiências possuem o mesmo caráter fenomenal ou qualitativo, ainda que não seja obrigatório fazer essa admissão. Em ambas, o sujeito percebe um objeto com aparência de pato, tingido de amarelo, localizado na região do espaço à sua frente. Assim, concluí nosso primeiro desafio, não haveria distinção na forma como esses objetos percebidos se apresentam à experiência do sujeito (ibidem, p. 185). Poder-se-ia questionar: por que o pensamento de *S*, ao perceber um pato de borracha, durante um intervalo de tempo — sendo que esse sujeito seria incapaz pela percepção de saber se está observando o mesmo pato ou uma sequência de patos qualitativamente indistinguíveis —, conteria um único conteúdo singular representando um corpo material, ao invés de uma série de conteúdos singulares?

Esse problema dos gêmeos indiscerníveis foi aludido na *seção* 2.4.1 ao discutirmos o pensamento “este cão que está no quintal está latindo” em cenários contrafactuais. Afirmamos que a relação perceptual ou a “familiaridade” são exigências epistêmicas para que o sujeito seja sensível à identidade numérica do objeto. No entanto, essa relação parece insuficiente para distinguir entre dois objetos qualitativamente idênticos, como cachorros gêmeos.

Desafio conceitualista #2: o problema de recorrentes instâncias de “incidência de características” (“featuring-placing”) *versus* reidentificações do mesmo corpo material. Antes de abordar esse problema, explicaremos um neologismo útil para a discussão: um termo para incidência de características (*feature-placing term*). Para tanto, utilizaremos o exemplo de “coelhar” (*rabbiting* ou *rabbiteth*), inspirado em Quine (1960, §12). Entendemos “coelhar” ou “coelhando” como um verbo que não designa um objeto nem o descreve; ao contrário, serve para indicar (ou negar) a presença de uma característica. A expressão é análoga a verbos meteorológicos como “chover” ou “nevar”. Por exemplo, dizer “chove” ou “está chovendo” não introduz um objeto nem o descreve, pois não faz sentido perguntar “o que (ou qual objeto) está chovendo?” ou “‘chove’ descreve que objeto?”. De forma similar, poderíamos dizer “aqui está coelhando (está a coelhar), mas ali não coelha desde ontem”. Com isso esclarecido, consideremos dois sujeitos hipotéticos: *S1* e *S2*. O sujeito *S1*, ao reencontrar um coelho particular, seria apenas capaz de reconhecer que está novamente em uma situação em que “coelhar” ocorre em seu entorno. Em contraste, *S2* — um sujeito como nós — seria capaz de reconhecer que reencontra o numericamente idêntico

coelho, em dois momentos distintos. Poder-se-ia subscrever a opinião que — sugerindo que ambos estão, primeiramente e prioritariamente, percebendo apenas qualidades ou “sensíveis próprios” — as experiências perceptuais desses sujeitos seriam igualmente indistinguíveis sob a ótica da introspecção, como se ambos pudessem perceber apenas um feixe (*bundle*) ou um conjunto contínuo de qualidades sensíveis, e nada mais. Surge a questão: por que os pensamentos de S2, ao perceber um coelho, durante um intervalo de tempo, conteria um conteúdo singular representando um corpo material, e não apenas o contínuo perceber de instâncias de “coelhar” e, portanto, nenhum conteúdo singular?

O problema da incidência de características (*feature-placing*), articulado no *Desafio Conceitualista #2* acima, é o problema utilizado por Carvalho para motivar o fato da *Questão da Singularidade* ser premente e incontornável (ver Carvalho, 2016, pp. 18; 146). Ao apresentar esse problema, autores como Strawson (1959) e Quine (1960) argumentam que, ao analisarmos exemplos de situações perceptuais, frequentemente pressupomos, sem justificativa adequada, que os processos perceptivos já representam os objetos como entidades particulares. Essa abordagem, no entanto, assume como resolvidas questões fundamentais sobre como se dá a representação singular. Por isso, para lidar com tais cenários, destacam a necessidade de outras exigências além da percepção “crua”, que apenas atribuiria ao sujeito a capacidade de responder perceptivamente a recorrências de certas propriedades sensíveis.

Tanto o problema dos gêmeos indiscerníveis quanto o da incidência de características (*feature-placing*) são amplamente debatidos na literatura, e ao longo do texto apresentaremos comentários adicionais sobre ambos. Contudo, o principal objetivo aqui é introduzir um problema análogo que fundamenta a questão da singularidade específica tratada nesta tese. Esse problema será explorado detalhadamente no próximo capítulo (ver seções 3.3.1 & 3.3.2), onde será desenvolvido de maneira autossuficiente e mais aprofundada. Nesta seção, limitamo-nos a fornecer um resumo preliminar para contextualizar esse desafio.

Desafio conceitualista #3: o problema de perceber fases de um objeto em transformação *versus* perceber partes de um corpo material. Podemos simplificar a explicação ao admitir que, para perceber um objeto, é necessário percebê-lo de uma certa maneira, ou seja, como tendo alguma forma, cor ou outra característica sensível. Nunca percebemos um particular fora de uma perspectiva específica. A

experiência sempre nos apresenta um objeto perceptível em algum modo de apresentação. Um mesmo objeto x pode aparecer para um sujeito em diferentes modos de apresentação sensível. Entendemos esses modos de apresentação como representando, ora, aspectos que subsistem mesmo que não os percebamos, e.g., partes espaciais do objeto; ora, aspectos que desaparecem/surgem do mundo da mesma forma como os percebemos desaparecer/surgir, i.e., estados temporais de sua transformação. No entanto, dado que a percepção ocorre de forma linear e sucessiva no tempo, um modo de apresentação dando lugar a outro, surge a questão: por que, em alguns casos, representamos o que percebemos como coexistindo simultaneamente (no espaço objetivo), enquanto, em outros casos, interpretamos como estados temporários que possuem uma ordem determinada (no tempo objetivo)? Consideremos um exemplo. Suponha um objeto esférico homogêneo x , com um lado $L1$ frio e outro $L2$ quente. Nesse primeiro cenário, x está girando diante de um sujeito $S1$, de modo que ele perceba cada lado em momentos distintos. Em um segundo cenário, x passa por uma transformação, na qual o mesmo lado $L1$ muda de um estado $E1$ (frio) para $E2$ (quente). Nesse segundo caso, outro sujeito $S2$ percebe $E1$ e, em seguida, $E2$. A ordem temporal e o modo de apresentação das qualidades sensíveis parecem idênticos, perceptualmente indistinguíveis, em ambos os cenários, apresentando aparentemente o mesmo caráter fenomenal. Porém, por que os conteúdos singulares que atribuímos a $S1$ e a $S2$ são diferentes? $S1$ interpreta $L1$ e $L2$ como partes espaciais distintas, que coexistem em x ; enquanto $S2$ percebe $E1$ e $E2$ como fases temporais do mesmo objeto x , $E1$ se aniquilando para dar lugar a $E2$. Parte da questão central é: o que determina que os modos de apresentação perceptual sejam representados de tal maneira a permitir que sejam interpretados pelo sujeito como (a) fases ou estados E_j (do processo de transformação) em x , em vez de (b) partes espaciais L_j de x (coexistentes ainda que em uma mudança de posição relativa)?

Ao refletir sobre o terceiro desafio conceitualista, esperamos que o leitor compreenda que, nos exemplos de pensamentos demonstrativos perceptuais apresentados na *seção* 2.4.1, pressupõe-se que as entidades são percebidas como corpos materiais cujas propriedades intrínsecas permanecem inalteradas, ainda que esses corpos possam estar em movimento espacial. Nos casos #4 e #5 discutidos na referida seção, assume-se que as entidades são corpos materiais com propriedades intrínsecas constantes, ao invés de serem eventos. Interrogar criticamente esse

“dado” (“given”), e reconhecê-lo como tal, constitui parte essencial do problema central que denominamos “A Questão da Singularidade”.

Em síntese, a percepção, entendida como um processo primitivo e não conceitual, tem sido frequentemente tomada como suficiente para explicar a formação de estados mentais demonstrativos. Contudo, os três “Desafios conceitualistas” apresentados nesta seção indicam que não se pode assumir como dado, negligenciando a necessidade de um exame mais detalhado, que esses estados mentais conseguem representar eventos particulares ou outros tipos de objetos.

2.4.3

Outras exigências associadas à questão da singularidade

Nesta seção, desdobramento da anterior, enunciaremos outras exigências formuladas por Carvalho em relação às explicações sobre o conteúdo singular, nomeadamente as condições de *individação* (*individuation*) e de *preservação da identidade numérica* (*maintenance of numerical identity*). É verdade que, no decorrer do seu texto, Carvalho apresenta ainda uma terceira exigência para a explicação de nossa capacidade de representar objetos como indivíduos particulares: a *significância espacial* (*spatial significance*). Essa última exigência não será o foco desta seção, nem de nossa tese, mas, sim, a que introduziremos, denominada de “significância temporal” (vide seção 3.2, no capítulo seguinte).

Nosso objetivo ao mencionar essas exigências adicionais é duplo. Primeiro, consideramos que elas fornecem, com as devidas adaptações, bons critérios para qualquer explicação sobre nossa capacidade de representar objetos como eventos particulares — a questão central desta tese. Adaptações são necessárias, porque eventos constituem indivíduos de um tipo específico, com uma estrutura distinta da dos corpos materiais, que não passam por transformações intrínsecas. Segundo, as passagens a seguir do texto de Carvalho oferecem uma amostra da fortuna crítica sobre o tema, a qual, em nossa opinião, contém uma lacuna significativa (*blind spot*). O texto de Carvalho, a nosso ver, exemplifica de forma clara um paradigma predominante nas discussões sobre pensamentos singulares (a ubiquidade desse paradigma também se observa na coletânea organizada por Jeshion, 2010, e, mais recentemente, na tese de doutorado de Shahmoradi, 2024).¹⁶

¹⁶ Em vez de interpretar essa questão como uma lacuna conceitual no sentido de equívoco (*blind spot*) nas teorias (de Carvalho, de Martin, Evans, Shamoradi e Jeshion, dentre outros mencionados

O paradigma em questão parece ser o seguinte: os autores frequentemente assumem uma posição em que o sujeito percebe (vê e observa) e pensa sobre corpos materiais estáticos à sua frente, corpos de diferentes tipos (ou do mesmo tipo) que ocupam uma posição no espaço em um dado tempo t . Isso já ignora, ou pressupõe sem análise, uma questão fundamental abordada nesta tese: como o sujeito consegue representar o que percebe *como estando* em um instante específico t no tempo objetivo. (Essa questão será tratada nos capítulos seguintes; vide, especialmente, alínea [4] da subseção 4.2.4.) Além disso, o paradigma parece concentrar-se apenas em reflexões sobre como selecionamos visualmente (*pick out*) um pequeno corpo à nossa frente — como um pato de borracha amarelo — que nos aparece como um “todo” prontamente perceptível, “inteiro e de uma vez”. No entanto, tal abordagem, ao pretender-se geral, tende a ignorar a possibilidade de selecionar e pensar demonstrativamente sobre corpos materiais grandes e/ou muito próximos — por exemplo, o cômodo ou o quarto em que nos encontramos —, quando apenas parte deles é percebida no momento presente. Nesse caso, o contorno do objeto não é inteiramente distinguido “de uma vez”, e, ainda assim, é possível pensar demonstrativamente sobre ele, como no exemplo de Moore, em que, mesmo observando apenas a praia, podemos referir-nos demonstrativamente à ilha como um todo (cf. Evans, 1982, pp. 144, 177), ainda que sua natureza permita afastar-se o suficiente para percebê-lo por completo.¹⁷ Quando não tratam de corpos estáticos, o foco desse paradigma desloca-se, no máximo, para corpos em movimento de translação, mudando suas posições espaciais relativas a outros corpos materiais; no entanto, todos os corpos materiais percebidos continuam com suas propriedades intrínsecas invariáveis no período de percepção considerado. Esse paradigma, centrado na representação espacial e na análise de corpos

a seguir), é possível concebê-las como uma abstração deliberada, decorrente da própria delimitação do objeto de estudo. Nesse sentido, tratar-se-ia antes de um congelamento proposital da variável temporal, realizado especificamente para fins de teorização. Ainda que se admita, em interpretação caridosa, que aquilo que denominamos neste trabalho como “lacuna” corresponda mais precisamente a uma abstração metodológica desses autores do que propriamente a um ponto cego, permanece evidente que esta tese expõe uma dimensão inédita cuja elucidação é indispensável para o desenvolvimento de uma teoria completa e geral acerca do pensamento perceptual demonstrativo.

¹⁷ Em nossa perspectiva, mesmo objetos pequenos não surgem na percepção de modo “inteiro e de uma vez”. Suas partes espaciais ou temporais são observadas gradualmente, ao longo do tempo. No caso de um corpo material pequeno, um pato de borracha, por exemplo, não percebemos simultaneamente o “lado de trás” nem, tampouco, o interior do objeto. No caso de eventos, mesmo na percepção de eventos “curtos”, que ocorrem rapidamente, é impossível perceber todas as fases simultaneamente.

materiais, leva os autores a negligenciarem as peculiaridades associadas à singularidade de eventos. Esse paradigma restringe, em muito, as explicações fornecidas a como objetos particulares são percebidos, destacados de seu entorno (*picking out*), como são reconhecidos como numericamente idênticos após um período de não percepção, como se mantem o rastreamento (*keeping track*) desses objetos em meio a outros particulares, etc.

A questão que colocamos, derivada do *Desafio Conceitualista #3*, exige uma abordagem mais abrangente, capaz de incluir as diferenças específicas do pensamento demonstrativo sobre eventos particulares. Pensar singularmente sobre eventos demanda uma análise que vá além das explicações tradicionais, frequentemente hiperfocadas nas dimensões espaciais. Isso se faz necessário porque eventos, enquanto entidades, apresentam comportamentos distintivos no tempo.

Começamos enunciando, nas palavras de Carvalho, as duas exigências sobre qualquer teoria de representação singular, isto é, o que, minimamente, uma teoria da representação singular deve ser capaz de explicar:

1. Individuação: individualizar algo como um corpo material [*object*] exige a capacidade de discriminá-lo espacialmente de seus vizinhos e de seu plano de fundo. **2. Manutenção da identidade numérica:** individualizar algo como um corpo material [*object*] exige rastrear sua trajetória espaço-temporal, representando-o continuamente como o mesmo objeto ao longo do tempo e de seu movimento. (Carvalho, 2016, pp. 16; 136, tradução nossa)¹⁸

Dessa forma, quando uma teoria versa sobre pensamentos demonstrativos, não é suficiente restringir as explicações à capacidade de “delimitar contornos espaciais” de um objeto, destacando-o de seu pano de fundo perceptivo (o que atenderia apenas ao critério de “individuação”). É igualmente necessário explicar como o objeto, enquanto permanece em foco na experiência, pode ser percebido como numericamente idêntico, mesmo diante de mudanças temporais e de movimento (satisfazendo o critério de “manutenção da identidade numérica”).

Embora os dois critérios apresentados possam parecer adequados como estão, o critério de individuação, tal como formulado, enfatiza exclusivamente a discriminação espacial (“...spatially discriminate...”). No entanto, no caso de

¹⁸ No original: “**1. Individuation:** singling out something as an object requires one to be able to spatially discriminate the object from its neighbours and from the background. **2. Maintenance of Numerical Identity:** singling out something as an object requires one to keep track of its spatiotemporal trajectory, continuously representing it as the same object through time and motion.”

eventos, a delimitação em relação ao “entorno” (*picking out*) não é apenas espacial, envolvendo, também, a dimensão temporal. Para lidar com eventos particulares, o sujeito deve possuir alguma noção — ainda que aproximada — das “fronteiras temporais” do evento, quando ele começa e termina. Essa delimitação pode ser vaga ou adaptada a propósitos práticos. Por exemplo, no processo de fazer um bolo, é possível identificar diferentes etapas: separar os ingredientes, bater a massa, aquecer o forno, untar a assadeira, assar o bolo, e retirá-lo do forno. Cada etapa pode ser considerada um evento distinto, dependendo do recorte temporal adotado. Adicionalmente, é importante lembrar que observar um corpo se aquecendo ontem à noite não equivale a observar o mesmo corpo se aquecendo agora. Trata-se de dois eventos distintos do mesmo tipo, não de um único e mesmo evento. Eventos particulares estão intrinsecamente vinculados à posição temporal em que ocorrem, enquanto a identidade de um corpo material não está diretamente vinculada a uma posição espacial determinada. Esses aspectos destacam as diferenças fundamentais entre representar eventos particulares e representar corpos materiais estáticos ou em movimento translacional/rotacional.

Consistentemente à nossa sugestão de que o paradigma que identificamos perpassa análises de Carvalho, o autor introduz um terceiro critério: o de “significância espacial” (*spatial significance*). Esse critério postula que, para que algo seja percebido como um objeto, é necessário que esse objeto tenha relevância espacial para o sujeito. Essa relevância implica que o objeto seja representado como fazendo parte de um contexto de interação real ou possível, no qual o sujeito dispõe de habilidades perceptivas e motoras que lhe permitem agir intencionalmente em relação a ele. Essas habilidades incluem a capacidade de situar o objeto em um ambiente tridimensional e conectá-lo a outros objetos no espaço, ajustando a experiência sensório-motora às características percebidas do objeto (Carvalho, 2016, pp. 132-135).

Para convencer-nos de que os enunciados dos critérios foram feitos com base no paradigma espacial diagnosticado por nós, ao mesmo tempo que indicamos limitações desse paradigma, será suficiente citar mais um trecho de Carvalho (2016). Após realizar uma análise crítica de diversas teorias baseadas na atenção e de abordagens não-atentivas, Carvalho apresenta um resumo de uma teoria do pensamento demonstrativo, que busca atender a esses critérios — embora, ao final, Carvalho mesmo não a adote. De acordo com essa abordagem teórica, a explicação

de nossa capacidade de representar objetos específicos responde da seguinte maneira determinada às exigências fundamentais (isto é, aos três critérios que qualquer teoria de representação de objetos deveria ser capaz de responder).

- 1. Individuação:** é função dos processos de segmentação centrados no objeto decompor o campo visual em elementos perceptivos discretos, porém instáveis (proto-objetos), que constituem as unidades básicas da atenção visual.
- 2. Manutenção da identidade numérica:** uma vez que a atenção é alocada a uma dessas representações de proto-objetos, ela confere a essa representação maior coerência espaço-temporal, permitindo a preservação de sua identidade numérica ao longo do tempo.
- 3. Significância espacial:** perceber um objeto envolve também a posse de um conhecimento prático e sensório-motor de seu comportamento, adquirido por meio de padrões de interação com objetos no ambiente, e manifestado em expectativas e antecipações perceptivas geradas durante a interação ativa com o objeto. (Carvalho, 2016, p. 136, tradução com modificações nossas)

Com essa última citação nosso interesse não está em expandir os detalhes dessas soluções específicas, mas em apontar que elas permanecem limitadas ao paradigma centrado em corpos materiais “estáticos” no espaço. Tal paradigma negligencia a problemática de distinguir a representação de corpos em transformações dos em movimento.

Já discutimos o suficiente o critério “individuação”. Na forma como este primeiro critério está enunciado, ele parece inadequado para lidar com o problema apresentado no *Desafio Conceitualista* #3.

Quanto à exigência 2, gostaríamos de destacar as assimetrias que surgem ao explicar a identificação e a reidentificação de um corpo material em comparação com a (re)identificação de uma transformação ocorrendo nesse mesmo corpo material. Essas assimetrias geram diferenças significativas entre, por exemplo, a reidentificação de um mesmo cachorro — ao sair e retornar ao quintal, ou ao desviar o olhar por um momento — e a reidentificação de um e o mesmo evento. Consideremos a reidentificação de um evento, por exemplo, a observação da fase inicial de um incêndio em uma casa e, posteriormente, um reencontro com o mesmo incêndio, percebendo um estado muito mais avançado da casa em chamas. No primeiro caso, é possível haver uma enorme “coerência e semelhança” entre o que se percebe nos dois instantes, o de identificação e o de reidentificação do cão; no segundo caso, as duas fases podem ser consideradas modificações *abruptas* e ainda assim, são por meio dessas fases *irrepetíveis* que devemos reidentificar a mesma transformação (incêndio da casa).

No que se refere à exigência 3, ela não será desenvolvida em detalhe nesta tese, pois nosso foco está nas diferentes “significâncias temporais” que os objetos da percepção devem possuir.

Em nosso texto, “significância temporal” refere-se, grosso modo, à maneira como diferentes tipos de objetos ganham distintas “relevâncias” ou “importâncias” temporais para um sujeito. Como tentaremos argumentar e explicar nos próximos capítulos, tais distinções implicam que o sujeito seja capaz de situar-se no tempo, reconhecer a posição temporal do que percebe, representar uma transformação como real e compreender a ordem e distância temporal entre eventos, de modo a orientar-se em meio a indivíduos particulares no fluxo temporal. Não se exigirá que o sujeito tenha determinado a posição temporal exata do particular na história do mundo, como em termos de coordenadas precisas; o fundamental é que disponha de um meio ou habilidade para ajustar essa posição à passagem do tempo e às interações do objeto ao seu redor com outros. Nesse contexto, o sujeito também vivência uma sensação de “desconexão” em relação as alterações percebidas como objetivas, como se aquilo que ocorresse ou estivesse “lá”, publicamente acessível, no mundo, diferente de meros erros perceptivos ou de alterações subjetivas na experiência sensível decorrentes de mudanças de perspectiva. A essas indicações, acrescentamos que a percepção *vis-à-vis* de um objeto é condicionada pelo contexto temporal em que o objeto percebido e o sujeito se encontram: o objeto deve estar disponível no momento da percepção, determinando a experiência sensível do sujeito. As variedades de “significâncias temporais” tornam-se evidentes ao refletirmos sobre o fato de que um evento, entendido como uma transformação de propriedades intrínsecas de um corpo material, deve ser representado de maneira distinta de um corpo material que, embora se mova, mantém suas propriedades intrínsecas constantes, alterando apenas suas propriedades relacionais. As propriedades e partes dos corpos materiais “estáticos” são representados como simultaneamente “posicionados” no tempo objetivo, o que pode não corresponder a ordem em que determinam efetivamente a sensibilidade do sujeito. Em contrapartida, as fases ou estados de uma transformação — seja no mesmo objeto ou em outro — são representados como “posicionados” de modo sequencial no tempo objetivo, correspondendo à ordem em que são percebidos ou poderiam ser percebidos. Em suma, a “significância temporal” implica, ao menos, que o sujeito

experiencie o objeto e suas propriedades como parte de um contexto de interação real e possível, com posições temporais determinadas.

Concluimos esta seção apresentando, com as devidas adaptações e correções, os três critérios que julgamos constituir exigências adequadas e pertinentes, e que serão o foco principal desta tese, ainda que reconheçamos o caráter sumário dessas formulações.

1. “Individuação”: para individualizar (*single out*), por meio da percepção, algo como um evento particular, é preciso ser capaz de discriminá-lo temporalmente de outros eventos e espacialmente de seu entorno.

2. “Manutenção da identidade numérica”: individualizando (*singling out*) algo como um evento particular, se é capaz de manter em mente (*keep track*) a sua “distância temporal” relativa a outros eventos, enquanto se experiencia a passagem do tempo, representando-o como numericamente o mesmo evento particular, distinguindo-o de outros do mesmo tipo que ocorreram ou ocorrerão em outros momentos.

3. “Significância temporal”: para que algo seja percebido como uma mudança real, é necessário ter noção da “posição no tempo” do que se percebe, distinguindo simultaneidade de sucessão objetivas. Essa experiência temporal permite ajustar ações e crenças ao que se percebe, em um contexto de interação atual e possível, e, por isso, permite sustentar pensamentos hipotéticos ou contrafactuais sobre o que se percebe, tanto sobre corpos materiais quanto sobre eventos, de maneira diferenciada.

2.5

A relação com a experiência sensível

O conteúdo singular dos pensamentos demonstrativos perceptuais é determinado pela maneira como um objeto é apresentado a um sujeito, por meio da experiência perceptiva. Esse conteúdo é feito disponível pela experiência perceptiva do objeto no qual o pensamento se baseia. Por exemplo, o caráter fenomenológico da experiência visual, incluindo a maneira como o objeto aparece, determina

parcialmente o conteúdo da crença ou do juízo perceptivo. Em suma, a experiência perceptual de um objeto fornece a maneira (demonstrativa) de pensar sobre ele, a qual, em parte, compõe o conteúdo intencional do pensamento ou juízo perceptual demonstrativo a seu respeito.

Pensamentos singulares, por sua própria natureza, representam as coisas de tal modo que faz sentido avaliá-los como verdadeiros ou falsos, dependendo de se os fatos no mundo correspondem ou não àquilo que esses pensamentos representam. No entanto, como tratamos de conteúdo singular (e não de mera referência linguística), não basta que o objeto pensado faça parte das (ou esteja entre as) condições de verdade de “x é F”. O essencial é compreender como o sujeito pensa x. Assim, a explicação a ser oferecida sobre o conteúdo intencional de tais pensamentos, em termos de condições de verdade, deve evidenciar de que maneira o sujeito apreende esse conteúdo. Até aqui, temos falado de “conteúdo singular demonstrativo”, isto é, a maneira pela qual o objeto lhe é apresentado, o modo que o sujeito pensa sobre ele, ou a forma pela qual o sujeito representa o objeto. Trata-se da maneira como o sujeito “se refere mentalmente” ao objeto alvo, ao pensar não-descritivamente. A explicação desse caráter “não descritivo” pode ser dada em termos de uma *relação* perceptual, em contraste com uma noção de satisfação. Sendo esses pensamentos de natureza perceptual, o conteúdo demonstrativo deve ser algo de que o sujeito esteja (ou possa vir a estar) consciente em razão de sua experiência sensorial.

Em última análise, pergunta-se: como o sujeito pensa o objeto? Como o conteúdo intencional de pensamentos demonstrativos perceptuais está vinculado com o objeto real do qual é sobre? Talvez o conteúdo intencional seja individualizado de acordo com a identidade numérica do objeto real do qual é sobre. Ou, talvez, nem tudo o que seja relevante para a determinação de qual é o objeto do pensamento faça parte do conteúdo intencional deste pensamento. Ou talvez, o conteúdo demonstrativo dependa exclusivamente das qualidades observáveis (*proper sensibles*) e não da identidade numérica do objeto.

Poder-se-ia argumentar que a dificuldade de se responder a essas questões, incluindo “A Questão da Singularidade”, e a dificuldade aparente em se responder aos *Desafios Conceitualistas* (seção 2.4.2) se devem a teses prévias, muitas vezes tacitamente pressupostas, sobre a natureza da própria experiência sensorial, e não

necessariamente depende de teses sobre a sua relação como entendimento, com a cognição, ou do tipo de pensamento.

Por exemplo, poder-se-ia objetar que o *Desafio Conceitualista #1*, o caso dos gêmeos ou duplicatas, somente tem a aparência de ser persuasivo se aceitarmos que o *caráter qualitativo* da experiência, no qual os episódios de pensamentos demonstrativos perceptuais se baseiam, é o único aspecto relevante de seu *conteúdo fenomenológico*. Uma vez que se reconheça que essa concepção de conteúdo fenomenológico não é obrigatória, e adotemos uma concepção “ampla” de conteúdo, poderíamos rejeitar esse desafio como um pseudoproblema.

Essa é exatamente a posição defendida por Soutif (2012), que considera arbitrária a posição de que a identidade ou diferença no conteúdo fenomênico depende exclusivamente da identidade ou diferença dos *qualia*. Ou seja, não é necessário que conteúdo fenomênico — por exemplo, o da experiência visual — seja o mesmo no caso de dois objetos numericamente distintos aparecerem (visualmente) os mesmos ao sujeito, porque “há, é possível argumentar [...] duas experiências com dois objetos numericamente distintos” (Soutif, 2012, p. 155, tradução nossa). Quanto à noção de “conteúdo fenomenológico amplo” a ser adotada, Soutif (2012, p. 155n48) remete diretamente à formulação de Martin (2002a), reconhecendo essa influência.

O restante desta seção 2.5 se organiza da seguinte forma. Na subseção 2.5.1, apresentaremos a classificação tripartida de Martin sobre as visões filosóficas da percepção. Em 2.5.2, exploraremos a noção de conteúdo fenomenológico “amplo” proposta por Martin (2002a) e aludida por Soutif (2012), um conteúdo que incluiria tanto *como* as coisas são apresentadas ao sujeito, quanto *o que* (isto é, quais objetos e qualidades particulares) lhe são apresentados. Na subseção 2.5.3, argumentaremos que essa proposta de Martin não é livre de problemas e, sem dúvida, não é obrigatória; e, mesmo que aceita, ela ainda exigiria complementações e elaborações teóricas, como as que desenvolveremos nesta tese. Por fim, em 2.5.4, esboçaremos a abordagem que recomendamos e suas justificativas metodológicas, ao darmos início a uma descrição fenomenológica da experiência, explicando em que sentido consideramos necessária uma compreensão mais ampla da experiência sensível, tema que será aprofundado no próximo capítulo.

2.5.1

Visões filosóficas acerca da percepção

Para prepararmos o terreno para as discussões desta *seção* 2.5, recorreremos à classificação tripartida de Martin (1997, 1998, 2002a, 2002b) a respeito das visões filosóficas sobre a experiência sensorial. Martin divide tais abordagens em três classes: [i] a visão realista ingênua (*naïve realist view*) ou direta, [ii] a visão intencional (*intentional view*) ou representacional e [iii] a visão subjetivista (*subjectivist view*).

[i] Martin (2002b) introduz o *realismo ingênuo ou direto* como uma abordagem que enfatizaria a natureza relacional do estado de coisas envolvido na percepção, argumentando que é nos próprios objetos e em suas propriedades manifestas que devemos procurar a origem da transparência e particularidade fenomênica, e não em conteúdos representacionais. Sob essa ótica, o ambiente externo e suas propriedades desempenham papel fundamental na compreensão do modo como experienciamos o mundo. De acordo com essa perspectiva, quando, por introspecção, refletimos sobre nossas experiências, identificamos imediatamente objetos e características específicas do cenário perceptivo objetivo do mundo, podendo relatá-las justamente por serem partes integrantes da situação experienciada (Martin, 2002b, p. 393). Por exemplo e não à toa, Campbell (2002, 2010) denomina sua posição realista ingênua de “Visão Relacional da Experiência”, uma vez que a experiência de um objeto se configura como uma relação entre o sujeito percipiente e o objeto percebido, e o caráter qualitativo da experiência advém das características qualitativas da cena percebida (Campbell, 2002, 114-115; cf. Campbell, 2010). Ademais, em geral, as formas de realismo ingênuo estão comprometidas com alguma forma de *disjuntivismo*, que recusa a existência de um elemento comum entre percepções verídicas e experiências ilusórias — a única coisa que haveria em comum entre esses estados seria o fato de serem epistêmica e introspectivamente indistinguíveis ao sujeito. Uma vez que o realismo direto sustenta que, quando se percebe algo de modo verídico e fidedigno, a imediaticidade ou vivacidade da experiência reflete a própria situação na qual o fato percebido ocorre; isso é compatível com e, na verdade, é um fato a favor da tese central do disjuntivismo de que a experiência no caso perceptivo verídico não é idêntica ao episódio mental no caso de alucinação (Martin, 2002b, p. 399). Em

outras palavras, o realismo ingênuo considera que o caráter fenomênico da experiência é parcialmente constituído pelos objetos externos de percepção e por suas qualidades observáveis, de tal forma que não seria possível ocupar determinado estado consciente sem que esses objetos e qualidades estivessem presentes. Assim, as propriedades acessíveis do objeto percebido apresentam-se diretamente, compondo os aspectos fenomênicos do ato perceptivo. Portanto, ao sustentar que nossos episódios de experiências sensíveis (“vivências”) se dão de modo direto, por meio de uma *relação* a objetos independentes da mente, o realismo ingênuo garantiria uma explicação clara para a transparência e particularidade da experiência (Martin, 2002b, p. 378, p. 393).

[Q]uando alguém tem tal experiência, seu objeto deve realmente existir e estar genuinamente presente à mente. Chamamos isso de realismo ingênuo [*naïve realism*]. [...] o realista ingênuo pode alegar que devemos explicar a transparência fenomenal em termos dos objetos da percepção, e não em termos do conteúdo representacional da experiência: os objetos precisam realmente estar presentes para que se tenha a experiência e, de fato, pode-se sustentar que eles são constituintes da situação experiencial. Quando alguém realiza uma introspecção em sua experiência, nota esses aspectos da situação experiencial e, assim, presta atenção a eles e pode relatá-los. (Martin, 2002b, p. 393)

Portanto, em uma situação em que o sujeito está percebendo veridicamente, e de forma alguma desconfia de sua experiência, ele se sentirá compelido a julgar que as coisas são assim. Tomando emprestada a frase de Austin, “a questão está resolvida” [*‘the question is settled’*] para ele. No caso da percepção verídica tomada ao pé da letra, a imediatidade ou a vivacidade da experiência reflete o caráter da situação, isto é, que um determinado fato é o caso no ambiente do sujeito e que esse fato se tornou manifesto a ele. (Martin, 2002b, p. 399, traduções nossas)

[ii] Por um lado, as *teorias intencionalistas ou representacionalistas* concordam com o realismo ingênuo no que está “diante da mente”, mas, por outro, divergem quanto à maneira pela qual os objetos se apresentam à mente (Martin, 1997, p. 5). Sob a ótica intencional, não é imprescindível que os objetos existam de fato para o sujeito estar naquele estado experiencial: basta que haja um conteúdo representacional que torne a experiência “como se” os objetos estivessem efetivamente presentes. As teorias intencionais defendem que a experiência perceptiva possui um caráter representacional, de modo que aquilo que percebemos são representações de objetos e representações de suas propriedades no mundo externo (Martin, 1997, 2002a). Segundo essa perspectiva, a transparência da experiência advém do fato de que nossa vivência perceptual *indica* a presença de

objetos e seus atributos, o que nos faz crer que estamos diretamente conscientes de algo extramental, objetos independentes da mente. O caráter fenomenológico da experiência sensível é visto como nada mais do que a maneira pela qual a experiência *representa* o mundo como sendo, e é individuado pelos objetos e qualidades que deveriam estar presentes no mundo para que o conteúdo da experiência fosse *correto*. Crawford (2020, p. 446) reforça essa explicação ao destacar que as experiências perceptuais, em abordagens do tipo intencionalista, dispõem de um conteúdo representacional determinado por “condições de satisfação” (Searle, 1983), “condições de correção” (Peacocke, 1992) ou “condições de veridicidade” (Burge, 2005, 2010).

[...] essa concepção assimila o caso da experiência perceptual ao do juízo ou da crença. Devemos conceber a experiência como tendo alguma forma de conteúdo representacional, que admite correção ou incorreção. Esse conteúdo é especificado por referência aos objetos e suas qualidades que estariam presentes caso o conteúdo estivesse correto, mas é o conteúdo representacional, e não os objetos representados, que determina o caráter fenomenal da experiência. Com efeito, a abordagem intencional concorda com o realista ingênuo quanto ao que está ‘diante da mente’, a saber, os objetos externos da percepção, mas discorda quanto ao modo como os objetos da percepção estão diante da mente. O realista ingênuo pensa isso de modo relacional: os objetos fazem parte do estado de coisas relacional que constitui a experiência perceptual. O teórico do intencionalismo nega esse caráter relacional: a experiência é, antes, quase relacional [*quasi-relational*]; ela tem um caráter tal que é como se os objetos da percepção estivessem diante da mente, mas não é necessário que de fato estejam para que o sujeito se encontre nesse estado. (Martin, 1997, p. 5, tradução nossa)

Resumindo, Martin (2002a, p. 173) propõe que as teorias intencionais se comprometem com três teses principais: (a) as experiências sensoriais possuem propriedades intencionais; (b) certos aspectos fenomenais — notadamente aqueles que envolvem os objetos percebidos — podem ser explicados por essas propriedades; e (c) tanto as percepções verídicas quanto as alucinações perfeitamente coincidentes compartilham o mesmo conteúdo intencional, possibilitando uma compreensão uniforme de casos aparentemente distintos.

[iii] As teorias da percepção ou experiência sensível denominadas de *visões subjetivistas* propõem que a experiência perceptiva é constituída pela consciência de entidades cuja existência e natureza dependem do próprio ato de percebê-las (Martin, 1997, p. 4 e p. 17). Em tais abordagens, o caráter fenomenológico da experiência decorre justamente dessas entidades subjetivas e de suas qualidades

intrínsecas. Um exemplo clássico encontra-se nas chamadas “teorias do dado sensorial” (*sense-datum theories*), segundo as quais estamos imediatamente cientes de entidades ou qualidades internas — os “dados dos sentidos” (*sense-data*) — que servem de intermediários entre o sujeito e o mundo externo. Dessa forma, aquilo que percebemos de modo direto não seriam os objetos físicos em si, no mundo, mas representações ou substitutos mentais que correspondem, em suas propriedades, aos objetos físicos que perceberíamos de maneira indireta. Uma objeção clássica às teorias da percepção dos dados dos sentidos é que elas introduzem entidades que atuam como um “véu da percepção” entre nós e o mundo externo; e costuma-se sugerir que a presença suposta de tal véu levaria a problemas céticos intransponíveis (Martin, 2002b, p. 396). Outra categoria exemplo de posições subjetivistas seria aquela que rejeitam uma análise em termos de “ato-objeto”; é o caso das teorias adverbialistas (*adverbialism*), que eliminam a postulação de intermediários mentais. O adverbialismo enfatiza a *maneira* como experienciamos, em vez de postular um objeto distinto de experiência (Martin, 1998, p. 164), sugerindo que a natureza da experiência pode ser compreendida ao se considerar os *qualia*, ou as propriedades qualitativas da própria experiência entendida como episódio subjetivo (ibidem, p. 166). Por exemplo, a análise de “S vê uma mancha azul” seria identificada com a descrição de como o processo ou a atividade de ver está ocorrendo, “S vê azualmente”. A teoria adverbial sustenta que a própria experiência, ou o ato de experienciar em si, possui as características fenomenológicas em questão. Assim, os teóricos do adverbialismo sugerem que as propriedades que os objetos parecem ter são aquelas que nossas experiências nos levam a acreditar que eles possuem, isto é, as propriedades que nossas experiências possuem são responsáveis por levar-nos a adquirir crenças sobre os objetos do mundo. Nesse sentido, podemos entender que a teoria adverbial da percepção explora a ambiguidade da distinção “ato-objeto” da experiência, para justificar pensar a percepção em termos de ação. Mais precisamente, a abordagem adverbialista parece “inverter” um aparente truísmo: o de que um sujeito obtém conhecimento do “what-it-is-like” (isto é, das propriedades fenomenológicas) de suas experiências por meio do conhecimento das propriedades que os objetos percebidos aparentam ter ou são apresentados como possuindo; ou seja, de que não há nada a mais para um sujeito aprender sobre a natureza de sua própria experiência do que saber quais objetos, e quais qualidades desses objetos, são experienciados.

[P]ara o adverbialista, é necessário distinguir nitidamente entre as propriedades da experiência de alguém e as propriedades que os objetos parecem ter: as propriedades que os objetos parecem ter, em geral, são aquelas que nossas experiências tendem a nos levar a acreditar que eles possuem. Já as propriedades que nossas experiências de fato têm, qualia 1 [no sentido das propriedades “what-it-is-like”, ou seja, de como é ter a experiência], são aquelas responsáveis por adquirirmos essas crenças. No entanto, elas são distintas, e nossa consciência delas é distinta da nossa consciência das propriedades que os objetos parecem ter — qualia 2 [as propriedades que os objetos parecem ter ou são apresentadas como tendo]. (Martin, 1998, p. 166, tradução nossa)

Em todo caso, tanto as abordagens que postulam dados dos sentidos quanto as que adotam a descrição adverbial enfrentam desafios similares para acomodar a aparente transparência da experiência¹⁹, pois, em ambos os casos, defende-se que as qualidades percebidas são, em última instância, dependentes do sujeito que as percebe (Martin, 1997, 1998). Isto é, uma dificuldade recorrente nessas teorias é explicar por que, ao examinarmos introspectivamente nossa percepção, parece que nos deparamos apenas com objetos externos (vide Martin, 2002b, p. 396). Dessa forma, a questão central reside em conciliar a experiência de um mundo aparentemente externo e independente com a tese de que os elementos constituintes do caráter fenomênico são, na verdade, criações ou modificações mentais.

2.5.2

Uma noção de conteúdo fenomenológico “amplo”

A perspectiva intencionalista, como mencionamos, afirma que os estados perceptivos consistem em experiências sensíveis que *representam*, de maneira análoga a como crenças e juízos possuem intencionalidade. Enquanto podemos dizer que juízos e crenças são verdadeiros ou falsos, a depender de como as coisas, no mundo, são ou não como eles representam como sendo; as experiências

¹⁹ Martin (1997, 1998, 2002a, 2002b) entende o caráter “diáfano” ou “transparente” da experiência perceptiva como relacionado à intuição (de ordem fenomenológica) de que a experiência parece ser “transparente”: ao voltar-se para ela, o sujeito não encontra algo interposto entre si e o mundo, mas apenas o próprio mundo. É como olhar através de um vidro perfeitamente limpo: não vemos o vidro em si, mas diretamente a cena além dele (cf. Moore, 1903). Essa intuição está associada ao fato de que aprender sobre a própria experiência aparenta estar intrinsecamente ligado à exploração e à atenção aos aspectos do mundo tal como percebido, isto é, conhecemos as propriedades da experiência por meio do conhecimento dos últimos (as propriedades aparentes dos objetos). Essa intuição é utilizada como argumento negativo contra teorias dos dados dos sentidos e abordagens adverbiais da percepção, que postulam entidades intermediárias ou qualidades subjetivas como constituintes fundamentais da experiência. A transparência da experiência, no contexto de abordagens relacionistas ou realistas diretas, não é apenas uma metáfora, mas expressa a tese de que a experiência é constituída pela presença manifesta do mundo; e não por elementos internos que o representariam.

perceptuais possuiriam um conteúdo intencional que poderia ser avaliado como correto ou verídico a depender de sua conformidade com o objeto no mundo.

Duas são as *desiderata* que as abordagens intencionalistas almejam satisfazer. Primeiramente, explicar a particularidade da experiência perceptiva. A experiência perceptiva parece apresentar indivíduos particulares, não meros fatos gerais (Martin, 2002a, p. 173; ver também Soteriou, 2000; Schellenberg 2010, 2016). Por exemplo, ao olhar para um cachorro, a percepção não se limita a informação “há um cachorro aqui”, mas apresenta *este cachorro* em particular. Tal fato permite elaborar juízos singulares e demonstrativos, como “Este cachorro está latindo”. Em segundo lugar, a abordagem intencionalista pretende oferecer uma explicação simétrica tanto para experiências verídicas quanto para estados de ilusão ou alucinação perceptual. De fato, o intencionalismo foi “criado sob medida” para atribuir um conteúdo comum a casos de percepção verídica e a casos de alucinação, sem incorrer em algo análogo a um “véu de representações”, como sugerem visões subjetivistas.

Em contrapartida, essa ênfase na particularidade da experiência sensorial representa um desafio às teorias intencionais da percepção (Soteriou, 2000). Se o conteúdo intencional depende de um objeto, então as alucinações, que não têm objeto, não teriam conteúdo intencional algum. Surge assim, um dilema: ou se rejeita a tese de que a experiência apresenta indivíduos particulares, ou se rejeita a ideia de que percepção e alucinação possam ser explicadas pelas mesmas propriedades intencionais (Martin, 2002a, p. 174; Schellenberg, 2010).

Um desafio à tese de que a experiência perceptiva, por si só, seria capaz de nos apresentar particulares advém da alegada “insensibilidade” do conteúdo fenomenológico, que seria incapaz de distinguir situações qualitativamente idênticas. Ao adotarmos a premissa de que, se duas experiências são indistinguíveis, para o sujeito, então elas possuem o mesmo conteúdo fenomenológico, a experiência perceptiva passaria a ser vista como geral, e não particular. Nesse sentido, faz-se plausível a tese de que “uma descrição precisa do conteúdo fenomenológico da experiência empregará apenas termos gerais para especificar como a experiência representa o mundo” (Martin, 2002a, p. 181).

No entanto, para defender a possibilidade de um conteúdo fenomenológico particular no quadro teórico do intencionalismo, Martin argumenta exatamente o oposto: o conteúdo fenomenológico não se restringe ao que o sujeito consegue

descrever ou relatar em termos de propriedades gerais ou qualidades universais vivenciadas (Martin, 2002a, pp. 193-194). A estratégia de Martin é, em uma frase, propor uma concepção *ampla* de conteúdo fenomenológico. Esse aspecto da experiência sensível que pode ser comum com outras experiências do mesmo tipo, que pode ser descrito por características gerais e comparado com outros episódios, seria apenas um aspecto do conteúdo fenomenológico, ao qual Martin denomina de “caráter fenomênico” (ibidem, pp. 193-194). Haveria “algo a mais” nesse conteúdo fenomenológico, o qual Martin denomina de “natureza fenomênica”. Tal distinção, aliada às noções de capacidades perenes e capacidades episódicas, permitiria explicar a particularidade de episódios perceptivos singulares.

Uma teoria intencional da experiência perceptual rejeitará a ideia de que os objetos da percepção são, literalmente, constituintes de um episódio experiencial, pois as experiências alucinatórias, consideradas do mesmo tipo, carecem de tais constituintes (logo, não pode ser essencial a esse tipo de experiência que aquilo sobre o que ela versa esteja presente como constituinte). No entanto, o intencionalista continuará motivado por uma preocupação com a perspectiva em primeira pessoa sobre a experiência. Desse ponto de vista, é como se [*it is as if*] a cena diante do sujeito fosse um constituinte do evento experiencial. Assim, nenhuma descrição adequada de como é a experiência poderia deixar de mencionar os objetos e eventos particulares percebidos no caso de uma percepção genuína. Portanto, o intencionalista deve conceber com maior propriedade [*should best think*] que a natureza fenomenal particular que um episódio experiencial possui é determinada apenas no contexto em que tal experiência ocorre. (Martin, 2002a, p. 194, tradução nossa)

Para ilustrar, suponha-se que o sujeito *S* esteja no quintal diante de Cipión e tenha a experiência específica associada à percepção, no interior desse contexto. Ao sair e, depois, retornar ao quintal, *S* depara-se agora com Berganza, irmão gêmeo de Cipión, qualitativamente idêntico. Podemos construir uma situação tal que *S*, nesse novo contexto, não é capaz de, por meio da memória ou de qualquer habilidade de reconhecimento, distinguir o cachorro atual daquele visto anteriormente. Isso não seria problemático, argumenta Martin, porque, nesse caso, não estamos tratando de habilidades de reconhecimento, mas apenas de conteúdos demonstrativos (Martin, 1997, p. 13). Devemos, assim, abrir espaço para “a ideia de que a maneira pela qual uma experiência perceptual nos conecta a um determinado indivíduo — ou a um evento irrepetível envolvendo esse indivíduo — é peculiar à própria percepção e não é reproduzida como tal na memória dessa experiência” (Martin, 2002a, p. 211). Martin prossegue defendendo que, na primeira situação, o sujeito *S* se encontrava em um contexto que incluía Cipión, de

modo que era sobre Cipión que *S* pensava demonstrativamente (caso optasse por pensar a respeito do cão à sua frente). Além de possuir capacidades gerais de seleção visual e auditiva inerentes ao sujeito (as quais poderíamos chamar de “perenes”), *S* foi temporariamente empoderado, naquele contexto específico, de uma “capacidade episódica” específica de pensar demonstrativamente acerca de Cipión. Durante esse episódio perceptual específico, um evento particular, o conteúdo fenomenológico exibía aspectos únicos. Ao sair desse contexto, poderia ser que *S* perdesse a habilidade de pensar demonstrativamente sobre Cipión, pois se tratava de uma habilidade episódica e dependente do contexto. Agora, tendo retornado ao quintal, e tendo a experiência de Berganza, *S* possui uma nova capacidade episódica, acionada pelas condições atuais, de pensar demonstrativamente sobre Berganza. Embora o conteúdo da percepção seja representacional, o que está agora diante da mente de *S* é Berganza, não Cipión. Dessa forma, mesmo sem integrar literalmente o conteúdo da experiência, o objeto particular (Berganza) presente no contexto perceptivo de *S* satisfaz as novas condições de correção ou veridicidade do novo evento perceptivo. Nas palavras de Martin:

[P]oderíamos sugerir que as condições de correção das experiências não são as mesmas nas duas situações, mas devem ser avaliadas de acordo com o contexto em que cada experiência ocorre. O conteúdo das experiências sensoriais, conforme o argumento apresentado acima, é insensível ao contexto [*context-insensitive*]: episódios sensoriais distintos, que poderiam ter ocorrido em momentos diferentes ou com a apresentação de objetos distintos, possuem o mesmo conteúdo. No entanto, um conteúdo pode ser insensível ao contexto sem que suas condições de correção também o sejam: pois o conteúdo pode determinar uma condição de correção relativa a um contexto. (Martin, 2002a, pp. 191-192)

Para resumir nossa discussão sobre os gêmeos qualitativamente idênticos [*perceptually indistinguishable twins*]: podemos respeitar a ideia de que objetos e eventos distintos podem ser apresentados de forma fenomenicamente idêntica e que, consequentemente, tais experiências sejam fenomenalmente idênticas em sua natureza. Além disso, pode-se aceitar, como decorrência disso, que tais experiências compartilham exatamente o mesmo conteúdo. Isso é plenamente compatível com a suposição de que há um aspecto da fenomenologia da experiência que é inerentemente particular; ou seja, que o conteúdo visado de uma determinada experiência envolve objetos e eventos específicos. Essa tensão é conciliada quando compreendemos que o conteúdo visado de uma experiência particular é determinado pelo contexto [*context-determined*]: ele é dado pela combinação entre um conteúdo invariante [*context-invariant*] e a circunstância específica [*particular circumstance*] em que ocorre o episódio experiencial. (Martin, 2002a, p. 195, traduções nossas)

Explicuemos. No primeiro evento perceptivo, caso o sujeito *S* descrevesse fenomenologicamente sua experiência — o “what-it-is-like” de sua vivência — relataria as qualidades associadas a um cão com pelo castanho brilhante, porte médio e latido grave. No segundo contexto, ao retornar ao quintal e defrontar-se com outro cão, gêmeo do primeiro, seu relato em primeira pessoa mencionaria as mesmas nuances sensoriais: o mesmo porte, a mesma cor, o mesmo latido, etc. Embora as descrições coincidam, elas apenas traduzem, na terminologia de Martin, o “caráter fenomênico” das vivências desses objetos — isto é, o modo como os objetos intencionais se apresentam, relativamente às diferentes modalidades sensoriais, ao sujeito.

Quando há um elemento repetível da fenomenologia — um elemento que, por isso, aparecerá no caráter fenomenal compartilhado de duas experiências do mesmo tipo —, podemos perguntar se tal elemento pode ocorrer na ausência da característica correspondente no mundo. Caso possa, então, presumivelmente, haverá alguma descrição adequada dele que não faça referência ao objeto real da experiência. (Martin, 2002a, p. 199, tradução nossa)

Estamos, agora, em condições de entender a razão de Martin sustentar que o “conteúdo fenomenológico” iria além do simples “caráter fenomenológico” e não se esgotaria apenas nas qualidades sensíveis imediatamente descritas. Martin defende que o conteúdo fenomenológico transcende o mero caráter fenomênico, precisamente porque essas descrições abstraem de um fato importante: o fato de que dois episódios de experiência, ao invés de um, ocorreram e que em cada um dos episódios, o sujeito estava em contextos distintos sendo apresentado a um objeto particular distinto. Cada contexto perceptivo fornece condições de correção particulares. Desse modo, no primeiro evento, as condições de verdade do pensamento “Este cão está latindo”, baseado na experiência de *S*, estariam ligadas a Cipión, o cão específico então presente; no segundo, as condições de verdade do pensamento “Este cão está latindo” (outro *token* de pensamento de mesmo *type* que o anterior) seriam relativas a Berganza. Em ambos os casos, existe um conteúdo geral — a percepção de “um cão marrom de porte médio com certo tipo de latido” — que permanece invariante. Todavia, o que Martin (2002a, pp. 191-192) chama de “condição de correção contextualmente atribuída” (*a contextually assigned truth condition*) difere: cada experiência aplica-se a um indivíduo distinto e, assim, possui aspectos particulares ancorados a cada contexto específico. Em resumo, “o fato de que duas experiências sejam qualitativamente idênticas não nos obriga a

negar que, em um caso, um objeto particular deva ser selecionado em virtude da natureza fenomenal, o qual não é selecionado no outro” (Martin, 2002a, pp. 198-9)²⁰.

Podemos resumir a abordagem intencionalista proposta por Martin e inspirada em trabalhos de Burge: o conteúdo fenomenológico de uma experiência é nada mais do que a maneira como a experiência *representa* o mundo, mas deve incluir tanto como as coisas aparecem ao sujeito, quanto os objetos e qualidades particulares que lhe são apresentados. Esse conteúdo representacional é determinado por suas “condições correção” ou “condições de veridicidade” (Burge, 2005, 2010), sendo individuado pelos objetos e qualidades que precisam estar no mundo para que a experiência seja correta.

Portanto, ao permitir que distintos episódios perceptivos compartilhem conteúdo invariante e, ao mesmo tempo, possuam condições de correção específicas a cada circunstância, Martin mostraria como se conciliam os aspectos gerais da experiência (aquilo que se pode descrever e comparar) com a dimensão particular (o “a mais” que, em cada contexto, faz referência a um objeto particular). Essa abordagem reforça o chamado caráter “quase-relacional”: o sujeito tem uma experiência que, de modo intencional, se dirige ao objeto e dele depende para que seja verídica — mas, sem que o objeto necessariamente componha o conteúdo em si. Assim, a fenomenologia do sujeito permaneceria fiel tanto à aparência comum das experiências quanto à sua ancoragem singular quando um objeto efetivamente está presente.

2.5.3

Rejeitando esse conceito de experiência

O primeiro par de críticas que podemos direcionar à abordagem intencionalista da experiência, delineada em termos gerais na *seção* 2.5.2, diz respeito à sua incapacidade de fundamentar uma teoria dos pensamentos demonstrativos perceptuais que satisfaça três requisitos essenciais. Contrariando uma impressão inicial, essa abordagem não consegue, simultaneamente, (a) garantir que os pensamentos demonstrativos perceptuais sejam determinados por suas condições

²⁰ No original: “the fact that two experiences are qualitatively the same does not force us to deny that, in one case, a particular object must be picked out in relation to the phenomenal nature, which is not picked out in the other”.

de verdade, (b) descrever de maneira fidedigna a forma como o sujeito apreende tais condições e (c) explicar esse conteúdo demonstrativo como algo acessível à consciência do sujeito por meio da experiência sensorial.

Como nos explica Crawford (2020, p. 451), uma teoria dos pensamentos deve respeitar esses três requisitos principais. Primeiro, os pensamentos possuem condições de verdade, ou seja, representam a realidade de uma determinada maneira e são avaliados verdadeiros ou falsos conforme essa representação corresponda ou não aos fatos. Esse é “o critério das condições de verdade”. Em segundo lugar, “o critério da fidelidade” postula que qualquer teoria baseada em condições de verdade deve explicá-las de forma que reflita como o sujeito compreende o conteúdo do pensamento e que seja compatível com suas capacidades cognitivas. Por último, “o critério de acessibilidade à consciência” exige que o conteúdo demonstrativo perceptual seja algo acessível ao sujeito, uma vez que sua constituição depende essencialmente da experiência perceptiva. (A alínea [1] seguinte e a próxima [2] são fortemente tributárias das ideias contidas no trabalho de Crawford, 2020.)

Antes de apresentarmos nossas críticas, é necessário examinar com mais detalhe como a teoria de Martin atribui condições de correção às experiências perceptivas.

Martin, ao formular suas respostas em defesa do intencionalismo, recorre ao trabalho de Burge sobre pensamentos singulares. A abordagem de Burge, que trata da referência em pensamentos *de re* e do papel dos contextos na determinação das condições de verdade, oferece o modelo conceitual que Martin aplica à experiência perceptiva.

Martin, ao sustentar que o conteúdo fenomenológico “pode ser independente do contexto sem que suas condições de correção o sejam, pois o conteúdo pode determinar uma condição de correção relativa a um contexto” (Martin, 2002a, pp. 191-192), associa essa posição à concepção defendida por Burge. Segundo Martin, Burge adotaria precisamente essa perspectiva acerca da correção do conteúdo perceptual. Burge propõe o seguinte esquema para a determinação das condições de verdade de enunciados e pensamentos demonstrativos.

‘Esse F é G’ é verdadeiro se, e somente se:

(a’) Aquele F é G [onde alguém indica o F relevante, e onde ‘aquele F’ não é apenas utilizado, mas representa o modo de indicação empregado no enunciado (ou na experiência visual) cujas condições de verdade estão sendo especificadas].

... O conteúdo Intencional envolve uma ocorrência demonstrativa (ou um tipo individuado em termos de uma ocorrência demonstrativa) que governa a predicação de F e que, de fato, é aplicada ao objeto físico relevante. (Burge, 1991, p. 200 *apud* Martin, 2002a, p. 192, tradução nossa)²¹

Devemos interpretar Burge como propondo uma análise na qual, no interior do pensamento demonstrativo expresso por “Esse F é G”, a estrutura do conteúdo demonstrativo “Esse F” incluiria dois componentes distintos: (i) uma sentença aberta (x é F), que expressa em totalidade o conteúdo representacional, o seu aspecto mental, e (ii) o objeto ao qual essa sentença aberta se aplica. Esses elementos (i) e (ii) estão presentes no lado direito do bicondicional: o conteúdo intencional associado à sentença aberta x é F está presente *no interior* das condições de verdade, “ao lado” do objeto ao qual é aplicada. Assim, a razão pela qual se pode exibir o conteúdo intencional de um pensamento demonstrativo bem-sucedido ao fornecer suas condições de verdade da maneira especial ilustrada por (a’), mesmo que esse conteúdo intencional não tenha, ele mesmo, condições de verdade, é que o conteúdo intencional é, por assim dizer, “parte” dessas condições de verdade sem ser idêntico a elas (porque o objeto ao qual o conteúdo é aplicado também é “parte” delas) (Crawford, 2020, p. 452). E isso significa: o conteúdo intencional do pensamento demonstrativo corresponde, para Burge, a um conteúdo esquemático que, quando aplicado contextualmente, adquire suas condições específicas de satisfação ou correção.²² Burge comenta: “O conteúdo intencional não inclui nenhum objeto físico que seja de fato selecionado... As condições de satisfação exigem que haja um objeto relevante demonstrado para que o conteúdo intencional [do pensamento] seja verdadeiro” (Burge, 1991, p. 211n4, tradução nossa).

É com esse entendimento que, após afirmar que, segundo “a abordagem geral de Burge para a semântica dos demonstrativos, essa concepção atribui uma condição de verdade envolvendo um objeto particular apenas a aplicações

²¹ No original: “(a’) That F is G [where one indicates the relevant F, and where ‘that F’ is not only used but stands for the mode of indication used in the statement (or visual experience) whose truth conditions are being given]. ... The Intentional content involves a demonstrative occurrence (or type individuated in terms of a demonstrative occurrence) that governs F-predication and that, in fact, is applied to the relevant physical object.”

²² Tal interpretação é coerente e análoga, como explicaremos a seguir, à concepção defendida por Burge dos pensamentos *de re* como estados mentais intrinsecamente incompletos, cuja plena determinação é alcançada apenas mediante a representação em contexto do objeto ao qual o pensamento se refere.

específicas do conteúdo em contextos particulares” (Martin, 2002a, p. 192, tradução nossa), Martin cita mais uma passagem de Burge:

Na minha opinião, os elementos demonstrativos — que comparei aos elementos conceituais — devem ser considerados primitivos nos estados mentais, ou em seus conteúdos Intencionais. Para que haja referência, os elementos demonstrativos devem fazer parte do pensamento ou da experiência de um sujeito específico, em um contexto específico... Os elementos demonstrativos contrastam com os elementos conceituais, que possuem uma referência ou extensão constante, independentemente de quem os pensa ou de quando são pensados. (Burge, 1991, p. 208 *apud* Martin, 2002a, p. 192, tradução nossa)

Consistentemente, Burge (1977) sustenta que atribuições de um pensamento demonstrativo somente adquirirem um valor de verdade quando um contexto de interpretação fornece um objeto saliente ao qual seu conteúdo intencional pode ser aplicado. Como explicamos, esse conteúdo intencional é representado por sentenças abertas e opera de maneira semelhante às crenças *de re*, cuja verdade é determinada contextualmente (Burge, 1977, p. 343). O objeto de um pensamento *de re*, na concepção de Burge, não é determinado exclusivamente pela parte representacional do pensamento. Em vez disso, a referência ao objeto ocorre por meio de uma relação não conceitual e contextual apropriada, seja por ato mental de aplicação do conteúdo demonstrativo (“the token mental ‘application’”, Burge 1983, 2009) ou por ato de referência (“act of reference”, Burge, 1974), realizado pelo sujeito em um determinado momento *t*. No caso paradigmático da percepção, essa relação é bem-sucedida, podemos supor, devido à influência causal do objeto sobre os órgãos sensoriais do sujeito (Crawford, 2020, p. 441).

[1] Devemos lembrar que estamos tratando de episódios de experiência sensível e de seus conteúdos fenomenológicos, e não diretamente de pensamentos. Assim, quando Martin se refere a “condições de verdade atribuídas contextualmente” (Martin, 2002a, pp. 191-192), ele não está sugerindo que cada episódio particular de experiência, cujo conteúdo pode ser expresso por “Este F”, seja, em si, verdadeiro ou falso. O que ele afirma, antes, é que, nós, ao teorizarmos filosoficamente sobre tais experiências, conseguimos especificar suas “condições de corretude” com base em esquemas à la Burge, que, por sua vez, remetem a condições de verdade. No entanto, ainda que essa especificação seja possível, ela não esclarece como o sujeito percipiente, durante o episódio de experiência e por meio de seu conteúdo fenomenológico, poderia apreender tais condições de

verdade, de modo que faça sentido afirmar que as compreende. Parece improvável que o sujeito esteja consciente das condições de verdade propostas, capazes de determinar o conteúdo demonstrativo, apenas por meio de sua consciência perceptiva episódica ou da relação não conceitual desta seja com o que for, ainda mais se essa especificação parece depender de referências ou menções a elementos que ocorrem no contexto “dos quais o próprio sujeito pode estar completamente inconsciente” (cf. Evans, 1982, p. 83).

Devemos fazer a distinção entre uma descrição teórica e filosófica, em terceira pessoa por assim dizer, das condições de verdade de um conteúdo e uma atribuição do que, de fato, o sujeito pode vir a estar consciente, a partir de sua perspectiva em primeira pessoa, em passagens como esta:

Para *esse teórico* [i.e., o intencionalista que subscreve à abordagem aqui sugerida], a descrição adequada da natureza fenomenal da experiência, quando se percebe um objeto, deve ser dada em parte por referência ao próprio objeto que se encontra diante do sujeito naquele momento. Nesse contexto, a forma correta de expressar o conteúdo demonstrativo da experiência é fazer referência ao objeto real, que pode ser referido naquela situação. Isso é perfeitamente compatível com o reconhecimento de que, em outra circunstância, um estado mental *com exatidão o mesmo conteúdo* não poderia ser expresso da mesma maneira, i.e., por meio da demonstração daquele mesmo objeto. (Martin, 2002a, p. 198, tradução e ênfases nossas)

Em outras palavras, nossa objeção é: ainda que Burge (2009, p. 286) defenda que “os conteúdos representacionais dos pensamentos são condições de verdade que podem ou não ser cumpridas pelo mundo”, e que “o conteúdo representacional completo de uma percepção, crença ou intenção *constitui* uma condição de veridicidade” (2010, p. 38); no caso de uma percepção, se o sujeito não tem acesso consciente a essas condições, o conteúdo fenomenológico do episódio perceptual não deveria ser caracterizada por elas.

Acreditamos que as experiências (entendidas como episódios que ocorrem em um contexto específico) não devem ser concebidas como sendo ativamente aplicadas pelo sujeito a qualquer objeto, seja por meio de um ato mental de atribuição, seja por um ato espontâneo de referência. A experiência, em um dado contexto, representa o objeto percebido. Se quisermos fazer jus à passividade da experiência, o conteúdo representado deve ocorrer (ou aparecer a consciência) de maneira igualmente passiva. No entanto, esse conteúdo consiste em representações — essa é a tese central do intencionalismo. Suponhamos, então, que, no caso verídico, essas representações sejam causadas ou determinadas de maneira

apropriada pelos objetos no mundo. Teríamos, assim, um modelo semelhante a uma teoria causal da percepção, segundo a qual determinados estados representacionais (indicados por sentenças abertas como *x é F*) são gerados no sujeito por uma *relação* causal adequada com os objetos externos. Sugerimos que, no intencionalismo em discussão, o que diferenciaria a *natureza* do conteúdo fenomenológico de um caso do outro seria, então, além da especificação do contexto em que ela ocorre, o “pedigree” ou a origem causal dessas representações: no caso verídico, elas seriam determinadas por um objeto apropriado no mundo; no caso ilusório, por outras causas.

Com efeito, afastando-se, em certa medida, das ideias de Burge, Martin é claro em insistir que “a causa do evento mental individual lhe era essencial” (“the cause of the individual mental event was essential to it”) (Martin, 2002a, p. 200). Ou ainda: “para um evento perceptivo específico que realmente ocorreu”, Martin afirma, “o *objeto* percebido deve ser um elemento da *história causal* dessa experiência” (ibidem, p. 200, ênfases nossas), apesar de admitir que eventos do mesmo tipo psicológico podem ocorrer sem um objeto, como em experiências alucinatórias ou estados puramente internos.

Ao utilizar a “natureza” ou “pedigree causal” para individuar o conteúdo fenomenológico, essa abordagem teórica recorre a fatos que não são, em si mesmos, puramente conteúdos. Podemos fazer de Evans as nossas palavras, substituindo, se necessário, “relação causal” por “relação contextual não conceitual”:

É bastante obscuro como, se um estado mental representa um determinado objeto em virtude de um tipo de relação causal com ele, e outro estado mental (do mesmo sujeito) representa [outro] objeto em virtude de outro tipo de relação causal, a simples diferença entre essas relações causais poderia gerar uma diferença de *conteúdo* entre os dois estados mentais, dado que tal diferença não precisa, de modo algum, afetar a consciência do sujeito. (Evans, 1982, p. 83, tradução nossa, ênfase do original)

Uma coisa é pensamentos terem condições de verdade; outra é o sujeito ser capaz de *entender* essas condições de verdade. Uma coisa é sustentar que o conteúdo fenomenológico de um episódio de experiência contenha uma natureza particular ou condição de corretude; outra é afirmar que o sujeito, por seus próprios meios, e durante e com base no episódio particular de experiência, é capaz de *entender* (mesmo que tacitamente) essas condições de corretude. O critério de acessibilidade à consciência exige que o conteúdo demonstrativo perceptual seja

acessível ao sujeito, uma vez que sua constituição depende essencialmente da experiência perceptiva. No entanto, a concepção de conteúdo fenomenológico ampla proposta por Martin não satisfaz esse critério e, por isso, há razões para rejeitá-la.

[2] A própria ideia de condições de veridicidade (ou condições de correteza) que dependam do, e variem em relação ao, contexto é inconsistente com a abordagem intencionalista. De fato, essas “condições de verdade atribuídas contextualmente” dependem da situação perceptiva em que o sujeito se encontra, e em um contexto temos Cipión; e em outro, Berganza; e no contexto alucinatório, nenhum objeto. Como sugere Martin, para que a representação seja particular, “as condições de correção das experiências não são [e, para defender a particularidade da experiência: não poderiam ser] as mesmas” nessas três situações, e “devem ser avaliadas em cada um dos contextos nos quais uma experiência ocorre” (Martin, 2002a, p. 191). Se as condições de veridicidade mudam a cada contexto, essas condições de veridicidade são sensíveis a cada um desses três casos (Cipión, Berganza, vazio). Isto é, para se especificar quais seriam as condições de verdade de um contexto específico, que contenha Berganza, por exemplo, deve se citar ou fazer remissão aos elementos específicos desse contexto, como o lugar e tempo em que ele ocorre, ao sujeito percipiente que está naquele contexto e, problemáticamente, *ao próprio Berganza*. Isso conduz a duas possibilidades problemáticas.

Por um lado, se as condições de verdade *não* estão vinculadas a identidade numérica do objeto particular percebido, eles deixam de especificar um elemento relevante atualmente presente neste contexto específico: o próprio Berganza, ao invés de Cipión. Elas pareceriam remeter a cachorros *possíveis* por meio de descrições e/ou a expressões indexicais referentes apenas ao sujeito *S* e ao “aqui” *p* e “agora” *t*, como “o objeto agora diante de mim” ou “o objeto que é a origem causal das atuais representações” ou “o objeto assim e assado, se que há algum, na região do espaço tal e tal”. No entanto, se se defende que isso corresponde fielmente a como o sujeito apreende tais condições, isso violaria a tese da irreducibilidade do conteúdo demonstrativo, pois o intencionalismo deve fornecer uma explicação da experiência em termos de um conteúdo representacional que possa ser expresso na

forma “Este F”, sem que isso seja equivalente a construções com indexais que apenas fariam referência ao sujeito e ao tempo/lugar presente.

Alternativamente, se o conteúdo é de fato um conteúdo irreduzivelmente demonstrativo sobre um particular, as condições de verdade contextualmente dependentes deveriam ter de fazer referência a algo que verse sobre a identidade numérica do objeto particular, no mundo, presente *atualmente* no contexto (e essa é a opção recomendada por Martin, que não é exatamente a de Burge; vide Martin, 2002a, p. 199). Entretanto, isso comprometeria a concepção estritamente representacional do intencionalismo, pois uma de suas *desiderata* fundamentais é oferecer uma explicação unificada tanto para experiências verídicas quanto para experiências alucinatórias. Para que isso ocorra, uma tal teoria deve sustentar que o conteúdo representacional da experiência permanece constante, independentemente de a experiência ocorrer em um contexto preenchido (com Cipión ou com Berganza) ou em um contexto vazio (como no caso da alucinação) (Burge, 2009, p. 286). Conforme o espírito das ideias de Burge, ainda que as condições de correção da experiência dependam do contexto e possam ser satisfeitas ou não pelo mundo, o conteúdo representacional da percepção deve permanecer inalterado, com as mesmas condições de veridicidade (*veridicality conditions*) (cf. Burge, 2010, p. 38).

Em suma, parece inviável formular uma explicação da experiência sensível com um conteúdo irreduzivelmente demonstrativo em termos de condições de veridicidade que estejam indissociavelmente vinculadas ao contexto sem que, ao mesmo tempo, estejam igualmente vinculadas à identidade numérica do objeto representado presente atualmente nesse contexto. Assim, o intencionalismo não cumpriria a sua própria premissa fundamental, a qual o objeto percebido não faria parte do conteúdo da experiência ou, no mínimo, de que esse conteúdo seria independente da real presença de algum objeto no mundo — esse último necessário para uma explicação simétrica dos casos da percepção verídica e da experiência alucinatória.

[3] Ainda que se acredite que a abordagem representacional ou intencionalista, com sua noção de conteúdo fenomenológico amplo (descrito na seção 2.5.2), possa responder ao *Desafio Conceitualista #1*, não acreditamos que ela consiga enfrentar satisfatoriamente ou com a mesma facilidade “A Questão da

Singularidade” (seção 2.4.2), muito menos o *Desafio Conceitualista #3* (vide seções 2.4.2 & 3.3.2), motivação de algumas das discussões dos próximos capítulos.

Mesmo que admitíssemos a possibilidade de o sujeito possuir uma capacidade episódica de pensar demonstrativamente apenas enquanto mantém uma relação perceptual com o objeto — capacidade cuja identidade, existência e duração estariam essencialmente atreladas ao contexto particular da percepção —, ainda assim, é necessário considerar certas características essenciais envolvidas em um episódio perceptivo.

Assim como Martin defende que descrições fenomenológicas *abstraem* de um fato relevante — a saber, o de que dois episódios de experiência distintos ocorreram, cada um em um contexto específico e com a apresentação de um objeto particular diferente —, podemos afirmar, de modo análogo, que sua ênfase no caráter episódico de certas capacidades *abstrai* de um aspecto crucial: a apresentação de um objeto (seja ele um corpo material ou um evento) na percepção não é uma ocorrência instantânea, mas se desenrola ao longo do tempo, mobilizando, em alguma medida, faculdades de memória e de reconhecimento.²³

Em primeiro lugar, toda e qualquer percepção de um corpo material, mesmo quando este se encontra estático, ocorre ao longo de um intervalo temporal. A não instantaneidade do processo perceptivo, ou do episódio de consciência que representa um particular, torna-se evidente ao analisarmos a percepção de eventos. Ao observar um evento específico — por exemplo, a fabricação de um pato de borracha —, não podemos apreender simultaneamente todas as fases ou estados que o compõem, pois, por definição, as fases de um evento ocorrem e são apreendidas ao longo do tempo, sucessivamente. Assim, é necessário explicar como nossa capacidade de pensamento demonstrativo pode se estender ao longo desse intervalo temporal.

Do simples fato de que a percepção ocorre ao longo do tempo, concluímos que a abordagem de Martin abstrai indevidamente a necessidade de habilidades de

²³ Aquilo que denominamos aqui como a “abstração” é, também, uma lacuna conceitual, mas não precisa ser necessariamente interpretada como um ponto cego (“blind spot”), no sentido de um equívoco conceitual propriamente dito. Conforme já mencionado, tratar-se-ia, talvez, de uma abstração intencional assumida por razões metodológicas: ao pressupor como solucionadas determinadas questões temporais, a teoria pretenderia, a partir daí, explicar outros fenômenos. Em todo caso, reiteramos que as questões temporais que destacaremos apontam, de maneira original, para dimensões cuja explicação e discussão são indispensáveis para qualquer teoria do pensamento demonstrativo singular que pretenda ser completa e geral.

reconhecimento e “memória”, ao focar exclusivamente nas capacidades demonstrativas de seleção. Mesmo quando observamos uma cena estática, sem qualquer alteração aparente nos elementos que a compõem, essa observação é estendida no tempo. Assim, para pensar sobre *Este F*, é preciso compreender que *Este F* permanece sendo um *F* ao longo do tempo, e sem que seja substituído, sem o nosso conhecimento, por outro objeto *F*. Esse processo envolve, ainda que temporariamente, faculdades de reconhecimento, mesmo que estas se limitem ao período em que acompanhamos visualmente tal corpo material. Podemos reforçar esse ponto, ao considerarmos um corpo material em movimento ou transformação. Seria pouco razoável afirmar que não podemos pensar demonstrativamente sobre um corpo material apenas porque ele está se deslocando diante de nós ou porque estamos nos movendo ao seu redor. Seria altamente contraintuitivo sustentar que, em um mesmo contexto perceptivo, um corpo que desliza à nossa frente não poderia ser pensado demonstrativamente como um único objeto, mas apenas por meio de sucessivos *tokens* de pensamentos demonstrativos instantâneos, nos quais, ao transitarmos de um para outro, perderíamos completamente a capacidade episódica anterior.

Em segundo lugar, mesmo a seleção visual (*pick out*) de um corpo material em rotação, como um pato de borracha amarelo, por exemplo, exige que o percebamos parte por parte. Nossa experiência pode representar *Este pato*, ainda que ele esteja em rotação ou translação. A percepção desse objeto ocorre por meio da percepção de suas características ou “lados”, que se alteram constantemente. Recebemos informações de suas partes sequencialmente e, por meio da representação dessas partes ao longo do tempo, formamos uma experiência perceptual que representa este pato particular. No caso do corpo material em rotação, devemos ser capazes de distinguir e reconhecer se a parte/lado que se apresenta agora é a mesma ou outra parte/lado do mesmo tipo. (Se podemos representar *este pato de borracha* pela visão “instantânea” de apenas uma de suas partes, isso se deve à nossa experiência prévia com objetos desse tipo, o que claramente envolve memória e habilidades de reconhecimento. Essas habilidades gerais foram desenvolvidas a partir da nossa percepção e interação com objetos particulares dessa categoria, os quais, por sua vez, fazem remissão ao tipo de memória e reconhecimento mencionados aqui.) No caso de episódios que representam eventos, esse ponto torna-se ainda mais evidente: o que

experienciamos sensivelmente são diferentes estados sucessivos desse evento, e ainda assim percebemos um evento e formamos um pensamento demonstrativo sobre ele. Quando uma fase ou estado nos é apresentado, conseguimos distingui-lo daquele imediatamente anterior. Assim, ao perceber um estado atual desse evento, precisamos manter na “memória” o estado imediatamente anterior e reconhecer que ambos pertencem ao mesmo objeto em transformação intrínseca diante de nós. Mesmo que essas capacidades de “recordar” e reconhecer sejam temporárias, elas estão necessariamente envolvidas em qualquer episódio perceptivo capaz de representar um particular.

Dentro do contexto perceptivo, ou seja, em uma determinada região espaço-temporal, representamos o objeto percebido com uma unidade complexa de certo tipo, apesar de recebermos, por meio da percepção, informações sobre ele de maneira fragmentada ao longo do tempo. Esse é um aspecto fenomenológico óbvio, que Martin deixa de considerar.

Em resumo, Martin abstrai o uso da “memória” e do reconhecimento presentes num episódio perceptual capaz de representar um particular, que ocorre mesmo durante um ínfimo período. Por esses motivos, não podemos aceitar, sem elaboração detalhada, como essa concepção de conteúdo fenomenológico amplo resolveria o *Desafio Conceitualista* #3.

Em terceiro lugar, para convencermos-nos da implausibilidade da proposta de Martin, especificamente no que diz respeito à desconsideração das capacidades cognitivas envolvidas na compreensão de trajetórias espaço-temporais, vale refletir sobre mais um exemplo: os cães gêmeos, Cipión e Berganza, brigam à nossa frente, rolando um sobre o outro. Apesar do entrelaçamento e das rápidas mudanças de posição, é perfeitamente possível acompanhar perceptivamente um deles e entreter, alternadamente, pensamentos demonstrativos tanto sobre Cipión quanto sobre Berganza, sem incorrer em confusão. Em nossa opinião, isso se deve, sobretudo, à capacidade que temos de rastrear trajetórias contínuas no espaço-tempo, e não à mera postulação de duas capacidades episódicas de seleção demonstrativa inteiramente contextuais. Com efeito, no exemplo em questão, não se trata de dois episódios perceptivos distintos, cada qual associado a um único objeto em um contexto separado, mas, sim, de uma única experiência envolvendo dois indivíduos presentes simultaneamente no mesmo contexto. (Seria preciso admitir que essa única experiência possui um conteúdo dividido em duas partes, ambas insensíveis

ao contexto, mas cada uma com condições próprias de correção. Supondo a abordagem de Martin, tal suposição nos parece obscura: como a mesma circunstância perceptiva poderia sustentar, simultaneamente, duas diferentes condições de correção?) Essa postulação de duas capacidades episódicas, distintas, seriam, misteriosamente, aptas a selecionar demonstrativamente um dos cães (e não o outro), mesmo sendo ambos qualitativamente idênticos e estando simultaneamente presentes no contexto.

Nossa insistência em que, mesmo ao nos restringirmos à discriminação fenomênica, capacidades como reconhecimento e memória continuam a desempenhar um papel fundamental deve-se ao fato de que, nos próximos capítulos, nossos argumentos convergirão para a seguinte conclusão: essas capacidades pressupõem que, de modo geral, pensamos sobre os objetos no mundo não apenas com base em sua aparência, mas, também, considerando a sua trajetória e posição no espaço e no tempo (cf. Martin, 1997, p. 13).

[4] Ainda que as duas primeiras críticas (alíneas [1] e [2]) sejam consideradas infundadas e insuficientes para rejeitar uma abordagem intencionalista da experiência, e mesmo que se creia na sua aptidão para responder ao *Desafio Conceitualista* #3 (*pace* alínea [3] acima), é preciso admitir que essa abordagem, por si só, ainda demanda complementações. Entre as questões que requerem esclarecimento, destacam-se a identificação de eventos e a representação temporal, temas centrais desta tese.

Em primeiro lugar, o esquema que especifica as condições de verdade, baseadas na semântica formal de Burge (1974, 1983) para demonstrativos, são bicondicionais (vide início desta subseção), nos quais o antecedente desses faz referência, entre outros fatores, ao sujeito e ao instante *t* do *token* de pensamento. Como já anunciamos (seção 2.4.3), essa análise, quando transposta para condições de verdade que possam ser “compreendidas” por nós, pressupõe, sem mais, que se possa determinar a posição temporal de eventos particulares (instantes de enunciação, momentos em que ocorreram atos de julgar) no tempo objetivo (vide seção 4.2.4, no último capítulo).

Em segundo lugar, a versão do intencionalismo que Martin constrói (seção 2.5.2) trata de episódios perceptuais, que nada mais são do que eventos particulares. Além disso, um contexto específico, por englobar as condições espaço-temporais e

situacionais ao redor do ato perceptivo que determinam e influenciam o conteúdo da percepção, pode ele mesmo ser compreendido como um tipo de evento particular, que ocorre durante um determinado intervalo. (Lembremos que a teoria de Martin de que o conteúdo fenomenológico vai além do mero caráter fenomênico, depende de que se reconheça que diferentes *episódios de experiência* ocorrem em *contextos* distintos, envolvendo objetos particulares diferentes.) Se tanto a experiência (episódio psicológico) quanto o contexto (no qual ocorre a experiência) são eventos, se colocam as questões sobre a identificação de eventos (*seção 2.4.3*). Quais são as condições para diferenciarmos dois eventos de um mesmo tipo? Como fazemos isso na prática? Como compreendemos que um evento ocorreu antes ou simultaneamente a outro? Como estabelecemos sua ordem e posição temporal? Quais condições devem ser satisfeitas para que se tenha novamente *o mesmo tipo* de estado ou evento psicológico? (vide Martin, 2002a, p. 212).

Em síntese, ainda que a abordagem intencionalista da experiência de “conteúdo amplo” possa, de alguma forma, responder ao *Desafio Conceitualista #3*, essa abordagem ainda exigiria complementações, particularmente no que tange à singularidade de eventos e à representação temporal (vide *seção 2.4.3*). Esses aspectos serão aprofundados nos capítulos seguintes.

[5] Acrescentamos, por fim, que o tipo de pensamento demonstrativo que nos interessa não é puramente restrito a capacidades absolutamente instantâneas, sem necessária relação com outros estados epistêmicos do próprio sujeito ou da comunidade.

Enquanto Martin parece conceber a percepção e o pensamento demonstrativo de maneira excessivamente isolada de outros estados epistêmicos e habilidades do próprio sujeito e da comunidade *qua* sujeitos de ciência, nós estamos interessados em desenvolver intuições sobre como a informação, em um sentido amplo, adquirida por um juízo singular pode ser disseminada entre uma população de sujeitos do conhecimento e preservada na mente de um único sujeito. Assim, os pensamentos perceptuais demonstrativos que nos interessam são aqueles que permitem ao sujeito adquirir um conhecimento discriminatório do objeto que se estenda para além do contexto imediato de percepção, pois estamos interessados em explicar como, no interior da cadeia de conhecimento, estados epistêmicos de

sujeitos podem fundamentar estados epistêmicos de outros sujeitos (vide alínea [2] da *seção 2.6*, quando expomos ideias de Shahmoradi, 2024).

O principal tipo de pensamento perceptual que nos interessa estudar são instâncias de *conhecimento* empírico (vide próxima seção, *seção 2.6*). São pensamentos que, além de dependerem de capacidades perenes de seleção perceptual — que, sem dúvida, incluem o saber usar demonstrativos *qua* expressões linguísticas —, exigem que o sujeito possua um “controle cognitivo” sobre o objeto, de modo que possa demonstrar “essa referência mental cognitiva” publicamente, utilizando expressões como “isso”, “aquele” e “esse” de maneira correta e intercambiável, referindo-se sempre ao mesmo indivíduo particular ao longo do tempo, enquanto permanece em contato perceptivo com ele (vide alínea [3] da *seção 2.6*). Uma capacidade pode, de fato, ser episódica, mas o critério para sua atribuição deve considerar situações contrafactuais, nas quais o sujeito poderia exercê-la de várias maneiras ou em múltiplas ocasiões. Em particular, o sujeito deveria ser capaz de pensar o objeto e referir-se a ele como “isto”, “aquilo”, “esse” etc., enquanto ele se move e/ou se transforma.

2.5.4

A abordagem que recomendamos

Em nossa opinião, as únicas abordagens que merecem ser discutidas são as realistas e as intencionalistas. Não nos deteremos nas abordagens subjetivistas, que são amplamente desacreditadas na literatura recente (veja Crawford, 2020, p. 447). No contexto desta tese, buscamos evitar uma escolha entre o realismo direto e o representacionalismo, almejando que nossas considerações sejam aplicáveis a ambas as abordagens.²⁴ No entanto, diante de algumas dificuldades enfrentadas pelo representacionalismo, recorreremos, quanto necessário, em determinados momentos de nossa tese, a uma forma de realismo direto e disjuntivismo no âmbito da filosofia da percepção.

²⁴ Convém observar que *não* buscamos propor, aqui, uma abordagem em filosofia da percepção que constitua uma síntese entre elementos do realismo direto e do representacionalismo, como fazem, por exemplo, propostas como a de Schellenberg (2018). Nosso objetivo, antes, é oferecer uma caracterização da experiência perceptual que possa ser aceitável, ao menos em princípio, por ambas as abordagens.

Independentemente de as experiências perceptivas possuírem um caráter representacional ou estabelecerem uma relação direta e não representacional com um mundo independente da mente, *iniciaremos uma descrição fenomenológica*.

A descrição do que percebemos, no aqui e no agora, de modo imediato e irrefletido, é a de objetos particulares de muitos tipos diferentes. Quando direcionamos nossa atenção, por meio da introspecção, para nossa percepção sensível, os objetos independentes da mente parecem ser aspectos de nossa própria experiência: a experiência é transparente e diáfana.²⁵ A experiência perceptiva revela, além de objetos, qualidades e relações independentes da mente, que aprendemos a reconhecer por meio da percepção. Essa descrição corresponde à perspectiva do senso comum — ou à nossa “atitude natural”.

Certamente, essa “atitude natural” poderia ser contestada pela existência de ilusões e alucinações. Contudo, nosso foco aqui é descrever a experiência verídica e real tal *como ela nos aparece*, sem oferecer, nesse momento, uma análise do fenômeno das alucinações. Ainda que, ao prosseguirmos com nossa descrição fenomenológica da experiência (vide *seção 3.5*), façamos algumas comparações entre *imaginar* que se percebe e de fato *perceber* um objeto, isso servirá apenas para extrair certos critérios sobre o que significa experienciar algo como real. Nosso objetivo principal aqui, bem como na *seção 3.5*, não é explicar o fenômeno da ilusão ou do erro perceptual e, tampouco, da alucinação em seu aspecto mais drástico. Pretendemos, antes, esclarecer quais elementos são necessários para que algo seja experienciado como um indivíduo particular real.

Podemos fazer uma abstração, neste momento. Ainda que percebamos objetos de diversos tipos, *Esta casa, Este derretimento de cera, Este cachorro, Esta fabricação de um pato de borracha*, podemos assumir que não vemos literalmente este cachorro *como* sendo um cachorro, porque isso pareceria assumir de antemão que o próprio conceito empírico de cachorro faria parte do conteúdo da experiência

²⁵ A “transparência” aqui é entendida fenomenologicamente (para a distinção entre transparência fenomenológica e metafísica, ver Gow, 2016, 2019). Isto é, ela desaparece ao olhar da introspecção, apresentando características do experienciado (cf. Moore, 1903). Como nos explica Harman, quando um sujeito “vê uma árvore à sua frente, as cores que ela experienciar são todas experienciadas como características da árvore e de seu entorno. Nenhuma delas é experienciada como uma característica intrínseca de sua experiência. Tampouco ela experienciar qualquer característica de algo como sendo uma característica intrínseca de suas experiências... Olhe para uma árvore e tente direcionar sua atenção para características intrínsecas da sua experiência visual. Eu prevejo que você descobrirá que as únicas características às quais pode direcionar sua atenção serão características da árvore apresentada...” (Harman, 1990, p. 39 *apud* Gow, 2019, p. 413).

sensível. Essa abstração é motivada por duas ideias: primeiro, porque tal conceito foi adquirido mediante outros conceitos, derivados da percepção prévia de cachorros ou de outros particulares; segundo, porque todo conceito parece ser fruto de uma atividade cognitiva “superior”, e não um dado imediato da própria sensibilidade. De tal maneira que pareceria fazer sentido que podemos *ver* esse cachorro, mas não podemos entender o que vemos como sendo uma instância do conceito de cachorro sem a intervenção do entendimento sobre a nossa sensibilidade. Façamos, então, esta abstração: em vez de assumir que o conteúdo da experiência nos apresenta algo como um particular de um certo tipo, um *Este F*, podemos assumir que a experiência nos daria apenas um “puro Isto”. Ao se tentar abstrair todos os elementos conceituais da experiência, o que restaria à sensibilidade — ou à experiência perceptiva propriamente dita — seriam os sensíveis próprios e (talvez alguns sensíveis comuns), isto é, *qualidades* de cada uma das modalidades sensoriais.

A abordagem que recomendamos, inicialmente, após essa abstração, é a seguinte: percebemos os objetos por meio de suas qualidades sensoriais — como cores, formas, texturas e odores — e não por suas essências metafísicas ou científicas (por exemplo, sua identidade numérica ou microestrutura química), nem por meio da sensibilidade conceitualmente articulada por meio de sortais. Parece um fato bruto que nossos sistemas perceptivos estão configurados para detectar essas propriedades qualitativas universais, que, mesmo aplicadas a objetos distintos, não alteram o caráter fenomenal de nossa experiência perceptiva. Em outras palavras, a experiência perceptiva é direcionada para os particulares, evidentemente, mas ocorre por meio das características universais que esses particulares instanciam e que se apresentam a nós em nossa experiência sensível. Essas propriedades, das quais estamos — ou podemos estar — cientes por meio da percepção, e com base nas quais formamos pensamentos ou juízos demonstrativos, poderiam ter sido instanciadas por entidades numericamente distintas sem que o caráter fenomenal de nossas experiências sofresse qualquer alteração. Em resumo, a experiência perceptiva é, em essência, um fenômeno puramente qualitativo: estamos conscientemente cientes apenas das características qualitativas dos objetos externos.

Ou, pelo menos, essa é a abordagem inicial que recomendamos, para que os três desafios conceitualistas tenham toda a sua força — em especial o *Desafio #3*

(*seção 3.3.2*). Devemos assumir uma descrição da experiência sensível sem a possibilidade de percebermos diretamente a identidade metafísica do objeto da percepção, nem de reconhecermos passivamente conceitos ou sortais algum na experiência.

Com isso, não estamos afirmando que os desafios conceitualistas não possuem resposta; muito pelo contrário, eles obviamente possuem. Contudo, eles funcionam como catalisadores para a formulação de uma concepção mais adequada do conceito de experiência, entendido em um sentido amplo, e não meramente reduzido à experiência enquanto um episódio perceptivo momentâneo na psicologia do sujeito.

Em outras palavras, a exposição apresentada nesta *seção 2.5.4* não é definitiva e será aprofundada nos capítulos seguintes, especialmente na *seção 3.5*. O objetivo de qualquer fenomenologia é captar “o que é ter essa experiência”, ou seja, como os fenômenos se apresentam diretamente à consciência, sem pressupostos teóricos — em particular, sem assumir os detalhes da semântica formal ou a teoria sobre pensamentos singulares. Ademais, conforme o próprio método fenomenológico dita, a descrição da experiência deve ser continuamente revisada à medida que novos aspectos se tornam evidentes, por meio do que a experiência apresenta e de nossa reflexão sobre a experiência.

Dessa forma, adiantamos que nossos argumentos e nossa tese, de modo geral, serão simpáticos à ideia de que “nossa experiência não é adequadamente capturada apenas pelo que percebemos”. Isso significa que defenderemos, ao fim, uma concepção de uma “experiência fenomenológica ampla”, no sentido de que, para pensarmos demonstrativamente sobre um particular na experiência, não basta considerar uma fenomenologia do conteúdo demonstrativo baseada apenas no episódio da experiência momentânea, esgotada em qualidades sensíveis ou mesmo com a inclusão de sortais ou conceitos nesse conteúdo. A experiência ampla que consideraremos incluirá a vivência do espaço e do tempo na sua forma objetiva, permitindo-nos compreender, entre outros aspectos, em que região espaço-temporal o contexto *atual*, em que nos encontramos, está situado na história do mundo. Assim, embora partamos da suposição de que o conteúdo da experiência sensível é essencialmente qualitativo, sustentaremos que, para pensarmos sobre particulares, é necessário recorrer a uma descrição mais abrangente da experiência, incorporando

memória, antecipações, representação do tempo objetivo e uma compreensão primitiva das relações causais.

Por enquanto, devemos partir de alguma concepção de experiência, ainda que, no capítulo seguinte, venhamos a julgá-la insatisfatória. Essa concepção será considerada insatisfatória porque, entre outros fatores, não é capaz de lidar adequadamente com o *Desafio Conceitualista* #3.

Em todo caso, nos interessará, ao fim e ao cabo, uma concepção de experiência que possibilite o conhecimento empírico por meio de pensamentos demonstrativos. É claro que nem toda concepção e qualidade de experiência perceptiva, como nossa análise sugeriu e ainda fundamentará, é adequada para garantir a singularidade do conteúdo apresentado, tampouco para assegurar que o pensamento sobre esse conteúdo constitua uma instância legítima de conhecimento empírico. Tendo iniciado nossa discussão acerca da experiência perceptiva, condição necessária para a ocorrência de pensamentos perceptuais demonstrativos, e tendo esclarecido o que entendemos por pensamentos singulares, passamos agora a essa questão epistêmica central, relacionada ao conteúdo singular. Como exposto na alínea [5] da seção anterior (2.4.3), nosso interesse recairá sobre pensamentos perceptuais demonstrativos que se articulam a outros estados epistêmicos do sujeito e da comunidade, buscando compreender quais juízos singulares podem fundamentar cadeias de transmissão e preservação de conhecimento. É nesse contexto, e por essa razão, que recorreremos à formulação de Evans do chamado “Princípio de Russell”, a fim de encontrar critérios epistêmicos precisos para determinar quando um juízo pode, sem sombra de dúvida, ser legitimamente considerado singular. Embora Evans (1982) sustente que esse princípio deve ser satisfeito por todo pensamento *singular* genuíno (seja ele perceptual demonstrativo ou não), nosso objetivo será mais modesto, ao afirmar apenas a suficiência de tal critério. Retomando a distinção entre conteúdo singular e mera referência linguística (bem como o reconhecimento de que a diferença entre pensamentos singulares baseados na percepção e outros tipos de pensamento, como os gerais ou descritivos, é fundamentalmente epistêmica), buscamos, na próxima seção, motivar a existência de uma subclasse de pensamentos singulares e propor um critério claro para sua caracterização. Trata-se, portanto, na próxima seção, de delimitar nosso

objeto de estudo ao que denominaremos “referência mental independente”, presente em pensamentos singulares *cognitivos* ou *epistemicamente fortes*.

2.6

O Princípio de Russell

Talvez o aspecto mais distintivo — e, para alguns, mais improvável — da teoria de Gareth Evans seja a alegação de que uma teoria adequada do pensamento singular (e, em particular, do pensamento demonstrativo perceptual) deve respeitar o que ele denomina “Princípio de Russell”.²⁶ Conforme enunciado por Evans (1982, p. 65), tal princípio postula que “para pensar ou formular um juízo acerca de um objeto, é necessário saber a qual objeto se está se referindo — é preciso saber de qual objeto se está pensando”. E, segundo Evans, a noção relevante de “saber qual” aqui envolve a posse de um “conhecimento” discriminatório, por parte do sujeito, que permite a ele discriminar o objeto de tudo o mais (Evans, 1982, pp. 89; 92n6).

Princípio de Russell: “referir”-se, no pensamento, a algo exige a capacidade de individualizá-lo de forma única.²⁷ E isso significa: não se pode pensar sobre um indivíduo particular se não se sabe sobre qual (*know which*) objeto está se pensando, isto é, se não se consegue discriminá-lo de todas as outras coisas.

Dado que, em nossa tese, faremos uso desse princípio controverso em alguns de nossos argumentos, algumas considerações são necessárias. Acreditamos que, quando adequadamente explicado, o Princípio de Russell é passível de uma

²⁶ Autores como Bach (1987) e Rozemond (1993) rejeitam que essa condição epistêmica formulada por Evans deva ser necessariamente satisfeita para que um pensamento demonstrativo perceptual seja genuinamente singular. A objeção recorrente, discutida ao longo de nosso texto, está relacionada com a possibilidade de substituição do objeto particular demonstrado por outro qualitativamente idêntico: nesse cenário, mesmo que o sujeito não consiga distinguir entre os dois, o pensamento poderia, ainda assim, (supostamente) manter seu caráter singular.

²⁷ A expressão “referência mental (ou em pensamento) a um único objeto x” pode ser entendida como equivalente à “formulação de juízo (no sentido de asserção ou apreensão de um pensamento singular) a respeito desse objeto x”. Consideramos que essa terminologia é próxima, em espírito, da abordagem teórica de Gareth Evans. Com efeito, ao falar da posse de “Ideias adequadas”, Evans refere-se a habilidades ou capacidades mentais que permitem ao sujeito pensar sobre um objeto particular de modo singular (confira nossa seção 4.3.3, para referências e explicações). Assim, a expressão “referir-se, em pensamento (ou mentalmente), a um objeto” equivaleria, no vocabulário de Evans, à atualização dessa capacidade (i.e., dessa Ideia adequada) no interior de um juízo singular.

plausível defesa geral enquanto condição epistêmica que unifica tudo aquilo que chamamos de pensamento singular. Ainda que seja essa a nossa opinião, bastará, para nossos propósitos nesta tese, que se admita e pressuponha que há uma subclasse de pensamentos (singulares) perceptuais demonstrativos que satisfaça tal princípio.

Em todo caso, indicaremos uma possível linha de defesa do Princípio de Russell, com o objetivo de lhe conferir alguma plausibilidade. Continuemos considerando o caso dos pensamentos demonstrativos perceptuais, que talvez sejam o exemplo paradigmático de pensamentos singulares. Se aceitamos como condição definidora que o sujeito pensante e percipiente deve ser “sensível” à identidade do objeto que pensa, podemos, de forma não estipulativa e não trivial, defender o Princípio de Russell como hipótese. Em outras palavras, se se admite que a identidade de pensamentos demonstrativos perceptuais depende da identidade numérica do objeto (*identity-dependent*), então é razoável se argumentar em favor de que, para compreender efetivamente o que se pensa, o sujeito deve ser sensível a alterações na identidade numérica do objeto visado; isso implica saber qual (ou quem) é esse objeto, ou satisfazer o “requisito do saber-qu*” (“knowing-wh* requirement”, como denomina Soutif, 2012).

A primeira parte dessa linha de argumentação pode ser formulada assim: se o pensamento se dirige diretamente a um objeto particular, então o sujeito que apreende tal pensamento deve compreender que esse pensamento não permanece o mesmo quando se está diante de objetos numericamente distintos, ainda que qualitativamente idênticos (ao menos nas situações como as descritas nos “três desafios conceitualistas”, ver *seção* 2.4.2). Mais precisamente: se se trata de um pensamento singular e o sujeito de fato o entende (*grasp*), ele deve estar em condições de reconhecer diferenças entre pensamentos dirigidos a dois objetos ou partes de objetos distintos, mesmo que qualitativamente indistinguíveis. Se, ao contrário, o sujeito não distinguisse essas situações qualitativamente idênticas, dificilmente se poderia afirmar que ele pensa de modo singular sobre um único objeto. Caso contrário, o pensamento pareceria determinado (ou mediado) por características universais, aproximando-se mais de um pensamento geral. O que iria contra a própria noção de pensamentos singulares como aqueles que capturam a intuição do que é pensar diretamente sobre (“of”) um objeto particular — muitas vezes referidos, na literatura, como pensamentos “de re”. Assim, não seria possível

que algum S apreendesse um pensamento singular acerca de um objeto x , com base em informações perceptivas de x (digamos, $x \text{ é } F$), se o objeto que S considera ser F (isto é, x) pudesse, na verdade (ou possivelmente), ser outro objeto y , qualitativamente idêntico a x e, também, dotado da propriedade F (cf. Soutif, 2012, p. 143; Evans, 1982, pp. 132-5). Em suma, não seria razoável atribuir um pensamento singular perceptual a um indivíduo que não consegue “ser sensível” ao objeto específico do qual recebe informações e do qual se refere seu pensamento ou juízo.

A segunda parte do argumento consistiria em defender o próprio Princípio de Russell, a saber: para que um sujeito de fato tenha um pensamento sobre um indivíduo particular, ele deve possuir informações que lhe permitam identificar o objeto acerca do qual seu pensamento trata. Uma defesa dessa hipótese poderia começar com a admissão de que pensar que $x \text{ é } F$ exige que (a) se “entenda” o que significa, em geral, para *algo* ser um F e que (b) o modo como se concebe x deve servir para que se “entenda” o que é predicar *algo* deste x (atribuir uma propriedade a x) (vide Evans, 1982, pp. 101-5). Em seguida, proporíamos a análise de (b), ou seja, do papel ou da função do “modo de pensar o objeto” no interior de um pensamento singular ($x \text{ é } F$). Tal função corresponde a selecionar (*pick out*) o objeto que se julga satisfazer o conceito F . Esse procedimento de seleção é necessário porque o mundo é povoado por inúmeros particulares que, em princípio, poderiam satisfazer esse mesmo conceito F . Uma análise e critérios do que constituiria esse selecionar envolveria um identificar *para si* e *para outro* qual é o objeto sobre qual se pensa. Em outras palavras: se admitimos que F tem a função de classificação, de descrição; se ele é a resposta à pergunta “O que é que se está pensando sobre isto (sobre ele, ela)?” (*What you are talking about it/him/her?*), então é claro que o “modo como se pensa x ” serve para responder à questão “Sobre o quê (de quem, de qual) se está pensando?” (*What/Who/Which one are you talking about?*) (vide Strawson, 1971, p. 16). Entender a função de (b) envolveria um saber tácito que equivaleria a possuir uma resposta “sobre o que (de quem, de qual) se está pensando”, o qual é uma forma de identificação para si e para outro.²⁸ Precisar o

²⁸ Precisamos estabelecer critérios de identificação que abranjam tanto a dimensão de um “para si” quanto a de um “para outro”, evitando, assim, uma perspectiva metodologicamente solipsista ou superprivada. Isso ocorre porque os estados intencionais de um indivíduo também se definem em função do ambiente no qual ele está inserido. Há duas justificativas principais para isso. Primeiro, entende-se que o pensamento está vinculado ao aprendizado prévio de uma língua, o que implica

que significa essa “identificação” (que pode ser vaga) faria remissão ao conceito de uma identificação completamente precisa. Essa equivaleria a quando a pergunta “sobre o que (de quem, de qual) se está pensando?” está respondida, isto é, quando não fizesse mais sentido colocá-la ou repeti-la (vide Searle, 1969, p. 85). Em resumo, esclareceríamos a função do “modo como se pensa o particular *x*” como uma especificação e identificação; e mostraríamos que a satisfação de critérios de identificação necessariamente remete a reconhecer “qual objeto” está sendo classificado por *F*. E, no fim da análise, se tornaria claro que somente podemos esclarecer esse “qual objeto” entendendo-o como dependente do sentido de “qual de todos”. Por isso, concluiríamos que o conteúdo intencional ou modo de pensar um objeto, nos pensamentos singulares, conjugado com outros saberes ou capacidades de representação, serve precisamente para especificar (e indicar ou identificar), para o próprio sujeito (e, se necessário, para terceiros), qual dentre todos os objetos é aquele ao qual se aplica o conceito *F*. Ainda que seja aceitável a ideia de que “mesmo um pensamento confuso ou incoerente sobre um objeto ainda pode ser um pensamento sobre aquele próprio objeto” (Taylor, 2010, p. 98), a explicação do que significa ter um pensamento sobre aquele objeto — em vez de ter apenas um “pseudopensamento” ou aparência de pensamento singular — exige, como remissão necessária, esclarecer o que é pensar de modo claro, distinto, determinado e transparente acerca desse objeto particular. No interior do que é esse pensar clara, distinta e singularmente, o modo pelo qual o objeto se apresenta ao sujeito deve possibilitar a individuação do objeto, distinguindo-o de todos os outros.

Por fim, cumpre mencionar que, além dessa (ou de outra) defesa geral do princípio, seria preciso avaliar exemplos presentes na fortuna crítica que procuram construir casos em que o princípio não se aplica ao mesmo tempo em que aparentam ser casos inequívocos de pensamentos singulares (“de re”). Contudo, nossa estratégia de resposta — que não desenvolveremos aqui, mas que é logicamente viável — consistiria em colocar o opositor em um dilema: ou esses supostos casos não são realmente pensamentos singulares, ou, se o são, não deixam de satisfazer o Princípio de Russell devidamente formulado e compreendido.

a participação em uma comunidade que compartilha um vocabulário público. Segundo, é essencial que o indivíduo seja capaz de comunicar plenamente seu pensamento singular a terceiros, se realmente ele apreendeu completamente esse pensamento, pois não se trata de uma referência mental fundada em entidades privadas. Esses dois aspectos são complementares e emergem de uma prática que é, em sua essência, social.

Seja como for, uma defesa geral do Princípio de Russell extrapola o escopo desta tese. Nossa meta imediata é menos ambiciosa: almejamos apenas defender a existência e importância de uma subclasse de pensamentos (singulares) perceptuais demonstrativos que efetivamente satisfaz o Princípio de Russell. Diante disso, avancemos para a defesa da existência e relevância dessa subclasse.

Nossa argumentação, no restante desta seção, se estrutura em três ideias independentes. Primeiramente, mostraremos como evitar um ceticismo generalizado que impossibilitaria distinguir (tal como de fato fazemos) objetos qualitativamente idênticos, mudanças em propriedades intrínsecas de mudanças em propriedades relacionais etc., conforme ilustrado nos desafios conceitualistas (*seção 2.4.2*). Em segundo lugar, recorreremos às formulações de Shahmoradi (2024), que distingue “referências independentes” de “referências dependentes”, para reforçar a tese de que essa subclasse existe e é relevante. Por fim, enfatizaremos que nossa análise se restringe, por estipulação, a pensamentos perceptuais demonstrativos que são instância de conhecimento sobre o mundo. Tais pensamentos, por definição, satisfazem o Princípio de Russell. Podemos nomear essa subclasse de “pensamentos singulares cognitivos” ou, na terminologia de Brandom (1994), “pensamentos *de re* epistemicamente fortes” (“epistemically strong *de re* thoughts”).

[1] Essa subclasse deve existir, sob pena de não termos resposta às generalizações céticas mais grosseiras. Suponhamos que o sujeito *SI*, que expressa e (supostamente) apreende pensamentos singulares sobre um objeto *x*, não consiga identificar qual, entre todos, é o objeto visado por seu pensamento. Por exemplo, consideremos novamente casos de objetos concretos qualitativamente idênticos, como no *Desafio #1* (*seção 2.4.2*). Imagine que, sem o conhecimento de *SI*, o pato de borracha seja, na verdade, apenas um entre inúmeros patos de borracha produzidos na mesma linha de montagem. Cada vez que *SI* encontra um desses patos, utiliza o termo “Este pato” para julgar algo sobre o objeto que está manuseando ou que está diante de si. Suponhamos, também, que, sem seu conhecimento, a cada reencontro com um pato de borracha, *SI* esteja, na verdade, diante de um pato numericamente distinto, mas qualitativamente idêntico ao anterior. Podemos imaginar que, ao longo de sua vida, cada vez que *SI* deixasse um

pato em um cômodo, alguém substituísse esse pato por outro, na exata mesma posição e localização. Ou, ainda: a cada vez que *SI* piscasse os olhos, por um truque de magia, um novo pato de borracha aparecesse diante dele. Como *SI* não sabe disso, ele consolida todas as informações que recebe sobre esses patos como se fossem referentes ao mesmo objeto particular, acreditando em proposições como *Aquele era o pato que estava na minha estante ontem à noite* ou *Este pato foi do meu avô; agora ele é do meu filho*. Poderíamos dizer que, a cada uso de “Este pato” ou “Aquele pato”, a expressão de um conteúdo singular em cada episódio de pensamento, *SI* acredita estar se referindo ao mesmo indivíduo. Contudo, poderíamos afirmar, com mais propriedade, que, na situação descrita, as representações singulares (conteúdos singulares) começam a perder sua conexão com os objetos. Nesta ótica, caso não fosse possível para alguém formular um pensamento no qual houvesse um conhecimento tácito de qual, entre todos, é o objeto pensado — um pensamento sensível à identidade numérica do objeto, identificando-o —, poderíamos propor o seguinte cenário cético: talvez todos e cada um de nós estejamos sempre na situação de *SI*. Para cada tipo de corpo material, a cada episódio de pensamento, poderíamos estar, sem saber, pensando ora em um objeto, ora em outro de seus irmãos gêmeos, ora em mais outro entre seus inúmeros semelhantes. Talvez estejamos pensando em uma soma mereológica de corpos materiais. Talvez simplesmente não haja qualquer fato ao qual recorrer para decidir sobre o que/qual/quem estamos pensando. Talvez nem eu, nem você, nem ninguém jamais tenhamos conseguido formular uma crença *de re*. (Vale observar que cenários céticos semelhantes poderiam ser construídos com base nos outros dois desafios conceitualistas, levando à mesma conclusão).

Para evitar tais absurdos, basta admitir que, mesmo que *SI* não saiba de fato que esteja em situações qualitativamente idênticas, *SI* ou algum outro sujeito, *S2*, deve ser capaz de determinar, por algum meio, se o objeto percebido por *SI* é numericamente idêntico ou não. Logo, algum *S2* deve ser capaz de pensar na forma da subclasse que satisfaz o “requisito do saber-qu*”. Caso isso não fosse possível, implicaria na inconsistência de que nós, enquanto seres que temos *conhecimento* sobre objetos, não teríamos meios de distinguir entre (i) o que de fato e ordinariamente fazemos e (ii) os erros sistemáticos que podem ser construídos a partir dos desafios conceitualistas (obtendo resultados análogos às propostas de Quine sobre a “inescrutabilidade da referência”). No entanto, rejeitamos a

possibilidade de tais erros sistemáticos e generalizados, pois, entre outras razões, sabemos reconhecer, em diversos casos, a diferença entre identidade qualitativa e identidade numérica, entre mudanças em propriedades intrínsecas e mudanças relacionais, entre outros.

Assim, para termos razões óbvias para rejeitar a possibilidade de erro sistemático e generalizado, e preservar como óbvio o fato de termos pensamentos diretamente sobre objetos (crenças *de re*), admite-se a existência de pensamentos perceptuais nos quais o sujeito compreende que *qualquer questão sobre a identidade e o tipo de objeto está encerrada*, porque, em um sentido exigente e transparente, a referência mental identifica o objeto particular pensado e permite que o sujeito saiba qual, entre todos, é o objeto em questão.

[2] Ao discutir os comentários de Evans acerca do Princípio de Russell, Shahmoradi (2024, Caps. 4 e 5) considera a possibilidade de simplesmente se definir, por estipulação, uma classe de pensamentos que cumpra esse critério de Evans. “Certamente, pode-se sempre definir um tipo de pensamento — chamemo-lo de “pensamento*” [*thought**] — e delinear como se poderia, por exemplo, pensar* que Sócrates tinha o nariz arrebitado” (Shahmoradi, 2024, p. 144). Isto é, poderíamos definir, por estipulação, o conceito de “pensamentos*” como aqueles pensamentos que satisfazem tais e tais critérios ou apresentam tais e tais características. Se podemos “supor que o pensamento* satisfaz todos os critérios de Evans, incluindo o Princípio de Russell” e se a análise de Evans fosse sobre esses “pensamentos*”, não haveria muito o que se questionar: “Se ele [Evans] estivesse preocupado com uma caracterização de pensamento*, então ninguém precisaria discordar dele” (Shahmoradi, 2024, p. 144). Para Shahmoradi, é aceitável que exista um subconjunto de pensamentos singulares que obedeça ao Princípio de Russell.

Em contrapartida, se nossa análise se restringisse a essa subclasse, sem estabelecer a relação dela com o conceito mais geral de pensamentos singulares, ela careceria de importância ou relevância filosófica. Não pareceria ter relevância, pois o interesse em uma teoria do pensamento singular está no fato de ser uma abordagem que explicaria o pensar e o referir, com certa generalidade, sendo a abordagem uma tentativa de dar precisão às noções pré-teóricas (ou intuitivas) de pensamento e referência *de re*. Embora se admita a existência desse subconjunto de “pensamento*”, o que importa, para tornar sua análise filosoficamente relevante, é

mostrar o que os pensamentos singulares, em geral, têm em comum (ou de diferente) em relação a tais pensamentos* (Shahmoradi, 2024, p. 144).

Especificamente, permanece em aberto a questão de se a “ampla gama de fenômenos” que o arcabouço evansiano supostamente abarcaria são realmente os mesmos fenômenos que nos interessam, como pensamento e referência, em vez de, por exemplo, um subconjunto como pensamento* e referência*. Resolver esse problema exige argumentos adicionais que vinculem cada um desses (por exemplo, pensamento*) ao fenômeno pré-teórico correspondente (por exemplo, pensamento) (Shahmoradi, 2024, p. 145).

Com o intuito de esclarecer a relevância de pensamentos perceptuais demonstrativos que, por estipulação, satisfazem o Princípio de Russell, faremos alusão a uma distinção proposta por Shahmoradi entre dois tipos de referência: (i) independente e (ii) dependente. O autor emprega “referência” e seus cognatos tanto para a referência mental quanto para a referência linguística, a menos que haja indicação em contrário (Shahmoradi, 2024, p. 115n2). No caso, “referência mental a um objeto x ” equivale a “juízo acerca de x ” (Shahmoradi, 2024, p. 119).

Às vezes, o sujeito S ouve e aprende, por meio de relatos de terceiros, sobre Sócrates, de tal modo que S não saiba o suficiente sobre esse filósofo para que esteja em condições de identificar claramente quem Sócrates era. Isso não significa que S é absolutamente ignorante sobre quem foi Sócrates. Alguém poderia argumentar que, nesse caso, existe uma forma de S pensar sobre Sócrates; a saber, por meio de uma cadeia de comunicação com terceiros que informaram a S sobre Sócrates. Shamoradi denomina esse modo de se referir a algo de “referência dependente” (Shahmoradi, 2024, p. 155).

Outras vezes, o sujeito S se refere ao objeto x , mas a referência de S a x não se concretiza em virtude de S recorrer às habilidades referenciais de outros sujeitos. Tampouco é bem-sucedida em virtude de um caso anterior de referência bem-sucedida pelo mesmo sujeito. Em outras palavras, S se refere a x , mas outros sujeitos não precisam ser mencionados quando se trata de explicar os fatos em virtude dos quais S se refere a x . Por exemplo, S representa visualmente uma xícara de café. Não existe teoria da percepção visual que explique o êxito dessa referência à xícara tendo como fundamento essencial uma relação entre S e outros sujeitos que porventura já a tenham observado. Ou seja, para percebê-la, não é necessário participar efetivamente de uma cadeia de comunicação; por exemplo, estar interagindo com alguém que também a esteja vendo ou pensando sobre ela. E isso

significa: quando o *explanandum* é o êxito da referência realizada com base na percepção visual do objeto *x*; o *explanans* não precisa, nem deve, mencionar a inserção de *S* em uma cadeia comunicativa, já que tal inserção claramente não pertence ao escopo de uma teoria da percepção.²⁹ Assim, no exemplo em pauta, a única relação perceptiva que de fato precisa ocorrer, para assegurar o êxito referencial, é a relação perceptiva individual entre *S* e *x*, independentemente de *S* estar ou não inserido em uma cadeia de relações com outros sujeitos que possuam (ou tenham possuído) a habilidade de perceber ou se referir a *x*. A esse tipo de referência Shahmoradi dá o nome de “referência independente” (Shahmoradi, 2024, p. 154).

Assim, um sujeito *S* refere-se a um objeto *x* *independentemente* se o sucesso da referência de *S* a *x* não deve ou necessita estar relacionado a outro episódio de referência bem-sucedida a *x*. Por outro lado, *S* refere-se a *x* *dependentemente* se o sucesso da referência de *S* a *x* depende, ainda que parcialmente, de estar em relação a outro caso bem-sucedido de referência a *x* (Shahmoradi, 2024, p. 152).

Shahmoradi sugere, ainda, que as referências dependentes (seja em nível mental ou linguístico) só têm sucesso na medida em que possam recorrer, em última instância, a um caso de referência independente (Shahmoradi, 2024, p. 170). Isso implicaria a seguinte tese: a referência é impossível quando um sujeito não consegue identificar de forma única um objeto e não dispõe de um caminho até esse objeto por meio de outros sujeitos que sejam capazes de fazê-lo. Para ilustrar a razão disso, Shahmoradi contrasta dois cenários sobre falar e pensar a respeito de gêmeos idênticos.

Num primeiro caso, os pais de gêmeos conseguem distinguir cada filho e usar nomes diferentes, “Jack” e “Jim”, sem problemas. Podem até discutir cada um deles em consultas com um psicólogo. Nada soa estranho: eles descrevem que Jim tem certas características, e o profissional faz perguntas sobre sua vida escolar, sua habilidade de fazer amizades e como ele se relaciona com Jack, entre outros aspectos. É perfeitamente aceitável que os pais e o psicólogo possam conduzir uma

²⁹ Ainda que, em sentido lato, uma teoria da percepção deva se articular com uma epistemologia mais abrangente (e que tal epistemologia, por sua vez, inclua a tarefa de explicar como estados epistêmicos, como a familiaridade de um sujeito com determinado objeto, podem ser transmitidos, justificados ou preservados por meio de estados epistêmicos de outros sujeitos ao longo de relações comunicativas), tais relações não integram o *explanans* específico de teorias perceptivas voltadas a elucidar a referência mental baseada na experiência perceptiva individual.

conversa assim, mesmo que o psicólogo nunca tenha visto Jim e, mesmo se ele o visse, não soubesse diferenciá-lo de Jack. No segundo cenário, tanto os pais, como todas as demais pessoas, realmente não conseguem diferenciar os gêmeos, embora tenham sido batizados com nomes distintos. Nesse cenário, se o psicólogo perguntasse especificamente sobre um deles, por exemplo, sobre Jim (sendo que é incerto quem seria Jim de fato), os pais não teriam condições de responder de modo preciso, porque não dispõem de nenhum meio para identificar qual gêmeo é qual. Sem essa remissão ou recurso a um modo de identificação parece que a nomeação que fizeram (situação de batismo) perde sua função. Nesse caso, o uso e atribuição de nomes, sem qualquer modo de diferenciar as crianças, tornar-se-ia inócuo. (Shahmoradi, 2024, p. 168)

O contraste mostra também que, se a habilidade discriminatória adquirida por meio de uma percepção independente for muito frágil, ela não sustentará uma cadeia de referência dependente (Shahmoradi, 2024, p. 170). Embora, em ambos os cenários descritos acima, os pais consigam ver seus gêmeos com sucesso, apenas no primeiro deles eles mantêm a capacidade de diferenciá-los mais tarde. Isso indica que, para sustentar uma cadeia de “referência dependente”, os sujeitos de percepção independente devem possuir uma habilidade discriminatória estável ao longo do tempo, uma habilidade discriminatória que deve persistir mesmo quando eles deixam de perceber o objeto. (Shahmoradi, 2024, p. 170)

Shahmoradi atribui a referência do tipo dependente às reflexões inspiradas em exemplos de Kripke e Donnellan: tais reflexões defendem a possibilidade de referir-se a x sem a capacidade de identificá-lo de modo exclusivo (Shahmoradi, 2024, p. 155). A “visão Kripke-Donnellan”, portanto, funcionaria como um “manual do usuário” para apenas um tipo de referência, viz., a referência dependente. Com efeito, nada impede SI de referir-se a x mesmo que não saiba qual x se refere. No entanto, a razão pela qual um sujeito SI pode referir-se a x mesmo se enganando acerca de algumas das propriedades de x , implícita nas teorias inspiradas em Kripke e Donnellan, está no fato de que se pressupõe que SI estabeleça uma relação que, em última instância, inclua algum $S2$ apto a referir-se a x independentemente.

A noção de “referência independente” já era conhecida antes de Kripke. Frege, Russell, Strawson, Evans e seus partidários entendiam toda referência como independente (Shahmoradi, 2024, p. 159).

Conclui-se, portanto, que alguém pode referir-se (ao menos no caso linguístico) a x sem ter a capacidade de discriminá-lo de todas as demais entidades. Nesse sentido, para que S se refira a x , não é estritamente necessário identificá-lo de maneira única, desde que a referência se estabeleça de modo dependente. Ademais, tal perspectiva não anula a possibilidade de referência independente, pois os argumentos de Kripke e de Donnellan, quando bem-sucedidos, não contrariam a tese de que a referência independente (ao menos no caso mental) deva satisfazer o Princípio de Russell (Shahmoradi, 2024, p. 160).

[3] Existem pensamentos perceptuais demonstrativos que permitem gerar crenças sobre o mundo capazes de expandir nosso conhecimento empírico. Esse subconjunto dos pensamentos perceptuais demonstrativos, devido ao modo como se dá a “referência mental” ao mundo, são crenças empíricas que podem ser avaliados como acuradas, como verdadeiras, como justificações (boas ou fracas), como informativas, etc. Mais do que estarem vinculados semanticamente a como as coisas são, no sentido de poderem ser avaliados como verdadeiros (ou como falsos) a depender de como o mundo é, tais pensamentos são instâncias de conhecimento empírico que podem ser usados, pelo sujeito, até mesmo como justificativas científicas, refutando ou corroborando proposições e hipóteses empíricas. Não parecem ser pensamentos que podem ocorrer (i) independentemente da qualidade e transparência das maneiras como esses objetos nos são apresentados, nem (ii) independentemente do fato de os termos singulares que ocorrem nos *tokens* de frases que os expressam conseguirem selecionar os objetos que pretensamente referem.

Brandom, também, afirma a necessidade de reconhecer a existência de um tipo especial de crenças *de re*, os quais seriam “epistemicamente fortes” (*epistemically strong*), em razão do modo como seus conteúdos são originados de uma relação de familiaridade com seus objetos (Brandom, 1994, p. 551). Brandom extrai alertas dos trabalhos de Kaplan, os quais, também, concluem que diferentes tipos de *rapport* epistêmico com os objetos (sobre os quais se pensa) correspondem a diferentes restrições sobre as expressões de que os sujeitos pensantes dispõem para selecionar (*pick out*) esses objetos (ibidem, pp. 549-550).

Ele [Kaplan dos anos 1970s, vide, e.g., Kaplan, 1968] explora as variedades epistemicamente mais fortes de *rapport* com um objeto, que envolvem não

apenas ser capaz de usar uma expressão que de fato se refere a ele, mas, também, saber [*knowing what*] de que objeto se está falando. [...] Embora Kaplan procure desenvolver uma noção específica de expressão como sendo um “nome vívido” do objeto *t* para o sujeito *S*, em consonância, de modo geral, com intuições quiniianas sobre crença relacional, a lição a extrair de seus esforços é que diferentes sentidos relacionais da crença, distintos tipos de *rapport* epistêmico com os objetos da crença, correspondem a diferentes restrições quanto às expressões de que os sujeitos dispõem para selecionar [*to pick*] esses objetos. A classe privilegiada de designadores correspondente a “saber quem” [*knowing who*] ou “saber qual” [*knowing which*] acaba variando de acordo com situações específicas, de modo que escapa a qualquer sistematização prévia (Brandom, 1994, pp. 549-550, tradução nossa).

Assim, Brandom atribui a Kaplan a exploração das variedades epistemicamente fortes de *rapport* com um objeto, que envolvem não apenas a capacidade de usar uma expressão que de fato se refira a ele, mas, também, saber de qual objeto se está falando (ibidem, p. 549). Embora o uso de um termo singular possa contar como um identificar, num sentido fraco, um objeto particular; saber efetivamente de qual objeto se está falando ou pensando ao usar esse termo exige do sujeito a capacidade de selecioná-lo, em um sentido forte, por seus próprios recursos (ibidem, p. 549); ou seja, de forma *independente* (no sentido indicado na alínea [2] acima). Dessa maneira, fica evidenciado que a intuição desses autores para a explicação do que seriam esses pensamentos *de re* epistemicamente fortes envolve basicamente, entre outros, que eles sejam pensamentos *de re* que satisfaçam o Princípio de Russell (“o requisito do saber-qu*”).

Obviamente, nem todos os termos singulares que podem ser usados para se referir a um objeto são igualmente úteis para fornecer esse tipo de acesso epistêmico e expressar esses conteúdos (que provém de uma relação de familiaridade com seus objetos).

Na década de 1970, Burge, Perry, Lewis e o próprio Kaplan, entre outros, concentraram sua atenção no tipo de crença que é *de re* ou relacional, no sentido epistemicamente forte que resulta da exigência de que o sujeito esteja em posição de identificar o objeto da crença por meio do uso de demonstrativos ou, de modo mais geral, de expressões indexicais. Desde então, muito esforço tem sido dedicado à noção de que expressões “diretamente referenciais”, paradigmaticamente, as expressões indexicais, possibilitam uma forma fundamental de contato cognitivo com os objetos do pensamento [...]. De acordo com essa linha de pesquisa, o que desperta interesse filosófico primordial é essa variedade de crença *de re* epistemicamente forte. (Brandom, 1994, p. 551, tradução nossa)

Ainda segundo Brandom, é necessário estar no contexto apropriado para se possuir crenças (ou intenções) *de re* fortes em relação a um objeto, porque (a) as

crenças *de re* que se dirigem a seus objetos de modo epistemicamente forte são essencialmente indexicais e (b) saber usar uma expressão indexical para identificar um particular depende de estar, de fato, nas condições e no contexto adequado (ibidem, p. 551).

O que denominamos de pensamentos demonstrativos perceptuais cognitivos são um tipo de pensamento que gera crenças *re de* epistemicamente fortes. Em virtude da relação especial que *S* está com o objeto, num contexto de receber informações, por meio da percepção (e por meio de sua experiência no sentido amplo), o pensamento perceptual demonstrativo de *S* pode ser dito “epistemicamente forte”, por ser potencialmente rico em consequências, i.e., capaz de ampliar o conhecimento e conferindo a *S* a autoridade de afirmar novas descobertas. É por meio dessa subclasse que um sujeito adquire um controle cognitivo estreito com o objeto pensado. Esse controle cognitivo capacita o sujeito a julgar sobre o objeto de seu pensamento ao mesmo que fornece os meios para que o próprio sujeito reconheça o objeto que pensa como numericamente o mesmo objeto quando este lhe é apresentado sob diferentes formas. Portanto, uma “referência cognitiva” não se confunde com a atribuição ao sujeito da mera capacidade e entendimento do que seria necessário para a semântica da referência linguística.³⁰ Em outras palavras, aqui “a referência independente cognitiva” pressupõe (por definição), além de uma maestria geral e domínio prático do uso de expressões linguísticas como “isto”, “esse”, “aquele” etc., que o sujeito identifique, no sentido de “saber qual” (*knowing-wh**), um único objeto do mundo ao utilizar, ao longo do tempo, concreta e bem-sucedidamente esses termos singulares para aludir a esse mesmo objeto. Daí a necessidade de compreender a atividade cognitiva necessária para localizar instâncias e referentes reais e concretos de termos, um propósito que não será alcançado por uma mera análise conceitual e linguística, mas, sim, por apelo às reais e concretas capacidades cognitivas humanas.

³⁰ O que está em jogo em nossa tese, portanto, é a ideia de que um juízo sobre um particular, para ser realmente cognitivo, ou seja, para possuir força epistêmica no contexto dos sistemas de conhecimentos empíricos (e não se restringir a hipóteses ou meras possibilidades lógicas), deve estar intimamente relacionado, via percepção verídica, a indivíduos particulares. Importa destacar, mais uma vez, que essa exigência não implica a adoção de um princípio verificacionista de significado. O que defendemos é a necessidade de recorrer a alguma epistemologia para determinar a legitimidade cognitiva de certos pensamentos, sem, contudo, esvaziar o sentido ou o significado de usos conceituais mais amplos.

2.7

Conclusões parciais: delimitação do estudo

Restringiremos nossa investigação a pensamentos não-descritivos baseados na percepção *vis-à-vis* de indivíduos particulares e na memória recente dessa percepção. Assim, o conteúdo intencional desses pensamentos deve ser de natureza demonstrativa, fundamentado na percepção e na memória.

Ademais, nossa tese trata dos pensamentos singulares acerca de objetos pertencentes ao domínio da nossa experiência possível, ou seja, objetos acessíveis à percepção humana, situados no espaço e no tempo. Dessa forma, estão excluídos dessa análise objetos teóricos, abstratos, ficcionais, bem como aqueles extremamente pequenos descritos pela mecânica quântica, ou tão rápidos a ponto de não serem, em princípio, passíveis de percepção.

Ainda no que diz respeito à delimitação do objeto de estudo, dado que exigiremos que a subclasse de pensamentos perceptuais demonstrativos seja “relevante do ponto de vista epistêmico”, capazes de ampliar o conhecimento empírico — ou seja, suficientemente informativa para justificar, refutar, corroborar ou enfraquecer hipóteses científicas — pressupomos, ao longo da argumentação, que o sujeito que entretém esses pensamentos deve ser capaz de compreendê-los adequadamente. Isso implica que o sujeito pensante deve estar em uma posição que o permita identificar e saber, mesmo que tacitamente, qual é, dentre todos os objetos, o objeto alvo de seu pensamento.

Com essas clarificações, o leitor estará pronto para seguir com a leitura dos próximos capítulos.

3

A representação de um mundo causalmente articulado

3.1

Introdução ao capítulo

Neste capítulo, desenvolveremos nosso *argumento principal* em defesa de nossa hipótese geral (P1) de que o conceito de causa é necessário para o pensamento demonstrativo acerca de particulares objetivos da experiência possível (vide *Introdução* ou *Capítulo 1*).

O argumento principal, que é complexo, consiste em um argumento nuclear e em diversos argumentos subsidiários. Há duas razões iniciais e uma fundamental, para apresentarmos esse conjunto de argumentos, como sendo “um argumento principal”, denominando-o de “nossa Segunda Analogia”. Em primeiro lugar, ele pode ser entendido, como uma longa refutação, um verdadeiro “tour de force”, contra uma forma específica de ceticismo filosófico (conforme discutido na *Introdução*), atacando-o em múltiplas frentes. Em segundo lugar, alguns de seus argumentos subsidiários estão interligados, em virtude da interligação existente entre algumas das teses que eles sustentam, como iremos esclarecer no capítulo seguinte. Reconhecemos, assim, que alguns desses argumentos subsidiários dependem de teses substantivas, que serão desenvolvidas em maior detalhe no próximo capítulo.³¹ Outra razão adicional, talvez a fundamental, para agruparmos esse conjunto de argumentos como um todo coeso, é que todos eles estão organizados em torno de um “sentido focal”, para usar uma expressão de J. Barnes ao comentar Aristóteles. No nosso caso, esse “sentido focal” é: (i) a constatação de

³¹ O próximo capítulo, portanto sustentará, elucidará e defenderá tais teses. Outros desses argumentos subsidiários serão apresentados como simples indicações ou “lembretes filosóficos” da importância do conceito de causa, para que certas representações se realizem — funcionando, assim, como incentivos à aceitação da hipótese aqui proposta.

que nosso conhecimento empírico é possível, ainda que seja limitado pela ausência de uma indicação direta da posição temporal em nossas percepções; a partir dessa constatação, (ii) argumentamos que é preciso conceber essas percepções de modo que possamos representar objetos no tempo da maneira como de fato o fazemos; concluímos, então, que (iii) a representação temporal exige uma concepção do mundo como estruturado causalmente. Por essas três razões, denominamos o nosso argumento principal de “Segunda Analogia”, em homenagem a Kant (1781 [1999], 1789 [2010]), que assim designa seu argumento em favor do princípio causal, na *Crítica da Razão Pura (KrV)*, em oposição às ideias céticas de Hume.³²

Nosso argumento principal, como já mencionado, é multifacetado, composto por um “argumento nuclear” e diversos argumentos subsidiários. Em certos casos, mais de uma razão ou argumento será oferecido para sustentar uma mesma tese. Se um dos argumentos ou teses se mostrar insuficiente ou não totalmente persuasivo, outros permanecerão em suporte à hipótese geral. Em outras palavras, ainda que algumas teses deste ou do próximo capítulo sejam rejeitadas ou que o suporte fornecido se revele inadequado, acreditamos que o “argumento nuclear” apresentado, neste capítulo é, por si só, suficiente para estabelecer (a) o papel inalienável da representação temporal e (b) o papel crucial do conceito de causa na determinação do conteúdo e na estruturação dos pensamentos singulares. Assim, pode-se notar que todos os argumentos convergem para a mesma conclusão: a necessidade do conceito de causa e da conceitualização presente em nossa experiência do tempo.

Este capítulo seguirá a seguinte estrutura. Primeiro, apresentaremos o argumento principal, seguido pela análise de suas partes constitutivas, isto é, da análise do “argumento nuclear” e dos argumentos subsidiários. Ao abordar essas partes, não apenas elucidaremos o que foi dito, mas, também, justificaremos sua

³² Dessa forma, chamamos aqui de *nossa* “Segunda Analogia” a argumentação desenvolvida, ao longo deste capítulo e do próximo, cujo propósito é semelhante ao da “Segunda Analogia” de Kant. O resumo de nossa proposta encontra-se na próxima seção (3.2). Já a argumentação original de Kant está localizada na “Analítica Transcendental”, mais especificamente nas páginas A144-148;189-211 (1ª edição) e B183-187;232-256 (2ª edição) de *KrV*. Nossa tese, contudo não se debruça sobre o texto de Kant, nem constitui um trabalho exegético em história da filosofia. Trata-se de uma reformulação contemporânea de seus propósitos fundamentais. Se há, em todo caso, algo que se aproxime efetivamente da argumentação kantiana, esse núcleo se encontra na alínea [2] da seção 3.2. Ainda assim, os desenvolvimentos, bem como as posteriores explicações e o suporte dados (seções 3.4, 3.5 e 3.6) a esse núcleo são inteiramente originais e não encontram paralelo no texto de Kant.

pertinência, seja por meio de objeções, seja mediante argumentos adicionais.³³ A maior parte da resposta a objeções será conduzida por meio de clarificações conceituais. Durante o desenvolvimento e a análise do argumento nuclear, atenção especial deve ser dada às seções “A relatividade do conceito de evento” (3.4), “A atitude natural” (3.5) e “A passividade da experiência” (3.6). Ao desenvolver essas partes, será necessário posicionar-nos em relação a diversas teorias filosóficas da percepção e de concepções metafísicas, por exemplo, do que seriam causas. Sempre que possível, nossas teses serão articuladas de modo a serem compatíveis com as diversas posições em debate, ainda que nem sempre isso seja viável, a fim de mantermos o texto dentro de proporções manejáveis. Concluiremos o capítulo identificando, na literatura, os argumentos que utilizamos, com especial referência a seções específicas dos trabalhos de Evans (1985) e McDowell (1996), destacando o segundo capítulo de *Mind and World*.

3.2

O argumento principal: uma “Segunda Analogia” atualizada

Este é um aspecto notável da experiência propriamente humana: nossa experiência³⁴ não se apresenta como algo que é completamente definido por nossa experiência sensível. (Tal observação fenomenológica será aprofundada na seção 3.5, intitulada: “A Atitude Natural”.) No momento, o que precisamos compreender desse *slogan* aparentemente contraditório é o seguinte: nossa experiência não é adequadamente capturada apenas pelo que percebemos no aqui e no agora.

Percebo uma mesa à minha esquerda. Penso demonstrativamente sobre como ela poderia ficar melhor do outro lado *desta sala*, mas concluo que movê-la, no

³³ Optamos por essa ordem de exposição “analítica”, para que o leitor adquira, desde o início, um “Überblick” correto do argumento principal. De posse dessa visão panorâmica, o leitor poderá formular dúvidas e objeções preliminares e, à medida que avança no texto, verificar se essas questões foram adequadamente abordadas, ajustando ou confirmando seu entendimento. Essa ordem de exposição favorece uma leitura mais fluida e facilita a compreensão dos detalhes, já que o leitor compreenderá como os detalhes se encaixam no todo.

³⁴ Não partimos aqui de uma definição prévia e fixa do conceito de experiência, mas buscamos, por meio da análise filosófica, aproximar-nos de uma concepção mais adequada. Trata-se de um método que privilegia a elucidação progressiva do conceito, a partir da análise de problemas específicos, mostrando a inadequação de certas concepções prévias e alcançando, gradativamente, versões cada vez mais adequadas — vide reflexões metodológicas em 2.5.4 e seu resumo na alínea [4] de 4.2.3. Adiantamos, contudo que o termo “experiência”, no sentido de experiência consciente, experiência vivida, não se restringirá à percepção sensível, a dados dos sentidos não interpretados, nem às disposições sensório-motoras, tampouco será reduzido a uma série de juízos ou crenças implícitas.

momento, desarrumaria o delicado arranjo de objetos sobre ela. Para passar o tempo, decido me entreter perto da lareira à minha frente. Meu pensamento se volta para o que ocorre com um pedaço de cera, recentemente retirado da colmeia: penso como ele derrete lentamente, ou como *esta transformação na cera* é semelhante àquela famosamente descrita por Descartes, entre outros pensamentos. Enquanto experiencio o derretimento da cera em frente à lareira, percebo o desmoronamento do castelo de cartas na mesa à esquerda. Meus pensamentos sobre o derretimento da cera não foram interrompidos, quando lamentei, pensando de forma demonstrativa sobre o desmoronamento do castelo.

Para termos essa percepção de cartas de baralho *como* um castelo de cartas desmoronando, para termos essa percepção desse pedaço de cera *como* um pedaço de cera derretendo, para perceber essa sala *como* uma sala, uma série de capacidades ou saberes já devem estar em jogo.

[1] Para compreender o que percebemos como uma ocorrência *real*, é necessário concebê-la como uma modificação no tempo e no espaço objetivos. A percepção de um pedaço de cera modificando-se aqui, durante esse intervalo de tempo, só é possível se entendermos o local onde ocorre como uma parte de um espaço que se estende indefinidamente (o “aqui” dependendo, holisticamente, do espaço infinito, único) e seu intervalo de duração como parte de um tempo igualmente infinito (o “agora” dependendo, holisticamente, do tempo infinito, unitário e objetivo). De modo similar, perceber *essa sala* aqui e agora exige que a concebamos como ocupando um lugar, em um espaço infinito e como existindo em um tempo, que se estende indefinidamente em um antes e um depois.³⁵ Essas afirmações são análogas àquelas sobre relações entre corpos materiais e espaço já presentes na literatura (Evans, 1982, pp. 106-7;151-2): interpretar algo como um corpo material real e não como um mero desenho de um corpo material ou

³⁵ Tratamos aqui do espaço e do tempo tal como são experienciados fenomenologicamente. O fato de que algumas teorias físicas recentes descrevam o espaço ou o tempo como “finitos” é, nesse contexto, secundário. O que nos interessa é que espaço e tempo são vividos como abertos, com um “além” potencialmente ilimitado. Sustentaremos, ao longo da tese, que a concepção de espaço-tempo empiricamente real — conforme descrita por nossas melhores teorias físicas — depende, em certo sentido, da experiência do espaço-tempo objetivo. Para uma análise mais detalhada da distinção das referências e experiências temporais, em suas dimensões subjetiva e objetiva, ver a subseção 4.2.2.3; quanto às concepções egocêntricas e aloecêntricas no espaço experienciado, ver a alínea [6] da subseção 4.2.3.

imaginação de um corpo material, implica conceber que o conteúdo percebido ocupa objetiva e efetivamente um lugar no espaço.

Os modos aos quais atribuímos diferentes tipos de “significância temporal” à representação de um particular que percebemos como real serão discutidos logo adiante (especialmente em [2] e [3] abaixo).

No entanto adiantamos, sem demora, em que momento poderia ser sugerida a necessária referência a causas como uma condição à atribuição do que denominamos “significância espacial”. Por um lado, a própria noção de ocupar um lugar no espaço é uma noção causal. Com efeito, julgar que algo ocupa, “preenche”, uma certa região do espaço é, *mutatis mutandis*, acreditar que esse algo alteraria a trajetória e as velocidades de outros objetos que venham em direção à região agora ocupada (vide [5] abaixo; cf. Campbell, 1993, pp. 89-93). Por outro lado, a concepção de que dois objetos compartilham simultaneamente uma região espacial só faz sentido se eles estiverem conectados por uma história comum. Não faz sentido dizer que dois particulares estão sobre uma mesma mesa se não há uma determinada região do espaço cuja história ou presente não inclua ambos os particulares. Como observa Merleau-Ponty, “eu fantasio acerca de coisas, imagino objetos ou pessoas cuja presença aqui não é incompatível com o contexto e, todavia eles não se misturam ao mundo” (Merleau-Ponty, 1999, pp. 5-6). Representamos certa região como pertencente à mesma história do mundo, concebendo os dois objetos “misturados ao mundo” (isto é, em contraste com fantasias ou imaginações), concebendo os dois como posteriores ao mesmo conjunto de eventos (que os afetaram ou poderiam tê-los afetado) e entendendo que eles ou suas propriedades, em potência, afetariam (imediatamente ou por meio de uma sequência de eventos) os mesmos objetos.

[2] Antes ou concomitantemente a essas “atribuições de significação” espaço-temporais gerais, reside o que chamamos de *nosso argumento nuclear*: entendemos como diferentes (i) a percepção de um evento, um corpo em transformação, objeto da experiência possível cujas propriedades intrínsecas estão se modificando, da (ii) percepção de uma não ocorrência, um corpo material, que pode estar em movimento, mudando, no máximo, suas propriedades relacionais; e essa discriminação — diferenciação e identificação — envolve tanto a maneira como representamos temporalmente a natureza do particular em questão, como a

concepção de quais maneiras tais objetos, passíveis de percepção, devem ser observados por seres como nós.

Por um lado, representar um corpo material é conceber que as partes que percebemos, uma por vez, são partes espaciais que estavam lá antes de as percebermos e que continuam lá, conectadas de determinada maneira, formando o corpo material específico que é, mesmo quando deixamos de perceber certa parte. Por exemplo, é pela representação da conexão necessária dessas partes espaciais que conseguimos representar essa sala como diferente de uma sala “isômera” (refiro-me a uma sala com os mesmos exatos componentes que essa, mas arranjados, em uma configuração geométrica *espelhada*, como nossa mão esquerda é isômera à nossa mão direita, ou como o *cis*-1,2-dicloroeteno é isômero ao *trans*-1,2-dicloroeteno). Embora eu perceba as partes dessa sala em uma sequência — primeiro vejo uma parede, depois vejo outra, observo o chão, o lustre no teto e então noto a lareira, a mesa e o castelo de cartas sobre a mesa — compreendo que todas essas são partes espaciais do mesmo corpo material, ou seja, dessa sala. Não interpreto minha experiência como a de uma sala rotacionando, nem como a de uma parede que se transmuta em outra com lareira, que se transforma num chão com tapete, que dá origem a um teto com lustre e assim por diante. Isso está intrinsecamente relacionado à maneira como concebemos que tal objeto pode ser percebido por sujeitos como nós. Vejo *essa sala* como ela é, aqui e agora, porque compreendo o que seria dar uma volta ao seu redor, observá-la, ao longo do tempo de outro ponto de vista, observar suas partes, ou tocá-la, em uma ordem diferente daquela que, de fato, observei, entre outras possibilidades. Em outras palavras, interpreto essa percepção, aqui e agora, como a percepção *dessa sala* enquanto corpo material³⁶ (e não como um corpo em transformação), porque consigo entender situações contrafactuais. É por meio da compreensão de como a experienciaríamos, em diferentes circunstâncias hipotéticas, que consigo

³⁶ Nessas passagens, a ênfase recai sobre o que denominamos “significâncias temporais”, conforme explicado no capítulo anterior (2.4.3). Por essa razão, não nos detemos aqui nas distinções relativas à representação espacial — por exemplo, entre representar a sala como um corpo material e representá-la como um *contêiner* de corpos materiais, ou entre a mesa enquanto corpo material em si e a mesa enquanto *superfície suporte* sobre a qual (ou dentro da qual) outros objetos estão dispostos. Embora a distinção entre representar um objeto como corpo autônomo e representá-lo como *suporte* ou *contêiner* de outros objetos seja relevante — especialmente para uma teoria completa da espacialidade —, aqui ela será ignorada, já que o foco recai sobre a temporalidade.

representá-la como essa sala, compreendendo-a como o objeto estático particular que é.³⁷

Por outro lado, represento um objeto mudando suas propriedades, ao longo do tempo, porque represento suas fases, as quais percebi uma de cada vez, como ocorrendo em uma ordem temporal determinada e não em outra (as fases ou estados de um objeto material que altera suas propriedades intrínsecas ocorrem sucessivamente, em uma ordem determinada); assim, qualquer outro sujeito possível só poderia percebê-las nessa mesma ordem. Elaboremos. Na situação descrita acima, agachado diante da lareira, estendo uma das mãos em direção ao pedaço de cera e, de olhos fechados, experiencio certas propriedades, com a palma da mão: uma superfície dura, fria, com uma série de buraquinhos em forma de hexágonos. Minha mão perde contato com o objeto enquanto observo o desmoronamento do castelo de cartas à esquerda. Em seguida, fecho novamente os olhos e estendo a palma da mão na mesma direção de antes. Agora sinto uma forma diferente, uma quentura, um outro tamanho, uma superfície quase líquida, sem mais detalhes hexagonais distinguíveis. Não interpreto minha experiência como se tivesse tocado duas faces do mesmo corpo rígido que rotacionou. Isto é, não entendo que primeiro toquei uma parte espacial (uma face) dura, fria e com hexágonos e, depois, toquei outra parte espacial, a face líquida, quente e disforme do mesmo objeto que virou de ponta-cabeça, sem alterar suas propriedades intrínsecas. (Poderia ser que o mesmo pedaço de cera tivesse um lado quente e outro frio; e que esse pedaço de cera fosse um corpo que estivesse em rotação, por algum motivo, e.g., sempre de olhos fechados, primeiro toquei o seu lado frio e, depois que ele caiu, girando, toquei seu lado aquecido). Em vez dessa ou de outras possibilidades, eu entendo que percebo um particular, no qual as propriedades da doçura do mel, a sua dureza, sua capacidade de emitir sons se golpeado, sua frieza, entre outros, são paulatinamente aniquilados, deixando de ser; de forma objetiva, sua forma definida e tamanho desaparecem, para dar origem a novas propriedades como quentura,

³⁷ Sublinhamos que a distinção entre (a) corpo material e (b) evento permaneceria válida, mesmo que a sala estivesse em rotação ou translação — como, de fato, está, ao mover-se juntamente com a superfície da Terra em torno do Sol. Há uma diferença entre (a) pensar sobre a sala *enquanto* corpo material e (b) pensar sobre as transformações que nela ocorrem ou que a afetam, como sua rotação, seu aquecimento gradual ao longo do dia ou sua lenta deterioração por cupins. A percepção da mesma porção do mundo pode originar conteúdos demonstrativos distintos, a depender de onde recai a atenção do sujeito, de como ela reconhece aquilo que percebe e do que escolhe pensar. A esse respeito, remetemos às explicações da *seção* 3.4, “A relatividade do conceito de evento”.

liquidez e nenhum som mais é emitido quanto se atinge. Podemos conceber que se deixe de se perceber algumas de suas fases intermediárias, como quando abrimos os olhos para ver o desabamento do castelo de cartas. Em contrapartida, não é concebível que seja possível perceber essas fases em outra ordem, se a percepção é verídica, pois essa não seria mais a percepção de um derretimento da cera, mas de outro tipo de evento, o resfriamento de um pedaço de cera ou, talvez, a confecção de um favo de mel. Isso faz parte do que significa representar uma determinada transformação em um corpo material. Percebemos, portanto um evento *como* um evento porque, entre outros fatores, compreendemos como suas “partes temporais” (fases) poderiam ser experienciadas em diferentes situações contrafactuais. (Para avaliar se alguém possui a capacidade geral de corretamente identificar aquilo que se torna saliente em uma dada situação, deve-se considerar situações contrafactuais, em que o objeto ainda esteja presente e verificar se, mesmo nessas situações, o sujeito consegue identificar o objeto). E isso significa: interpreto minha experiência como a percepção de um objeto mudando suas propriedades, ao longo do tempo (esse derretimento da cera), porque, entre outras coisas, concebo o que seria percebê-lo de outros pontos de vista, o que seria para outros sujeitos perceberem-no das mais diversas perspectivas.

Para representar as partes como simultâneas (no caso da percepção das partes espaciais da sala) ou sucessivas (como nas fases do derretimento da cera), dentro do tempo objetivo, é necessário, no mínimo, alguma capacidade de recordar o que percebemos de um instante para outro — ou seja, não esquecemos instantaneamente o que vimos, ainda que nossas memórias de percepções recentes tendam a desvanecer e enfraquecer rapidamente. Sem dúvida, somos capazes de “reproduzir” na memória o que percebemos, em um instante anterior, (por exemplo, agora sentimos esta quentura e liquidez, mas antes aquela frieza e dureza). Mais que isso: se, muitas vezes, não representássemos o que experienciamos agora como ligado de maneira significativa ao que percebemos antes, não representaríamos esse particular. Com efeito, recebemos informações, ao longo do tempo, por meio de nosso contato perceptual direto com partes ou aspectos do objeto. Nosso processo perceptual ocorre, em sucessivos momentos, que não são tratados como percepções desconexas, cada uma preenchendo, uma depois da outra, no “specious present”, como se fossem uma multiplicidade de percepções independentes, nas quais o conteúdo de uma não teria relação com o da anterior, nem com o que virá a seguir.

Pelo contrário, representamos o que percebemos aqui e agora *como parte de* uma unidade complexa, percebida gradualmente, uma parte de cada vez. Literalmente, percebemos apenas um aspecto (um “modo de apresentação”) do objeto por vez e somente entendemos o conteúdo de agora *como um aspecto*, porque o representamos como conectado de maneira relevante com o conteúdo percebido anteriormente e antecipamos uma conexão com as futuras e possíveis percepções. Pensamos sobre esse particular, um todo coerente, mas reconhecemos que a sua percepção se dá (ou se daria), ao longo do tempo, na qual cada conteúdo é representado como conectado, tanto ao que foi percebido anteriormente, quanto ao que pode ser percebido em seguida.

Além de sermos capazes de “reproduzir” na memória o que percebemos, em um instante anterior, também devemos ser capazes de imaginar/conceber como se daria essa reprodução em situações contrafactuais. Somos capazes de imaginar várias possíveis ordens de percepções hipotéticas a partir de outros pontos de vista. Por exemplo, embora eu tenha percebido, de fato, as partes *dessa sala*, em uma determinada ordem — primeiro olhei as paredes, uma de cada vez, no sentido anti-horário, depois toquei o chão, a lareira e, por fim, a mesa — posso “reproduzir” as percepções de suas partes, em uma sequência diferente e, ainda assim, representar a mesma sala. De fato, se uma hora, após sair de casa, eu procurar pela memória da experiência da sala, ela não será reconstruída, por meio de imagens fragmentadas ou sucessivas, porque tal processo de “memória episódica” da sala não precisa seguir uma ordem de percepções definida. Em nossa análise, uma ordem de reprodução distinta (e.g., primeiro o chão, depois a lareira e, por último, as paredes no sentido horário) ainda consegue representar a mesma sala, pois corresponde ao que seria percebê-la, de forma igualmente verídica, de um outro ponto de vista — seja um ponto de vista que eu possa, de fato, ocupar no futuro, ou que, contrafactualmente, poderia ter ocupado. Outro exemplo: ao julgarmos algo sobre esse derretimento da cera podemos considerar que outro sujeito poderia perceber uma faceta diferente desse objeto (perceber sua forma disforme com os olhos) e conseguimos imaginar/compreender o que seria para esse sujeito “reproduzir”, lembrando, o que percebeu antes (observou formatos hexagonais). Diferente das possibilidades de percepção do exemplo anterior (essa sala), ao interpretar o que percebo, como o evento real particular que é (este derretimento da cera), *preciso necessariamente*, em todas as situações contrafactuais de percepção representadas

como verídicas, entender a ordem da reprodução das fases de forma irreversível. (A habilidade de reproduzir na imaginação pressupõe que, a cada reprodução das percepções possíveis do mesmo objeto, estejamos conscientes de que a ordem e conexão sejam mantidas as mesmas, para que saibamos que cada reprodução é a reprodução do mesmo evento. Se a cada reprodução, variássemos suas conexões de modo completamente livre, não representaríamos, em todas as reproduções, o particular do tipo exato que ele é, no caso, o evento da cera derretendo, que é um evento, um evento de um certo tipo e um evento no aqui e agora). Representar (a) essa cera derretendo difere de representar (b) uma cera quente assumindo a forma de um favo de mel, à medida que esfria, e isso, por sua vez, é distinto de representar (c) um pedaço de cera, em que um lado está quente enquanto o outro está frio, e essas discriminações requerem a representação do que percebemos como uma unidade complexa determinada, o que, por sua vez, pressupõe uma capacidade de imaginar/compreender situações contrafactuais de percepção e compreender como se deve se dar essa “reprodução” dessa percepção em cada uma dessas situações. Se não representássemos e “reproduzíssemos” o que experienciamos, a cada momento, de modo a ter uma conexão específica com o anterior e com o que podemos perceber a seguir e, se não conseguíssemos entender o que seriam essas mesmas conexões relevantes, em diferentes situações de percepção contrafactuais, nós não conseguiríamos representar os objetos, ora com o mesmo corpo particular que perdura, ao longo do tempo, ora como o mesmo corpo particular que agora nos dá a outra face, ora como um corpo particular que mudou suas propriedades intrínsecas, entre outros.

A representação desse particular perceptível, que mobiliza memórias e antecipações, é entendida, sempre, como podendo ser corrigida; ou seja, futuras percepções da própria coisa no mundo ou outras crenças adquiridas podem me levar a, retroativamente, rejeitar a maneira como eu ostensivamente reconheci (ou reconheço) as coisas como sendo (vide *seção 3.6*, intitulada: “A passividade da experiência”). No caso da percepção de um evento *como um evento*, ao conectar lembranças (e todas as concepções hipotéticas de lembranças) de percepções passadas e de possíveis percepções futuras com a experiência presente, a ordem *da* ocorrência (*do* próprio evento percebido) deve ser interpretada como determinando, a ordem *em* que é percebida (vide a noção de objetividade discutida abaixo, em 3.3.3), para que representemos as modificações, nas propriedades de um corpo

como reais e não apenas imaginárias (vide *seção 3.5*). Delírios coletivos e outras universalidades factuais/contingentes são diferentes da percepção verídica de uma modificação real.

Concluimos que, ao percebermos e entendermos uma modificação como real e objetiva (e não como imaginária ou subjetiva), entendemos que a ordem de suas fases é independente, em sentido rigoroso, da perspectiva espacial em que nos situamos, da nossa vontade e das contingências da “livre associação” mental e, portanto, é determinada por algo da natureza do mundo ou do próprio objeto, conforme argumentaremos na *seção 3.5*, intitulada: “A Atitude Natural”. Esse “algo”, o qual deixamos em aberto, se se trata de um fato, de um corpo material, de outros eventos ou de uma lei natural, é a sua causa. Definir precisamente a natureza da causa e especificar causas particulares são tarefas que cabem à pesquisa empírica. A maneira como eu interpreto o meu entorno, o que eu escolho dar atenção, influencia o modo como eu percebo as coisas à minha volta e o modo como eu penso sobre o que está a meu redor (conforme esclareceremos na *seção 3.4*, intitulada: “A relatividade do conceito de evento”) e pode determinar o que pensamos ser a causa de que. Por exemplo, o modo como pensamos que “a cera derrete *porque* ela está próxima à lareira acesa ou *porque* a lareira a está aquecendo ou lhe transmitindo calor”, ou, se, ainda que “a lareira foi acesa e a cera derreteu *por causa* de um terceiro objeto ou fato comum”, claramente, depende de nossas crenças sobre o que percebemos e alguma prototeoria de como as coisas no mundo funcionam. Se pensamos que “o castelo de cartas desmoronou, *porque* a mesa tremeu”, ou se “a mesa tremeu, *porque* o castelo de cartas desmoronou”, depende se reconhecemos a mesa como de papel e as cartas de metal pesado ou *vice-versa*. Nada do que defendemos aqui determina como o conceito de causa deve ser aplicado.

Em síntese, constatamos que pensamos singularmente sobre indivíduos particulares (eventos e não eventos) em nosso campo perceptual. Esse tipo de pensamento “acerta o alvo”, explorando a presença perceptual dos próprios particulares. Esses particulares, objetos da nossa experiência possível, são percebidos como unidades complexas, constituídas por partes espaciais e “partes” temporais. Observamos que essas partes são percebidas uma por vez. Argumentamos que o modo como pensamos a combinação dessas partes determina se estamos representando o objeto particular como um evento ou um não evento.

Assim, realizamos discriminações entre eventos e não eventos, porque representamos, de modo distinto, esses particulares no tempo e porque somos capazes de entender as diferentes formas temporais como o próprio particular deve determinar nossas percepções, demonstrativas, *vis-à-vis*, do mesmo.

Passaremos, a seguir, à questão de como um sujeito consegue não “perder de vista” determinado particular *em meio a vários* outros particulares. A capacidade de discriminar e rastrear particulares irá se revelar, assim, não como uma simples resposta aos estímulos externos, mas como um esforço cognitivo de construção e manutenção de padrões que capturam a ordem temporal e espacial do mundo. Com isso, pretendemos aprofundar a compreensão da relação entre a percepção e a estrutura objetiva do mundo, avançando a discussão sobre os condicionantes da intencionalidade empírica.

[3] Seleccionamos com o pensamento os objetos que percebemos – o que pressupõe o que Campbell (2002) denomina de atenção concentrada (*focal attention*) – referimo-nos a esses objetos e, identificando-os, acompanhamos sua identidade ao longo do tempo. Conseguimos acompanhar a identidade do particular selecionado como um indivíduo que persiste no tempo, ainda que ele sofra mudanças. Essa habilidade de rastreamento ou acompanhar a continuidade da identidade de um particular, mesmo diante de mudanças radicais de suas propriedades, pressupõe a seleção de objetos individuais no campo perceptual, permitindo-nos reidentificá-los sob certas condições como o mesmo indivíduo. Isso torna possível reconhecer particulares que desaparecem temporariamente do campo visual ou antecipar a presença de objetos ocultos por um obstáculo.

Essa noção de rastreamento, fundamental ao pensamento perceptual sobre particulares observáveis, é uma capacidade de prestar atenção seletivamente a algo, ou melhor, é “uma capacidade de acompanhar uma única coisa ao longo de um período de tempo” (Evans, 1982, p. 175). Além disso, devemos observar que (1) essa capacidade de acompanhar deve se aplicar, simultaneamente, a vários indivíduos particulares³⁸, isto é, a mais de um objeto ao mesmo tempo e (2) o

³⁸ Utilizamos o verbo modal “deve” na formulação de (1) porque o argumento a seguir tem natureza conceitual: não faz sentido perceber o movimento de um objeto sem situá-lo *em relação* a outros objetos ou a um lugar — o qual, por sua vez, definido por referência a corpos materiais. Assim, não é coerente supor o rastreamento de um único objeto isoladamente, já que posições espaciais e temporais são identificadas *relacionalmente*. Embora (1) se trate de um ponto conceitual, há

processo de acompanhamento pode ser não descritivo, isto é, não depende, necessariamente, de representações de nenhuma das propriedades desses particulares perceptíveis, de modo descritivo, incluindo suas localizações (Pylyshyn, 2007, p. 34). De fato, durante praticamente todo o tempo, em que estamos conscientes, estamos rastreando objetos percebidos sem recorrer a descrições.

Para pensar demonstrativamente sobre um particular e seguir (*keep track*) sua contínua identidade, é imprescindível, no mínimo, selecioná-lo e distingui-lo de seu pano de fundo. Somente ao distingui-lo de seu entorno podemos reconhecer que o objeto permanece o mesmo. Suas mudanças de posição espacial são experienciadas apenas *em relação* à localização de outros corpos, assim como experienciamos suas mudanças de posição temporal somente *em relação* à posição temporal de outros eventos. Em outras palavras, as modificações de um particular fazem sentido, no contexto de um mundo espaço-temporal, no qual ele é compreendido em relação a outros corpos e eventos. Portanto a capacidade de rastrear um particular, ao longo do tempo, depende diretamente da habilidade de identificá-lo, enquanto ele se modifica, *em relação* a um “pano de fundo” perceptual, que também está constantemente em transformação, como ressaltaremos adiante.

Uma observação importante para o que se segue: o rastreamento ou acompanhamento (*tracking*) que buscamos discutir não se limita ao enfoque tradicional dado por Evans (1982), Campbell (2002) e Pylyshyn (2000, 2001, 2007). Nosso interesse abrange, também, o rastreamento ou acompanhamento (*tracking*) de eventos. Para rastrear um evento particular, reconhecendo-o como numericamente idêntico, para diferenciá-lo de eventos de mesmo tipo ocorridos, em outros tempos, é necessário manter uma representação clara da sua posição temporal. Isso deve ser assim, porque a própria individuação de eventos como particulares depende do instante ou intervalo, em que ocorrem, de modo que a diferença entre dois eventos do mesmo tipo pode residir unicamente no fato de ocorrerem em momentos distintos.

Acompanhar corpos, espacialmente, é diferente de acompanhar a ordem temporal de eventos, embora ambos dependam de uma concepção objetiva do tempo. Uma coisa é rastrear as localizações espaciais de corpos materiais que, por

evidência empírica que a complementa: estudos clássicos mostram que sujeitos são capazes de rastrear até cinco alvos visuais simultaneamente (Pylyshyn & Storm, 1988).

exemplo, saem temporariamente de vista ou mudam de lugar; outra coisa é rastrear a ordem temporal relativa entre eventos que já passaram, que percebemos ou que voltamos a perceber, isto é, representar e manter na mente a “distância” e “direção” temporal dos acontecimentos. Entendo que o desabamento das cartas *foi simultâneo* ao derretimento da cera, apesar do primeiro ter ocorrido “mais abruptamente” (i.e., num intervalo de tempo menor) que o último. Também entendo que havia um castelo de cartas sobre essa mesa *antes* de ele desmoronar. Eu compreendo que senti calor e maciez, na palma da mão, *depois* de ter sentido frio e solidez e que essa ordem reflete fielmente a sequência dos estados no mundo. Tenho conhecimento de inúmeros eventos, sobre os quais fui informado, por meio de testemunhos e consigo manter uma representação mental aproximada de sua ordem temporal, acrescentando os eventos que observei, observo ou ainda observarei, em posições temporalmente adequadas. Embora lapsos de memória possam me levar a confundir o que ocorreu na terça com o que aconteceu na segunda, ou a leitura de uma nova descoberta arqueológica possa alterar pontualmente o que acredito saber sobre a História, ainda assim compreendo o que constituiria um erro e faço iso, *em relação a* critérios objetivos, conseguindo adaptar minhas crenças e atualizar a representação que tenho da ordem real e objetiva dos eventos.

Nessa ótica, representar o tempo e o espaço como objetivos é essencial para perceber a continuidade da identidade dos objetos ao longo do tempo. Mais especificamente, para sermos capazes de exercer essa capacidade de rastrear e de atenção concentrada a particulares, é necessário representar o mundo de certa maneira. Isso implica, por um lado, uma concepção de espaço objetivo, em que o particular se move e muda suas relações externas, em função de outros particulares estáveis e, por outro lado, uma concepção de tempo objetivo, que contenha uma ordem “estável” de eventos. Essa última concepção é crucial para a capacidade de compreensão das relações entre eventos como anteriores, simultâneos e posteriores, que está vinculada à determinação da identidade (individação) do particular, uma identificação que, por sua vez, depende da nossa sincronização entre o tempo egocêntrico (a experiência do tempo *qua* subjetivo) e o tempo alocêntrico (a nossa concepção do tempo *qua* único e objetivo), conforme sugeriremos no próximo capítulo.

Essas representações, fundamentadas na compreensão de um mundo objetivo, não estão restritas ao meu ponto de vista como o único observador. Para que um

sujeito *S* atribua a mim, agora, um juízo acerca *dessa ocorrência particular F* (por exemplo, de que ela é *G*), é necessário que esse sujeito reconheça (1) minha capacidade de identificar, no tempo, *esse F* por meio de um demonstrativo e (2) a acessibilidade espaço-temporal *desse F* em uma região perceptível compartilhada, na qual *S* e eu podemos perceber e pensar demonstrativamente sobre aquele *F* (cf. Brandom, 1994, p. 569). A experiência objetiva e a mútua atribuição de crenças exigem que consideremos a percepção de outros sujeitos e suas interações com os mesmos eventos. Para isso, devo conceber suas posições temporais, em relação a uma representação de tempo objetivo e, além disso, devo compreender os eventos como situados em uma cronologia específica no interior da história do mundo. Preciso também compreender as posições espaço-temporais desses sujeitos de forma que, a partir delas, eles possam determinar suas posições temporais, tanto de si mesmos, quanto dos elementos que compõem seu entorno, sendo capazes de efetuar a sincronização alo-egocêntrica, identificando particulares. Isso requer uma compreensão adequada de eventos (que percebo e que eles poderiam perceber) como ocorrendo antes, depois ou simultaneamente a outros eventos (que percebemos ou poderíamos ter percebido ou que podemos perceber), que servem como marcadores temporais. Em outras palavras, é necessário considerar como outros sujeitos³⁹ poderiam perceber o mesmo objeto, em diferentes condições, compreendendo a continuidade da identidade do particular. Por exemplo, devemos

³⁹ O apelo à intersubjetividade, nesse contexto, é uma exigência decorrente dos próprios critérios epistêmicos envolvidos. Defendemos que a descrição e representação intrasubjetiva das posições do objeto no espaço e no tempo não é suficiente, pois adotamos aqui um critério intersubjetivo para o que contaria, para um sujeito, entender os pensamentos que supostamente entretêm e apreende. Tal critério — de atribuição dessa compreensão a outro sujeito — é formulado, a partir de uma noção exigente de “identificação”, como será desenvolvido no próximo capítulo (4.3): um sujeito demonstra o que entende, ao proferir uma frase, quando é capaz de responder e se comportar publicamente de maneira apropriada em um contexto dialógico. Isso não implica que o sujeito, individualmente, não possa formar pensamentos demonstrativos perceptuais, sem estar no meio de outros sujeitos. No entanto o uso e a compreensão de demonstrativos e os estados intencionais a eles associados estão, a nosso ver, essencialmente vinculados à aquisição da linguagem e à participação em práticas sociais de ensino. Assim, mesmo que tais estados intencionais ocorram, muitas vezes, na prática, fora de uma relação efetiva com outros sujeitos, sua origem e normatividade permanecem sociais. Acrescentamos, por fim, que esse papel dos “outros” — entendidos aqui como pontos de vista alternativos que poderiam ser ocupados por mim ou por qualquer sujeito — está diretamente relacionado ao tipo de pensamento que nos interessa: um pensamento epistemicamente forte, ou genuinamente cognitivo, capaz de sustentar conhecimentos científicos, ser preservado ao longo do tempo e transmitido por cadeias de comunicação. É preciso explicar como diferentes sujeitos podem pensar sobre o mesmo particular. Em todo caso, um conceito ampliado de experiência deve permitir a inclusão da experiência de outros sujeitos epistêmicos, cuja posição seja, ao menos em princípio, simétrica à minha — isto é, sujeitos cuja capacidade de conhecer, julgar e justificar é reconhecida como análoga à minha.

ser capazes de entender a posição temporal do derretimento da cera, a partir de diferentes pontos de vista da sala, mesmo que a percepção desse evento pudesse ser interrompida por outros eventos. Para tanto, é necessário que esses sujeitos sejam capazes de organizar, em suas mentes, temporalmente os eventos que percebem, reconhecendo uma ordem específica que é compartilhada entre diferentes perspectivas. Considerar essas situações contrafactuais envolve um exercício de “desconexão” do nosso próprio ponto de vista e de “entrelaçamento” com o mundo que percebemos (Cussins, 1990 [2003], pp. 150-151). Ademais, esses sujeitos não são concebidos como objetos inertes, nem como almas sem corpos. Por serem corpos, sua própria presença pode alterar levemente o mundo que percebo, mas não tanto, porque ainda se trata do mesmo mundo, *ceteris paribus*. Por não serem almas sem corpos, eles poderiam decidir mudar de posição espacial para perceber outros eventos ou mesmo interagir com o mundo. Isso pressupõe que todos os sujeitos experienciam a passagem do tempo de forma integrada e sejam capazes de se referir aos mesmos eventos e corpos no mundo, como marcos temporais que os situam no fluxo contínuo do tempo, pois tanto eu quanto outros sujeitos nos posicionamos (e mutualmente nos concebemos como), no mesmo mundo compartilhado e não em realidades isoladas. Compreendo o que seria para outro sujeito (ou para mim mesmo), o qual estaria situado num intervalo de tempo que começa antes e pode se estender até agora, habitar o mesmo mundo, *ceteris paribus* e perceber *esse* evento. Isso inclui reconhecer não apenas as mudanças espaciais do objeto, mas também sua inserção, em uma sequência temporal de eventos, cuja ordem pode ser experienciada de diferentes perspectivas. Ao representar o mundo dessa forma dinâmica, um mundo no qual sujeitos como nós podem obter conhecimento por meio da percepção, reconhecemos que as conexões entre eventos não são arbitrárias, isto é, nem tudo pode se seguir de tudo. E isso significa: que as conexões entre os eventos não podem ser representadas como totalmente contingentes.

Representamos o tempo objetivo como, para usar uma analogia, uma “grade” de posições temporais entre eventos. É possível que concebamos muitas dessas linhas como compostas por eventos cuja conexão e ordem são contingentes, eventuais e fortuitas. O fato de ter chovido ontem não parece ter qualquer relação com o desmoronamento de cartas. Ontem choveu pouco e peguei o guarda-chuva, mas eu poderia ter me esquecido, e tudo mais seria o mesmo. O futuro parece estar aberto às mais diferentes possibilidades. Ou seja, essa grade parece ter linhas

maleáveis. No entanto a maleabilidade dessa grade não é concebida sem limites, pois não poderia nem mesmo construir a representação dessa grade, fundamentada na percepção e referência bem-sucedida a particulares, se não houvesse alguma estabilidade entre algumas das sequências de eventos que compõem suas linhas. Em primeiro lugar, não posso conceber que, no interior de toda e qualquer linha de eventos, possa-se *alternar* a sequência de eventos que a compõem. Uma coisa é um corpo material entrar à esquerda do anteparo e depois sair à direita; outra coisa é ele entrar pelo lado direito e sair pelo esquerdo. Não é toda linha de eventos que podemos *excluir* alguns de seus constituintes. Um objeto atravessar um anteparo é diferente de um objeto de um certo tipo ser aniquilado ao entrar à esquerda e um outro objeto de um mesmo tipo ser criado à direita. Se sempre, toda e qualquer linha de eventos, em geral, possuíse uma ordem e sequência contingente, no sentido de cada evento que a compõe pudesse ser omitido ou trocado por outro evento, *se* toda e qualquer série de eventos pudesse ocorrer de modo independente a qualquer outra, um evento dando lugar a outro de forma aleatória, circunstancial, *se constantemente não pudessemos inferir com probabilidade o que ocorreria em situações contrafactuais*, jamais conseguiríamos representar as relações de ordem objetivas entre eventos. Por exemplo, o passado imediato parece estar de diversas formas conectado necessariamente com o presente e, ainda que o futuro seja concebido como aberto (várias possibilidades históricas poderiam se desenrolar), acreditamos que há conexões prováveis do que ocorre (ou do que se faça) agora com o que vai acontecer. Ainda que possamos entender variações, nas sequências de eventos, essas variações são (representadas como) limitadas pela realidade percebida. Assim como identificamos a posição espacial dos objetos em relação a outros corpos estáveis, também determinamos a posição temporal (e identidade) dos eventos com base em suas relações com outros eventos. As conexões temporais entre os eventos não podem ser todas arbitrárias, pois isso comprometeria a possibilidade de representá-los de maneira objetiva. Essa estrutura relacional é fundamental para que possamos manter o rastreamento dos particulares ao longo do tempo e garantir a coerência da nossa percepção do mundo.

Como já foi dito, uma coisa é acompanhar a mudança relativa de um corpo material modificando sua posição espacial, em relação a outros corpos materiais que percebemos, outra coisa é entender que isso ocorreu entre tais e tais mudanças. Sendo preciso, no primeiro caso, precisamos nos referir e perceber particulares

relativamente estáveis que funcionam como marcadores de posições espaciais. Conceber que isso (x em t_1) que percebi aqui (p_1) é aquilo (y em t_0) que percebi ali (p_0) anteriormente, isto é, conceber que o reencontro, o mesmo corpo material ($x=y$) e não dois do mesmo tipo, envolve, no mínimo, ser capaz de conceber o que seria acompanhar com a percepção tal corpo material, sem perdê-lo de vista um só instante, durante sua trajetória contínua no espaço, ao longo do tempo (i.e., durante o intervalo $[t_0, t_1]$). O segundo caso é diferente. No segundo caso, é necessário entender a ordem temporal das ocorrências que percebemos. Conceber que isto aqui (e_1 em p_1) que percebi (em t_1) ocorre posteriormente àquilo (e_0 em p_0) que percebi (em t_0), isto é, representar que um evento (e_1) ocorreu *depois* ($t_0 < t_1$) de outro (e_0), envolve, no mínimo, ser capaz de conceber o que constaria um acompanhar verídico, por meio da percepção de uma série contínua de eventos de ordem não contingente (i.e., numa ordem não reversível, não acidental, nem fortuita), sem perdê-la de vista um só instante, uma série de eventos objetivos que começa simultaneamente com aquilo (e_0) e termina junto com isto (e_1).

Em outras palavras, uma das características mais intrinsecamente atribuídas à nossa experiência temporal é que o tempo parece (ou melhor: as coisas no tempo parecem) seguir uma direção específica, movendo-se do passado em direção ao futuro. A diferença entre essas duas dimensões temporais, acreditamos, reside na representação de relações causais. O conceito de “antes”, portanto pode ser entendido ou ao menos explicado, em termos de relações causais. Um evento e_0 é representado como precedente a outro evento e_1 se (a) e_0 afeta e_1 , isto é, há um processo causal (como um raio de luz) que começa com e_0 e termina em e_1 , ou se (b) há algum evento simultâneo com e_0 que afeta e_1 . Um evento e_0 é representado como simultâneo a um outro evento e_1 , ao se representar como impossível um processo causal, que comece com um e termine com o outro e vice-versa. Não há como atribuir datas ou posições relativas aos eventos, exceto com base em suas inter-relações causais. A ordem dos eventos no tempo depende de relações causais estáveis, sem as quais a representação objetiva seria impossível.

Em síntese, argumentamos que representar essas relações de ordem entre eventos pressupõe uma estruturação que não seja contingente, nem subjetiva, ou seja, o plano de fundo do mundo deve ser concebido como articulado causalmente. Para realizarmos o rastreamento de particulares, precisamos pressupor tacitamente certa ordem temporal dos eventos de nossa percepção possível; para representarmos

os eventos ocorrendo em uma ordem determinada, precisamos representar o mundo como governado por relações de causa e efeito que determinam a ordem dos eventos no tempo objetivo. Isso recebe suporte, ao analisarmos a capacidade de rastrear eventos, a qual envolve conceber outros sujeitos possíveis em diferentes pontos de vista e em diferentes momentos no tempo e que esses sujeitos devem ser capazes de perceber os mesmos eventos e ordenar o que percebem de acordo.

Embora o rastreamento mencionado acima não dependa de uma localização espacial ou temporal *exata* de particulares, a sua identificação, em um nível fundamental⁴⁰, requer tais determinações. Argumentaremos, a seguir, que, nesse nível fundamental de identificação, as determinações espaciais e temporais necessárias estão relacionadas à possibilidade de identificação de causas.

[4] No nível da identificação fundamental, no qual se considera que qualquer questão sobre a identidade e o tipo de objeto já está resolvida (i.e., não faria sentido reiterar a pergunta “O que é isto?”), é necessário reconhecer o objeto como pertencente a um tipo específico, ou seja, apreendê-lo por meio de um sortal.

Uma mesma região espaço-temporal pode ser ocupada por diferentes tipos de corpos materiais (como uma estátua ou um pedaço de barro) ou por distintos eventos particulares (por exemplo, o aquecimento do pedaço de barro ou a deformação de sua forma). Dessa forma, a identificação de um objeto espaço-temporal concreto envolve: (a) a determinação de sua posição temporal com precisão suficiente; (b) a localização de sua posição espacial; e (c) o reconhecimento de um sortal. Defendemos que essas três condições são necessárias tanto para a identificação fundamental de eventos (como aquecimento e deformação) quanto para a de corpos materiais (como estátuas e pedaços de barro).

⁴⁰ De modo sumário, pensar sobre um particular, em nível fundamental, é identificá-lo, por meio de um saber tácito discriminatório, isto é, exercer a capacidade de distingui-lo de todos os demais particulares. Essa concepção foi abordada previamente, na *seção* 2.6 do capítulo anterior, dedicada ao “Princípio de Russell”. Para uma melhor explicação da noção de “identificação fundamental” e de “pensamento em nível fundamental”, remetemos o leitor à *seção* 4.3 do próximo capítulo, em especial à subseção 4.3.2, “Especificação, identificação e identificação fundamental”. Nela, articulamos justificativas para o reconhecimento — em conjunção com a *seção* 2.6 — da necessidade de um nível fundamental de identificação. Naturalmente, não é possível tratar da noção de identificação fundamental, sem reconhecer o papel central de Evans (1982, Cap. 4), que introduz esse conceito na literatura. A nossa releitura, no entanto é inspirada em comentários de Searle (1969) e Tugendhat (2006), cujas observações também motivam a noção de “identificação fundamental” apresentada no próximo capítulo, nas subseções 4.3.2 & 4.3.3.

Dado que os eventos relevantes para nossa tese ocorrem em corpos materiais, sustentamos que a identificação do corpo material (a “substância”), no qual o evento ocorre, pode funcionar como um critério de identidade para eventos. Dois eventos de um mesmo tipo podem ocorrer, simultaneamente, em diferentes corpos materiais, mas dois eventos particulares do mesmo tipo não podem ocorrer, no mesmo corpo material, no mesmo intervalo de tempo. (Obviamente, se se assume que a individuação de eventos particulares ocorre, por meio da identificação de suas causas e efeitos, nossa hipótese se torna ainda mais evidente. Retomaremos essa questão no próximo capítulo ⁴¹).

Em qualquer caso, seja na identificação fundamental de eventos ou de corpos materiais, é defensável que se exija a aplicação de um *sortal*. Entender que a identidade de objetos se dá por meio de *sortais* é reconhecer que entidades de certo tipo tendem a se mover de determinadas maneiras, são geradas por processos específicos das coisas desse tipo, sobrevivem a certas alterações e não a outras. Se essa concepção for correta, apreender um *sortal* significa, adicionalmente, entender a entidade como dotada de poderes e capacidades específicas para afetar e ser afetada causalmente por outras.

Como explica Wiggins (2017, p. 202), “qualquer especificação (*picking*) de uma coisa e o acompanhamento de seu deslocamento espaço-temporal são parte integrante do ato de enxergar essa coisa como dotada de maneiras específicas de se comportar, as quais precisam ser descobertas gradualmente”. Assim, ao compreender uma entidade dessa maneira, já se está no caminho de entendê-la como pertencente a um tipo (*sortal*) ou a outro. Apreender um *sortal* significa reconhecer que “determinadas classes de coisas tendem a se mover e a se comportar de maneiras específicas, são geradas de maneira específica, sobrevivem a certos tipos de mudança, podem ser qualificadas de certas formas e tendem a perecer segundo padrões específicos (...)” (ibidem, p. 202).

[5] Ainda que se rejeitem as teses *sortalistas à la* Wiggins (2001, 2017) ou qualquer tese conceitualista *à la* McDowell (1996), deve-se admitir que elementos exclusivamente não conceituais não são suficientes para a formação de crenças,

⁴¹ Uma melhor explicação e um desenvolvimento da presente alínea [4] desta seção 3.2 serão oferecidos na subseção 4.3.3, “Eventos como particulares fundamentais”.

pensamentos e juízos. Para que possamos pensar sobre os objetos percebidos, é necessário, além da experiência sensível, empregar conceitos em juízos.

Julgar, com entendimento, *esta mesa é de ferro* implica não tratá-la como se fosse uma cadeira, bem como compreender a incompatibilidade dessa afirmação com a de outro sujeito que, por exemplo, alegasse tratar-se de um conjunto de balões infláveis entrelaçados para parecer uma mesa. Esse ponto torna-se mais evidente, ao considerarmos juízos como “esta mesa é cinza” (o que pressupõe que ela deve parecer cinza sob luz natural) ou “esta mesa é de alumínio” (o que envolve reconhecer que ela possui resistência e maleabilidade específicas, conduz eletricidade e tem um ponto de fusão determinado), implicando que, sob certas condições, determinadas consequências ocorreriam.

Com efeito, um sujeito não pode julgar que *esta mesa é de ferro* sem, ao mesmo tempo, compreender implicitamente como os entes envolvidos se articulam em situações hipotéticas. Por exemplo, ele deve ser capaz de entender que a mesa poderia estar do outro lado da sala e continuar sendo a mesma mesa de ferro; que um de seus pés não poderia ser colocado sobre uma almofada sem amassá-la, a menos que estivéssemos em um ambiente sem gravidade; que a mesa poderia ser pintada de vermelho ou ter o dobro do tamanho e ainda assim permanecer sendo uma mesa de ferro; mas que, no entanto, se fosse quebrada ao meio ou derretida, deixaria de ser uma mesa.

Além disso, o sujeito que mobiliza, com entendimento, os conceitos envolvidos precisam compreender que um objeto sem a maleabilidade adequada ou sem a condutibilidade elétrica apropriada não poderia ser, *ipso facto*, considerado feito de ferro.

Maleabilidade e condutividade são propriedades causais. Julgar que determinado material é mais maleável que outro implica comprometer-se com uma série de juízos causais *ceteris paribus*, como: menos força é necessário para deformar esse material que aquele. Do mesmo modo, julgar que um objeto possui maior condutibilidade elétrica que outro significa compreender que menos energia é necessária para elevar sua temperatura em comparação com o outro.

Assim, julgar que essa mesa é de ferro é compreender que sua reação a diferentes situações será distinta daquela de um objeto feito de plástico ou alumínio, por exemplo.

Em conclusão, ainda que não se aceite a necessidade da aplicação de um *sortal*, na identificação fundamental de corpos materiais ou de eventos, é importante indicar que a própria aplicação de um conceito empírico implica a compreensão de contrafactuais e propriedades disposicionais. Em outras palavras, a atribuição de um conceito empírico pressupõe, de maneira implícita, o entendimento de conceitos causais.

3.3

O argumento nuclear

A presente seção é dividida em três subseções que visam esclarecer nosso “argumento nuclear”, apresentado na alínea [2] da *seção* 3.2. Primeiramente, na subseção 3.3.1, introduzimos um exemplo simplificado, para abordar a questão central, a qual serve de ponto de partida e de guia para nossa argumentação nuclear: como, por meio da percepção, representamos um corpo material diferentemente da representação de um corpo material em transformação. Em segundo lugar, na subseção 3.3.2, reformulamos essa questão, colocando-a na forma de um “desafio” que o conceitualista faria ao “perceptualista”, por meio de um paralelo ao problema da identidade numérica versus identidade qualitativa. Finalmente, na subseção 3.3.3, resumimos o argumento nuclear em etapas, escrevendo de modo analítico os seus “passos” ou etapas e oferecendo comentários que facilitam sua compreensão ao expor alguns de seus *insights* principais de outra forma.

3.3.1

Um exemplo simplificado

Nesta subseção, apresentaremos um exemplo simples para esclarecer a questão central do nosso argumento nuclear ([2] da *seção* 3.2). O objetivo é mostrar que a seguinte questão é legítima, que ela carece de uma resposta e de uma resposta substancial: dado que a percepção ocorre, ao longo do tempo, como somos capazes de pensar perceptivamente sobre (a) um corpo em processo de transformação de suas propriedades intrínsecas em contraste com (b) um corpo material em movimento, entre outras possibilidades?

Consideremos o exemplo.



Figura 1.

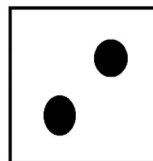


Figura 2.

As figuras representam um processo perceptual que pode ser simplificado como dividido em duas etapas. Como todo processo, ele ocorreu ao longo do tempo. Primeiramente, no instante t_1 , o conteúdo percebido é descrito como “um quadrado branco com uma mancha preta no centro” (Fig. 1). Em um momento posterior, t_2 , o conteúdo percebido é “um quadrado branco maior que o anterior, com duas manchas pretas em diagonal” (Fig. 2). Evidentemente, qualquer experiência perceptual é muito mais rica e complexa que essas descrições. A começar pelo fato de que, normalmente, mais de uma modalidade sensorial está envolvida, i.e., outras modalidades sensoriais além da visão. Por outro lado, o conteúdo de uma experiência visual em qualquer instante é muito mais detalhado que essas descrições breves podem capturar. Por fim, as divisões relevantes do processo perceptual podem ser numerosas, em um dado intervalo de tempo $[t_1, t_2]$, especialmente considerando o tempo como contínuo. Todas essas simplificações visam facilitar a explicação subsequente. Não simplificar não prejudicaria nosso argumento, mas introduziria complicações desnecessárias, que mais confundiriam que ajudariam.

Outro aspecto que pode gerar desconforto no leitor é a impressão de que estamos supondo que nossa experiência visual consiste em uma sequência de percepções de quadros bidimensionais. Esse incômodo pode ser resolvido, ao se conceber o exemplo de outra perspectiva: você descreve o primeiro conteúdo como “a face número 1 de um dado x de seis lados” (Fig. 1) e, em seguida, o segundo conteúdo como “a face 2 de um dado y de seis lados, que parece maior ou mais próximo” (Fig. 2).

Feitas essas ressalvas, o conteúdo da experiência mencionada pode ser interpretado de pelo menos quatro formas.

Interpretação #1: um objeto cresce, transforma-se. Nesse primeiro caso, você estaria observando, por exemplo, um objeto inflável de plástico. No primeiro instante, observa-se uma face com uma mancha preta; no instante seguinte, continuar-se-ia observando a mesma face do mesmo objeto. A diferença do instante t_1 para o t_2 é que aquela mancha se “dividiu” em duas, em t_2 . Esse é o exemplo da observação de um evento, o qual se pode, por exemplo, imaginar que se trata de a expansão de um balão de plástico muito peculiar.

Interpretação #2: um objeto se aproxima. Parecia ser uma mancha preta, no primeiro instante; depois, é reconhecido por você como sempre tendo sido dois círculos pretos. Nesse exemplo, o objeto é interpretado como um cubo que não muda suas propriedades intrínsecas (em particular, as manchas não mudam e o tamanho das arestas permanece constante). Diferentemente da primeira interpretação, esse é um exemplo de “erro perceptual”: inicialmente, você julgou, equivocadamente, que a face voltada para você tinha uma única mancha preta.

Interpretação #3: a aproximação e rotação de um objeto. Há um dado de seis lados à sua frente. Ele gira bruscamente, revelando a face com duas manchas. Simultaneamente a isso, ele se aproximou de você. Nesse exemplo, o objeto percebido não muda suas características intrínsecas. Trata-se de um corpo material rígido que se movimenta, realizando dois movimentos simultâneos: uma rotação em torno de seu próprio eixo e um movimento em linha reta em sua direção. Não houve erro perceptual e as mudanças são meras mudanças em suas relações externas.

Interpretação #4: um objeto dá lugar a um segundo objeto. Nessa maneira de interpretar, não se julga estar diante de um objeto, mas de dois. Podemos conceber a situação em analogia com planetas orbitando em torno de você. Eles são dois dados de seis lados que sempre lhe mostram a mesma face enquanto executam seus movimentos de translação. O cubo que mostra sua face de número 1 está em uma órbita de maior diâmetro, mais distante de você; e o outro, que sempre mostra a face de número 2, descreve uma órbita de menor diâmetro, mais perto de você. No primeiro momento, você observou o dado mostrando a face número 1 (Fig. 1). No instante seguinte, muito rapidamente, o segundo cubo encobre o primeiro, como em

um eclipse. Agora, você percebe apenas a face de número 2 do segundo cubo (Fig. 2).

Poderíamos listar outras tantas possibilidades de interpretação. Por exemplo, há dois cubos à sua frente, e você mudou sua atenção de um cubo para outro. Outro exemplo, há apenas um cubo estático e imóvel e é você quem se aproxima e passeia em torno dele. Não quisemos listar esses exemplos, descrevendo-os em detalhes, pois poder-se-ia argumentar que haveria outras modalidades sensoriais envolvidas, além da visão, a saber, a propriocepção ou cinestesia. Para não acrescentar tais complicações, será suficiente refletirmos sobre as quatro possibilidades que foram numeradas acima.

Nossa questão é: como interpretamos, em determinada situação, o conteúdo de nossa experiência e percepção (Fig. 1 e Fig. 2), como uma dessas possibilidades de interpretação, excluindo as demais? Ao conceber e interpretar o processo de percepção de maneira específica, estamos “tomando uma série de decisões”, por assim dizer. Especificamente, para optarmos pela Interpretação #1 e não pelas Interpretações #2 ou #3 ou #4, acreditamos estar diante de um único objeto, durante o processo perceptual (e não de dois diferentes), achamos que houve uma transformação, na aparência de suas propriedades intrínsecas (e não apenas nas suas relações externas) e acreditamos que houve uma mudança objetiva no objeto, nas suas características reais (e não apenas uma mudança na nossa subjetividade, como em um erro perceptual). Atribuir a realização e o entendimento dessas discriminações é uma pressuposição *sine qua non* para que se possa atribuir a um sujeito o entendimento adequado do que ele julga perceber. Esse entendimento envolve, em particular, compreender (na prática) como perceberia a mesma situação objetiva de outros pontos de vista, como o mesmo objeto determinaria sua sensibilidade de diferentes formas e como (ele ou outro sujeito) deveria “reproduzir” na imaginação tais processos perceptivos, conforme argumentamos (vide [2] da seção 3.2 e subseção 3.3.3, a seguir). Para se realizar tais discriminações com entendimento, o sujeito deve ser capaz de entender uma série de situações contrafactuais, expressas por juízos condicionais ou hipotéticos. Essa capacidade ou habilidade, muitas vezes, manifesta-se publicamente, pois o sujeito deve ser capaz de participar de práticas linguísticas apropriadas em contextos dialógicos, que servem, simultaneamente, como *critério* para avaliar o entendimento, no sentido rigoroso, do pensamento que expressa.

3.3.2

Nosso desafio conceitualista

Nesta seção, apresentaremos o argumento, em elaboração e estruturação mais detalhadas, do “Desafio Conceitualista #3”, introduzido sumariamente no capítulo anterior (vide 2.4.2). A forma desse argumento é inspirada no “Desafio Conceitualista (*the conceptualist challenge*)”, descrito por Nogueira de Carvalho (2016), com uma diferença fundamental de conteúdo: enquanto Carvalho está interessado na distinção entre a percepção de corpos materiais e “feature-placings” (Carvalho, 2016, p. 153 e pp. 158-159, vide o “Desafio Conceitualista #2” no capítulo anterior), nosso foco recai sobre a seguinte questão: como representamos, com base na percepção, eventos e não eventos.

Antes de expor nossa formalização, é necessário definir a posição filosófica à qual nosso argumento se opõe: o *perceptualismo*.

Conforme Carvalho (2016) define, o *perceptualismo* é a posição segundo a qual a explicação da nossa capacidade de formular pensamentos demonstrativos deve ser fundamentada em mecanismos perceptuais não conceituais. Os estados perceptuais, nos quais os pensamentos demonstrativos se baseiam, já possuiriam conteúdos singulares demonstrativos. Nessa perspectiva, “perceptualismo” seria uma exigência metodológica: a percepção colocaria o sujeito em contato direto com objetos no mundo, sem qualquer mediação conceitual. Esse contato perceptual seria o responsável por “fixar mentalmente” o objeto específico sobre o qual os pensamentos demonstrativos seriam formados. A atenção direcionada ao objeto, por exemplo, serviria como base para que o pensamento fosse singular (Carvalho, 2016, pp. 13-14). Em outras palavras, o *perceptualismo* sustenta que a tarefa básica da filosofia sobre pensamentos demonstrativos deve ser a de explicar como o próprio estado perceptual já assegura o objeto ao qual o pensamento se refere — tudo isso mediado *exclusivamente* por mecanismos de referência perceptuais, que selecionam seus objetos sem intervenção conceitual (Carvalho, 2016, p. 16).

Nossa posição está, em última análise, alinhada ao *conceitualismo* sobre pensamentos demonstrativos. Essa posição defende que a capacidade de engajar-se em atividades mentais, baseadas na atenção com conteúdos demonstrativos singulares, deve ser explicada, a partir de dois tipos de habilidades: (a) *perceptuais*, que selecionam diferentes tipos, partes ou propriedades de objetos no mundo de maneira sensória, e (b) *conceituais de fundo*, que colocam o sujeito em estados

mentais com conteúdos singulares (Carvalho, 2016, p. 19). Segundo o *conceitualismo*, tanto a percepção (faculdade da sensibilidade) quanto um quadro conceitual subjacente (faculdade do entendimento) são indispensáveis para a representação de particulares no pensamento.

Podemos agora enunciar nosso desafio conceitualista ao *perceptualismo* nos seguintes termos:

P1. A experiência, representando/apresentando as coisas como elas são, proporciona a obtenção e a justificativa de conhecimentos sobre indivíduos particulares percebidos. Em específico, pensamos perceptualmente sobre transformações em corpos materiais, que ocorrem em nosso entorno.

P2. Uma característica constitutiva de transformações, em corpos materiais, que os distingue de corpos que não estão modificando suas propriedades intrínsecas, mas que podem estar em movimento, é que as propriedades desses últimos continuam a existir independentemente de nossos encontros perceptivos com elas, enquanto as “partes” temporais daqueles somente podem ser observadas uma vez e em uma ordem de ocorrência determinada. Essa irrepetibilidade e essa ordem temporal determinada são centrais, para diferenciá-los das propriedades objetivamente persistentes, mas percebidas em momentos específicos e da ocorrência de outro evento de um mesmo tipo.

P3. Atribuir esse tipo de referente estruturado (como discutido em P2) ao *conteúdo* perceptual exige que ele seja acessível de forma independente do contexto ou do vínculo informacional presente. Caso contrário, seria um objeto estritamente local, essencialmente dependente do contexto, o que seria incompatível com a própria noção de *objeto* de conhecimento (vide Cussins, 1992, p. 659 *apud* Carvalho, 2016, p. 158). Apesar de a experiência sempre apresentar objetos sob uma perspectiva específica, isso não impede que sejam identificados como indivíduos particulares acessíveis publicamente. É crucial explicar como um mesmo particular pode ser acessado de diferentes perspectivas, permitindo comunicação, compartilhamento de informações e discordâncias entre sujeitos.

P4. As atribuições de conteúdo perceptual devem ser fiéis às capacidades psicológicas e epistêmicas do sujeito. Essas atribuições de *conteúdo singular* têm como finalidade capturar a habilidade do sujeito de compreender seu entorno como estruturado por particulares individuais de diferentes tipos e “estruturas”, como corpos materiais e eventos.

P5. Somos capazes de interpretar modos de apresentação, como representações de indivíduos particulares (P3), distinguindo entre partes espaciais e fases temporais (P2) e manter essa representação, ainda que de forma temporária, na memória. Essa capacidade é constantemente exercida, enquanto nos deslocamos no espaço e no tempo, identificando e reidentificando eventos e não eventos particulares, ao mesmo tempo que adquirimos conhecimento sobre o mundo por meio da percepção de nosso entorno (P1).

P6. Essas habilidades (P5) são manifestas na capacidade do sujeito de demonstrar uma “sensibilidade adequada” a certas características constitutivas de indivíduos particulares. Tais características permitem distinguir esses particulares de representações de outros indivíduos (ou partes de indivíduos), qualitativamente semelhantes, como, por exemplo, diferenciar modos de apresentações de fases temporárias de corpos em transformações de modos de apresentação de estruturas persistentes desses. Para ser capaz de representar transformações de propriedades intrínsecas e relacionais, em corpos materiais, o sujeito deve ser “sensível” cognitivamente a ponto de assegurar que os modos de apresentação perceptual possam ser interpretados como representações de propriedades momentâneas, que ocorrem objetivamente de forma sucessiva e não como propriedades persistentes, que existem simultaneamente no mundo (P2).

P7. Logo, para ser capaz de representar indivíduos particulares, que aparecem na percepção como unidades complexas de tipos distintos (como eventos e como não eventos, por exemplo), é necessário ser “adequadamente sensível” ao fato de que esses particulares, a depender do seu tipo de unidade, possuem

suas “partes”, percebidas uma por vez, “distribuídas” no tempo objetivo de forma diferenciada e determinada (conforme P2 e P6).

P8. Pressupor que essa sensibilidade seja um fato bruto, em razão de um dado perceptual (e não, também, ao modo *como* os particulares são *entendidos* no tempo, P7), é não explicar como entende-se a diferença entre percepção de corpos materiais e a percepção de eventos (tropos). Essa sensibilidade a essa diferença não é algo que possa ser explicado, em nível primitivo, não conceitual, da percepção.

C. Portanto uma vez que os processos perceptivos “brutos”, por si só, não podem explicar nossa sensibilidade (P8) aos diferentes modos, como os objetos e suas partes estão “esquematisados” no tempo objetivo (P2, P5 e P7), o qual não percebemos, devemos reconhecer que tal capacidade (P1 e P5) requer certa experiência temporal *conceitual* de fundo.

3.3.3

A estrutura do argumento nuclear

Na alínea [2] da *seção* 3.2, encontra-se o núcleo central para o suporte de nossa hipótese. A seguir apresentamos esse argumento em resumo.

Nossa estratégia parte da constatação de que, por meio da experiência perceptiva direta, somos capazes de perceber indivíduos particulares presentes em nosso entorno e é essa relação perceptual que permite a um sujeito, *S*, conhecer, de maneira não inferencial, fatos sobre determinado particular, *x*, apreendendo pensamentos cujo conteúdo intencional é *Este-F* ou *Isto*, ou seja, um conteúdo intrinsecamente demonstrativo. Nossa estratégia argumentativa, portanto toma como base um subconjunto de pensamentos perceptuais demonstrativos que são uma instância de conhecimento empírico certo ou provável e possam servir de justificação conclusiva ou, pelo menos, possam dar maior evidência a favor (ou contra) proposições empíricas que façam parte do nosso conhecimento empírico ou científico. Eles são informativos ou “epistêmicos” no sentido de permitirem obter conhecimento empírico sobre o mundo. Também exigimos que o sujeito “compreenda aquilo que julga saber”, ou seja, que seja capaz de mostrar, seja por meio do discurso explícito, seja por práticas implícitas, que *entende* o que pensa.

Essa informatividade e entendimento, combinados, denominaremos de “cognitivo”. Um pensamento perceptual demonstrativo cognitivo sobre x pressupõe, assim, o que chamamos de identificação (mais exigente que uma especificação⁴² linguística), que permitiria ao sujeito identificar, de maneira fundamental, o particular x .

Passo #1. A percepção é um processo que se estende no tempo. Logo, a percepção de qualquer coisa, por se desenrolar durante um intervalo de tempo, pode ser dividida, enquanto processo, em pelo menos duas etapas: a percepção A em um momento anterior e a percepção B em um momento posterior.

Como dissemos, nossa argumentação parte, não somente da constatação de que o conhecimento empírico é possível, mas também da constatação de que frequentemente, por meio da experiência sensível, formamos pensamentos que são verdadeiramente “cognitivos” sobre os mais diversos tipos de particulares. Esses pensamentos possuem como “alvo” tanto corpos materiais, como qualidades sensíveis ou “qualidades primárias” desses corpos, como também estados/fases pelos quais corpos materiais passam ao se transformar. O primeiro passo de nosso argumento versa sobre o modo de representação das percepções que os compõe, ou melhor, das percepções que estão relacionadas diretamente com o conteúdo singular de tais pensamentos.

Passo #2. A forma como representamos o processo perceptivo [A depois B] é crucial, para distinguir entre (i) a percepção de diferentes partes espaciais de um corpo material “que não muda suas propriedades intrínsecas”, mas que pode estar em translação ou rotação, e (ii) a percepção das diversas fases de um corpo material em mudança, passando de um estado a outro. Representar a possibilidade (ii) é representar esse “depois” como objetivo (depois_{OBJ}), isto é, o desaparecimento do conteúdo A no mundo — ou seja, que ele foi aniquilado, deixando de ser — e o surgimento de B , que foi criado, gerado, no mundo. Em resumo, representar o

⁴² Como será discutido em detalhe no próximo capítulo — na subseção 4.3.2, “Especificação, identificação e identificação fundamental” —, é importante distinguir entre especificação (*picking out*) e identificação (*identifying*). De forma preliminar: uma especificação ocorre quando um termo singular — ou uma “referência identificadora” — é empregado de forma adequada ao contexto e às regras da linguagem, cumprindo sua função principal: indicar um único objeto ao qual os predicados da frase se aplicam — sem que isso exija, necessariamente, a posse de um sortal ou o conhecimento de uma proposição de identidade que relacione o particular referido a algum sortal. Assim, a especificação pode — ou não — ser acompanhada de um *pensamento identificador* mais robusto. Embora argumentemos (4.3.2) que há uma conexão conceitual entre especificação e identificação, é claramente possível identificar um particular mesmo sem proferir, ouvir ou utilizar efetivamente qualquer termo singular.

“depois” como *depois_{OBJ}* é representar a ordem subjetiva da percepção como correspondendo à ordem objetiva do tempo, ou seja, uma representação *diacrônica* do conteúdo percebido. Totalmente diferente é a possibilidade (i), na qual o “depois” é meramente subjetivo (*depois_{SUBJ}*), ou seja, interpreto que deixei de perceber *A*, mas concebo que ele continua existindo no mundo, persistindo no tempo, enquanto começo a perceber *B*, que já estava presente antes de ser percebido. Nesse caso, a representação é *sincrônica*, visto que os conteúdos percebidos coexistem no mundo, apesar da ordem de percepção.

Nossa noção de objetividade, no *depois_{OBJ}*, não se refere ao que o sujeito é apenas capaz de pensar no vácuo, mas, sim, ao que ele *pode experienciar* e pensar *entrelaçado com o que experiencia sensivelmente de fato*. Concedemos prontamente que qualquer falante competente pode *conceber* “abstratamente” o que é um evento e, inclusive, *imaginar* um evento sem causa. No entanto nossa questão é o que deve estar em jogo para que ele compreenda *o que experiencia* como um [*A depois_{OBJ} B*] e não como um [*A depois_{SUBJ} B*]. Nesse contexto, é útil citar, na íntegra, um parágrafo de *Things Without the Mind*, de Gareth Evans:

A noção de objetividade emerge como resultado da concepção de uma situação, na qual um sujeito possui uma experiência como envolvendo uma dualidade: de um lado, há *aquilo de que se tem experiência* (uma parte do mundo); de outro lado, há *a própria experiência desse algo* (um acontecimento na biografia do sujeito). Temos procurado explorar as implicações dessa dualidade, em especial a de que, embora as dimensões temporais desses dois elementos se sobreponham, não é necessário que coincidam. Ademais, se a situação de fato envolve ambos os elementos, eles não podem ser considerados desconectados — não se trata de dois estados de coisas distintos coexistindo contingentemente ou em virtude de alguma harmonia preestabelecida. Caso estivessem assim desconectados, o primeiro não poderia ser compreendido como a experiência *do* segundo, isto é, como um modo de adquirir conhecimento dele e, por conseguinte, do mundo do qual ele é parte (Evans, 1985, p. 277, tradução nossa, ênfases do original).

A resposta que buscamos precisa ser “não arbitrária e significativa”, no sentido de implicar que a consciência do sujeito opera de maneira a distinguir claramente entre (a) o que ele experiencia, um particular no mundo e (b) a forma como ele experiencia esse particular, influenciada por seus estados subjetivos ou pela perspectiva que ocupa. Além disso, (c) o sujeito deve compreender que o segundo é sua experiência do primeiro, isto é, o sujeito deve utilizar a distinção, entre (a) e (b), de modo significativo (Strawson, 1959, p. 69).

A hipótese que não questionamos: dadas duas percepções, *A* e *B*, há uma resposta não arbitrária, determinada e significativa para a questão de: se (i) os

conteúdos dessas percepções ocorrem objetivamente nessa ordem — com o conteúdo da primeira sendo “aniquilado”, no mundo, dando lugar ao da segunda, que foi “criado”, ou se (ii), apesar da ordem de percepção ter sido essa, são percepções de conteúdos que persistem no tempo, estando simultaneamente no mundo.⁴³

Passo #3. Suponha que (se conceba que) não exista nada no mundo, nem na natureza de x , que determine “dado tudo o mais sendo o caso, então [A depois_{OBJ} B]”. E é isso é o que significa conceber um evento como aleatório ou sem causa: não há nenhum fato do mundo que determine [A depois_{OBJ} B], em outras palavras, nada na natureza a ser citado como explicação suficiente para que [A depois_{OBJ} B]. Isso significaria que, ao conceber o passado e ao considerar as mais diversas situações contrafactuais, mesmo tudo mais no mundo sendo igual, um sujeito S conceberia, às vezes, [A depois_{OBJ} B] e, às vezes, não [A depois_{OBJ} B]. Ou seja, ao exercitar suas capacidades de conceber “se eu estivesse presente em outro ponto de vista ou se outros sujeitos estivessem presentes (entre outros contrafactuais), então, tudo mais sendo o mesmo, perceberíamos [A depois B], ainda que, no mundo, às vezes, B não seguiria de A e, às vezes, B se seguiria de A”. Efetivamente, S poderia conceber dois juízos hipotéticos (“Se-então”) com o mesmo antecedente, em um tendo como consequente [A depois_{OBJ} B] e, em outro, tendo como consequente não [A depois_{OBJ} B]. Isso é o mesmo que ser *incapaz* de conceber o “depois”, que se experiencia durante a percepção de [A depois B], como real e objetivo.

Isso é assim, porque a forma que o sujeito S tem para representar a sua percepção de [A depois B] como um [A depois_{OBJ} B] depende intrinsecamente da concepção de tais proposições condicionais. Essas proposições condicionais versam não apenas sobre (a) o que sujeitos experienciariam *qua* estados mentais em

⁴³ Após a leitura desses dois passos, o leitor poderá aplicar “a hipótese que não questionamos”, ao exemplo do *Desafio Conceitualista #3*, como primeiro enunciado, na subseção 2.4.2. Naquele exemplo da esfera, havia dois cenários: um em que a rotação da esfera faz com que o sujeito perceba alternadamente suas faces quente e fria, e outro em que a esfera permanece estática, mas uma de suas faces aquece gradualmente. A resposta ao desafio consiste em compreender a maneira pelos quais entendemos que há uma resposta determinada a se estamos experienciando uma região diferente da esfera ou se estamos percebendo a mesma região se modificando ao longo do tempo. A resposta a questão, portanto não se reduz à mera percepção da variação térmica, tampouco à apreensão de instantes sucessivos como eventos isolados, mas envolve a capacidade de estabelecer uma relação inteligível e determinada entre os estados percebidos. E pode-se acrescentar ainda um terceiro caso: a mesma esfera está se aquecendo e rodando ao mesmo tempo. Em todos esses três casos, a experiência perceptiva do sujeito envolveu a mesma mudança qualitativa — a passagem do frio para o quente — contudo *o porquê* é diferente.

situações contrafactuais, mas também sobre (b) a ordem do conteúdo no mundo, *ainda que nenhum sujeito estivesse ali presente*; e mais: (c) como o conteúdo do mundo *determina e determinaria* o que esses sujeitos experienciam e experienciariam em situações de fato e contrafactuais de percepção. É por meio dessas proposições contrafactuais (juízos hipotéticos) que o sujeito *S* consegue representar (consegue entender) o que percebe como “Este evento” (esta transformação de *A* para *B* em *x*) em vez de outras possibilidades. Mais especificamente, se o conteúdo da percepção de [A depois B] não pudesse, por meio de “juízos hipotéticos” (proposições condicionais ou contrafactuais), ser necessariamente representado como “conectado de formas relevantes” com o restante do mundo, em seu desenvolvimento temporal, o conteúdo da percepção não poderia ser representado como um evento real que aconteceu neste mundo. Isso levaria a duvidarmos da “hipótese que não questionamos” (vide acima, antes do enunciado do passo 3), uma vez que não haveria resposta determinada e não arbitrária para “por que representamos ‘depois’ como depois_{OBJ} em vez de depois_{SUBJ}?”. Grosso modo, a ausência de uma resposta significativa é o preço que se pagaria ao não se conceber o mundo como causalmente articulado de forma relevante com o que se percebe.

Mais geralmente, se o mundo fosse concebido como um completo caos, no sentido de que qualquer coisa pudesse se seguir de qualquer outra, a situação não seria apenas uma questão de que teríamos todos os [A depois B], colapsando em um depois_{SUBJ}, como os habitantes do conto “Tlön, Uqbar, Orbis Tertius”, de J. L. Borges. A situação seria ainda mais grave, pois, na verdade, isso representaria um ataque direto à própria objetividade — à ideia de que a experiência pode funcionar como um tribunal de nossos pensamentos perceptuais singulares. A completa incapacidade de distinguir, em nossa experiência do mundo, entre depois_{SUBJ} e depois_{OBJ} equivaleria a abandonar a noção de intencionalidade empírica.

Nesse último passo, não se trata apenas da capacidade de expressar proposições condicionais ou contrafactuais sobre o que poderia ser experienciado *qua* estados mentais, meras modificações em nossa sensibilidade. Não bastaria formular proposições do tipo: “Se eu ou outro sujeito estivéssemos em tal posição, teríamos experiências sensoriais em nossa subjetividade em determinada ordem”. É isso, mas não apenas isso, pois poderia ocorrer que, de fato, as séries perceptivas, entendidas como estados mentais subjetivos, apresentassem uma certa regularidade

sob determinadas condições. Essa regularidade permitiria que proposições contrafactuais fossem verdadeiras ou corretas com base em ocorrências, além dos estados mentais do sujeito, a saber, em função de estados subjetivos possíveis, ainda que não atuais. Contudo não é essa noção limitada de objetividade — que satisfaria um programa que consistiria em traduzir o discurso sobre objetos físicos e suas localizações em discurso sobre possíveis experiências, como o programa do Fenomenalismo — que nos interessa (vide Evans, 1985, pp. 267-268). Queremos compreender a experiência *qua* episódio psicológico como fundamentada no modo como o mundo é. Em particular, para representar um evento, ou seja, para que percebamos uma modificação em um objeto, um estado *A* passando para outro estado *B*, não basta considerar a ordem de minhas “impressões subjetivas” de *A* e *B* como irreversível. Usando terminologia kantiana, enfatizamos que *S* somente pode pensar na irreversibilidade, em situações contrafactuais, de suas “impressões” (modificações internas de sua consciência subjetiva) de *A* e *B*, se já concebe *A* e *B* como ocorrendo objetivamente na ordem [*A* depois_{OBJ} *B*] (concordamos com Guyer, 2006, p. 217; *pace* Strawson, 1966, pp. 137-8, “*non sequitur* of numbing grossness”). Em nosso argumento nuclear, não estamos fazendo ou justificando uma inferência, a partir de estados mentais privados (percepção, sem intencionalidade, sucessivas do nosso modo, subjetivo, de representar), para um mundo objetivo (relações temporais no conteúdo representado). Na verdade, estamos argumentando a favor da impossibilidade de “reconstruir” nossa experiência externa (nossa intencionalidade empírica), a partir de sensações subjetivas (estados sem intencionalidade), analogamente ao que McDowell expõe sobre qualidades secundárias (vide seções 3.7 & 3.5.5).

Fazendo uma conclusão do que foi exposto: a experiência sensorial direta permite formular pensamentos perceptuais demonstrativos (não descritivos) sobre indivíduos particulares. Esses pensamentos, para serem cognitivos, devem ser compreendidos adequadamente pelo sujeito. A distinção entre ordens objetivas e subjetivas é crucial, para representar eventos (esses últimos, transformações objetivas ao longo do tempo), pois estão relacionados com o fato de que todo e qualquer sujeito capaz de pensar sobre um mundo objetivo precisa conceber as alterações em sua sensibilidade como resultantes (a) de como as coisas são, da natureza do mundo e (b) da influência de sua perspectiva, da sua própria posição

dentro do mundo. Sem essa distinção, a própria noção de objetividade (a intencionalidade) dos pensamentos seria comprometida.

3.4

A relatividade do conceito de evento

Ainda que se reconheça a notável dificuldade em formular uma concepção plenamente satisfatória de eventos (Casati & Varzi, 2008), torna-se necessário estabelecer um referencial geral para delimitar o significado desse conceito no contexto desta tese. Para esse fim, recorrer-se-á, prioritariamente, aos resultados da análise conceitual (“gramatical”) desenvolvida por Peter Hacker (1982a, 1982b).

Eventos são mudanças ou transformações que acontecem, em um determinado momento e, em certo sentido, em um local no espaço.

Mais especificamente, nesta tese, consideramos um tipo específico de evento: aqueles que envolvem indivíduos particulares concretos e perceptíveis. Eventos, nesse sentido, são ocorrências particulares sensorialmente experienciáveis. A presente investigação não abrange eventos como a Revolução Francesa, nem fenômenos como a transição de elétrons entre camadas energéticas, mas, sim, ocorrências concretas, como a Queda da Bastilha *qua* quebra de uma prisão. A quebra de muros e portões exemplifica o tipo de evento abordado nesta tese, pois são acessíveis diretamente, por meio da percepção sensorial, sendo literalmente observáveis. Em geral, ao nos referirmos a indivíduos particulares, sejam eles eventos ou não eventos, restringimo-nos necessariamente aos “objetos da percepção possível”, ou seja, àqueles *middle-sized dry goods* que podem ser experienciados na vida cotidiana.

Quanto ao nosso uso do termo “objeto”, ele não deve ser imediatamente contrastado como o conceito de evento e identificado com o de corpo material. Empregamos “objeto” no sentido amplo de “algo”, em geral, o alvo do pensamento. Com frequência, também utilizamos esse termo para designar a classe de indivíduos particulares situados no espaço e no tempo, mais especificamente, àqueles que podem ser descritos como objetos da percepção possível. Nesse uso, o termo “objeto” pode referir-se tanto a uma casa quanto a um dado de seis faces em rotação, à quebra de um ovo, ao derretimento da cera ou a um patinho de borracha amarelo descendo um rio.

O termo “evento” é usado, por nós, em contraste com o de corpo material. Como se verifica, em filosofia, a expressão “corpo material” refere-se a entidades tridimensionais que ocupam o espaço por um determinado período e cuja presença espacial é exclusiva (Hacker, 1982b, p. 1). Isso implica que um corpo material não pode estar em dois lugares, ao mesmo tempo, nem dois corpos podem ocupar simultaneamente a mesma região do espaço, ainda que um possa estar contido dentro do outro. Esses corpos são, em geral, entendidos como constituídos por algum tipo de matéria e possuem propriedades como tamanho, forma, textura e um certo grau de solidez, características que dependem da organização de sua estrutura material.

A distinção entre “eventos” e “corpos materiais” pode, a alguns, parecer questionável. Poder-se-ia estar inclinado a acreditar que os assim chamados corpos materiais também são eventos, considerando que tanto a física quanto certa metafísica nos ensinam a utilizar a noção de um contínuo espaço-temporal e entender o mundo como composto apenas por eventos. Além disso, há concepções segundo as quais os corpos materiais seriam meras entidades quadridimensionais, estendendo-se, no tempo assim como no espaço (Quine, 1950, 1970), de modo que a diferença entre corpos materiais e eventos não seria substancial, mas apenas de grau: objetos seriam eventos estáveis, enquanto eventos seriam objetos instáveis.

Em contrapartida, tratar esses dois tipos de objetos indistintamente como entidades quadridimensionais implica abstrair diferenças e assimetrias entre partes espaciais (espaço) e fases temporais (tempo). A distinção entre corpos materiais e eventos está firmemente estabelecida em nosso modo de falar sobre as coisas e na forma como ordinariamente as experienciamos. Mesmo que uma análise física ou uma teoria última do real pretenda demonstrar que tudo o que existe no espaço-tempo são processos, tal posição não invalida as categorias empregadas na experiência cotidiana. Supor essa invalidação decorre, talvez, da fusão entre esquemas conceituais, em particular da confusão entre a imagem científica e a imagem manifesta. Nossa presente tese se ocupa em explicitar os elementos da última, pois nossa metodologia não pressupõe resultados de teorias científicas, mas, ao contrário, coloca-os em suspensão — ou “entre parênteses” — alinhando-se a uma metafísica descritiva.

Na presente análise, é imprescindível manter a dicotomia entre eventos e corpos materiais. Para isso, é necessário passar à caracterização de eventos, destacando os modos como nós falamos sobre eles e as regras que determinam quais expressões e construções linguísticas podem ser aplicadas a eventos, em contraste com aquelas que apenas se aplicam a corpos materiais.

Em primeiro lugar, corpos materiais ocupam um lugar no espaço e podem se mover de um lugar para outro (Hacker, 1982b, p.7). Eventos geralmente têm uma localização espacial, mas não têm dimensões espaciais. Normalmente, ocorrem em um determinado ponto ou em uma determinada área, mas não ocupam espaço. Embora dois eventos distintos possam ocorrer no mesmo corpo material, ao mesmo tempo e no mesmo lugar, eles não competem pelo espaço. Dois corpos materiais não podem ocupar o mesmo lugar ao mesmo tempo. Eventos podem ocorrer dentro de corpos materiais, debaixo de corpos ou em cima de corpos (ibidem, p. 14). Mas corpos materiais não podem estar localizados debaixo ou em cima de eventos. Ao contrário de um corpo, um evento não pode ocupar posições espaciais diferentes em momentos distintos. Inicialmente o que parece ser o movimento de um evento é o fato de que um evento que se estende no tempo, ocorre em uma região espacial e que suas fases constituintes acontecem, em posições diferentes, dentro dessa região (ibidem, p. 16). Quando as pessoas falam de eventos se movendo no espaço, elas estão apenas se referindo a fases sucessivas dos eventos ocorrendo em locais espacialmente distintos, mas contíguos.

Em segundo lugar, eventos, ao contrário de corpos materiais, estão diretamente relacionados ao tempo (Hacker, 1982b, p. 17). Eventos ocorrem antes, depois ou simultaneamente a outros eventos e podem ser súbitos, breves ou prolongados. Eles podem ser rápidos ou lentos, pois podem ter uma duração relativamente curta ou longa. As alterações, no desenvolvimento regular de um processo, consistem nas diferenças entre as fases sucessivas. A duração de um evento, muitas vezes, pode ser cronometrada. Nem todos os eventos que se estendem por um período possuem inícios ou finais claramente determináveis. Em todo caso, as mudanças nos eventos são diferentes das mudanças dos corpos. Como nos lembra Hacker:

Se uma pedra rola ladeira abaixo com velocidade cada vez maior, o evento do seu rolar ladeira abaixo não passa de lento para rápido? Certamente não; a pedra se move mais rápido. [...] A mudança de um [corpo] consiste no fato de ele inicialmente possuir um determinado atributo e, posteriormente, não o possuir

(ou vice-versa). Um [corpo] existe “em sua totalidade” em qualquer momento de sua existência. Um evento ocorre “em sua totalidade” apenas durante o tempo que leva para acontecer. Portanto uma mudança em ou de um evento não pode consistir no fato de o evento (em sua totalidade) inicialmente ter uma propriedade e, depois, deixá-la de ter (ou vice-versa), já que os eventos não continuam a ocorrer depois de terem acontecido. No entanto, como os eventos, muitas vezes, estendem-se por um período, distinguimos tempos anteriores e posteriores dentro do evento. Os eventos geralmente passam por fases ou estágios; eles podem ter inícios, meios e fins. Assim, se formos falar de mudanças nos eventos, devemos estar nos referindo às transformações internas do evento de uma fase para outra. [...] Um parto pode se tornar mais fácil e menos doloroso, e o choro do recém-nascido pode se tornar mais vigoroso e estridente (Hacker, 1982b, p.18, tradução nossa).

Em terceiro lugar, enquanto falamos que corpos materiais “existem”; no caso de eventos, o correto e apropriado é dizer que eles “acontecem”, “ocorrem” ou “se realizam” (Hacker, 1982a, p. 479). Essencialmente, eventos são ocorrências ou mudanças que se manifestam no tempo e no espaço, de modo que não faz sentido afirmar que existem ou não existem nos mesmos termos em que essa noção é aplicada aos corpos materiais (Hacker, 1982b, p. 3).

Nessa ótica, M. J. Cresswell (1986) fornece uma explicação semântica, complementar à de Hacker, para o motivo pelo qual é sensato dizer que os objetos existem, mas não ocorrem e que os eventos ocorrem, mas não existem. A chave para essa distinção reside na “propriedade do subintervalo”. Um enunciado p tem a propriedade do subintervalo se, quando “ p em um intervalo de tempo I ” é verdadeiro, também é verdadeiro “ p em um intervalo I^* ”, para qualquer subintervalo $I^* \subset I$. Objetos que possuem a propriedade do subintervalo existem ou não existem, enquanto coisas que não possuem essa propriedade ocorrem ou não ocorrem. Por exemplo, a frase (a) “na última quinta-feira, dirigimos da cidade A até a B”, não possui a propriedade do subintervalo. Suponhamos que tal viagem tenha, de fato, ocorrido entre 4h15min e 5h21min. Em primeiro lugar, não faz sentido dizer que a viagem ocorreu exatamente (instantaneamente) às 4h36min. (“Às 5h21min chegamos à cidade B” relata algo que aconteceu, em um único momento, mas como a *culminação* de um evento). Em segundo lugar, não é verdade que ela aconteceu entre 5h10min e 5h15min. Contrastemos com outro exemplo (b): a sentença “na última quinta-feira minha cópia de *The Varieties of Reference* permaneceu na minha estante” possui a propriedade do subintervalo. Se for verdadeira entre 4h15min e 5h21min também é verdadeira, para qualquer subintervalo, como entre 5h10min e 5h15min. Outra forma de descrever a diferença

entre (a) e (b) é dizer que o primeiro, (a), relata um evento e o último, (b), relata um estado (Cresswell, 1986, p. 373). Em geral, toda sentença que diz o que algo *é*, em oposição ao que algo *faz*, possui a propriedade do subintervalo.

Frases envolvendo substantivos comuns, como “Oswaldo Chateaubriand foi Professor de Filosofia na Universidade de Cornell”, também exibem a propriedade do subintervalo. Se Oswaldo Chateaubriand foi Professor de Filosofia de Cornell de janeiro de 1972 a dezembro de 1977, então ele também foi um Professor de Filosofia, em qualquer momento dentro desse período (ibidem, p. 373). Faz sentido dizer que Chateaubriand *existiu* nesse período, mas não que Chateaubriand *ocorreu*. Da mesma forma, não parece fazer qualquer sentido dizer “nossa viagem de A para B, na última quinta-feira, *existiu* entre 4h15min e 5h21min”. Se ela fizesse sentido, ela deveria implicar ter como conclusão que “nossa viagem de A para B, na última quinta-feira, *existiu* entre 5h10min e 5h15min”. Poder-se-ia concluir — por que não? — que ela existiu *a cada* instante entre 4h15min e 5h21min. A esse respeito, Cresswell comenta:

O problema não é apenas que viagens instantâneas sejam [factualmente] impossíveis. (Quem sabe que maravilhas a ciência ainda poderá nos proporcionar?) A questão é, antes, que não se diz que uma viagem ocorreu em um instante *simplesmente porque* ela ocorreu em um intervalo no entorno temporal daquele instante⁴⁴ (Cresswell, 1986, p. 374, tradução nossa, ênfase mantida como no original).

Em síntese, eventos relacionam-se às localizações no espaço-tempo de maneira distinta daquela em que os corpos materiais o fazem. De modo aproximado, essa diferença pode ser expressa da seguinte forma: um evento *ocorre*, em um intervalo de tempo, em um lugar, enquanto um corpo material *ocupa* lugares a cada tempo. Embora possam estar na mesma porção do espaço-tempo, o evento e o corpo material diferem: o último é o objeto que permanece o mesmo através das mudanças, enquanto o primeiro é uma mudança em um objeto ou em objetos (Davidson, 1985 [2002]). As áreas espaço-temporais, em que ocupam ou em que ocorrem, não os distinguem, mas “os nossos predicados, nossa gramática básica e nossas maneiras de classificar os distinguem” (como corretamente observa Davidson, 1985 [2002], pp. 310-311).

⁴⁴ No original: “The problem is not just that instantaneous journeys are impossible. (Who knows what wonders science may achieve?) It is rather that you do not say that a journey took place at an instant *merely because* it took place at an interval surrounding that instant” (Cresswell, 1986, p. 374).

Se, por um lado, uma perspectiva filosófica tende a assimilar todos os corpos materiais (substâncias) a eventos, por outro, há uma abordagem que questiona a legitimidade dos eventos, relegando-os à condição de particulares de segunda categoria. (Uma análise mais detalhada sobre candidatos a particulares básicos será apresentada no próximo capítulo.) Sustenta-se que não há razões suficientemente convincentes para considerar os eventos como particulares básicos ou, até mesmo, sequer admitir sua realidade ontológica. Evnine parece defender a assimilação total de eventos a corpos (Evnine, 1991, p. 31). Horgan vai além, questionando a própria existência dos eventos (Horgan, 1978, p. 47 *apud* Hacker, 1982a, p. 478). Afirma-se que a delimitação dos eventos é arbitrária, portanto a concepção de evento e as propriedades desse conceito dependeriam da maneira como nós, humanos, escolhemos recortar a realidade (Menzies, 2009, pp. 350-1).

Relacionado a esse último, é possível observar um aspecto sutil e significativo: um mesmo fato pode dar origem a diferentes conteúdos demonstrativos, os quais se ancoram, naturalmente, na experiência perceptual do sujeito. Trata-se do fenômeno segundo o qual a experiência pode ser “recortada” de diferentes maneiras. Esse fenômeno assemelha-se à forma como um mesmo objeto pode ser concebido de distintas maneiras, seja por meio de descrições, de demonstrativos ou de nomes. Talvez uma analogia ainda mais pertinente seja o fenômeno pelo qual, em uma mesma região espaço-temporal, distintos tipos de objetos podem coexistir, como no exemplo clássico da distinção entre o pedaço de barro e da estátua (confira Wiggins, 1968 [2007]), e o exemplo do baralho de cartas em Frege, 1884 [1953], §22.

Considere-se, em primeiro lugar, o exemplo de uma porta que se move em razão do vento. Essa porta abre e fecha, girando em torno de um eixo fixo. A atenção do observador pode ser dirigida a diferentes aspectos dessa situação, de modo que esse mesmo contexto perceptivo pode originar distintos conteúdos demonstrativos. O observador pode concentrar-se na própria porta — em sua cor, no material de que é feita, em suas dimensões — características que pertencem à sua constituição objetiva. Alternativamente, pode focar no evento de seu impacto contra o batente — o som produzido, a frequência com que ocorre, a intensidade do impacto, também características objetivas. Mais precisamente, se o foco estiver na porta em relação ao umbral, pode-se descrever o conteúdo demonstrativo “este bater de

porta”, pensando sobre o que fazer para parar o som repetitivo e incômodo produzido pelo impacto. Contudo, ao concentrar-se exclusivamente na porta, sem levar em conta seu movimento, suas propriedades intrínsecas permanecem inalteradas, pensando-se “Esta porta não se move por trilhos laterais”. Nesse caso, o conteúdo demonstrativo relevante da experiência perceptiva pode ser descrito simplesmente pelo demonstrativo “esta porta”, e o objeto é concebido como um corpo material, não como um evento. Assim, dentro de um mesmo contexto perceptivo, podemos perceber tanto um corpo material quanto como um evento.

Forneceremos um segundo exemplo. Patinhos de borracha descem um rio, sendo transportados pela correnteza. Um observador pode concentrar-se, em cada patinho individualmente, concebendo-o como um corpo material com propriedades intrínsecas invariantes — talvez um deles possua um chapéu peculiar ou apresente uma tonalidade de amarelo mais vibrante. Alternativamente, pode perceber a cena como um evento unitário, caracterizado por um início, um desfecho e a dinâmica conjunta dos patinhos deslocando-se ao longo do curso d’água. Dessa forma, cada patinho pode ser tratado como um corpo material, no sentido estrito do termo, pois, apesar de seu deslocamento, suas propriedades intrínsecas permanecem inalteradas ao longo do período considerado. Assim, um observador pode simplesmente perceber um patinho específico e referenciá-lo, por meio do demonstrativo “aquele pato”, sem necessariamente concebê-lo como parte do evento “corrida de patinhos”. No entanto o conteúdo demonstrativo, baseado na mesma experiência perceptiva, pode ser radicalmente distinto. Se, em vez de focalizar um patinho isoladamente, o observador considerar a dinâmica conjunta dos patinhos, em relação ao rio e ao seu leito, ele poderá identificar um “objeto composto” cuja configuração se altera ao longo do tempo, ou seja, um evento. Nesse caso, tal evento pode ser descrito como uma sequência de estados distintos. No estado inicial, os patinhos encontravam-se em uma determinada posição no rio; em um estado posterior, encontram-se em outra posição mais adiante. É claro que entre esses dois extremos ocorrem inúmeras fases intermediárias. Em todo caso, o deslocamento do grupo configura um evento, pois envolve pelo menos dois estados distintos, sucessivos, ao longo do tempo. Na verdade, múltiplos eventos podem ser identificados na cena, incluindo aqueles que ocorrem, em um patinho individual, como variações na rotação e na velocidade resultantes das colisões entre os patinhos durante o deslocamento.

(Ao longo desta tese, ao empregarmos o termo “corpos materiais”, para designar particulares que não são eventos, referimo-nos ao modo como o sujeito entende e pensa o objeto. Corpos materiais podem estar em movimento relativo (mudanças “externas”) ou, até mesmo, em processo de transformação intrínseca (mudanças “internas”), sem que isso comprometa sua caracterização como corpos materiais. Por definição, um corpo material pode permanecer idêntico a si mesmo ao longo de certas transformações. Tal possibilidade não implica qualquer inconsistência conceitual de nossa parte. Se um objeto modifica suas propriedades intrínsecas, ao longo do tempo e essa transformação é percebida como uma alteração na realidade, o sujeito pode tanto pensar e tratá-lo como um mero corpo material, como passar a conceber o evento que nele ocorre. Ao refletirmos sobre essas questões, torna-se inevitável remeter, mais uma vez, ao *Desafio Conceitualista* #3, na subseção 3.3.2.)

Ademais, admitimos que conceitos empíricos de eventos são moldados tanto pelo “espírito dos tempos” quanto pela cultura, sendo sua aplicação condicionada por interesses específicos e particulares.

Não podemos concluir é que, a partir dessas discussões, todas as características associadas aos eventos, ou mesmo a própria noção de evento, “dependem da forma como as mentes humanas determinam os valores de certos parâmetros contextuais” (Menzies, 2009, pp. 350-1). O fato de que a experiência sensível, por si só, não imponha limites rígidos, para a individuação das regiões espaço-temporais, aliado à possibilidade de que coisas que estão em uma mesma região espaço-temporal possam ser descritas de maneiras diversas por diferentes observadores, conforme seus respectivos propósitos, não justifica a conclusão de que todos os conceitos de eventos sejam meras construções convencionais sem nenhum atrito com a realidade — derivadas do modo como os seres humanos escolhem recortar a realidade, nada espelhariam o que nela ocorre. Em outras palavras, não há razão para aceitarmos as seguintes inferências: como a delimitação dos eventos depende da forma como decidimos descrevê-los, essa delimitação seria totalmente arbitrária; ou: o fato de a percepção sensorial não apreender sempre objetos com limites espaço-temporais bem definidos implicaria que a estrutura do mundo seja um todo indiferenciado. Merleau-Ponty expressa essa ideia de maneira radical:

Os ‘acontecimentos’ [‘*événements*’] são recortados, por um observador finito, na totalidade espaço-temporal do mundo objetivo. Mas, se considero este próprio mundo, só há um único ser indivisível e que não muda. A mudança supõe um certo posto onde eu me coloco e de onde vejo as coisas desfilarem; não há acontecimento [‘*événements*’] sem alguém a quem eles advenham e do qual a perspectiva finita funda sua individualidade (Merleau-Ponty, 1999, p. 551).

Reunimos todas essas considerações sob a preocupação de que a “relatividade”, na aplicação de conceitos de eventos ao mundo, implicaria (tal qual como exemplificamos acima), de alguma forma, em idealismo ou relativismo filosófico com relação a eventos e suas explicações. A preocupação pode ser formulada da seguinte maneira: o que se pode obter é a constatação de que a ideia de eventos particulares — e até mesmo de suas *causas* — são absolutamente condicionados pelas capacidades e interesses contingentes humanos. A preocupação poderia continuar: ainda que reconheçamos a aparente indispensabilidade do esquema conceitual cotidiano que aplicamos ao mundo — esquema esse construído a partir de nossa perspectiva limitada — não haveria, em princípio, qualquer razão para supor que nossos conceitos de eventos, bem como nossas crenças e teorias causais reflitam diretamente a própria estrutura da realidade.

Questões análogas emergem na discussão sobre se alguma defesa do sortalismo ou do conceitualismo do conteúdo da experiência implicaria uma forma de não realismo, um tema amplamente debatido por Wiggins (2001) e McDowell (1996). Em vez de nos aprofundarmos nas distinções entre realismo e antirrealismo, no que concerne aos eventos, terminaremos essa seção com uma lista de “lembretes filosóficos”.

O fato de que nossa descrição da natureza e de certas situações perceptivas influenciar as explicações e quais causas identificamos não implica que os eventos não existam na natureza ou que as causas não sejam reais. Posso atentar para diferentes aspectos da mesma realidade, com diferentes graus de detalhamento, posso escolher pensar sobre a rotação da esfera de metal, sobre o seu simultâneo aquecimento, ou apenas sobre a bola de canhão *tout court*. Analogamente, a possibilidade de conceber que estou segurando 1(um) ou 52 objetos — dependendo de se utilizo o sortal *baralho* ou *carta* — não altera a realidade objetiva de que há, de fato, 1(um) baralho em minha mão contendo 52 cartas. O mesmo objeto real pode ser descrito de diversas formas. Por que não reconhecer que alguns conceitos

— como a noção de centro de gravidade em corpos rígidos — são meras abstrações úteis, enquanto outros, após um exame rigoroso, revelam aspectos fundamentais da estrutura da realidade ou, como se costuma dizer, “cortam a natureza em suas juntas”? Por que não admitir que a própria natureza, em alguma medida, possui uma estrutura que a torna intrinsecamente apta para ser conceituada? Como escreve Wiggins (2001, p. 160), em vez de afirmar que “os conceitos de eventos, que aplicamos à experiência determinam o que nela encontraremos”, devemos reconhecer que “o tamanho e a malha da rede determinam o que ela pode capturar”. A dimensão e a estrutura de uma rede não determinam quais peixes existem no mar, mas apenas quais poderão ser capturados — do mesmo modo que nossas expectativas sobre o que há para ser capturado influenciam tanto a escolha da rede quanto, em um momento anterior, o próprio projeto do fabricante que a concebeu para uma finalidade específica.

Em qualquer circunstância, nosso procedimento, na próxima seção e recomendação serão os seguintes: é necessário admitir que conhecemos o mundo por meio da percepção, formando pensamentos demonstrativos perceptuais *de re e*, a partir desse reconhecimento, questionar o que compreendemos como objeto empírico real do conhecimento.

3.5

A atitude natural: o que é experienciar algo como real?

Esta seção retoma a descrição fenomenológica da experiência, iniciada na subseção 2.5.4, no capítulo anterior. O propósito desta seção consiste em explicitar aquilo que se entende por *experienciar um evento como real*, ou seja, esclarecer os critérios que definem o que denominamos “um particular real observável no mundo”, em contraposição a fantasias ou ilusões. Tal “o que é ser um particular real” não se trata de um critério epistêmico que permita a um sujeito decidir, por si só, se o que vivencia de sua perspectiva, em dado momento, é real ou fruto de uma alucinação convincente.⁴⁵ De modo geral, nesta seção, buscamos explicitar o que

⁴⁵ De modo semelhante, não sustentamos que o conceito de causa possa funcionar como um critério aplicável, de forma direta, à experiência em primeira pessoa, como se o sujeito alucinando pudesse, por seus próprios meios e recursos, usá-lo para distinguir o real do ilusório. Com efeito, a ideia sustentada nesta seção 3.5 (complemento e explicação de [2] de nossa “Segunda Analogia”) conduzirá à seguinte conclusão: é a concepção geral de que o mundo é causalmente articulado que confere sentido à avaliação, em casos particulares, do que deve ser considerado um evento real e do que deve ser tomado como irreal. Na terminologia de Conant (2012), o tipo de

compreendemos pelo termo “real” no contexto de objetos particulares espaço-temporais acessíveis pela percepção. Faremos isso, sobretudo, a partir de uma comparação entre *a percepção* de um evento e *a imaginação* de tal percepção. Ao final, atribuímos sentidos adicionais ao *slogan* fenomenológico: “aquilo que experienciamos perceptivelmente nos é apresentado como algo que não é completamente definido por nossa percepção” (conforme o início da *seção* 3.2 e a subseção 2.5.4). Mais especificamente, não apenas reiteramos a ideia de que a experiência depende, em sentido amplo, de elementos que não são direta e literalmente percebidos — como o tempo e sua representação — mas também sublinhamos que certos aspectos do perceber envolvem a concepção de uma realidade, algo que extrapola o ato perceptivo, a nossa vontade, decisões e ações, sejam elas mentais ou corporais.

A descrição fenomenológica apresentada nesta seção pode ser compreendida como uma fundamentação e uma elaboração (ou listagem de consequências) da seguinte observação de McDowell, a qual, em nossa opinião, constitui um exemplo do método fenomenológico em ação.

[O] sujeito da experiência entende o que a experiência capta [*takes in*] (ou pelo menos parece captar) como parte de uma realidade mais ampla, uma realidade que é plenamente abarcável pelo pensamento, mas que não está inteiramente disponível a essa experiência. O objeto da experiência é entendido como integrado [*integrated*] a uma realidade mais ampla... essa integração nos permite compreender uma experiência como consciência de algo independente da própria experiência: algo que está estabilizado em seu devido lugar, por meio de sua ligação [*linkage*] com a realidade mais ampla, de modo que possamos dar sentido à ideia de que ainda seria assim, mesmo que não estivesse sendo experienciado como tal (McDowell, 1996, p. 32, tradução nossa).

3.5.1

Dois sentidos de “distintos de nós”

Iniciemos, pois a descrição fenomenológica. A experiência apresenta uma multidão de objetos particulares, de diversos tipos, como efetivamente presentes. Embora o intencionalismo seja passível de defesa (vide 2.5.4 acima), o fato é que, ao atentarmos cuidadosamente para nossa experiência sensível, tal como se dá no presente, não parece que entramos em contato com “representações” ou “intermediários mentais” que se interponham entre nós e o mundo. A experiência

ceticismo que buscamos enfrentar (vide *seção* 1.1) é o “representacional ou kantiano”, e não o ceticismo “epistêmico ou cartesiano”. Em suma, nossas reflexões dizem respeito à intencionalidade e à objetividade de pensamentos empíricos.

não se manifesta como uma relação mediada por tais intermediários. Quando percebemos um objeto, é o próprio objeto particular e suas propriedades que se tornam manifestos de forma imediata. Essa característica é o que Martin, entre outros autores, denomina “transparência”: ao realizarmos uma introspecção de nossas experiências sensoriais, temos a impressão de estarmos cientes, de maneira direta, de objetos, de qualidades e de relações existentes no mundo que nos circunda e não de nossos próprios estados mentais (Martin, 2002b, p. 378). É como se, ao concentrarmo-nos na experiência em si, “enxergássemos através” dela, diretamente para o mundo externo.

Quando observo o derretimento da cera, minha atenção se fixa, no próprio processo e em suas características sensíveis, tais como as variações de cor, formato e temperatura. Não tenho consciência de qualquer objeto mental ou representação intermediária. Parece-me que estou, de forma pura e simples, ciente do próprio derretimento da cera. Mesmo quando volto minha atenção para essa experiência, continuo percebendo apenas o pedaço de cera em fusão e suas propriedades, sem a mediação de qualquer entidade mental. Vivencio as mudanças de temperatura desse evento como atributos da cera e não como características de minha experiência, entendida como ato ou processo. É nesse sentido que a experiência me apresenta os objetos como *distintos* da própria experiência que deles tenho.

Ademais, ainda que toda experiência seja necessariamente uma experiência para um sujeito — uma vez que todo ato perceptivo é realizado por algum sujeito — em nenhum momento ele se identifica por completo com aquilo que experiencia. Os particulares concretos se apresentam, na própria experiência, como dotados de uma autonomia em relação ao sujeito.

Em que consiste essa autonomia? Tomemos, por exemplo, as partes do meu corpo. Inequivocamente, elas não são distintas de mim: meus membros deslocam-se comigo quando me desloco; posso movimentá-los conforme minha vontade (como, por exemplo, ao erguer intencionalmente o braço) e é neles que experimento sensações, como coceiras ou dores, bem como é possível, por meio deles, perceber propriedades como lisura ou aspereza. Entretanto os objetos que percebo como distintos de mim não se comportam dessa maneira. Eles não me acompanham em meus deslocamentos, sou eu quem me movo em relação a eles. Jamais as minhas sensações são experienciadas como estando, por exemplo, em uma pedra à minha frente. (Importa ressaltar que tais observações não constituem meras descrições

contingentes dos fenômenos, mas remetem às próprias regras de uso e ao significado dos termos relacionados a sensações — como sentir dor e coceiras — e a percepções — como ver, ouvir, etc — em consonância com uma análise de matriz wittgensteiniana, conforme defendida por Hacker, 2011).

Ainda assim, é evidente que podemos transportar conosco objetos distintos de nós, fazendo com que se desloquem junto da gente. Do mesmo modo, podemos erguê-los, em certo sentido, de acordo com nossas vontades e intenções. Também é possível produzir percepções ou sensações em nós utilizando tais objetos. No entanto, para que tudo isso ocorra, é necessário manipulá-los ou interagir com eles. Essa manipulação e interação, contudo não são experienciadas da mesma forma que experienciamos o movimento intencional de nossos próprios membros ou como vivenciamos nosso próprio corpo.

Quando interajo com os objetos, eles oferecem resistência. Ao manipulá-los, pode ocorrer que não se comportem conforme o esperado; por mais que eu planeje uma ação específica, os objetos possuem uma autonomia relativa aos meus planos. Por exemplo, ao pressionar um objeto com o intuito de parti-lo ao meio, constato que a maneira de realizar tal tarefa está intrinsecamente vinculada a características que percebo no objeto, as quais não consigo alterar apenas por meio de meus desejos e intenções. Posso, por exemplo, tentar alterar a trajetória de um objeto, mas a forma de fazê-lo e o resultado efetivo dessa ação dependem de fatores que parecem não estar completamente sob meu controle.

Também conseguimos interagir com o mundo a ponto de, em algum sentido limitado, perceber o que desejamos. Ajustamos nosso corpo às características dos objetos que nos são apresentados. Quando queremos perceber com clareza a cor de um objeto situado à nossa esquerda, basta que mantenhamos as pálpebras abertas e olhemos para a esquerda, mexendo a cabeça em direção ao objeto. Nossa experiência com nosso próprio corpo revela que é, por meio de suas partes (órgãos), que somos capazes de perceber o que experienciamos como distintos de nós, os objetos no mundo.

Nesta ótica, Merleau-Ponty afirma:

[A] liberdade utiliza o olhar e suas valorizações espontâneas. Sem elas, não teríamos um mundo, quer dizer, um conjunto de coisas que emergem do informe propondo-se ao nosso corpo como “para tocar”, “para pegar”, “para transpor”, nunca teríamos consciência de nos ajustarmos às coisas e de alcançá-las ali onde elas estão, para além de nós, teríamos apenas consciência de pensar rigorosamente os objetos imanentes de nossas intenções, não seríamos no mundo,

nós mesmos implicados no espetáculo e por assim dizer misturados às coisas, teríamos apenas a representação de um universo (Merleau-Ponty, 1999, p. 590).

Em outras palavras, a experiência não se resume a estarmos passivamente submissos aos conteúdos que se sucedem em nossa consciência – como se assistíssemos a um fluxo contínuo de modificações em nossa sensibilidade nos apresentando um mundo do qual não fazemos parte, similar a assistir a um filme interminável que nos apresenta eventos dos quais não participamos e do qual não podemos participar. Ter uma percepção implica estar ciente da forma como o mundo se apresenta e não meramente experimentar uma modificação dos estados conscientes. A experiência de um objeto percebido como real e distinto de nós envolve simultaneamente a vivência desse objeto como parte integrante de um contexto de interação real ou possível, no qual nossas habilidades perceptivas e motoras nos facultam agir de forma intencional em relação a ele. De modo mais amplo, a percepção que temos do mundo engloba a experiência da nossa *interação*, tanto efetiva quanto possível, com o ambiente.

Em síntese, a experiência revela-se de forma imediata e direta, apresentando entidades que se distinguem tanto (a) do próprio ato de percepção delas, quanto (b) de nós, enquanto sujeitos com corpos. Tal distinção manifesta-se naquilo que percebemos como a autonomia que os objetos, quando experienciados *como reais*, são aptos a exibir durante a nossa interação com eles. Essa experiência não é apreendida como resultado de inferências teóricas ou de construções hipotéticas, baseadas em dados sensoriais limitados, tampouco por meio da mediação consciente de representações intermediárias. Trata-se, antes, da maneira pela qual os fenômenos se desvelam na própria experiência que temos deles.⁴⁶

⁴⁶ Cumpre salientar que haveria muito mais a ser dito e analisado acerca de nossa experiência enquanto seres corpóreos. De fato, o próprio corpo – bem como a experiência dele decorrente, isto é, a relação do sujeito com seu próprio corpo – apresenta peculiaridades que não serão investigadas aqui. Podemos percebê-lo como real, dotado de certa autonomia, uma vez que, por meio dos órgãos que o compõem, não apenas o percebemos, mas também, em certas ocasiões, o tratamos como um objeto inserido no mundo. Quando tudo transcorre de maneira adequada, o corpo não constitui o foco de nossa consciência; contudo, quando determinados tipos de patologias o acometem, ele pode ser percebido como um objeto distinto de nós, dotado de relativa autonomia. Como é sabido, Merleau-Ponty (1999) explora de forma extensiva a fenomenologia do corpo, enfatizando a distinção entre o corpo experienciado como objeto e a experiência do corpo tal como vivida por nós; entretanto as constatações aqui expostas serão suficientes para os fins a que nos propomos.

3.5.2

A relação com crenças e a vontade

Não se trata aqui de afirmar que a experiência sensível *deste derretimento da cera* seja real; buscamos descrever em que consiste a experiência desse real, em contraste com a mera imaginação de perceber a cera derretendo.

A cada instante da percepção *desse derretimento*, nossa consciência perceptiva encontra-se saturada por detalhes: sombras na superfície, variações de cor, sutilezas na mudança da forma. De fato, a experiência verídica desse evento implica a concepção do estado atual do objeto como *completamente determinado*. Ou seja, ainda que algumas de suas características possam passar despercebidas ou não serem plenamente apreendidas pelo sujeito, elas são representadas como estando efetivamente presentes no objeto. A prova disso ocorre quando, ao notarmos algo novo nesse derretimento de cera — por exemplo, a quantidade atual de pequenos buracos em formato hexagonal — entendemos que tal característica já estava presente no objeto, mesmo antes de termos lhe dedicado atenção. É justamente esse o sentido de dizer que o objeto real é percebido — ou, mais rigorosamente, experienciado — a cada instante, como inteiramente saturado ou determinado.

Comparando-se essa situação com o ato de *imaginar* a percepção do mesmo evento — ou de formular uma crença não perceptual a respeito dele — constata-se que, ao fixarmos em um estado ou fase do evento imaginado, ele se revela destituído do que McDowell (1996, p. 60n17) denomina “especificidade sensorial da experiência perceptiva” (*sensuous specificity of perceptual experience*) — o que, em alguns contextos, descreve-se como seu “caráter analógico” (*analogue character*), ver Peacocke, 1992.⁴⁷ O objeto imaginado não é compreendido como possuindo qualquer característica sensível ou detalhe perceptivo específico, a menos que o sujeito que o imagina assim o especifique para si mesmo.

⁴⁷ Sugerimos que o termo “analógico”, na expressão “caráter analógico”, é mais bem compreendido em contraste com o termo “digital”. Por exemplo, o som e a música armazenados em mídias como os antigos DVDs ou pendrives são *digitais*, pois consistem em uma aproximação *discreta* — frequentemente baseada em séries de Fourier — de um fenômeno originalmente *contínuo* e *analógico*: o som de uma orquestra ao vivo composta por instrumentos não eletrônicos, como violinos, oboés, violoncelos, piano, etc. De modo semelhante, ao se dizer que a experiência perceptiva tem um “caráter analógico”, destaca-se seu aspecto de *saturação* sem lacunas ou descontinuidades — um campo cuja natureza é perfeitamente homogênea e não discreta.

A esse respeito, é importante reconhecer que, no interior da imaginação sensorial, podem operar elementos de natureza não estritamente imagética. Assim, é preciso ter cautela para não confundir o conteúdo sensível efetivamente imaginado com os aspectos não puramente sensoriais que podem ser projetados sobre esse conteúdo. Esses últimos — muitas vezes introduzidos por rótulos ou descrições — não fazem parte da imagem sensorial em si, mas integram um projeto cognitivo mais amplo. O seguinte comentário de Martin complementa o que dissemos:

Tipicamente, os atos de imaginar que as coisas são de determinada maneira apresentam aspectos tanto imagéticos quanto não imagéticos. Por exemplo, você pode visualizar maçãs vermelhas e, ao fazê-lo, também visualizar o brilho avermelhado de suas cascas. No entanto também é possível visualizar as maçãs sem visualizar sua cor — ainda que você esteja, de todo modo, imaginando algo vermelho. Trata-se de dois atos distintos de imaginação, cuja diferença parece residir na presença ou ausência da cor cromática no aspecto sensível do imaginar. Em ambos os casos, as maçãs vermelhas são os objetos da imaginação [...]. Há aqui paralelos com o caso da representação pictórica: tanto um esboço a carvão quanto uma aquarela podem representar maçãs vermelhas, mas apenas a segunda é capaz de representar o vermelho das maçãs de um modo que a primeira não permite. Em termos gerais, podemos considerar os aspectos não imagéticos de um caso de imaginação sensorial como derivados do projeto cognitivo mais amplo [*the wider cognitive project*] do qual a imaginação faz parte. A mesma imagem pode ser mobilizada para diferentes propósitos imaginativos: pode-se imaginar maçãs vermelhas, réplicas perfeitas de maçãs feitas de cera, cascas dessas maçãs com os centros escavados ou uma ilusão engenhosa da presença de maçãs — visualizando-as, em todos esses casos, do mesmo modo. As diferenças entre tais casos não se encontram no núcleo sensível da imaginação [*the sensory core of imagining*], mas na forma como esse núcleo é empregado no faz de conta — na maneira como ele foi, por assim dizer, rotulado [*labelled*] (Martin, 2002b, p. 403, tradução nossa).

É perfeitamente possível, no âmbito da imaginação, que eu altere livremente as características do evento imaginado. Por exemplo, posso decidir imaginar que a cera, inicialmente visualizada como amarela, adquira subitamente um tom de azul intenso, posso decidir modificar seu tamanho ou alterar a velocidade do derretimento, imaginando-o ora de forma extremamente rápida, ora muito lenta. Posso inclusive parar a sua transformação, se assim o desejar. O seu próximo estado somente aconteceria ou tomaria o lugar do anterior quando eu decido que ele se realize na imaginação. Posso inclusive imaginar que um de seus estados daria origem a qualquer outro estado (apesar de, nesse último caso, não ter liberdade total; sob pena de não estar mais imaginando um derretimento de cera, mas outro tipo de evento).

Em contraste, os atributos de um derretimento real não se moldam aos meus desejos: eles se manifestam independentemente do que eu gostaria de perceber ou do que acredito estar percebendo. Essa “desvinculação” com o que de fato se percebe somente é possível, porque conseguimos pensar contrafactualmente (alínea [2], *seção 3.2* e subseção 3.3.3) e por entendermos que a experiência futura pode, retroativamente, fazer-nos reinterpretar o que vemos agora. Ainda que eu formule pensamentos, crenças, desejos ou expectativas acerca do objeto percebido, o próprio objeto real pode desmentir tais disposições subjetivas, revelando-se diverso do que eu havia antevisto. Pensamentos acerca de objetos percebidos podem ser falsos e as experiências sensíveis que temos deles podem ser incorretas justamente porque as propriedades do objeto são determinadas por fatores externos, muitas vezes, desconhecidos pelo sujeito.

Essas últimas afirmações simplesmente não se aplicam ao caso de pensamentos sobre imaginações e “percepções” de objetos imaginados, uma vez que, para retomar a expressão de Bernard Williams (usada por Soutif, 2012, p. 153, e Martin, 2002b, p. 403), o “ser” do objeto imaginado é, nesse caso, *determinado* pelo “projeto imaginativo” do sujeito e não por fatos do mundo. Assim, não faz sentido, por exemplo, alegar que a identidade de tal objeto imaginado possa ter mudado à revelia do sujeito que o imagina enquanto ele não estava consciente disso (vide Soutif, 2012, p. 153). Do mesmo modo, é incoerente afirmar que o sujeito possa se enganar sobre a duração ou a velocidade do evento que imagina, ou que seu transcurso ocorra independentemente de sua consciência e expectativa mental.

Ao observar um relógio real, para determinar a posição de seus ponteiros, parto do pressuposto de que a velocidade com que se deslocam é independente do fato de estarem sendo efetivamente observados ou não. Assim, a informação obtida, por meio dessa experiência é tal que me permite supor sua credibilidade, isto é, que a velocidade e ritmo que ocorrem são independentes de eu permanecer engajado, de fato, na observação. Estou comprometido com a ideia de que posso descobrir, apenas observando, como as coisas serão, mesmo na ausência de observação direta. Em outras palavras, dissocia-se a informação contida em uma experiência da própria ocorrência dessa experiência.⁴⁸

⁴⁸ Devemos esse exemplo do relógio a Martin, 2002b, p. 412.

Em uma percepção verídica, experienciar uma transformação como real implica, no mínimo, considerar a ordem de seus estados como tendo uma orientação independente do observador. Ou seja, tais estados ocorreriam da mesma maneira, na mesma sequência e com a mesma velocidade, incluindo as variações da velocidade que de fato sofreram, independentemente de terem sido percebidos ou mesmo se tivessem sido apreendidos de forma equivocada. Compreendemos que, na ausência de qualquer interferência, essa transformação não seria interrompida nem alterada (Vide análises da alínea [2] da *seção* 3.2.). Na percepção real de um evento, há uma maneira especial de como experienciamos essa irreversibilidade.

Percebo um tanque com uma pequena divisão interna, contendo, de um lado, água misturada com tinta azul e, do outro, água sem qualquer pigmentação. Em seguida, removo o divisor. Inicialmente, a água permanece separada — azul de um lado e incolor do outro. Com o tempo, o azul se mistura com o transparente, resultando em uma solução de tom azul-claro, isto é, em uma mistura homogênea, uniformemente distribuída por todo o tanque. Esse evento é experienciado como irreversível, porque assumimos que, mesmo que eu continue a observá-lo por um longo período, a água não se separará novamente por conta própria. (É claro que poderíamos intervir para restaurar a separação — por exemplo, evaporando a água, condensando-a em outro recipiente, coletando o corante azul, dissolvendo-o em metade da água e, assim, reconstruindo a configuração original. Entretanto, ao realizar esse processo, inevitavelmente aconteceriam outros fenômenos irreversíveis em outro lugar). Na experiência de um evento como real, o processo de seus sucessivos estados não se reverte espontaneamente.⁴⁹

Mais especificamente, quando uma nova fase emerge em um evento percebido como real, em contraste com a mera imaginação desse evento, ainda que se considerasse o evento como manipulável, em virtude de ser um objeto da nossa interação possível, ela é concebida como surgindo no mundo independentemente da vontade, intenções ou expectativas do sujeito. Em suma, tanto o surgimento de um novo estado quanto o desaparecimento do anterior são compreendidos como processos autônomos, “irreversíveis”, externos, alheios à vontade, às intenções ou à percepção do sujeito.⁵⁰

⁴⁹ Devemos esse exemplo a Feynman, 1985, p. 111.

⁵⁰ Convém notar que poderíamos ter acrescentado que, pelo próprio significado dos termos, imaginar um objeto implica a referência a um sujeito específico que o imagina, assim como perceber um

Ademais, a relação com aquilo que é experienciado *como* real não é neutra nem desapegada. Somente a experiência de algo como real é capaz de influenciar crenças sedimentadas sobre o mundo e motivar ações efetivas nele. A experiência de algo como real pode ser independente da vontade do sujeito; contudo é precisamente essa experiência que desencadeia a formação de crenças e reações psicológicas e ações. O objeto real convida a exploração empírica, a manipulação e a experimentação; já a imaginação de um experimento empírico não é a realização de um experimento (Wittgenstein, 2009, §265). A situação imaginada, quando reconhecida como tal, mantém um certo distanciamento e uma neutralidade inerente para aquele que a imagina, caracterizando-se por uma forma de indiferença. Experiências que não são consideradas reais não geram crenças substantivas nem impulsionam a ação, pois são tratadas como meras hipóteses — isto é, como um “como se”. Mesmo quando se imaginam objetos como estando situados, em um determinado local do ambiente real, no mundo, eles ainda são tratados como ausentes. O objeto imaginado, nesse sentido, ocupa um valor distinto na economia psicológica ou cognitiva do sujeito, pois não exerce o mesmo tipo de influência direta sobre suas crenças acerca do mundo.⁵¹

Podemos, então, indagar o que significa experienciar algo como real. Conforme já esclarecido, isso implica reconhecer que o objeto percebido, assim como suas propriedades, características e transformações, não se define pelo que acreditamos ou desejamos. Pelo contrário, um objeto real impõe resistência às nossas ações e, simultaneamente, restringe e orienta as crenças que formamos a seu respeito. O ponto central desta subseção é de certa forma óbvio:

Por um lado, tendemos a enfatizar a correspondência entre os dois tipos de estado — a forma como algo é imaginado corresponde à forma como ele pode parecer

objeto pressupõe necessariamente um sujeito que percebe. No entanto apenas o conteúdo do primeiro está intrinsecamente vinculado à subjetividade, ao passo que o conteúdo do segundo, não somente existe independentemente da consciência, mas também pode ser percebido por outros sujeitos. Nesse ponto, remetemos à recomendação metodológica de considerar a intersubjetividade como critério relevante. O objeto real, quando percebido, é o objeto próprio do conhecimento, ao passo que o objeto imaginado não possui existência efetiva, servindo, porém, para propor hipóteses acerca do que é possível no mundo. Não está claro em que medida, ou com que finalidade, poderíamos afirmar que dois sujeitos distintos conseguem imaginar o mesmo objeto. De todo modo, não nos deteremos sobre tais questões. Nesta seção, não se pretendeu enfatizar a natureza intersubjetiva do conteúdo perceptivo, aspecto que, contudo foi abordado de maneira mais detalhada na alínea [3] da *seção* 3.2.

⁵¹ Não se trata aqui de negar o valor positivo da imaginação ou da divagação mental (*mind wandering*), para atividades como a solução de problemas, o pensamento criativo ou o processamento emocional — aspectos bem estabelecidos na literatura contemporânea em filosofia da mente e ciências cognitivas, vide Villena-González & Cosmelli (2020).

[visualmente, etc]. Por outro lado, também precisamos destacar as diferenças entre eles. Em parte, essas diferenças são óbvias: a imaginação tende a ser menos determinada e menos repleta de detalhes que a experiência sensorial, além de poder estar sujeita à vontade de um modo que a experiência sensorial não está (Martin, 2002b, p. 405, tradução nossa).

Essas observações programáticas sugerem que, com sua ênfase na independência da vontade e do desejo, a “percepção chega a objetos, e o objeto, uma vez constituído, aparece como a razão de todas as experiências que dele tivemos ou que dele poderíamos ter” (Merleau-Ponty, 1999, p. 103). Ou seja, tais observações indicam, com correção, que a própria experiência insinua ideais de determinação e objetividade. No entanto a experiência também carrega consigo ideais de subjetividade e indeterminação.

3.5.3

Ponto de vista e experiência temporal

Foi exposto, nas duas subseções anteriores, que o objeto real é experienciado como completamente determinado (3.5.2), aliado à ênfase na ideia de que não apreendemos, pela introspecção, características da experiência enquanto ato, mas apenas as propriedades e relações dos objetos externos tais como nos aparecem (3.5.1) podem comprometer qualquer análise fenomenológica rigorosa. Isso ocorre, porque tais descrições, sem qualificações, negligenciam a maneira fundamental pela qual experienciamos o mundo no tempo, sempre a partir de uma perspectiva.

[1] Em primeiro lugar, ao refletirmos sobre a relação da experiência e do conceito de transformação objetiva, é necessário cautela ao sustentar a ideia de que a experiência do real corresponde a de mundo completamente determinado. No contexto da experiência temporal e da transformação real de um objeto, o novo estado que emerge no presente não estava previamente existente no mundo. Ele *ocorre* no mundo como um acontecimento genuinamente novo. Dessa forma, seria impreciso afirmar que todas as propriedades e detalhes sensíveis de um evento já estavam no objeto disponíveis à percepção, ou que já existiam independentemente do observador lhes dirigir a atenção. Ao se tratar de uma *nova* fase que surge, que é criada ou gerada, ela não estava ainda sendo percebida, porque ainda não era parte do mundo.

Para fazer jus à noção de que certas entidades desaparecem e outras emergem no mundo — e, mais amplamente, à própria ideia de sucessão objetiva — é fundamental compreender que, embora a experiência do real pareça oferecer um mundo saturado de propriedades, essa determinação não se estende simetricamente ao passado e ao futuro. A maneira como experienciamos o que pode acontecer no futuro difere substancialmente daquela pela qual experienciamos o que já ocorreu. Recordamos o passado, mas não o futuro; experienciamos o passado com referência a conceitos como memória e arrependimento, enquanto o futuro se vincula a noções como expectativa, ansiedade e a capacidade de agir para influenciar o que ainda não ocorreu. Sentimos que podemos intervir no futuro, mas ninguém acredita ser capaz de modificar o passado.

Assim, uma interpretação não caridosa das ideias de “completa determinação” da experiência do real e de sua “completa saturação de detalhes” pode comprometer a concepção de ponto de vista. Perceber o mundo, a partir de uma perspectiva a ele, implica que, em qualquer momento específico, certas partes permanecerão ocultas e, assim, vivenciadas como presentes, mas indeterminadas (vide Merleau-Ponty, 1999, p. 27). A exigência de que a experiência forneça um universo completamente determinado de maneira imediata e transparente anula a própria noção de perspectiva e, por consequência, inviabiliza uma análise fenomenológica rigorosa da experiência. Devemos conceder é que, a partir de um ponto de vista espacial no mundo, a experiência não apresenta um universo completamente determinado no presente, mas, sim, um espaço plenamente determinável, acessível à investigação. No entanto, mesmo essa transparência a um mundo completamente determinável torna-se insustentável quando aplicada à experiência temporal. Perceber o mundo a partir de um ponto de vista temporal — ou seja, de uma posição localizada na história do mundo — significa que, em qualquer instante específico, certas partes da realidade permanecerão inacessíveis à percepção: o passado pode ter sido experienciado, mas o futuro é inerentemente vivenciado como indeterminado. Essa indeterminação está intrinsecamente conectada às noções de flexibilidade e variabilidade. Em última instância, essa indeterminação é um traço constitutivo do nosso engajamento significativo com o mundo e emerge na experiência, porque a percepção exige um ponto de vista situado no tempo (Romdenh-Romluc, 2017, p. 8).

[2] Não parece correto afirmar que um sujeito, ao descrever sua própria experiência, nada mais possa aprender sobre sua natureza além das qualidades e relações que os objetos percebidos aparentam possuir (*pace* Martin, 2002b). Por meio da introspecção, constatamos que a passagem do tempo pode ser vivenciada, mesmo na ausência de qualquer transformação no conteúdo percebido.

Por exemplo, posso experienciar a passagem do tempo enquanto observo, imóvel, uma obra de arte estática diante de mim. Nesse caso, ainda que não consiga identificar qualquer alteração no conteúdo percebido, no objeto ou nas características aparentes desse objeto, nem por qualquer outra percepção do ambiente em que me encontro, experiencio subjetivamente que o tempo transcorreu. Tenho a nítida sensação de que estou observando o quadro há algum tempo, ainda que não consiga determinar precisamente a duração dessa experiência perceptiva. Sei que estava olhando para essa obra instantes atrás e continuo a observá-la agora. Em outras palavras, entendo que nada no conteúdo que percebo se modificou, ainda que eu (a minha percepção) e esse conteúdo estejamos, em algum sentido mínimo e impreciso, relacionados há algum tempo.⁵² Eu experiencio a passagem do tempo.

O seguinte exemplo evidencia o aspecto temporal *subjetivo* da experiência. É possível perceber dois objetos situados em posições opostas — um à minha frente e outro às minhas costas — compreendendo ou não que ambos coexistem no mesmo ambiente real. Por ter que deixar de perceber um para perceber o outro, ao me virar, posso estar ou não em condições de entender que se trata de dois objetos externos que existem simultaneamente no espaço. Em todo caso, experienciaria que, *primeiro*, observei o objeto à minha frente e, *posteriormente*, ao me virar para trás, percebi outro. Dessa forma, mesmo sem entender que se trata de objetos que existem simultaneamente no espaço, ao realizarmos uma introspecção de nossas experiências sensoriais, temos a impressão de estarmos cientes de que os atos de percepção ocorrem de maneira linear e sucessiva, com uma experiência seguindo-se de outra no fluxo temporal.

⁵² Esse é mais um sentido do *slogan*, segundo o qual a experiência propriamente humana excede aquilo que se percebe sensivelmente: a percepção é vivida como um “sempre presente”, algo que está continuamente “acontecendo agora”. A experiência consciente revela-se, em última instância, como dotada de dimensões temporais inalienáveis.

Embora a experiência perceptiva e a introspecção possam revelar de maneira transparente e imediata os objetos, suas propriedades e suas relações como “distintos de mim”, também compreendo que essa experiência se desenrola, a partir do meu ponto de vista temporal específico — por meio de experiências anteriores ao *agora* e que exibem a aparência de possuir uma *relação de ordem*.

Precisamos honrar a observação de que a experiência sempre acontece para um sujeito, mais especificamente, a percepção ocorre sempre a partir de um ponto de vista.

3.5.4

Surge uma questão-problema

Por um lado, temos a concepção de mundo *real*, que a experiência parece apresentar de forma transparente e imediata. No entanto experiencia-se esse mundo, a partir de uma perspectiva, a partir de nosso ponto de vista espaço-temporal. Esses dois aspectos, a transparência da experiência e o fato de que ela ocorre de acordo com um ponto de vista, precisam ser reconciliados.

Nossa concepção de um mundo real faz referência à noção de completa determinação, no entanto o mundo como efetivamente o experienciamos, como habitantes dele, como agentes que nele se engajam ativamente com ele, é um mundo que é experienciado como repleto de elementos e aspectos ocultos ou indeterminados, que somente podem ser parcialmente revelados. Nossa concepção de mundo é a de particulares objetivos, mas a experiência dele apresenta sempre particulares presentes *para mim*. O que é real é entendido como diferente da minha vontade, como possuindo uma autonomia própria. Em contrapartida, esses conceitos e contrastes pressupõem minha presença corporal no mundo, que ancora e informa meu ponto de vista sobre ele. Por exemplo, um evento *particular* é considerado real quando há, de fato, uma determinada sucessão objetiva no mundo; contudo a experiência de sua objetividade e irreversibilidade ocorre por meio de uma única sucessão *minha* de apreensões. Ainda que não seja experienciada como absoluta, essa irreversibilidade, por sua vez, faz referência a um limite de nossa intervenção no real. Em suma, percebemos o objeto, o real, mas percebemos a partir de um ponto de vista ou de uma perspectiva.

Assim, a experiência perceptiva exhibe dois aspectos fundamentais: por um lado, cada episódio de experiência é um evento na biografia do sujeito; por outro, a

experiência visa a um mundo objetivo, independente do sujeito. A manutenção dessa dualidade impõe uma questão-problema. Por um lado, a experiência do mundo e o mundo percebido não são realidades separadas, pois o primeiro é a experiência do último. Se estivessem completamente dissociados, a experiência não poderia ser um meio legítimo de acesso ao mundo e de obtenção de conhecimento sobre ele. Por outro lado, mesmo estando conectadas, essa dualidade tampouco coincide plenamente (Evans, 1985, p. 277). Que elas não necessariamente precisam coincidir decorre do fato de que podemos perceber como as coisas *parecem* e não apenas o que são. A experiência também pode apresentar o mundo de uma forma que difere do que ele é. Elas não necessariamente coincidem, mesmo nas percepções de como as coisas são, quando constatamos relações objetivamente simultâneas entre as partes de um objeto, ainda que os *relata* dessa relação somente tenham sido percebidos de maneira sucessiva, um após o outro, em momentos distintos da biografia do sujeito (vide *seção* 3.4, alínea [2] da *seção* 3.2 e subseção 3.3.3).

A questão-problema pode ser formulada, grosseiramente, como uma tensão dialética entre dois polos de oscilação. De um lado, a experiência se apresenta, em sua forma imediata, como uma imersão num mundo espacial de particulares reais. A estrutura da experiência é, nesse sentido, essencialmente marcada pela apreensão do real, configurando-se como uma exposição transparente à objetividade. Por outro lado, a percepção de uma totalidade completa atemporal – na qual não se poderia distinguir, de maneira nenhuma, nem entre o que é antes e o que é agora ou depois, entre o que se situa à esquerda e o que se encontra à direita, a experiência de estar situado aqui, em vez de ali – não configura uma forma de estar no mundo (Merleau-Ponty, 1999, p. 445). A subjetividade não é vivenciada fora de um espaço e tempo “egocêntricos”, mas como um processo dinâmico, no qual sempre é possível experienciar um antes e um depois, um à esquerda e um à direita, etc. (Parte dessa questão será elucidada e desenvolvida, no próximo capítulo, por meio dos conceitos de tempo egocêntrico e tempo alocêntrico.) É imprescindível que um objeto seja percebido como aparecendo de certa maneira, como portador de determinadas qualidades sensoriais, para que seja percebido. A forma da experiência manifestar-se, a partir de uma perspectiva, é por meio de um processo, uma sucessão de apreensões de como as coisas parecem, manifestações da sensibilidade, num fluxo temporal contínuo. O desafio consiste, portanto em

articular esses dois aspectos aparentemente distintos: a experiência como apreensão de um mundo objetivo e a nossa experiência sempre perspectivada dele. Como podemos formar pensamentos baseados na percepção que aspiram à objetividade, em particular os pensamentos perceptuais demonstrativos, cujo conteúdo pretende referir-se diretamente a objetos, se a experiência perceptiva desses objetos sempre ocorre em uma perspectiva particular?

Concluiremos esta subseção, ponderando duas eventuais objeções inerentes à própria formulação desta questão-problema.

[1] Argumentar-se-ia que o problema poderia ser prontamente dissolvido pela distinção entre ato e conteúdo. Podemos, afirmar-se-ia, pensar demonstrativamente sobre como as coisas são, sem que como elas de fato nos aparecem (aspectos das coisas que dependem de nossa perspectiva) entre no conteúdo demonstrativo pensado. Suponha que um sujeito formule um pensamento demonstrativo sobre *este derretimento de cera*, que percebe no presente momento. Poucas abordagens defenderiam a inclusão de uma propriedade como “as cores e a forma do estado como lhe parecem agora” no *conteúdo* do que ele percebe. Embora a cor e o formato percebidos, num dado instante, sejam aspectos da perspectiva temporal específica, em que o sujeito se encontra, não há razão para afirmar que o conteúdo demonstrativo da percepção deva necessariamente incluir essa perspectiva, uma vez que o conteúdo do pensamento é simplesmente *este derretimento da cera* (vide Carvalho, 2016, p. 10).

Em contrapartida, mesmo que a perspectiva do sujeito não integre o conteúdo representado — e isso deve ser assim, dado que esse conteúdo é um evento *objetivo* no mundo — ainda faz sentido afirmar que a maneira pela qual a experiência representa esse conteúdo é necessariamente influenciada pelas características e partes do objeto que podem ser percebidas a partir de um determinado ponto de vista. Diferentes sujeitos, situados em distintas posições espaciais e, utilizando diferentes modalidades sensoriais, podem conceber exatamente o mesmo conteúdo demonstrativo, mas o fazem apreendendo aspectos perspectivados distintos do objeto. Um sujeito que perceba a cera derretendo por meio do tato, por exemplo, acessará propriedades, como temperatura e textura, enquanto outro, observando visualmente, apreenderá forma e cor. Ambos representam o mesmo conteúdo: essa cera derretendo. Assim, a nossa resposta a essa objeção, para utilizar a terminologia

do final da subseção 2.3.2, é: o mesmo objeto empírico, referido pelo termo singular “este derretimento”, pode possuir diferentes modos de apresentação (*Sinne*) não descritivos. Importa ressaltar que, longe de dissolver a questão-problema, essa tentativa de objeção inicial conduz, simplesmente, à reformulação da própria questão-problema. Com efeito, a questão-problema pode ser reformulada da seguinte maneira: como é possível que tenhamos sucessões de experiências sempre mediadas por um ponto de vista específico, recebendo informações sensíveis de partes de objetos, ao longo do tempo e, ainda assim, concebamos que o conteúdo demonstrativo baseados na experiência nos fornece um acesso imediato, não perspectivado e transparente ao conteúdo real, publicamente acessível?⁵³

[2] Outra possível estratégia (ao nosso ver, mais promissora), para dissolver a questão-problema, seria a seguinte. Trata-se de uma resposta (ou objeção) à necessidade de qualquer tentativa de resolvê-la, na forma específica que ela adquire no *Desafio conceitualista* #3 (subseção 3.3.2). A tentativa de dissolver a questão-problema, nessa forma, afirmaria que basta admitirmos que a diferença estrutural entre um evento particular e um corpo material (vide P2 de 3.3.2) é apreendida pela percepção de forma completa e imediata. Devemos desistir de tentar reconstruir a percepção, digamos, *deste derretimento de cera*, ou *desta sala*, a partir da percepção das suas fases/partes sem entendê-las, de antemão, *como fases/partes* seja do derretimento, seja da sala. Uma vez que cada tipo de particular constitui uma unidade complexa perceptível, não há razão para supor que, ao fragmentar essa unidade em suas partes, seja possível reconstruí-la simplesmente por meio da percepção sucessiva de cada um de seus elementos. A unidade estrutural excede (está “over and above”) a soma de suas partes. Para ilustrar, podemos recorrer à analogia com o problema da unidade da proposição (Dickerson, 2003): a compreensão de uma proposição não pode ser reduzida a uma mera listagem dos

⁵³ Reforçamos que a questão-problema se impõe, ao considerarmos que não estamos assumindo que o sujeito, por meio da percepção imediata, possa ter acesso direto, não inferencial, à essência metafísica ou científica do objeto percebido (vide 2.5.4). A percepção visual imediata — e mesmo a imaginação de uma observação — sem o suporte de pensamentos contrafactuais e da estrutura temporal da experiência, que defendemos como necessários (vide também alíneas [4] e [5] da seção 3.2), não seria capaz de distinguir entre a visão de maçãs vermelhas, réplicas perfeitas de maçãs feitas de cera, cascas de maçãs esvaziadas de seu interior ou uma ilusão engenhosamente construída. Se a mera percepção visual conseguisse representar esses conteúdos como diferentes, eles seriam fornecidos pela observação não inferencial dissociada de qualquer trabalho conceitual. E, no caso da imaginação visual, não precisariam de aspectos outros que não as sensíveis que imaginamos vendo do ponto de vista imaginado.

sentidos de cada uma de suas partes. O que se compreende, quando se entende uma proposição, é algo completo; e a proposição é a unidade mínima de compreensão. Ou seja, a proposição possui uma unidade que, uma vez destruída, nenhuma listagem de seus elementos, mesmo que se acrescente outro item, será capaz de reconstituir o que é compreender a proposição original. No caso de um evento particular (e.g., *este derretimento de cera*), estamos lidando com uma unidade complexa, dotada de partes espaciais e fases temporais, dispostas de maneira organizada. Essa organização estrutural é a sua unidade, contudo ela não pode ser tratada como apenas mais um elemento, que se adicionada à lista de componentes já identificados, reconstruiria a percepção da *unidade* complexa. Não se deve conceber a percepção de um evento como uma “síntese” de elementos isolados, apreendidos sucessivamente. Analogamente ao que ocorre com a proposição, na qual suas partes somente possuem sentidos, à medida que contribuem para a compreensão das proposições em que podem figurar, a percepção de um particular segue a mesma lógica: podemos observar, em cada momento, estados específicos do evento, mas cada estado revela-se como parte indissociável de uma mesma unidade. Em outras palavras, a ideia central da objeção é a seguinte: a experiência não se resume a uma sequência de conteúdos apresentados sensivelmente à consciência, um após o outro, sem qualquer conexão relevante entre si, o que exigiria uma espécie de “síntese mágica” para explicar a percepção de uma unidade complexa, como *este derretimento*. Muito pelo contrário, durante o processo perceptual, nós percebemos essa *propriedade*, no aqui e agora, porque já a entendemos como sendo uma *propriedade* de algo. Assim, podemos perceber uma de suas fases, no decorrer do processo perceptual, mas fazemos isso já reconhecendo-a *como uma fase*, como uma parte integrante, do fenômeno “maior” em questão. Em suma, com base nisso, o objetor argumenta que basta reconhecer que o objeto, representado pelo conteúdo demonstrativo, é apreendido de uma só vez, “já combinado” na percepção. Seria, portanto não apenas desnecessário, mas também equivocado, qualquer tentativa de “compor” ou “montar” a representação desse objeto a partir de elementos fragmentados.⁵⁴

A essa segunda objeção — que, entre outros aspectos, defende a facilidade de dissolver a questão-problema e chega a considerar equivocado buscar respondê-la

⁵⁴ Essa analogia entre o problema da unidade da proposição e a percepção de objetos é original do trabalho de Dickerson, 2003.

na forma do *Desafio #3* — apresentamos a seguinte réplica. Mesmo que recebamos na percepção o indivíduo particular imediatamente como um todo, como uma unidade, com todas as partes “já combinadas” — o que podemos denominar de abordagem holística acerca da percepção — devemos questionar e explicar de que modo *reconhecemos* essa combinação. É evidente que uma unidade complexa (o objeto) percebida somente adquire relevância cognitiva se formos capazes de *representar* a estrutura que a constitui. Como percebemos e pensamos um evento *como* um evento? (O objeto é o que é, e pode ser que a percepção dele seja o que seja, quer o objeto seja selecionado por um pensamento ou não. No entanto o objeto não se seleciona/pensa por si mesmo. Nem mesmo a simples admissão de que interagimos com a natureza e percebemos as coisas, em nosso entorno, exige que *nós pensemos* demonstrativamente sobre ele como um corpo, em vez de um evento que ocorre nesse corpo, vide *seção 3.4*. Como pensamos demonstrativamente sobre o evento reconhecendo-o como um evento?) Assim, ao se refletir como se daria esse reconhecimento de como essas partes estão arranjadas no objeto, a hipótese de que essa combinação seria algo inerentemente “dado” na percepção, “recebido” na experiência, acaba se tornando redundante para nossos propósitos.

Ademais, sempre é possível dividir, nocionalmente, o processo perceptivo em partes, por exemplo, a percepção sequencial de cada componente e questionar de que modo *pressupomos* essa combinação durante todo o processo.

Há um núcleo nessa interpretação holística — isto é, compreender desde o início o que se percebe aqui e agora como parte de, como integrado com, uma totalidade mais ampla — que coincide exatamente com a solução que propomos à luz de McDowell, na próxima subseção. No entanto é preciso ter cautela, pois essa proposta de solução, que foi esboçada em [2] acima, apesar de se assemelhar em grande medida à nossa proposta de resposta geral, não explica em detalhe o funcionamento completo do fenômeno, na especificidade da sua apreensão temporal de eventos (como explicamos, em [2], *seção 3.2*).

3.5.5

Uma integração holística: a ideia geral da solução do problema

Na percepção, os objetos, bem como suas partes, fases ou características, são sempre apresentados no meu agora. Ainda assim, do meu ponto de vista, percebo duas partes de um mesmo objeto, uma após a outra, de modo que cada uma sucede

a anterior no meu presente. No caso de um corpo material que não se transforma, reconheço que essas partes são simultaneamente constituintes, como partes espaciais do objeto que observo à minha frente. No caso de um evento, percebo essas partes como fases distintas que se sucedem, cada uma cedendo lugar à seguinte no meu agora e compreendo que elas ocorreram no mundo de forma sucessiva, na mesma ordem em que as observei, visto que enxergo o evento que engloba essas fases. (As discussões apresentadas na alínea [2] da *seção* 3.2, designadas como “nosso argumento nuclear”, têm início justamente a partir das reflexões expostas neste parágrafo).

É evidente que, na experiência, *em sentido amplo*, as partes desses objetos são representadas de forma orientada. Isso significa que elas são percebidas em relações objetivas de anterioridade, posterioridade e simultaneidade temporal.

Esse “algo” que percebo agora constitui um “vislumbre”, ou ao menos um aparente “vislumbre”, de objeto externo, porque é entendido como sendo uma parte ou aspecto da experiência de um “campo” mais amplo — nesse caso, um corpo material específico ou uma transformação ocorrida nesse corpo — que ultrapassa o que está literalmente manifesto no que percebo agora. Esse é o primeiro dos sentidos que atribuímos à afirmação de McDowell (1996, p. 32), citada no início desta *seção* 3.5: embora cada experiência apresente aspectos específicos de objetos, essas percepções são reconhecidas como tais, como “vislumbres” já com objetividade, porque cada episódio perceptivo é imediatamente reconhecido como parte integrante de uma totalidade maior.

O sentido generalizado que atribuímos ao trecho do texto de McDowell consiste em compreender tanto o objeto percebido, quando o ambiente e o contexto de percepção como partes integrantes do mundo espaço-temporal que habitamos. Em virtude de reconhecer essa “integração” espacial e temporal com aquilo que não percebo agora, mas poderia ter percebido ou vir a perceber, a percepção presente adquire a capacidade de ser entendida, por mim, como objetiva, remetendo a uma realidade independente. Um objeto particular ou suas propriedades podem ser percebidos isoladamente, sem reconhecermos uma conexão ou integração com nada. No entanto, para serem efetivamente reconhecidos como um objeto ou como partes de um objeto pelo sujeito, essas percepções jamais podem ser experienciadas em isolamento do restante do mundo. Elas necessitam estar “integradas” ou “interconectadas” a um contexto que lhes confere sentido objetivo. Percepções,

para possuírem objetividade, precisam ser experienciadas como integradas de formas específicas a uma realidade mais ampla que a que se está percebendo no momento. Essa realidade, no seu sentido mais amplo, será única – o mundo espaço-temporal. É justamente essa representação da integração espaço-temporal com o mundo que nos permite compreender cada episódio de experiência como a percepção de algo real.

Em uma frase, devemos sempre respeitar uma das dimensões mais básicas da experiência perceptiva, “aquilo sem o que um fenômeno não pode ser chamado de percepção”, a saber: “O ‘algo’ perceptivo está sempre no meio de outra coisa, ele sempre faz parte de um ‘campo’ [*d’un ‘champ’*]” (Merleau-Ponty, 1999, p. 24).

Para conferir maior substância a essas observações de McDowell e de Merleau-Ponty, proporemos, no restante desta seção, aplicá-las à “integração” temporal — em vez de uma análise da integração espacial, que parece ser o enfoque principal do contexto original dessas citações. Em nossa perspectiva, tal “integração”, em sua dimensão temporal, relaciona-se diretamente à estrutura causal, que faria parte do “campo de estruturação” para as experiências de sucessão objetivas. (Ademais, em relação à experiência temporal, ao ponto de vista e à integração *espacial*, há muito a ser explorado; contudo, deixaremos uma discussão mais aprofundada para o próximo capítulo).

O restante desta seção retoma conteúdos previamente apresentados, o que consideramos apropriado para garantir a completude da exposição.

Observa-se um fluxo contínuo de modificações, que se sucedem progressivamente. Não obstante tais características são compreendidas como partes pertencentes ao processo de derretimento da cera, tal como se observa no momento. A percepção apreende um estado específico desse processo — o “agora” — que é compreendido como fragmento de um evento mais amplo, ou seja, o próprio derretimento. O intervalo temporal, em que ocorre o derretimento, é vivenciado como possuindo um antes e um depois, cada um estendendo-se indefinidamente — podemos, por exemplo, questionar repetidamente o que ocorreu antes. Dessa maneira, a experiência atual articula-se de modo indissociável com as noções do que foi e do que virá a ser. A capacidade dessa percepção de representar a transformação como irreversível e autônoma, independentemente de estar sendo experienciada, deve-se ao entendimento de que o que se apreende nesse intervalo

íntegra, em última instância, a história do mundo, dotada de uma direção (orientação) temporal que transcende o alcance da percepção imediata. Por isso, não é preciso assistir ao seu derretimento para que ele seja efetivo.

Considerando que a experiência presente ocupa uma posição temporal na história do mundo, pode-se lembrar de fatos passados que percebemos em primeira mão como reais: é possível indagar sobre o estado da cera em momentos pretéritos, como se ela estivesse na mesma sala no dia anterior ou mesmo há uma década e, da mesma forma, pode-se conjecturar se, em alguma outra região do globo, ocorre o derretimento de outra cera neste exato instante. Quando experienciado como real, o mundo contém uma infinidade de fatos pretéritos que permanecem verdadeiros, independentemente de serem observados ou não. Em suma, a experiência momentânea adquire objetividade, pois está estruturada com um antes e um depois. Nesse caso, o estado presente é entendido apenas como um momento em um processo real maior – a história do mundo, a qual podemos ter percebidos parte. Reciprocamente, a nossa concepção temporal mais ampla, os detalhes que acreditamos que aconteceram da história do mundo, podem ser influenciados pelo que percebemos como real.

Em contraste, no caso de um evento imaginado, não há essa articulação do intervalo de tempo em que ocorre com qualquer história mais ampla. Imaginamos um objeto sem qualquer referência a um passado ou ao antes da situação imaginada. Pode-se imaginar a percepção do derretimento da cera sem a necessidade de que tenha de se imaginar algo ocorrendo anteriormente no mundo imaginado. Perguntas a respeito do mundo imaginado, como “O que aconteceu lá fora ontem?” ou “O que ocorrerá no futuro, após o derretimento da cera?”, são contrassensos quando o objetivo é apenas imaginar perceptivelmente um derretimento de cera. Mesmo que tais questões sejam levantadas, suas respostas dependerão integralmente daquilo que o sujeito decide imaginar. É perfeitamente possível conceber o derretimento da cera sem atribuir-lhe qualquer posição definida no tempo. (Em contraste: a identidade de um evento particular está essencialmente vinculada a uma posição temporal na história do mundo). Também se pode supor, na imaginação, que tal evento ocorre em um momento específico do nosso mundo; para isso, porém, é necessário estipular, no plano imaginário, um contexto de eventos e objetos correspondentes à realidade histórica pretendida (por exemplo, 1965), a fim de fornecer coerência à ideia de que se estaria percebendo a cera derretendo nesse

período. (Estamos considerando aqui características que podemos imaginar sensivelmente — como em uma memória episódica de um acontecimento — e não apenas estipulações semânticas do “projeto imaginativo” do sujeito, por exemplo, estipular em palavras “a data é 1965”, como uma *etiqueta* ou *rótulo* do projeto imaginativo, vide Martin em sua discussão sobre a maçã, que citamos acima). Não é possível estabelecer qualquer interação corporal com o evento imaginado com o que veio antes ou depois: não podemos manipulá-lo, senti-lo ou intervir em sua transformação, uma vez que ele não apresenta, de modo efetivo ou potencial, qualquer forma de se relacionar com outros corpos — sejam os nossos ou aqueles que identificamos como pertencentes à realidade. O evento imaginado pode ser *imaginado* interagindo com outros objetos, mas seus padrões ou modos de interação, que podem mudar, de acordo com a vontade, estão limitados unicamente por ter de estar em conformidade com o projeto imaginativo que se decide adotar. A mera concepção imaginativa de um experimento empírico não equivale à sua efetiva realização, porque, entre outros, o evento imaginado não possui integração com o passado ou o futuro.

Na experiência do real, há uma integração entre o que se vivencia no presente e um futuro possível, de modo que se poderia, em retrospecto, à luz dessas experiências futuras, reavaliar e corrigir aquilo que acredito estar experienciando agora. Por exemplo, posso inicialmente acreditar estar diante de uma casa, mas estou aberto para que experiências posteriores possam revelar que se trata apenas de uma fachada cenográfica em um estúdio de gravação. Essa integração também permite ao sujeito extrapolar o “agora” da experiência — e.g., inferindo que o derretimento da cera prossegue mesmo na ausência de percepção contínua. Por exemplo, ao perceber a cera derretendo, depreende-se que ela continuará a derreter mesmo se virarmos as costas ou deixarmos a sala. As informações adquiridas na experiência de um evento real são entendidas como aplicáveis além do instante em que se manifestam. Enquanto experienciamos algo como real, entendemos que haverá coisas ocorrendo no futuro. Por isso, faz sentido cogitar o que acontecerá, ainda que não estejamos presentes para testemunhar tais fatos. Pode-se especular sobre o que ocorrerá com o objeto percebido, sem que isso seja concebido como já determinado ou dependente de percepções futuras. Temos a capacidade de extrapolar a experiência imediata — de pensar o que pode estar ocorrendo em outro lugar ou o que pode vir a acontecer — com base nas informações que apreendo na

percepção daqui e agora. As “informações” que estão contidas na percepção não dependem de que eu continue tendo essa percepção. Ainda que as possibilidades futuras sejam vislumbradas como abertas, não se encontram integralmente dissociadas do (“não integrados” com o) presente. Ao compreender um evento como real, não basta ser capaz apenas de percebê-lo; é necessário compreender que há modos específicos de interação (“integração”) possível com ele, o que pode incluir sua relação com outras entidades realmente existentes.

É por reconhecermos a integração do que percebemos agora, como parte de uma estrutura mais ampla, que entendemos que a coisa seguiria um certo rumo ou direção “natural” ou “irreversível”, uma ordem (orientação) de fases ou de eventos com certa autonomia. É por isso que conseguimos entender como diferente *acelerar* um processo ou *retardar* esse mesmo processo, por meio de nossa intervenção ou manipulação. Por exemplo, estamos dispostos a dizer que um médico, ao injetar em um paciente uma dose letal de morfina, *acelerou* a sua morte. No entanto estamos inclinados a dizer que o médico, se tivesse administrado medicamentos de forma adequada, poderia ter *atrasado* a morte do paciente (Vide a questão de aceleradores (*hasteners*) e retardadores (*delayers*) em Bennett, 1987; Mackie, 1992). A experiência do passado implica a maneira como acreditamos que *podemos* nos envolver ativamente com o mundo, tentando aplicar seus padrões e crenças formadas sobre o funcionamento dos fenômenos. Reciprocamente, a nossa concepção do que pode ocorrer, as informações que acreditamos serem aplicáveis ao futuro, nossas expectativas, são influenciados pelo que percebemos atualmente como real. Todos esses são exemplos de integração com uma realidade mais ampla, que é única.

Em outras palavras, é concebível que este evento ocorra e continue a ocorrer mesmo sem a necessidade de ser percebido continuamente, e que as maneiras que ele continuará a ocorrer dependem do tipo específico de coisa que é, porque, ao contrário do objeto imaginado, cuja relação com o restante do mundo, ou consigo mesmo, permanece indefinida, o objeto real é experienciado como perfeitamente integrado com os demais elementos da realidade. A experiência de uma transformação real é dotada de características autônomas, incluindo a duração de sua ocorrência e a orientação temporal que suas transformações possuem, que respondem a razões internas próprias, sem referência à nossa vontade (vide alínea [2] da seção 3.2). Além disso, esse próprio evento é experienciado como real, ao

permitir que possamos determinar sua posição, a partir de diferentes perspectivas, o que envolve que concordemos intersubjetivamente com a ordem que as coisas aconteceram, porque entendemos que o evento mantém relações sucessivas objetivas com o que está em seu entorno temporal (alínea [3] da *seção* 3.2.), novamente, segundo princípios inerentes à “natureza das coisas” — e não à nossa vontade. Em ambos os casos, seja por suportar diferentes juízos contrafactuais, seja por permitir a representação de um tempo objetivo, é a estrutura causal do mundo que possibilita que transcendamos nossas perspectivas limitadas.

3.6

A passividade da experiência e a determinação temporal

Na seção anterior, destacamos como as faculdades perceptivas estão associadas à atenção voluntária e à possibilidade de ação (vide subseção 3.5.1). Enquanto agentes, interagimos com o mundo e, em particular, manipulamos objetos — conseguimos empurrar, puxar, pressionar, tocar, pegar, transpor (Merleau-Ponty, 1999, p. 590) e até mesmo impedir que as coisas aconteçam, interromper eventos em andamento, assim como sustentar mudanças. A percepção do real, assim destacamos, envolve o engajamento ativo com o mundo. Em particular, buscamos evidenciar que os objetos são experienciados como reais não apenas por estarem acessíveis à ação, mas porque se inserem em um horizonte de interação possível.

Tendo enfatizado seus elementos ativos, nesta seção, nosso foco recai sobre os aspectos passivos da experiência perceptiva.

Nosso objetivo passa a ser: evidenciar uma outra conexão entre percepção e temporalidade. Mais precisamente, trata-se de explicitar uma forma distinta de “significância temporal” atribuída aos objetos da percepção comum — um traço necessário para qualquer análise da percepção. Esse aspecto já estava implícito, de certa maneira, em nossos argumentos anteriores (alíneas [2] e [3] da *seção* 3.2) e refere-se à relação entre a passividade da experiência perceptiva e a determinação temporal dos fenômenos percebidos.

Iniciaremos com o seguinte preâmbulo. Como discutido na subseção 2.3.1, as limitações inerentes à percepção nos obrigam a pensar sobre objetos de maneiras não exclusivamente demonstrativas. Em primeiro lugar, um indivíduo somente pode pensar demonstrativamente sobre objetos que fizeram parte de sua experiência perceptiva, que estavam nos seus arredores, sendo inevitavelmente limitado por

fatos contingentes de sua biografia: as regiões espaço-temporais em que esteve e das quais teve experiência. Ademais, nosso conhecimento empírico é falho, pode ser corrigido. Por esses motivos, o conhecimento sobre o mundo depende de inferências e do testemunho de terceiros, o que explica o caráter coletivo e social das ciências. Além disso, a limitação epistêmica não se restringe a questões contingentes de acesso a certas regiões do mundo e condições adequadas de percepção, mas também ao que podemos perceber em princípio. Não apreendemos diretamente, pela percepção, essências nem propriedades não sensíveis dos objetos. Dessa forma, como nem todos os objetos podem ser conhecidos perceptivamente, a posse de conceitos, o pensamento descritivo e o uso competente de termos singulares não indexicais tornam-se essenciais para a cognição humana em geral.

Para efeito de contraste, consideremos a seguinte analogia lúdica. Seria concebível a existência de um ser capaz de conhecer todos os objetos de maneira direta, sem recorrer a descrições ou conceitos? Um ente livre das limitações mencionadas teria acesso epistêmico imediato a todos os objetos. Não por acaso, a tradição metafísica frequentemente atribui a Deus, um ser infinito, a capacidade da onisciência. Esse modo de conhecer possui a característica da infalibilidade, pois, segundo a tradição, seu pensamento não apenas apreende os objetos, mas é também a própria razão de sua existência. Nessa ótica, a onisciência divina implica um conhecimento absoluto e não mediado, porque, nele, conhecer e criar (manter na existência) são indissociáveis. Consistente a isso, o conhecimento divino também transcende as limitações da cognição humana, por não se vincular a uma perspectiva situada. Não por acaso, a noção de um “ponto de vista de lugar nenhum” é dito ser exatamente “o ponto de vista de Deus”, que, paradoxalmente, não é um ponto de vista no sentido estrito. Deus não é um ser inserido no mundo. Deve ser assim, já que o mundo, em última instância, não é independente da vontade de Deus.

Nosso objetivo, ao recorrer a essa analogia lúdica, é apenas destacar que nosso modo de conhecer o mundo não consiste em um ato ativo de criação do objeto conhecido, nem se dá de forma não perspectivada. Como seres finitos, não trazemos os objetos à existência, por meio do ato mental de conhecê-los; eles existem e ocorrem previamente e, somente então, podem ser percebidos. Nosso conhecimento é falível, ou seja, nossas crenças sobre um objeto podem se revelar equivocadas e ser corrigidas precisamente, porque tais objetos possuem uma existência e características autônomas em relação à nossa vontade. Diferentemente de uma

divindade, cujo conhecimento infalível implica que o ato de conhecer confere existência e sustenta a realidade dos objetos, nosso conhecimento perceptual é falível e depende de entidades que já se encontram no mundo, independentemente de nossas faculdades cognitivas. Não há percepção bem-sucedida, sem a existência do objeto percebido: para que possamos conhecê-lo, ele deve necessariamente existir previamente.

Essa existência prévia dos objetos percebidos está relacionada à passividade da experiência sensível e à sua conexão com o tempo.

Com efeito, o fato de estarmos em relação perceptiva com determinados particulares *e não com outros*, decorre exclusivamente da existência desses particulares *e não de outros* (Soteriou, 2011, p. 185). Em outras palavras, a percepção bem-sucedida requer que os objetos reais mantenham uma relação não aleatória nem meramente contingente com nossa sensibilidade. Por meio dessa relação, recebemos informações sobre indivíduos particulares, corpos materiais e eventos que existem ou ocorrem independentemente de nossas construções mentais temporárias. Assim, estar em relação perceptiva com certos particulares e não com outros, é uma questão determinada pela existência efetiva desses particulares.

Ademais, há um outro componente temporal essencial no que se denomina passividade da experiência. Para que possamos conhecer um objeto, por meio da percepção, referir-nos a ele, por meio de demonstrativos, é necessário que ele esteja presente no mesmo intervalo temporal em que nos encontramos. Não é possível perceber algo que não esteja atualmente presente em nosso campo perceptivo. Por exemplo, só posso observar a quebra de um ovo se, como sujeito percipiente, estiver situado no mesmo intervalo temporal em que esse evento ocorre no mundo. É crucial distinguir entre perceber um objeto real e recordar-se de tê-lo percebido (lembrança episódica). Quando se observa um particular e se pensa demonstrativamente sobre ele, esse particular deve estar presente no “aqui e agora” do sujeito percipiente. Em outras palavras, a maneira como um particular lembrado determina (ou se relaciona com) nossa lembrança é *temporalmente* distinta do modo como um particular percebido se relaciona com nossa sensibilidade no instante da percepção. Parte do que se entende por passividade da percepção é, precisamente, que “a localização temporal de uma percepção é determinada pela localização temporal do seu objeto” (Soteriou, 2011, p. 186).

De maneira mais óbvia, poderíamos conectar a independência da vontade e a noção de passividade (3.5.2). A percepção sensorial não é uma questão de escolha: não escolhemos ouvir os sons ao redor — ainda que possamos, intencionalmente, focar nossa atenção em determinados estímulos. Embora possamos controlar certas condições da percepção, como mover a cabeça ou direcionar o olhar, não temos poder sobre o que efetivamente percebemos. Como destacou Sellars, é como se a própria experiência perceptual estivesse, “por assim dizer, fazendo uma afirmação ou declaração” e *perceber que algo é o caso* é “endossar essa afirmação” (Sellars, 1956 [2000], §16a). A percepção é passiva no sentido de que são os objetos e suas propriedades que determinam a nossa experiência, o que percebemos neles e não o contrário.

Em síntese, ainda que o processo perceptivo envolva elementos ativos — como a escolha do que observar e quando fazê-lo — seu êxito depende essencialmente de fatores passivos, alheios à nossa vontade, cuja origem e *duração* são determinadas pelo próprio objeto percebido (Soteriou, 2011, p. 185).

Para concluir esta seção, apresentamos duas observações complementares.

Em primeiro lugar, ressaltamos que, nos argumentos de nossa tese, não se pressupõe uma relação causal entre o objeto da percepção e a sensibilidade humana. Em nenhum momento definimos a passividade da percepção, nos termos de uma relação causal, segundo a qual os objetos externos gerariam modificações na sensibilidade por meio de um impacto causal direto. Tampouco admitimos, sem argumentação, que nossa sensibilidade seria “passivamente afetada” no sentido de que suas modificações constituiriam efeitos de causas exteriores. Em nossa opinião, a concepção de que perceber algo consiste em ser causalmente afetado por esse algo pertence ao domínio das teorias físicas e empíricas da percepção, não sendo um elemento conceitualmente implicado no próprio conceito de percepção.

Portanto acreditamos que a ideia de que a percepção envolve sermos afetados causalmente pelos objetos que percebemos *não* emerge como mero resultado de análise conceitual do que significa “perceber” (*pace* Grice, 1961, e *pace* Strawson, 1979 [2002]).

Poder-se-ia, naturalmente, falar de uma “teoria primitiva da percepção”, referindo-se a “impressões” ou “impactos” dos objetos sobre a sensibilidade. No entanto, mesmo que aceitássemos a hipótese de que os objetos afetam causalmente

nossa percepção, num sentido geral e pré-teórico, isso não implicaria, por si só, a validade da tese que defendemos, a qual trata da experiência de relações causais objetivas entre coisas no mundo.

Ainda que não as pressuponhamos em nossos argumentos, reconhecemos, evidentemente, as descobertas científicas acerca das condições causais que sustentam o processo perceptivo. A descrição dos mecanismos fisiológicos da visão — desde a incidência da luz sobre o olho, a estimulação de células especializadas na retina, a conversão dos estímulos luminosos em sinais elétricos, até a transmissão desses sinais pelo nervo óptico ao cérebro — constitui uma explicação empírica do funcionamento da percepção. No entanto tais descobertas pressupõem um mundo causalmente estruturado, precisamente a estrutura que defendemos nesta tese.

Afirmar que somos “afetados pelo mundo” não configura necessariamente uma teoria empírica, pois o termo pode ser empregado em um sentido próprio do senso comum. Falar de “impactos” ou “impressões” do mundo em nós faz sentido, por exemplo, quando nos referimos a relações de nosso corpo com outros objetos, como esbarrar em uma mesa ou ser atropelado. Também é plausível descrevermos certos estados “passivos” da experiência, em termos de manipulações corporais, como ser erguido, colocado no chão, virado, empurrado ou puxado. Esses tipos de interação, usos legítimos do conceito de “impressões” e “impactos”, também estão relacionados com o que quisemos indicar pela característica da “passividade” de nossa experiência.

Em contrapartida, quando se fala de “impressões” ou “impactos”, no contexto da experiência perceptiva, devemos distinguir entre uma sucessão de estímulos causais e uma sucessão de aparições (*apperings* ou *glimpses*) do mundo à consciência, conforme discutido na subseção 3.5.5. Como recomenda McDowell, a experiência perceptiva não deve ser reduzida à estimulação de receptores sensoriais, mas deve ser compreendida como um domínio distinto, no qual o que se apresenta ao sujeito está vinculado à maneira como as coisas lhe aparecem (McDowell, 1996, p. 135n5). Em outras palavras, em vez da experiência perceptiva ser entendida como uma sequência de impactos causais sobre a sensibilidade (estados sem intencionalidade), ela deve ser compreendida como um modo de acesso ao mundo que envolve a maneira como os objetos se manifestam ao sujeito.

Em segundo lugar, e essa é nossa última observação da seção, é que essas reflexões sobre o caráter passivo da percepção não excluem, *a priori*, a presença de

elementos conceituais. É nossa opinião que a mera relação causal com o ambiente circundante não é, por si só, suficiente para garantir a consciência perceptiva (aqui, fazemos referência ao argumento do “reconhecimento” apresentado em [2] da subseção 3.5.4). Embora essa relação contextual seja uma condição necessária, para a percepção, ela não pode ser considerada suficiente para que haja o *reconhecimento* daquilo com o qual estamos perceptivamente relacionados como sendo *algo* específico. Perceber (partes de) uma casa é pré-requisito, mas não é suficiente para ver uma casa *como* uma casa. De maneira mínima, reconhecer o que se percebe como um corpo material, em oposição a um evento, parece ser um requisito essencial para que o sujeito possa efetivamente *pensar* sobre o que percebe (novamente, vide [2] da subseção 3.5.4). Ao experienciarmos objetos particulares, não apenas os distinguimos uns dos outros, mas também os identificamos como instâncias de tipos gerais — reconhecemos a distinção entre corpos materiais e eventos.

Sustentamos, ao longo deste trabalho, que, embora pensamentos irreduzivelmente demonstrativos possuam um conteúdo distintivo, em virtude da relação perceptiva que estabelecem com seus objetos — um aspecto que outras formas de pensamento não compartilham — essa relação não precisa ser explicada por meio de um elemento não conceitual do conteúdo. É, portanto necessário evitar a associação imediata entre pensamentos não descritivos e aqueles que, supostamente, seriam independentes de qualquer conceitualização. A esse respeito, algumas formulações da própria definição de pensamentos demonstrativos perceptuais, presentes na literatura, exigem um exame crítico mais atento.

Martone, por exemplo, expressa-se da seguinte forma:

Podemos ter pensamentos singulares [...] já que nenhuma descrição parece desempenhar qualquer papel nesses casos: há uma imediatez intuitiva na percepção e na memória que prescinde da necessidade de conceitualizações (Martone, 2006, p. 8).

[T]emos conhecimento por familiaridade quando estamos “diretamente conscientes” de um objeto, quando o objeto é, por assim dizer, “imprensado” contra a nossa mente [*‘smacked’ against our minds*] [...] não precisamos conceituá-lo nem pensá-lo sob qualquer descrição. O objeto é simplesmente “dado” ao nosso pensamento (ibidem, p. 5, tradução nossa).

Ainda que seja possível interpretar essas passagens de modo caridoso, assumindo que Martone apenas emprega figuras de linguagem, para expressar um ponto mais técnico, o mesmo não se aplica, com igual facilidade, ao caso de Burge. Esse autor

opõe explicitamente pensamentos descritivos (“*de dicto*”, na terminologia de Burge) a relações não conceituais. As crenças *de dicto* podem se esgotar em uma relação puramente conceitual com o objeto — isto é, em termos da aplicação de conceitos. No caso de pensamentos demonstrativos perceptuais *de re*, a relação perceptiva incluiria um elemento independente de conceitos, na opinião de Burge, como se observa na seguinte passagem:

Qual é a caracterização epistêmica adequada da crença *de re*? Penso que essa noção deve ser explicada simplesmente em termos da *negação de nossa caracterização epistêmica da crença de dicto*. [...] Uma crença *de re* é uma crença cuja atribuição correta situa o sujeito [*the believer*] em uma relação contextual apropriada, não conceitual, com os objetos aos quais a crença se refere. O termo “não conceitual” não implica que nenhum conceito ou outra noção mental intervenha em uma formulação completa da relação. De fato, essa relação pode muito bem se estabelecer entre o objeto e conceitos, ou com sua aquisição ou uso. O ponto crucial é que essa relação não se reduza ao fato de os conceitos serem conceitos *do* objeto — conceitos que o denotam ou a ele se aplicam. Por exemplo, embora conceitos possam inevitavelmente intervir na aquisição de uma crença perceptual, a relação do sujeito com o objeto relevante não consiste meramente em concebê-lo ou representá-lo. Seus órgãos sensoriais são afetados por ele. O contato perceptual, é claro, não está presente em toda crença *de re*, mas ilustra o tipo de elemento independente de aplicação semântica ou conceitual [*independent of semantical or conceptual application*] que é essencial à noção (Burge, 1977, pp. 346-7, tradução nossa, ênfases do original).

A hipótese que defendemos neste trabalho busca oferecer uma alternativa a essa dicotomia entre pensamento demonstrativo e ausência de estrutura conceitual, enfatizando a interdependência entre a relação perceptiva e a articulação conceitual do pensamento. Argumentamos, em 3.5.5, que pensamos sobre objetos, porque pensamos sobre o mundo de maneira integrada, por meio de um entendimento tácito da integração de nossas sequências de experiências. Dessa forma, nossa tese sustenta que, ainda que seja possível pensar demonstrativamente (ou seja, de maneira não descritiva) sobre um objeto percebido no *aqui e agora*, esse pensamento adquire seu conteúdo demonstrativo, em virtude de sua inserção no modo como concebemos o mundo, dependendo, assim, de um conjunto articulado de crenças sobre a realidade. Embora não seja correto conceber o papel do conceitual, como uma mediação externa entre a mente e seus objetos no caso de pensamentos demonstrativos perceptuais, o acesso particular que esses pensamentos conferem aos objetos percebidos constitui, sim, uma forma distintiva de acesso conceitualmente articulado.

3.7

A Lição II de *Mind and World*, de McDowell

Nesta seção, para aprofundar uma ideia já apresentada no argumento central (ver alínea [2] da seção 3.2 e sua reconstrução em 3.3.3, “A estrutura do argumento nuclear”), a qual discute a impossibilidade de reconstruir a intencionalidade empírica, com base apenas em “experiências internas”, recorreremos a trechos da Lição II de *Mind and World*, de McDowell e da seção III de *Things Without the Mind*, de Evans. Ademais, ao examinar esses textos, apresentaremos mais um argumento que sustenta a necessidade de conceitos causais para fundamentar nossa experiência do mundo. Ao explorar a distinção entre (a) qualidades secundárias e (b) qualidades primárias na experiência sensível, destacamos a importância de uma teoria física – mesmo que ainda rudimentar ou ingênua – sobre o funcionamento das coisas.

Desde antes da publicação de *Mind and World*, baseando-se em ideias de Austin (1962) e Hinton (1973), McDowell (1982, 1986) rejeita a alegação de que as experiências perceptuais e as alucinações correspondentes compartilham de um conteúdo comum. Isso é equivalente, grosso modo, a rejeitar a tese de que as experiências, incluindo as verídicas, são estados internos de um sujeito: estados em um “espaço interno”. Há uma enorme diferença entre (a) algo *x* *parecer* de certa forma *F*, para algum sujeito *S*, e (b) *apenas parecer como se* algo *x* estivesse de certa forma *F* para essa pessoa *S*. No primeiro caso, a experiência envolve um objeto no mundo; no segundo caso, não. Em uma experiência específica, em que o sujeito não está em engano perceptual, nas palavras de McDowell, “o que se apreende é *que as coisas estão de determinada maneira*”, mas o fato de as coisas estarem dessa maneira também é, se não há engano perceptual por parte do sujeito, “um aspecto do *layout* do mundo: é como as coisas realmente são”, assim “a experiência permite que o próprio *layout* da realidade exerça uma influência racional sobre o que o sujeito pensa” (McDowell, 1996, p. 26). Como não há um conteúdo comum entre experiências verídicas e alucinatórias, a ideia de que um indivíduo está consciente de uma única e mesma coisa quando percebe ou alucina pode ser rejeitada. A experiência é, de duas uma: *ou* (a) a experiência de uma mera aparência *ou* (b) a experiência de um fato externo em si (vide também Lição VI de *Mind and World*.) E essa é uma das ideias-chaves de *Mind and World*: a experiência é, quando tudo vai bem, uma forma de abertura direta para o próprio mundo, fornecendo, assim,

um elo racional entre a realidade e o pensamento, permitindo que a experiência sensível justifique pensamentos sobre o mundo e sirva de fonte de conhecimentos (McDowell, 1996, pp. 27ss).

Em certo momento da Lição II, dando continuidade a essas afirmações, McDowell aborda o tema da experiência de qualidades secundárias. O autor explica a escolha desse tema, escrevendo que esse parece ser o caso mais desafiador, o que sugere que, no caso das qualidades primárias, o seu ponto seria ainda mais evidente (McDowell, 1996, pp. 29-30 e p. 32). A ideia é que qualidades como cores, sons e sabores, entre todas as propriedades dos objetos, são as menos objetivamente integradas em nossa concepção de mundo. Esses comentários sobre estar “o menos objetivamente integrados” podem ser esclarecidos pelo texto original de Evans ao qual McDowell faz referência. Para Evans, a ideia fundamental aqui é que uma qualidade secundária, sendo uma propriedade sensível, é, em primeira instância, uma propriedade disposicional. Nesse contexto, “disposicional” refere-se a uma propriedade de um objeto que envolve sua tendência ou capacidade de manifestar certos comportamentos sob condições específicas. Essa propriedade não se refere ao comportamento atual do objeto, mas ao que ele faria em circunstâncias apropriadas. No exemplo de interesse, afirmar que um objeto possui uma cor significa dizer que, se seres possuidores de certa faculdade de sensibilidade *estivessem em determinadas relações* com o objeto, *eles teriam* sua sensibilidade determinada de certa forma por aquele objeto (Evans, 1985, pp. 268-9).

Seguindo a crítica de Sellars ao Mito do Dado, McDowell argumenta que tais juízos perceptuais singulares pressupõem, como um pano de fundo, outras crenças sobre o mundo (vide *seção 3.3.1* acima).

Os conceitos de cor estão apenas minimamente integrados ao processo ativo de ajustamento do pensamento às contínuas entregas [*continuous deliverances*] da experiência, e, por conseguinte, apenas minimamente integrados aos possíveis vislumbres do mundo [*possible views of the world*]. Ainda assim, estão integrados, mesmo que de modo mínimo. Nenhum sujeito poderia ser reconhecido como alguém que tem experiências de cor, exceto em contraste com um pano de fundo de entendimento que torne possível que juízos que endossam tais experiências se articulem em sua visão de mundo. Tal sujeito deve estar dotado de conceitos como o de superfícies visíveis de objetos e o conceito de condições padrão de percepção [*suitable conditions*], adequadas à determinação da cor de algo por meio da percepção visual (McDowell, 1996, p. 30, tradução nossa).

Embora McDowell sustente que as qualidades secundárias, como cores, só podem ser plenamente compreendidas, em relação à maneira como são experienciadas por um sujeito, ele não interpreta a experiência dessas como apenas uma experiência interior e privada. Mesmo quando conceitos de cor são aplicados em experiências puramente internas — como ao enxergar cores após um golpe na cabeça — essa aplicação é “parasitária” ao uso e à aquisição desses conceitos na interação com o mundo exterior. Se, por outro lado, uma análise de termos de cor comesse com “experiências internas”, seria difícil conceber como isso poderia gerar uma ideia de propriedades que pareçam estar localizadas nos objetos no mundo, mesmo que apenas como qualidades fenomênicas (McDowell, 1996, p. 31).

Ainda que McDowell não desenvolva aqui, explicitamente, comentários acerca das “qualidades primárias”, as quais seriam uma defesa ainda mais evidente de sua afirmação de que juízos perceptuais singulares pressupõem, como um pano de fundo, “outras crenças sobre o mundo”, para que “o objeto da experiência seja entendido como integrado a uma realidade mais ampla” (McDowell, 1996, pp. 29-31 e p. 32), esses comentários podem ser reconstruídos a partir do que Evans escreve. Ao abordar a questão da relação entre qualidades secundárias e primárias, Evans sugere que essas crenças envolvem, ao menos ao nosso modo de interpretar suas palavras, concepções sobre a estrutura causal do mundo.

No início da seção III de *Things Without the Mind*, Evans constata que a relação entre as qualidades primárias e a experiência é diferente da relação da experiência e as qualidades secundárias. Ele propõe um *insight*, uma forma de argumentação embrionária, que está, em nossa leitura, alinhado com o que argumentamos, ao longo da seção 3.2 (em especial, alíneas [2] e [5]): para compreender as propriedades primárias, é necessário “ter maestria de um conjunto de princípios inter-relacionados que formam uma teoria elementar, uma ‘mecânica primitiva’, na qual essas propriedades se enquadram e que sozinha dá sentido a essas propriedades” (Evans, 1985, p. 269). Evans atribui esse *insight*, por sua vez, a Reid, o qual teria tentado “demonstrar que nossos conceitos de certas qualidades primárias estão integrados a uma teoria elementar dos corpos, uma mecânica primitiva que nos é dada de maneira inata” (citado por Evans, 1985, p. 271).⁵⁵

⁵⁵ Em vez de falarmos em teorias inatas, como Reid se expressaria, seria melhor dizer que alguma “teoria elementar dos corpos é pressuposta”, sem nos comprometermos com inatismo algum.

Independentemente da origem desse *insight*, o que nos interessa aqui são as premissas que podem justificá-lo. Para nós, é claro que parte dessa compreensão deriva de como Evans inicialmente caracteriza as qualidades primárias como propriedades não sensíveis dos objetos (Evans, 1985, p. 269). Embora essa caracterização seja controversa, o que importa, para nossos propósitos imediatos, é que as propriedades essenciais ao conceito de substância material, como algo que ocupa espaço, sejam reconhecidas como primárias. Evans menciona como exemplos de qualidades primárias: a posição, forma, tamanho e movimento dos corpos, bem como propriedades derivadas dessas características primárias, como massa, peso e dureza, quando combinadas com a noção de força. Consistentemente, Evans caracteriza o que chamamos de qualidades secundárias de “qualidades sensíveis” dos objetos (Evans, 1985, p. 268). Logo se compreende que, ao afirmar que essas propriedades primárias da matéria são “teóricas”, Evans pretendia apenas propor uma analogia entre (a) a maneira como nossa compreensão dessas propriedades depende de um saber tácito de princípios interconectados e (b) a forma como entendemos uma propriedade como a carga elétrica depende de um conjunto explícito de proposições teóricas (confronte com as alíneas [4] e [5] da seção 3.2). Trata-se claramente de uma analogia, pois Evans afirma que negar que as propriedades primárias são sensíveis não significa negar que elas sejam observáveis (Evans, 1985, pp. 269-230), já que, após o devido treinamento, somos capazes de perceber diretamente (i.e., conhecer não inferencialmente), em objetos, propriedades como forma, movimento e dureza. Assim como a observação de (e a capacidade de reconhecer) fenômenos de atração e repulsão de corpos, por si só, não fornece a teoria de cargas elétricas e eletrização (Evans, 1985, p. 270); a experiência tátil com corpos não é suficiente para explicar nossa maestria do conceito de dureza, nem a propriocepção fornece sozinha a concepção do que é cruzar as pernas. Nessa ótica, a ideia principal de Evans é que não é possível derivar um conceito como o de dureza exclusivamente da experiência sensorial pura, apartada de qualquer “teoria mecânica”. Essa “mecânica primitiva” oferece várias formas de identificar quando e onde as qualidades primárias estão presentes, permitindo-nos mobilizar esses conceitos de propriedades primárias independentemente de sensações, isto é, “podemos desenvolver e aplicar esses conceitos de maneira independente, sem precisar necessariamente experienciar todas as sensações correspondentes” (Daniels, 1974, p. xiv *apud* Evans, 1985, p.

271). Evans também destaca a necessidade de internalizar conceitos, como o de um espaço unificado, no qual tanto o sujeito quanto os objetos observados ocupam lugares e se movem continuamente (compare com alínea [1] da *seção* 3.2). Além disso, é essencial compreender a conservação da matéria em diferentes formas, a identidade da matéria sob diferentes perspectivas e a resistência dos corpos ao movimento (compare com alínea [5] da *seção* 3.2).

Segundo nossa interpretação, tanto McDowell quanto Evans defendem a necessidade de “crenças sobre a estrutura do mundo” para que se compreenda de forma adequada a percepção das qualidades primárias e secundárias. Assim, a percepção de coisas no mundo exige uma “mecânica primitiva”, uma concepção pré-teórica de como o mundo funciona, que inclui saberes implícitos sobre instâncias do princípio causal, ainda que revisáveis, conectadas entre si e que forma o “contexto de entendimento” necessário para que “juízos que endossem tais experiências” se encaixem à visão de mundo do sujeito.

3.8

Conclusões parciais: nossa “Segunda Analogia” resumida

Iniciamos nossa argumentação anunciando, na alínea [1] da *seção* 3.2., que a compreensão de uma ocorrência real depende de concebê-la em um espaço e um tempo objetivos. Perceber algo como real implica entendê-lo como situado, em uma região do espaço que influencia outros objetos e que compartilha uma história em comum com eles, conectando-o ao mundo real, em contraste com fantasias ou imaginações, que carecem dessas conexões causais.

Na alínea [2] da *seção* 3.2 e na *seção* 3.3.3, exploramos como se discrimina, por meio da percepção, corpos materiais em movimento de objetos em transformação, enfatizando que essa capacidade de distinguir e identificar depende de alguma maneira de representar a ordem temporal objetiva ($\text{depois}_{\text{OBJ}}$), apesar de não percebemos o tempo, mas, sim, as coisas no tempo. Ao referirmo-nos a “uma ocorrência particular real da nossa *percepção possível*”, queremos dizer que, ao percebemos transformações neste particular x , notando que a observação de seu estado A precedeu a observação de seu estado B ; e que, ao considerar as mais diversas situações contrafactuais de percepção, a ordem de percepções, pelos sujeitos possíveis, deve ser concebida como irreversível: a percepção de A sempre precedendo a percepção de B , no caso de percepções verídicas. Corroborando a

impossibilidade de inferir a representação de um mundo objetivo, a partir de estados mentais privados; ao considerar essa irreversibilidade, focamos na irreversibilidade do conteúdo da experiência sensível e não nas relações entre estados subjetivos individuais. A irreversibilidade da ordem dos estados no mundo seria a explicação da razão de entendermos a ordem da percepção como irreversível. Ademais, não afirmamos que o estado A é a causa de B , mas, sim, defendemos que os sujeitos devem conceber essa transição como sendo causada por algo do mundo. Como se trata de “uma ocorrência particular *real* da nossa percepção possível”, sublinhamos que esse particular x manteria sua ordem sequencial de transformações, de A para B , independentemente da presença de um observador. A ordem dos estados seria, portanto determinada pela natureza do objeto ou por leis que regem o mundo e não pela vontade do sujeito, nem por características contingentes de nossas constituições individuais, nem mesmo por uma universalidade contingente da natureza de nossa subjetividade.

Enquanto o argumento anterior aborda a causa da ordem *de fases*, A e B , de um evento e , a alínea [3] da seção 3.2 apresenta o argumento de que a representação de relações de ordem temporal *entre eventos*, e_0 e e_1 depende de uma estrutura objetiva do mundo, articulada por relações causais, a qual possibilita o rastreamento de particulares e a sincronização de percepções entre diferentes sujeitos. Quando é compreendido que outros sujeitos podem perceber e *identificar*, no tempo, o mesmo particular, a partir de diferentes pontos de vista, entendemos como necessário que eles sejam representados como possuindo uma experiência mínima da ordem objetiva dos eventos, para que consigam simultaneamente se situar no tempo e posicionar o particular em questão na história do mundo (como exige a tese da sincronização alo-egocêntrica que será explicada no próximo capítulo). Isso pressupõe a percepção, por parte deles, de subconjuntos de um mesmo conjunto de eventos (compreendido como) compartilhado, no interior do qual os eventos são representados como organizados de determinada maneira holística. Essa análise sugere que alguma estrutura causal deve ser pressuposta, ao representarmos o mundo de forma estruturada, pois, grosso modo, sugerimos que a ordem temporal, em muitas circunstâncias, deve ser compreendida, em termos da ordem causal, afirmando que enunciados sobre inter-relações espaciotemporais não têm significado operacional ou filosófico a menos que sejam consideradas como enunciados sobre inter-relações causais.

De acordo com a alínea [4] da *seção* 3.2, se se aceita que identificação fundamental de corpos e eventos requer sortais, dado que processo de identificação de um objeto envolve a percepção de seu deslocamento espaço-temporal e das regularidades que governam seu comportamento, então apreender um sortai significaria compreender a entidade como dotada de propriedades e capacidades causais específicas.

Em quinto lugar, na alínea [5] da *seção* 3.2, ao enfatizarmos a ideia de aplicar um conceito empírico com entendimento do que se faz, pressupomos algum grau de entendimento de como o objeto e propriedades características se comportariam em várias possibilidades contrafactuais. Isso requer uma estrutura causal que permita inferir como o objeto se comportaria nessas diferentes situações.

4

Experiência temporal e percepção de eventos

4.1

Introdução ao capítulo

O objetivo principal deste último capítulo consiste em estabelecer a seguinte hipótese: a sincronização alo-egocêntrica de tempos é interdependente da identificação e percepção de eventos (P5). Trata-se de uma proposição fundamental para a tese como um todo, cujo desenvolvimento teórico complementa e fortalece argumentos apresentados no *Capítulo 3*.

Para tanto, na *seção 4.2*, será necessário elucidar e motivar a distinção entre a experiência do tempo enquanto subjetivo (egocêntrico) e a experiência do tempo enquanto objetivo (alocêntrico). Além disso, requer-se um esclarecimento de em que sentido não percebemos o tempo em si, mas, sim, coisas no tempo. Vincularemos, conceitualmente, a noção de percepção de mudanças com a experiência temporal que temos do mundo. O principal da exposição da hipótese defendida neste capítulo (viz., P5) reside na subseção 4.2.3, intitulada: “Sincronização alo-egocêntrica e identificação de eventos”, com especial destaque para suas três primeiras alíneas. Dessa forma, este capítulo complementa nossa “Segunda Analogia” (*seção 3.2*) ao desenvolver teses que dão sustentação àquele argumento; em particular: a P5, utilizada na alínea [3] da *seção 3.2*.

Na *seção 4.3*, discute-se a possibilidade de incluir eventos, enquanto particulares, na mesma categoria (ou no mesmo nível) de basicidade que os corpos materiais. Mais importante ainda, essa seção se dedicará a esclarecer o significado dos termos “particulares básicos”, “identificação” e “identificação fundamental” (terminologia já utilizada nos capítulos anteriores, mas ainda não suficientemente explicada), oferecendo, também, a justificativa conceitual das ideias apresentadas

de forma sumária na alínea [4] da *seção* 3.2 (ou seja, a alínea [4] da assim chamada “nossa Segunda Analogia”).

Grosso modo, este capítulo funciona como nossa “casa de compensação teórica”: é aqui que os “cheques” anteriormente emitidos são finalmente compensados, por meio de desenvolvimentos teóricos, alguns de nossa autoria.

Em todo o desenvolvimento que se segue, pressupõe-se o fato de que conseguimos perceber, referir-se e pensar demonstrativamente sobre eventos.

4.2

Tempo objetivo e tempo subjetivo

Nós, enquanto seres com corpos, compreendemo-nos como parte integrante do mundo. Este mundo se apresenta como algo preexistente a nós e que perdurará mesmo após não estarmos mais aqui. Os objetos que percebemos no mundo situam-se em relações espaciais e temporais, dimensões estas que experienciamos como distintas. Embora seja possível alterar a direção na qual nos movemos no espaço, tal possibilidade inexiste no tempo, pois se reconhece uma direção e sentido, uma “seta” apontando para o que está por vir. Outra distinção: enquanto ter ciência de eventos em um determinado momento pode indicar o que virá a ocorrer mais tarde naquele mesmo local, saber algo sobre o momento presente não oferece pistas sobre fenômenos simultâneos em espaços distintos. (Ao realizar um experimento em um laboratório, definindo condições iniciais em um momento específico, torna-se possível inferir eventos futuros naquele mesmo local. Entretanto, ter completa ciência do que ocorre agora em um saguão não fornece qualquer indicação substancial acerca do que se passa, simultaneamente, em outro saguão espacialmente contíguo.) No aspecto temporal, nossa experiência do futuro difere da do passado: este se apresenta como fixado, ao passo que aquele é experienciado sempre como indefinido. (Uma vez ocorrido determinado fato, não há como anular sua existência. No entanto, ainda que de forma muito limitada, o futuro permanece como um horizonte que podemos, em alguma medida, moldar por meio de nossas próprias escolhas.) Nós podemos identificar (e nos referir cognitivamente apenas a) particulares que ocorrem ou existem (ou ocorreram ou existiram), mas não particulares futuros, i.e., os que ainda não existem ou ainda não ocorreram.

A experiência temporal envolve diversas facetas: a consciência da mudança; a capacidade de antecipar o futuro; a aptidão para perceber a sucessão ou a

passagem do tempo; a habilidade de ordenar eventos lembrados conforme sua sequência cronológica; e a competência para estimar, com relativa precisão, a duração de intervalos temporais. Com efeito, a todo momento se monitora a extensão temporal de fenômenos em distintas escalas, que variam de microssegundos a séculos, reconhecendo que qualquer evento perceptível ocorre em um intervalo de tempo e é passível de mensuração.

Essas múltiplas habilidades e capacidades se mostram interligadas e dependentes do modo como representamos o mundo espaço-temporal. Partindo do esclarecimento dessas inter-relações, o objetivo central desta seção é elucidar um conjunto de proposições aparentemente triviais e apresentar, a partir delas, certos desenvolvimentos teóricos e distinções conceituais, a fim de dar significado a conclusão de que *todos experienciamos o tempo por meio da percepção de mudanças*. Em outros termos, a percepção de eventos constitui um pré-requisito fundamental para a representação temporal, esta última não apenas possibilita a atribuição de coordenadas e a mensuração numérica do tempo, mas, também, de modo ainda mais elementar, fornece as bases para compreendermos a realidade como intersubjetiva.

Tais enunciações de truísmos e discussões de proposições são especialmente relevantes, porque nossa tese diagnosticou uma “lacuna conceitual” na literatura especializada: a tendência de negligenciar a dimensão temporal na análise de pensamentos demonstrativos singulares. Com frequência, o debate se restringe à espacialidade e aos corpos materiais, tratando a possibilidade de referência a instantes de tempo (a um instante t) como um dado sem pressuposição; ou, o que nos parece ainda mais problemático, concebendo a referência a instantes ou momentos temporais, como ao “agora”, de modo análogo à referência a objetos particulares.⁵⁶ Tendo identificado os requisitos temporais (vide subseções 2.4.2 & 2.4.3), cuja satisfação nos parece indispensável para a adequada compreensão da experiência dinâmica de eventos e transformações objetivas, passamos, na sequência, a enfrentar diretamente essa lacuna, mantendo a ênfase na dimensão temporal.

⁵⁶ Em nossa opinião, trata-se de uma forma ingênua de lidar com o aspecto da referência temporal, vide, a seguir, nossas discussões sobre o que está em jogo na compreensão da “referência” ao agora, bem como a subseção 4.2.4, para outros esclarecimentos.

4.2.1

Reflexões preliminares

[1] Retornemos ao exemplo da corrida de patinhos de borracha, agora com o objetivo de ilustrar duas formas distintas de narrar nossa experiência temporal. Pequenos patos amarelos de plástico são lançados rio abaixo, impulsionados pela correnteza, enquanto a multidão os acompanha com entusiasmo e realiza apostas. Inicialmente, você observa os patinhos sendo soltos na linha de largada. Em seguida, entediado, questiona-se sobre a duração da corrida, consultando o relógio de pulso. Ao sentir vontade de fumar e, após verificar seus bolsos, recorre à gentileza de um espectador próximo para obter um isqueiro. Por fim, volta a atenção para a corrida e testemunha os primeiros patinhos cruzando a linha de chegada. Esse exemplo, adaptado de Romdenh-Romluc, ilustra, de maneira lúdica, a diferença entre a percepção temporal individual e a cronologia objetiva do evento “corrida de patinhos” (Romdenh-Romluc, 2011, p. 230).

No desdobramento temporal do mundo, a corrida acontece segundo uma sequência objetiva: os patinhos são soltos, descem o rio progressivamente e chegam ao destino. No entanto, no desdobramento temporal da experiência individual, ou seja, na narrativa subjetiva de quem observa, a sucessão de eventos é distinta: a largada dos patinhos é percebida, seguida pela consulta ao relógio, pela sensação de abstinência de nicotina, pela busca frustrada do isqueiro, pelo pedido de ajuda a um espectador, pelo acender do cigarro e, finalmente, pelo retorno da atenção à corrida, momento em que os patinhos já estão próximos da linha de chegada.

De modo geral, interpretamos eventos reais como pertencentes a duas narrativas distintas: (a) a história subjetiva, que corresponde à sequência de experiências do observador, organizadas de maneira perspectivada; e (b) a história objetiva do evento, concebida como parte da realidade natural. A primeira narrativa reflete a experiência temporal individual; a segunda, a representação do tempo objetivo. Embora cada sujeito possua sua própria linha temporal subjetiva, todas essas experiências particulares ocorrem dentro de um único tempo objetivo, no qual se entrelaçam. Esse entrelaçamento decorre, em parte, da distinção que fazemos entre eventos objetivos e subjetivos e, em parte, da consciência que temos de nossa própria localização no espaço-tempo compartilhado, isto é, da experiência de nós mesmos como agentes inseridos em um quadro espaço-temporal unificado e objetivo.

[2] A fim de motivar a distinção entre a experiência do tempo *qua* subjetiva e *qua* objetiva, devemos atentar para a constante ocorrência de descompassos entre essas duas formas de temporalidade.

Considere o desafio de redigir um livro de memórias. A organização de uma autobiografia exige um esforço cognitivo peculiar: dar linearidade, dar a ordem correta, aos eventos que lembramos.

A distinção entre a experiência do tempo subjetivo e objetivo pode ser exemplificada, mais uma vez, pela percepção de relações da ordem temporal do que percebemos. Embora um sujeito observe as partes do cômodo em que se encontra sucessivamente, ela concebe a sala como um todo estático e coerente. Essa estabilidade demonstra que, apesar da apreensão sucessiva no tempo subjetivo, a estrutura de suas partes espaciais é entendida como coexistindo simultaneamente de forma objetiva. Quando percebemos eventos dinâmicos, a sequência dos estados perceptivos tende a corresponder à ordem objetiva do mundo, mas podemos representá-los como simultâneos ou como sucessivos. Essa distinção é fundamental para diferenciar corpos estáticos de eventos e a ordem de eventos.

No tempo egocêntrico, o sujeito vivencia uma experiência após a outra, percebendo um evento agora e outro posteriormente. No entanto, a sequência dessas experiências, tal como é representada na memória e em representações mentais vívidas, pode não corresponder à ordem cronológica objetiva dos eventos no tempo do mundo.

[3] O descompasso entre a experiência do tempo subjetivo e tempo objetivo não ocorre apenas dentro da experiência individual, mas pode se manifestar também entre diferentes sujeitos. Ou seja, distintas experiências temporais subjetivas podem estar em desacordo. Considere três indivíduos distintos, S1, S2 e S3, que presenciam o mesmo conjunto de eventos e1 e e2. O primeiro sujeito, S1, pode relatar que e1 ocorreu antes de e2, enquanto o segundo sujeito, S2, pode afirmar que os eventos foram simultâneos. Já um terceiro sujeito, S3, pode sustentar que e2 ocorreu antes de e1. Nesse cenário, há uma discordância explícita sobre a ordem dos eventos percebidos. Diante dessa divergência, os sujeitos não assumem que suas interpretações são meramente subjetivas ou baseadas em preferências pessoais, como ocorre em juízos de gosto. Ao contrário, cada um deles acredita que há uma

resposta objetiva para a questão sobre a sequência correta dos eventos e busca uma explicação para o porquê de suas percepções divergirem. Esse tipo de disputa só faz sentido dentro de um quadro em que a temporalidade objetiva seja tomada como referência comum, permitindo que os sujeitos compreendam que discordam a respeito de fatos compartilhados e não apenas sobre preferências pessoais. Esse pressuposto de objetividade é uma condição necessária para que a comunicação e a reconstrução da experiência temporal sejam possíveis em um contexto intersubjetivo.

Em outros termos, podemos dizer que, na imagem manifesta, ou na descrição fenomenológica elementar da experiência subjetiva do tempo (egocêntrica), fica evidente que, dados dois eventos quaisquer, acredita-se que há sempre uma ordem objetiva entre eles: ou um ocorre antes do outro, ou ambos são simultâneos. Mesmo quando ocorre divergência entre indivíduos a respeito da ordem temporal — por exemplo, quando diferentes sujeitos (ou o mesmo sujeito em outro ponto de vista) discordam quanto à sequência de determinados eventos — permanece a compreensão de que uma explicação objetiva nos aguarda, a qual deve estar vinculada ao caráter objetivo do tempo e ao ponto de vista particular ocupado por cada sujeito percipiente. O tempo objetivo revela-se mais adequado que o tempo subjetivo para a compreensão das experiências que compartilhamos no mundo.

[4] O nosso uso dos termos “egocêntrico” (subjetivo, interno) e “alocêntrico” (objetivo, absoluto) no contexto da experiência temporal inspira-se, de maneira evidente, na literatura existente que os aplica ao estudo da experiência/representação espacial.

Esses termos têm uso comum na psicologia, pelo menos no caso do espaço, quando se afirma que os sistemas de referência, também conhecidos como *frames of reference*, são caracterizados como um “locus” ou um conjunto de “loci” em relação aos quais as posições espaciais são estabelecidas e determinadas. Nesse sentido, os sistemas de referência egocêntricos definiriam as posições espaciais em relação ao observador, ao passo que, nos sistemas de referência alocêntricos, as posições são determinadas em relação a “loci” externos ao observador.

Em linhas gerais, o termo “subjetivo” (ou “egocêntrico”) indica que tal experiência/representação está atrelada ao contexto em que o sujeito se encontra, à sua identidade e à sua posição em uma dimensão específica (neste caso, a dimensão

temporal). É uma apresentação sensível à perspectiva do sujeito, quase indexical. O termo “objetivo” (ou “absoluto” ou “alocêntrico”), em contraste, indica que a experiência/representação não é (ou, pelo menos, não é concebida como) influenciada pelo contexto, pela perspectiva ou pela identidade deste ou daquele sujeito.

[5] A percepção da ordem dos eventos pode ser influenciada por fatores psicológicos, escolhas do que observar e da nossa localização no espaço. Da mesma forma, a sequência em que os recordamos pode se revelar contingente. No entanto, a passagem do tempo objetivo é experienciada como orientada e irreversível.

Os episódios de experiências (eventos na biografia subjetiva) sucedem-se uns aos outros, e certas vivências passadas podem ser recuperadas por meio da memória. Minhas experiências, emoções, lembranças e sensações são apresentadas à (ou são intencionalmente recuperadas na) consciência em uma determinada ordem temporal, tanto em relação umas às outras quanto em relação às minhas percepções presentes. Nesse âmbito subjetivo, podemos até mesmo reviver intensamente eventos passados, ou, como inúmeras vezes alertamos, ter a sensação de que vimos uma após o outro aspectos que podem ou não coexistirem simultaneamente no mundo.

Contudo, o tempo objetivo se manifesta como uma progressão constante e uniforme. (Com maior rigor conceitual: as coisas *no* tempo objetivo ocorrem de maneira constante e uniforme, dependendo da natureza daquilo que está em transformação.) Não é possível revisitar literalmente o passado nem acelerar a passagem do tempo para alcançar mais rapidamente o futuro; estamos sujeitos ao seu curso inexorável. O tempo objetivo é experienciado como uma realidade independente dos sujeitos, obedecendo a uma ordem imutável que escapa à influência humana. Ele é experienciado de forma passiva, conduzindo-nos sem que possamos retroceder ou antecipar sua evolução. As mudanças em um relógio não dependem de nossa percepção. Essa indiferença do tempo objetivo à vontade dos sujeitos foi analisada na seção “A Atitude Natural” (3.5) por meio de uma abordagem fenomenológica.

O tempo subjetivo, ou egocêntrico, parece privado e variável, correspondendo à sucessão de pensamentos, sensações e ideias na consciência de cada indivíduo. Ele corresponde à narrativa das experiências de um sujeito, organizadas de maneira

perspectivada. Embora essa experiência seja inerentemente pessoal, pode ser comunicada por meio da linguagem. Em contraste, o tempo objetivo é único e essencialmente público, sendo o mesmo para todos. Os eventos e corpos materiais possuem uma posição temporal definida, independente das percepções dos sujeitos. Enquanto os “particulares privados”, como eventos mentais e sensações, são vivenciados subjetivamente; os “particulares objetivos” ocupam um lugar no tempo que pode ser experienciado universalmente. Apesar das diferenças na organização temporal subjetiva, apesar das diferenças de opinião, o tempo compartilhado permanece “imutável”, refletindo a concepção de um mundo ordenado e determinado. Sendo publicamente acessível, ele serve como um referencial comum entre os sujeitos.

Mais uma vez: é inquestionável que os sujeitos reconhecem que a maneira pela qual experienciam as relações de temporalidade pode, por vezes, variar de indivíduo para indivíduo. Não obstante, subsiste um critério público e objetivo cuja explicação se fundamenta na sucessão objetiva dos eventos — definida pela “natureza ou constituição interna das coisas” — e que, em certos casos, leva em consideração o ponto de vista de cada indivíduo em relação a tais eventos — isto é, a nossa perspectiva ou quadro referencial.

[6] Assim, o tempo egocêntrico parece não tratar diretamente do mundo, mas, sim, da minha interação com ele, refletindo a contribuição da minha perspectiva, da minha história pessoal e psicológica. É incoerente discutir o tempo egocêntrico sem considerar imediatamente o sujeito que o vivencia. O tempo subjetivo, por sua natureza, requer um sujeito que o experiencie.

Por outro lado, um fato histórico, como a travessia do rio Rubicão por Júlio César, não depende da percepção de um sujeito específico, mas pertence à ordem objetiva dos eventos do mundo. Transformações na história do mundo são concebidas como independentes dessa experiência individual. Esse é um dos sentidos mais imediatos de tempo objetivo: aquilo que ocorreu, ocorre ou ocorrerá independentemente da presença de um observador.

Ainda que se argumente que a objetividade de um fato histórico possa derivar da universalidade das crenças subjetivas — ou seja, que um passado imaginado coletivamente poderia ser experienciado como real —, essa concepção não elimina a distinção entre crença e realidade objetiva. Se uma comunidade acredita

erroneamente que determinado evento ocorreu, ele será representado e experienciado como real por seus membros, mas isso não altera que seja possível questionar se ele realmente ocorreu ou se todos estão enganados. Mesmo que todos acreditassem que “Júlio César não existiu”, essa crença reverberada em uníssono não impediria que fizesse sentido se perguntar sobre a veracidade dessa crença ou que se pedisse justificações que diminuíssem a probabilidade de erro coletivo.

Experenciamos o passado como real porque o concebemos como algo que efetivamente ocorreu em um momento determinado da história.

O mesmo princípio se aplica à nossa concepção do futuro. Podemos considerá-lo determinado ou indeterminado, mas aspectos de sua chegada nos é imposta de maneira inevitável, independentemente de nossas expectativas ou desejos. Dessa forma, passado, presente e futuro são concebidos como o “palco” onde os eventos reais ocorrem, independentemente da existência de testemunhas que os percebam (vide *seção 3.5*).

[7] O tempo alocêntrico é objetivamente mensurável e quantificável; o tempo egocêntrico, não. O primeiro corresponde ao tempo que os eventos objetivos levam para transcorrer, independentemente da experiência subjetiva de sua duração.

Por meio de mecanismos de mensuração, é possível, de forma comparativa, determinar a duração de um evento. Ao afirmarmos que uma viagem durou 1 hora e 6 minutos ou que um castelo de cartas desmoronou 3 minutos após a cera começar a derreter, estamos organizando esses eventos dentro do tempo do mundo. Podemos utilizar um relógio para medir com precisão a duração de um processo, e essa medição será universalmente verificável e consensual. A nossa experiência do tempo *qua* objetivo está conceitualmente vinculada à ideia de que a mensuração, exemplificada por um relógio, não se mostra influenciada pela presença ou ausência de consciência. Não experienciamos que as alterações em um relógio sejam fenômenos dependentes de nossa percepção (conforme [5] acima). O tempo que está sendo medido pertence ao mundo físico, situado no espaço-tempo comum a todos os indivíduos. Por conseguinte, poderíamos denominar esse tempo de “tempo protocientífico” e, sugerir, que a imagem científica do tempo decorre do esforço da Física em compreendê-lo nesse aspecto objetivo. Em síntese, o tempo alocêntrico corresponde à experiência do tempo do mundo, aquele que é representado e cronometrado por relógios e calendários.

O segundo nível de experiência temporal é o tempo interno, que se refere à maneira como percebemos subjetivamente a duração e a sequência dos atos e experiências mentais — os eventos da vida consciente. Um sujeito pode sentir que determinada experiência foi significativamente mais longa do que a de outro sujeito, apesar de ambos terem vivenciado o mesmo evento no tempo objetivo. É possível, por exemplo, ter a impressão de que uma aula foi mais longa do que realmente foi ou que, ao assistir ao mesmo filme duas vezes, a primeira exibição pareceu mais curta. No tempo subjetivo, as sequências podem ser ordenadas como anteriores, posteriores ou simultâneas, mas essas relações não são direta e objetivamente quantificáveis por meio de instrumentos de mensuração. Embora sejam intrinsicamente passíveis de comparação com o tempo objetivo e, até, com os dispositivos de medição do mundo físico, sua avaliação ocorre de maneira indireta e subjetiva. Um evento da consciência individual pode ser experienciado como anterior ou posterior a outro, mas sua duração não pode ser cronometrada da mesma forma que se mede o tempo de uma corrida. Isso deve ser assim, porque, ao atentarmos à nossa experiência subjetiva do tempo, podemos relatar as variações experienciadas em seu ritmo que, *por definição*, uma vez postas em confronto com instrumentos de mensuração objetiva, podem *divergir* da taxa de variação quantificada. Essa discrepância pode ser explicada, retrospectivamente, por apelo a fatores como o tédio ou a completa imersão em determinada atividade. Assim, as durações no tempo interno podem ser avaliadas qualitativamente e comparadas de modo vago, mas não submetidas a uma quantificação objetiva e rigorosa.

Uma leitura atenta dessas reflexões preliminares revela que as expressões “tempo egocêntrico” e “tempo allocêntrico” carregam consigo uma ambiguidade (a nosso ver, frutífera), que ainda precisa ser sistematizada. Em certos momentos, tratamos o tempo egocêntrico como a própria temporalidade subjetiva da consciência, o fluxo interno dos estados mentais; em outros, referimo-nos à experiência do tempo subjetivo, isto é, à maneira como o tempo se apresenta fenomenologicamente a um sujeito. Algo análogo ocorre com a noção de tempo allocêntrico, ora entendida como a concepção da estrutura mente-independente da ordem dos eventos no mundo, ora como a experiência consciente dessa estrutura objetiva por um sujeito (ou seja, como ela é experienciada e apreendida por sujeitos

que partilham um mundo comum). Inicialmente, então, pode-se distinguir duas oposições principais.

Em primeiro lugar, há a oposição entre (a1) a temporalidade subjetiva, no sentido da *experiência* da consciência de um indivíduo, a totalidade da sua fenomenologia temporal do seu “presente especioso”; e (a2) a temporalidade objetiva, entendida como algo que não depende da experiência consciente de nenhum sujeito, mas que esses são capazes de *conceber conceitualmente* e sobre a qual podem falar. Em contrapartida, claramente, esse tempo egocêntrico não pode ser (i) apenas “privado” e “variável”; sua caracterização deve funcionar, também e mais propriamente, como (ii) o reflexo da posição (no tempo) do sujeito *vis-à-vis* a mudanças objetivas (esse apelo a *percepção* de mudanças objetivas será justificado nas subseções a seguir, 4.2.2 & 4.2.3). Isto é, deve haver tanto uma maneira adequada de esclarecer a noção de tempo egocêntrico que (ii) mostraria como ela se ancora em relações centradas no sujeito, como o uso de indexicais temporais (“agora”, “antes”, “depois”) e na orientação do sujeito *vis-à-vis* os eventos (incluindo as ordens temporais desses), como, também, uma que (i) permita entendermos como um sujeito possa experienciar seus estados mentais como sucessivos e, em algum sentido introspectivo, de modo “privado” e “variável”. Por isso, em segundo lugar, há a oposição entre (b) a *experiência* do tempo subjetivo e a do tempo objetivo, sendo que, em ambos os casos, a *experiência* consciente está envolvida. Isso significa que, no sentido (b), temos: (b1) a experiência do tempo subjetivo, ou seja, aquilo que o sujeito vivencia como uma ordem temporal *aparente*, vivenciada como vinculada à sua perspectiva; e (b2) a experiência do tempo objetivo, isto é, a forma como o sujeito, a partir de sua própria perspectiva, apreende com base na percepção uma ordem temporal (entendida como objetiva). Em suma, há duas oposições: (a) a oposição entre o tempo egocêntrico, entendido como a experiência temporal, em sua totalidade, do presente de um sujeito, e a concepção ou representação objetiva e intersubjetiva do tempo, tal como compartilhada por diferentes sujeitos; e (b) a oposição entre dois modos de experiência consciente: uma a qual o sujeito vivencia ordens temporais *como* aparentes (como centradas em sua própria perspectiva) e uma qual o sujeito se vivencia apreendendo a ordem temporal objetiva dos eventos no mundo (como comum a todas as perspectivas).

Complementarmente, poder-se-ia dizer que existem três distinções entrelaçadas. Há (1) a distinção da concepção ou representação da ontologia de tipos de temporalidade (egocêntrica e alocêntrica) e (2) a distinção fenomenológica entre modos de experiência (subjetiva e objetiva). Acrescente-se a isso (3) a dimensão referencial-linguística, em que falamos do tempo ora mediante expressões indexicais (como “agora”, “antes”, “depois”), ora por meio de formas alocêntricas e atemporais (como “às 16h13 de 23/04/2025”). Todas essas três camadas (ontológica, fenomenológica e referencial) aparecem nessas notas filosóficas propedêuticas, porque é dessas reflexões que emergem as distinções que serão sistematizadas na subseção 4.2.2.3 (“Referências e experiências egocêntricas do tempo”) e complementadas em 4.2.4 (“O argumento da mensuração”). O trabalho de Le Poidevin (1999, 2007), que explora analogias entre referências espaciais e temporais, nos será útil para explicitar as oposições entre concepções, representações ou referências objetivas e subjetivas. Em contrapartida, será necessário ir além: para os propósitos desta tese, não basta caracterizar os modos de referir-se ao tempo, uma vez que nossa investigação não se restringe ao que o sujeito pode conceber em abstrato ou “pensar no vácuo”. É preciso, antes, compreender *que (that)* e *como (how)* o sujeito é capaz de experienciar conscientemente o tempo em entrelaçamento com sua percepção, em atrito com aquilo que se lhe apresenta, isto é, como uma forma encarnada de ser-no-mundo. E isso significa: interessa-nos o modo como a experiência temporal se integra ao pensamento (no sentido amplo de entendimento) do sujeito, orientando suas crenças, seus raciocínios ou inferências, suas reações corporais e suas possibilidades imediatas de ação.

Retornaremos a essas questões na subseção 4.2.2.3. É preciso, antes, desacreditar abordagens que buscariam explicar a experiência de relações temporais objetivas por meio da percepção ou da referência direta a instantes, ordens e durações temporais, motivando a conclusão de que, embora se possa acreditar que, num primeiro momento, fundamentariam uma explicação da experiência temporal, não são candidatos para tal função de fundamentação.

4.2.2

Percebemos eventos, não o tempo

Nesta subseção, defenderemos que nossa experiência temporal está atrelada a nossa capacidade de perceber eventos, argumentando que não percebemos o tempo em si, mas, sim, as mudanças nos particulares ao longo do tempo. (Deixaremos de lado a discussão sobre se o tempo poderia existir independentemente de qualquer outra coisa ou se é uma construção desses conteúdos; o ponto é: é evidente que só conseguimos perceber esses conteúdos.) O tempo e sua passagem não são objetos diretamente perceptíveis. Particulares não são apresentados à nossa consciência acompanhados de etiquetas que indicam sua data. Nossa experiência é diferente de assistir a um jogo de futebol na televisão, no qual há um relógio digital no canto da tela (exemplo de Guyer em Guyer, 1987, p. 244). Com efeito, “observamos” o tempo passar por meio da observação do movimento do ponteiro do relógio, da queda da areia na clepsidra ou de qualquer outra mudança ou ocorrência em geral.

Como observação inicial, cumpre notar que os eventos possuem propriedades temporais intrínsecas: eles se sucedem numa sequência específica e se estendem por intervalos definidos. Também é truísmo dizer que temos uma capacidade – embora falha em vários graus, como discutiremos no “argumento do descompasso” (ver subseção 4.2.3, alínea [2]) – de julgar que um evento durou mais do que outro e que certo evento ocorreu antes de outro. Exercemos essa capacidade de modo tão natural que, em muitos casos, parece bastar “olhar” para apreender tais aspectos temporais dos eventos. Todavia, devemos atentar e sempre manter em mente que é diferente (a) ter *consciência*, conseguir formar *crenças, saberes e opiniões* acerca, da ordem e da duração dos eventos com base em nossas percepções e (b) a capacidade efetiva de *perceber* (no significado literal da palavra) tais ordens e durações temporais. (Será nossa opinião que a percepção de eventos é uma condição necessária, mas não suficiente para (a). Não podemos presumir que seja suficiente, como ver um *x* que é *F* não equivale a ver *que x é F*.) Ver algo passar de um estado para outro é ocasião para registarmos o transcurso do tempo, i.e., a percepção de eventos é capaz de proporcionar uma apreensão da precedência temporal. Dizemos que é “uma ocasião para tal”, porque podemos atribuir a alguém a *percepção e consciência* de eventos que se sucedem sem necessariamente atribuir-lhe a *consciência* da passagem do tempo.

4.2.2.1

A não percepção do tempo segundo Le Poidevin e Rundle

Le Poidevin (2004) reforça essa perspectiva ao argumentar que, embora possamos fazer referência às características temporais dos eventos, tais características não constituem objetos próprios de nossos estados perceptivos. Ele aponta duas razões principais.

Em primeiro lugar, “não existe um órgão específico para sentir o tempo” (Le Poidevin, 2004, p. 111). E essa afirmação, em nossa opinião, pode ser melhor expressa como: o tempo não se apresenta como possuindo, em si, nenhuma qualidade sensível, primária ou secundária. Não faz sentido perguntar a cor, o timbre ou a textura de um instante temporal ou de um intervalo temporal ou da ordem temporal. Não se pode apontar para um instante temporal. Seria um contrassenso dizer que conseguimos ouvir a duração do toque do telefone como ouvimos o toque do telefone. Na prática, parece que temos consciência de quanto tempo um evento durou apenas quando ele se “afasta” para o nosso passado fenomenal – ou seja, quando o evento *deixa de ser* objeto de percepção (Le Poidevin, 2004, p. 111). Outra maneira de reforçar essa diferença: por um lado, não se pode perceber, de forma isolada, a relação temporal de sucessão entre dois eventos; por outro, é possível perceber em isolamento uma característica sensível de um objeto – por exemplo, concentrar-se exclusivamente em seu tom vermelho, suprimindo as demais qualidades. Não é possível perceber que o evento e_1 ocorre antes do evento e_2 sem que ambos os eventos, e_1 e e_2 , sejam efetivamente percebidos. Para que a ordem de eventos seja “percebida”, é imprescindível a percepção dos próprios eventos. A relação de sucessão temporal, por si só, não se apresenta como objeto da percepção, da mesma forma que uma cor constitui uma qualidade perceptiva, uma qualidade que pode ser percebida por um dos cinco sentidos. De modo análogo, a duração de um evento não parece poder ser percebida como uma característica isolada, porque a percepção da ordem temporal e da duração emerge da integração das percepções dos próprios eventos (Le Poidevin, 2004, pp. 111-112). O mesmo, em nossa opinião, vale para quando tentamos utilizar nossa “memória episódica” para recordar da ordem e de durações específicas de eventos, em isolamento de outras características sensíveis: as referências a certos eventos e a reconstrução/lembança de suas qualidades sensíveis parece inalienável.

Em segundo lugar, percebemos eventos presentes como simultâneos, e isso, segundo Le Poidevin (2004), não daria margem à distinção de anterioridade e posterioridade. Como eventos percebidos como ocorrendo *agora* são, necessariamente, percebidos com ocorrendo simultaneamente, e como o que é percebido se apresenta como ocorrendo no presente, então não parece haver espaço para a percepção da ordem temporal, pois essa percepção exigiria não apenas que os eventos sejam percebidos como simultâneos, mas, também, como anteriores e posteriores uns aos outros. A experiência de que houve um antes e um depois exige um posicionamento que vai além da mera simultaneidade. No que tange à duração, surge um problema análogo. Ao falar de um evento que se estende por um determinado período, é necessário que ele se constitua de “partes” que se sucedem temporalmente, ou seja, que possua segmentos antecedentes e sucessores. Contudo, tais “partes” não podem ser todas percebidas como ocorrendo no mesmo presente, “ao mesmo tempo” no meu agora, sob pena de serem experienciadas como simultâneas. Dessa forma, a própria duração não se apresenta como objeto de percepção direta. O algo que nos aparece como presente é apenas uma parcela de um evento em curso; e esse algo não é percebido como decomposto, na experiência atual do agora, em fases distintas como “antes” e “depois” — ainda que, objetivamente, tais fases estejam na estrutura do evento. Em uma frase: se algo é percebido como presente, não é possível que suas partes sejam percebidas como ocorrendo em momentos anteriores ou posteriores. Em outras palavras, a percepção está sujeita a limites temporais: o que é percebido manifesta-se como presente, isto é, como ocorrendo *agora*, no entanto a porção/parte de um evento que se encontra na consciência perceptiva, em um determinado instante, não se revela/apresenta como segmentada de forma imediata/direta em partes anteriores ou posteriores. Embora o evento em questão deva possuir, de fato, componentes temporais que o antecederam e que o sucederão — pois somente aquilo que se prolonga por um período superior a um determinado limite pode ser integralmente percebido — a percepção do presente impede a distinção imediata/direta entre essas partes (Le Poidevin, 2004, p. 111).

Essas observações recebem reforço da ideia de que muitas de nossas maneiras de falar sobre o tempo — a chamada “passagem do tempo”, por exemplo — podem ser traduzidas em termos de eventos e regularidades, sem recorrer necessariamente a uma substância independente chamada “tempo”. Rundle (2009) exemplifica esse

ponto ao propor que dizer “o tempo passa” pode ser entendido como uma forma de nos referirmos à sucessão de eventos.

Uma observação preliminar: a ideia de tempo definida unicamente em termos cronométricos – isto é, estabelecida por dias, anos, minutos e horas – configura, uma fonte de mal-entendidos acerca da passagem do tempo. Embora seja comum pensarmos que o tempo flui ou se escoar, esse modo de pensar se associa diretamente à noção de tempo como medido por instrumentos, o que, por sua vez, gera ambiguidades. Tendemos a falar naturalmente sobre o decurso dos anos ou a sensação de que um dia passou sem incidentes. O problema surge quando a noção de passagem do tempo é interpretada de forma vaga e desvinculada de especificações cronométricas, tornando o próprio conceito ilusório (Rundle, 2009, p. 15). (É nossa opinião que o tempo objetivo é passível de mensuração precisa, vide nossa subseção 4.2.4; mas isso é diferente de afirmar e acreditar que nossa experiência do tempo objetivo é idêntica à de uma quantidade que deve ser medida cronometricamente. Uma coisa é dizer que nossa percepção da passagem do tempo é mediada pela percepção das coisas que mudam ou que nós formamos juízos que o tempo está passando com base nas pistas fornecidas por essas mudanças; outra é dizer que somente podemos ter consciência de que um evento dura mais tempo que outro comparando com o número de oscilações de um pêndulo que ocorrem durante cada evento. Há uma diferença entre ser *quantificável* e ser uma quantidade. Nossa experiência do tempo objetivo é a condição de possibilidade para um tempo mensurável por meio de um sistema de coordenadas, vide 4.2.4. É nesse sentido que o exemplo de Guyer, mencionado acima, deve ser compreendido como uma analogia — e, como toda analogia, possui tanto convergências quanto divergências. A principal divergência pode ser ilustrada do seguinte modo: ao assistir a uma partida de futebol na televisão com um relógio digital visível no canto da tela, percebemos a sucessão de eventos, inclusive a alteração dos dígitos no relógio. No entanto, tais mudanças configuram apenas mais um evento percebido, um indicador de variação, e não a percepção do fluxo do tempo em si. Mesmo que esse relógio estivesse continuamente presente no campo visual, ele constituiria apenas mais uma camada de eventos sobrepostos aos eventos que já percebemos, não a revelação de um tempo “em si”, absoluto.)

Nosso sistema de medição mais sofisticado não revela novas realidades, embora haja ocasião para surpresas na forma como ele organiza dados mais básicos —

surpresas que decorrem da dependência do tempo em relação à mudança. Se as mudanças se aceleram ou desaceleram uniformemente, podemos, em determinadas circunstâncias, esperar repercussões quanto à extensão do tempo decorrido. Minha objeção é à projeção de certa gramática sobre a noção de “tempo” — uma gramática que compara “medir o tempo” a “contar maçãs”, em vez de “contar o número de maçãs”. Some-se a isso a imagem do rio do tempo, e obtém-se a ideia de uma quantidade [*quantity*] que os relógios medem e que flui. Trata-se de uma imagem falsa. No entanto, não há nada de problemático na noção de que o tempo flui, desde que ela seja tomada meramente como uma metáfora, e não como uma descrição literal do comportamento de alguma suposta quantidade [*quantity*]. (Rundle, 2009, pp. 153-4, tradução nossa)

Como enfatiza Rundle (2009, p. 154), ter consciência de que o tempo está passando não se assemelha a perceber um objeto se movendo diante de nossos olhos. Em vez disso, é um juízo sobre a sucessão de eventos, algo que inferimos a partir de mudanças observadas no mundo. Daí decorre a ideia de que a consciência reflexiva do tempo está fundada na experiência de eventos e não na percepção direta de uma entidade temporal. (A ideia de que o tempo “voa” e “flui como um rio” deve ser entendida de forma não misteriosa: ela é uma forma figurada de dizer que as fases de eventos ou eventos se sucedem de modo inexorável ou irreversível, sem que o tempo constitua uma entidade ou um fluido que se desloque.) O que se observa é que a nossa experiência temporal se dá por meio da ordenação dos eventos — os quais ocorrem num lugar bem definido –, enquanto a “passagem do tempo” emerge como uma propriedade inerente à organização e à sucessão desses eventos, e não como um fenômeno passível de ser percebido isoladamente (Rundle, 2009, p. 152). Embora o conceito de tempo cronometrado por um relógio possa trazer consigo a ideia de passagem do tempo no sentido “substancial”, não devemos pensar essa passagem como mais uma “coisa” que perdura: não devemos nos deixar enganar achando que a expressão “a passagem do tempo” descreve um evento em desenvolvimento, como se fosse mais um processo que ocorre no tempo. De fato, a afirmação ordinária de que “o tempo passa” poderia ser considerada uma proposição gramatical: pertence à própria natureza do tempo, nesse sentido, consistir em sucessão — uma noção que diz respeito ao acompanhamento de uma série de eventos (Rundle, 2009, p. 152). Comparemos com a afirmação de que “os eventos acontecem”. Eventos, ao contrário dos corpos materiais, não são ditos como existentes; em vez disso, diz-se que ocorrem, acontecem, se desenrolam ou têm lugar (vide nossa *seção* 3.4). O tempo é algo diferente: ele não ocorre, mas *passa*.

Entendemos que “fluxo do tempo” não significa nada além da “passagem do tempo”.

No entanto, há a questão do que estamos conscientes quando estamos conscientes da passagem do tempo. Mais uma vez, considere-se a gramática: estar consciente da passagem do tempo não é como estar consciente do tráfego que passa — é estar consciente de *que* o tempo está passando. Não se trata de algo que se torne um objeto da percepção; antes, trata-se de alguém estar conceitualmente capacitado para fazer tal juízo. Como, então, julgo que o tempo está passando? Baseio-me em certos indícios? Sua passagem não se registra simplesmente em mim, como os carros que passam? O que, então, é registrado por mim? Uma sucessão de eventos — talvez no mundo, talvez apenas em meus pensamentos — e a passagem [*lapse*] do tempo é dado juntamente com eles, como um concomitante logicamente inescapável. Ela [a passagem do tempo] é dado *com* eles [eventos em sucessão], e da maneira descrita [a capacidade conceitual para fazer juízos baseados na percepção de sequência de mudanças]; ainda que eu possa não estar diretamente consciente disso [da passagem do tempo enquanto percebo eventos]. (Rundle, 2009, p. 154, tradução nossa, ênfases como no original)

Importa ressaltar que Rundle reconhece nossa maneira cotidiana de falar sobre “ter tempo”, “gastar tempo” ou “ganhar tempo”. Porém, tais expressões, em última análise, dizem respeito aos eventos e às maneiras como organizamos nossas atividades, e não à manipulação de alguma substância chamada tempo.

Rundle também explora a questão da *ordem* temporal: em alguns casos, especialmente nos eventos em desenvolvimento contínuo (como um movimento), podemos apreender a ordem dos acontecimentos de modo imediato. Se vemos algo mover-se de p_1 para p_2 , apreendemos, sem recorrer a relógios ou a uma memória (vide, contudo, nossos comentários em 4.2.1.2, para qualificações a essas afirmações de Rundle), que a posição em p_1 antecedeu a posição em p_2 , pois testemunhamos a mudança acontecer. Esse conhecimento depende menos de um “sentido do tempo” e mais da capacidade de observar a mudança. Em síntese, a própria direção temporal, isto é, a relação entre “antes” e “depois”, pode ser “lida” diretamente de um evento que se desenrola, como um som que fica gradualmente mais agudo ou um objeto que se desloca no espaço (efeito Doppler).

Mas podemos dizer mais do que simplesmente afirmar que mudanças são necessárias para que haja instâncias de “ e_1 precede e_2 ”? Considere um evento com dois extremos, como o de um balão vazio que depois é inflado. Especificar [*to single out*] um desses extremos como o início da mudança, como aquilo que ocorreu primeiro, é apenas aplicar o nosso conceito de anterioridade; não elucidá-lo. No entanto, essa objeção parece perder força se formularmos a caracterização em termos de uma mudança de A para B . A não precisa ser selecionado por estar temporalmente antes de B — o qual, inclusive, pode ainda nem existir; com efeito, A não precisa sequer ser pensado em termos temporais, mas apenas como

um ponto a partir do qual a mudança se processa, como no caso de um desvanecimento do claro para o escuro ou da queda da mesa para o chão, sendo a mesa um ponto espacial de origem a partir do qual o movimento se inicia. Sem identificar *A* como um começo temporal, e sem nenhuma intrusão do pretérito [*past tense*], podemos dizer que, se *x* se move de *A* para *B*, então há uma mudança na posição de *x*, o que implica que o estar de *x* em *A* é anterior ao seu estar em *B*. Observe que “de” e “para” não carregam, por si mesmos, uma implicação de ordenação do mais cedo para o mais tarde — uma implicação que poderia trivializar o ponto que estamos tomando como base ao falar de “uma mudança de *A* para *B*”. “De” designa um ponto de partida; “para”, um ponto de chegada — mas a direção pode ser retroativa no tempo (como quando consideramos nossos compromissos do jantar ao almoço) e pode até não haver nenhuma ordem temporal (como em “de cima para baixo”). Ver *x* mover-se de *A* para *B* constitui uma base adequada para afirmar que foi pela observação que se soube que a presença de *x* em *A* precedeu sua chegada a *B*. Isso também deixa claro que não é necessário nenhum tipo especial de uma faculdade sensorial [*a special sense*] para a aquisição de tal conhecimento. (Rundle, 2009, pp. 29-30, tradução nossa)

Rundle (2009, p. 29) afirma que não se trata de identificar a direção do tempo e a direção da mudança de maneira independente para somente então descobrir que elas coincidem. Se, ao testemunhar uma mudança de *A* para *B*, se pode dizer que percebemos que *A* é anterior a *B*, haveria, segundo ele, uma apreensão direta dessa relação, e não meramente inferida. Ele sugere que a bi-implicação — isto é, “*A* precede *B* se e somente se há uma mudança de *A* para *B*” — seria uma análise satisfatória. Além disso, sustenta que uma abordagem baseada na mudança não apenas se ajusta ao caso básico, não-métrico, mas o faz sem precisar recorrer ao conceito temporal que se deseja elucidar. Ainda de acordo com Rundle (2009, p. 30), essa explicação se apresenta como objetiva, não egocêntrica ou subjetiva, pois a ordenação temporal das fases de um evento é uma característica intrínseca desse mesmo evento.

Algo análogo valeria para a *direção e sentido* temporal: quando percebemos um som aumentando em volume ou tom, podemos estar continuamente conscientes desse sentido (“seta”) do tempo. Essa consciência está diretamente ligada às propriedades mutáveis do som, em vez de constituir uma percepção separada do fluxo do tempo, por meio de um suposto “sexto sentido”. Rundle (2009, pp. 20-21) sustenta que há elementos temporais que apreendemos como totalidades, dotados de uma espécie de *Gestalt*, de modo que não precisamos recorrer ao contraste entre passado e presente definido pela memória. Ele compara esse fenômeno à capacidade de ver três objetos e, de imediato, reconhecer que há três itens, sem a necessidade de contá-los um por um. Na perspectiva dele, a ordenação temporal

presente em algo como o movimento seria uma característica prontamente identificável, passível de ser “lida” diretamente de um evento que se desenrola. Assim, não é porque lembramos de fases anteriores que sabemos estar diante de algo que muda, progride ou se desenvolve. Isso revela que a interpretação da escala temporal (cronometria, sistema de coordenadas numéricas temporais) depende de já dispormos dos conceitos de “antes” e “depois” que o esquema primitivo oferece. Caso contrário, não seria possível mapear corretamente a escala numérica sobre os eventos, emparelhando datas anteriores com números menores, por exemplo. Ele explica que não se pode simplesmente consultar os fenômenos e abstrair deles a noção de precedência para descobrir como identificar, digamos, e1 como anterior a e2. Qualquer ideia de “inversão do tempo” seria, na melhor das hipóteses, uma inversão de eventos dentro do próprio tempo, pois instantes de tempo não têm individualidade que permita reconhecê-los e realocá-los numa sequência temporal. A noção de “direção do tempo” pode gerar confusão ao sugerir que o fluxo temporal seja um processo localizado no tempo, passível até de ocorrer ao contrário, o que constituiria uma visão equivocada. (Rundle, 2009, pp. 20-22).

Ainda que importantes qualificações devam ser feitas (vide 4.2.2.2, a seguir), essas reflexões de Rundle mostram-se, no geral, consonantes com nossa proposta. A ênfase na percepção de eventos e a maneira não misteriosa de explicar nossas falas sobre o tempo e a ordem temporal nos é especialmente cara. Além disso, subscrevemos, e procuraremos fundamentar, sua afirmação de que a apreensão mais elementar do tempo objetivo não requer o recurso a conceitos de medição cronológica, sistemas de coordenadas numéricas, tampouco a pressuposição ontológica de uma dimensão temporal independente e separada. Compartilhamos, também, da ideia de que a experiência do tempo egocêntrico (“antes” e “depois”) constitui uma forma primitiva de ordenação dos acontecimentos, transformações objetivas no mundo, que se manifestam na percepção.

Em síntese, os apontamentos desenvolvidos nesta subseção indicam que tanto a percepção quanto a compreensão do tempo estão fundamentalmente ligadas à percepção de mudanças. Não experienciamos o tempo como uma entidade autônoma ou como um fluxo independente, mas inferimos sua passagem e ordenação com base nos acontecimentos que se sucedem no mundo e em nossa própria experiência. Podemos quase dizer que um mundo sem eventos seria um mundo sem mudanças e, portanto, sem experiência temporal.

4.2.2.2

Qualificações sobre a memória e a percepção do passado

Nesta subseção, analisaremos a tese de que a percepção de mudanças e de ordem temporal não exige, necessariamente, o recurso à memória (Rundle, 2009, p. 20). Em seguida, argumentaremos que a proposta de Rundle (2009, p. 30), segundo a qual “a bi-implicação ‘A precede B se e somente se há uma mudança de A para B’ constitui uma análise satisfatória da anterioridade temporal”, demanda importantes qualificações. Por fim — e de maneira particularmente relevante para nossos propósitos —, examinaremos a afirmação desse autor de que, no contexto da explicação de nossa experiência temporal, seria “difícil entender a razão que poderia haver para insistir na relação causal, que parece menos imediatamente satisfatória, em detrimento da noção menos exigente de mudança” (Rundle, 2009, p. 30).

[1] Em conformidade com Rundle (2009), admitimos que a própria ordem temporal pode, *em muitos casos*, ser apreendida e experienciada diretamente, sem o recurso explícito à memória ou a marcadores temporais. Em situações de mudança contínua, como observar uma vela derretendo ou ouvir uma melodia, conseguimos apreender a direção temporal apenas a partir do modo como o evento se desdobra. O aumento gradual de volume de uma sirene, por exemplo, pode ser percebido como uma progressão de intensidade sem que comparemos, de maneira consciente, uma lembrança do som fraco com a percepção atual do som mais alto.

A ordem temporal das fases de um evento compõe a sua própria estrutura “interna”, e não se trata de uma “criação” ou “construção” feita pelo observador. Como Rundle observa, ao percebermos dois eventos em sequência — como um clarão seguido de um estrondo —, pode haver casos em que dizemos “lembrar” do clarão ao ouvir o som. No entanto, também, pode ocorrer de ambos os eventos se fundirem em uma única experiência estruturada temporalmente, apreendida como um todo contínuo, sem que a memória desempenhe papel propriamente dito (Rundle, 2009, pp. 20-22).

Podemos apoiar essas afirmações — concedendo a Rundle esse ponto específico — ao adotar uma definição mais rigorosa e estrita de memória, entendida no sentido de memória episódica, a qual funciona como uma forma de “familiaridade” que depende de uma experiência perceptiva pretérita. Essa

definição permite separar com mais precisão a noção de memória da noção de percepção, esta última compreendida como uma *relação* de familiaridade com o objeto do qual estamos, no presente, recebendo informações, no contexto. Com base nessa distinção, torna-se possível concordar com a intuição do senso comum de que muitos eventos — desde que suficientemente rápidos e contínuos — podem ser percebidos sem que seja necessário recorrer à memória das fases anteriores do próprio evento em curso.

Continuando nosso apoio a essa afirmação de Rundle, recorremos ao par conceitual fenomenológico elaborado por Husserl: *retenção* — o vestígio persistente do passado imediato — e *protensão* — a antecipação do que está por vir. Ambas as estruturas são fundamentais para a articulação da experiência do “presente especioso” (“specious present”), isto é, o presente tal como vivido, que não se reduz a um ponto instantâneo sem duração, mas se estende como um intervalo temporal experienciado. A partir dessa estrutura, torna-se possível traçar uma distinção mais precisa entre retenção e memória, entendida esta última em seu sentido estrito.

Ainda que possa parecer contraintuitivo afirmar que percebemos o passado sem recorrer à memória — já que, intuitivamente, tudo o que é passado nos parece acessível apenas por meio dela —, Husserl mostra que essa intuição não se sustenta. Como sugerido no segundo ponto discutido por Le Poidevin na subseção anterior (4.2.2.1), poderíamos pensar que, a cada momento, apenas um fonema é percebido, de modo que o todo da frase, enquanto unidade, apareceria como um ato predominantemente de lembrança e memória e apenas marginalmente perceptivo (Husserl, 1905 [1991], pp. 33-34). Contudo, a experiência mostra o contrário (*pace* Le Poidevin, 2004). Ao ouvirmos a frase “o chimpanzé escreve”, reconhecemos que as sílabas iniciais — “o chimpan” — já foram enunciadas ao chegar à sílaba final “zé”, sem que isso exija qualquer uso voluntária da memória. Basta a capacidade de acompanhar o encadeamento sílaba por sílaba, própria da percepção temporal. Com efeito, a experiência de ouvir alguém proferir uma frase não é experienciada como conjunto de fragmentos pontuais, mas como uma totalidade temporalmente estendida, cujos elementos passados e futuros estão *integrados* à experiência presente. A diferença entre essa experiência de retenção e a lembrança de um acontecimento distante, como a casa demolida em que se morou na infância, é profunda: enquanto a memória exige a reativação intencional de conteúdos

experienciados como ausentes; a percepção envolve a presença contínua e coesa do objeto percebido ao longo do tempo. A retenção, nesse contexto, é o que permite manter articulados (integrados) os momentos imediatamente anteriores da experiência perceptiva. Por exemplo, ao ouvir “zé”, ainda retemos, de forma *integrada* à percepção atual, as sílabas precedentes da frase. Em outras palavras, diferentemente da memória, que apresenta algo como separado da percepção atual, a retenção assegura a coesão interna daquilo que se apresenta como presente.

Importa enfatizar que, segundo Husserl (1907 [1991], pp. 337-346), essa distinção não se reduz a uma questão de distância temporal. A memória é uma consciência “objetivante”, mediada e ativa de um objeto passado; a retenção, por sua vez, é uma consciência imediata, passiva e “não objetivante” da fase decaída da vivência consciente. Zahavi (2003) e Brough (1991), comentando esses pontos de Husserl, destacam alguns contrastes fundamentais. Em primeiro lugar, a memória manifesta-se como um ato voluntário da consciência, que pode ser iniciado ou interrompido intencionalmente. A retenção, em contraste, opera de forma automática, sem depender da vontade do sujeito. Em segundo lugar, a memória “re-apresenta” um objeto temporal já constituído como totalidade; a retenção participa do próprio processo de constituição dessa totalidade, acompanhando e conectando suas fases em continuidade. Em terceiro lugar, a memória nos fornece um novo objeto intencional que já não está presente “em pessoa” — como a casa de infância demolida —, ao passo que a retenção explica como posso perceber, agora, o cômodo em que me encontro, unificando as suas aparições sucessivas como pertencentes a um mesmo objeto ainda presente. Por fim, a possibilidade mesma da memória depende da retenção. A memória jamais poderia representar um objeto como um todo se esse mesmo objeto ou diversos objetos não tivessem sido previamente constituídos, fase por fase, na continuidade temporal da experiência perceptiva. A retenção, portanto, não apenas sustenta a unidade do presente vivido, mas também constitui a base fenomenológica indispensável para a memória episódica.

Husserl chama de protensões e retenções às intencionalidades que me ancoram em uma circunvizinhança. Elas não partem de um Eu central, mas de alguma maneira de meu próprio campo perceptivo, que arrasta atrás de si seu horizonte de retenções e por suas protensões morde o porvir. Não passo por uma série de agoras dos quais eu conservaria a imagem e que, postos lado a lado, formariam uma linha. (Merleau-Ponty, 1999, p. 558)

Essa rede de “intencionalidades” — isto é, o entrelaçamento de retenções e protensões que vincula passado e futuro ao presente — configura-se no próprio modo de estarmos presentes ao campo perceptivo (confira o conceito de “integração” ou “campo perceptivo” em 3.5.5). Não se trata de uma construção ativa do sujeito, pois a retenção não equivale à memória explícita, assim como a protensão não corresponde a uma antecipação deliberada. Ao contrário, a trama dessa rede se desenrola de modo autônomo na relação perceptiva do sujeito com o mundo (Merleau-Ponty, 1999, p. 657), de modo que, pelo próprio modo como estou presente ao campo perceptivo, o passado se mantém retido não por um ato consciente de recordação, mas de forma transparente, como elemento constitutivo da minha experiência imediata.

Com isso, reafirmamos uma das ideias defendidas na alínea [2] da *seção* 3.2: a percepção da mudança e a experiência da passagem e da direção do tempo exigem a mobilização de uma “capacidade de reprodução” do conteúdo percebido. A existência de tal capacidade advém do fato de experienciarmos a transformação como um processo contínuo e temporalmente orientado. Mesmo nos casos em que percebemos mudanças rápidas sem qualquer interrupção perceptiva — situações nas quais a memória episódica parece dispensável —, ainda assim é necessário recorrer a alguma noção de retenção, nos moldes propostos por Husserl. Embora essa retenção não se identifique com a memória em sentido estrito, ela desempenha função análoga ao conservar o conteúdo imediatamente anterior o suficiente para que a mudança seja apresentada na sensibilidade como um processo efetivamente estendido no tempo — e não como uma “captura fotográfica instantânea” independente, experienciado sem ordem temporal ou continuidade. O tempo não é uma sequência de momentos discretos que precisariam ser ligados uns aos outros por alguma atividade sintética. Trata-se, antes, de um “ímpeto indiviso” [“poussée indivise”], vide Merleau-Ponty, 1999, p. 567.

[2] Uma vez tendo afastado a estranheza inicial, a aparente contra-intuitividade, relacionada à afirmação de que percebemos algo acontecendo sem recorrer à memória, aceitando que isso se dá nos exemplos mencionados, a saber, a eventos breves, como ouvir um estalo seguido de outro som, quando ainda há ressonância auditiva da primeira ocorrência, como sugere Rundle (2009, pp. 30-

31); precisamos admitir que nem toda percepção de mudança pode ser incorporada nesse intervalo de nosso “presente especioso”.

Ao observar transformações que se desenrolam em escalas mais amplas — como o crescimento de uma planta, a própria trajetória biográfica ou alterações astronômicas que ocorrem ao longo de anos —, o papel da memória torna-se incontornável. Além desses exemplos, há situações em que precisamos reidentificar eventos após um período de “desconexão” perceptiva, como quando deixamos de observar algo por certo tempo e, em seguida, retomamos a observação. Em geral, essa necessidade de reidentificação não se restringe à ocorrência de obstáculos perceptivos; decorre também da longa duração do evento em si. Afinal, não permaneceríamos anos a fio sem sequer desviar o olhar para acompanhar o crescimento de uma planta.

Dessa forma, a proposta de Rundle requer qualificações, especialmente quando ele sugere a bi-implicação: “A precede B se e somente se há uma mudança de A para B” (Rundle, 2009, p. 30). Se compreendermos A e B como fases sucessivas de um mesmo evento, podemos conceder que o caso paradigmático para a apreensão da relação “A é anterior a B” (“A depois_{OBJ} B”) reside justamente na contínua transformação de A em B — isto é, numa mudança que, ao menos em princípio, poderia ser acompanhada perceptivelmente sem interrupções, de modo a permitir que experienciássemos a transição como um processo único. Isso é facilmente compreendido por analogia com a identidade numérica de um corpo material de um tipo *F* percebido inicialmente na posição p_1 e, posteriormente, na posição p_2 . Nesse caso, o juízo de identidade entre corpos materiais pressupõe a representação de que ele percorreu uma trajetória espaço-temporal contínua, ao longo da qual ele permaneceu sendo *F* enquanto se deslocava de p_1 até p_2 — trajetória essa que, em princípio, também poderia ser acompanhada perceptivelmente de modo ininterrupto, i.e., sem que se perdesse, em nenhum momento, a conexão perceptiva com o objeto em questão.

No caso de A e B serem marcadores de posição de eventos, isto é, $A = e_1$ e $B = e_2$, não se pode sustentar, nem mesmo como caso paradigmático, que a afirmação “ e_1 precede e_2 ” possa ser analisada como “existe uma sequência de mudanças de e_1 para e_2 ”. Isso ocorre porque, simplesmente, pode não haver qualquer sequência de transformações (eventos) que conecte e_1 a e_2 . Isso não exclui a possibilidade de haver uma mudança que realmente se inicie em e_1 e culmine em e_2 , mas tal situação

não se configura como paradigmática; menos ainda se aplicaria a casos em que e_1 e e_2 se encontram muito distantes, seja temporal, seja espacialmente. A travessia de Cesar pelo Rubicão é, sem dúvida, anterior ao meu nascimento; entretanto, está muito longe de existir um encadeamento de mudanças observáveis (ou “linha de eventos irreversíveis”, segundo nossa terminologia) que se inicie com a travessia e termine no meu nascimento. Mesmo supondo uma sequência de mudanças meramente possível (em vez de efetivamente ocorrida), nossa imaginação e criatividade ainda encontram dificuldades para delinear-la (nem supondo que eu seja descendente direto de Júlio César isso seria satisfeito).

O que defendemos, nesse contexto, como caso paradigmático (ver alínea [3] da *seção* 3.2) é a existência de um conjunto de possíveis sequências de eventos irreversíveis (transformações causais) $s_1, s_2, s_3, \dots, s_n$, tais que: o evento que inicia a sequência irreversível s_1 é simultâneo a e_1 ; o evento que encerra s_1 é simultâneo ao evento que inicia s_2 ; o evento que encerra s_2 é simultâneo ao evento que inicia s_3 , e assim sucessivamente, até que, ao final, o evento que encerra a sequência irreversível s_n é simultâneo a e_2 . Por exemplo, poder-se-ia considerar um conjunto de translações completas da Terra ao redor do Sol como uma sucessão de tais transformações; o evento inicial da primeira dessas translações seria simultâneo à travessia do Rubicão, ao passo que o evento final da última translação seria simultâneo ao meu nascimento. Para tornar mais simples, apesar de não prático, é possível imaginar uma série de eventos de decaimento de carbono-14 em um organismo então sepultado na Itália, cuja desintegração atômica tenha se iniciado no mesmo instante da travessia do Rubicão e atingido uma proporção específica entre carbono-14 e carbono-12 simultaneamente ao momento do meu nascimento.

(Resta ainda a questão da simultaneidade. Podemos perceber dois eventos como simultâneos quando ocorrem dentro do mesmo *agora*. No entanto, como representar a simultaneidade entre eventos espacialmente distantes? E, sobretudo, como devemos conceber o mundo para que, diante de juízos conflitantes emitidos por dois sujeitos em pontos de vista distintos, sobre a ordem temporal dos mesmos eventos em um mesmo mundo espaço-temporal, seja possível decidir a questão de modo prático? Vide alínea [3] da *seção* 3.2.)

Em suma, nos casos em que as transformações são suficientemente rápidas para serem percebidas como um todo, mas não tão breves a ponto de escaparem à possibilidade de percepção, a ordem temporal pode ser percebida diretamente, sem

necessidade de recorrer à memória formal de fases anteriores. Em contrapartida, à medida que o intervalo entre as fases se amplia, a memória torna-se o único meio de acesso à ordem temporal, desempenhando um papel ativo na reconstrução de nosso passado biográfico como parte de um mundo que possui uma história.

Se, por um lado, a percepção de mudanças como transições de A para B exige, em geral, o recurso à memória ou a alguma capacidade de retenção como meio de reconstrução das experiências passadas, inserindo-as em posições anteriores às experiências presentes, e, assim, situando os eventos em uma estrutura causal objetiva mais ampla para que possam ser compreendidos como mudanças reais (ver alínea [2], *seção 3.2*); por outro lado, no caso da comparação entre eventos e_1 e e_2 — sobretudo quando separados por grandes distâncias temporais ou espaciais —, sugerimos que a apreensão de relações como anterioridade, posterioridade e simultaneidade exige, na prática, não apenas a utilização da memória de conteúdos passados e o uso de fontes históricas, mas, fundamentalmente, uma representação estruturada do tempo como uma série ordenada de causas e efeitos. Ademais, a própria identificação dos eventos — condição prévia para qualquer apreensão de relações temporais — requer a experiência de si mesmo e de outros sujeitos como situados em uma história comum do mundo. Essa experiência compartilhada é central para a inteligibilidade da ordem temporal dos acontecimentos vividos (ver alínea [3], *seção 3.2* e subseção 4.2.3 próxima). Compreender o passado, portanto, envolve mais do que apenas a percepção imediata. Envolve construir uma narrativa, compreender causa e efeito ao longo do tempo para situar os eventos dentro de uma estrutura maior.

Não se trata, no texto desta tese, de insistir em relações causais (uma condição mais exigente) em detrimento da noção de mudança. Não defendemos que a ordem temporal deva ser reduzida à fala sobre relações causais, como se a noção de mudança não fosse fundamental para nossa experiência do tempo (cf. Rundle, 2009, p. 30), mas, sim, que a representação de um mundo estruturado causalmente é necessária essa experiência, para a percepção de uma mudança como real e para a (re)identificação (e “acompanhamento”) de eventos presentes e passados.

Concluiremos esta subseção com a indicação — um esboço — de um caminho argumentativo adicional em favor da hipótese de que a representação do mundo pressupõe, necessariamente, que o concebamos como estruturado

causalmente. Neste caso, contudo, a base dessa exigência não será a possibilidade de sincronização temporal alo-egocêntrica (tema da subseção seguinte, 4.2.3), mas, sim, a própria possibilidade de distinguir cientificamente entre tempo subjetivo e tempo objetivo.

[3] Há outros casos em que, argumenta-se, temos percepções presentes de ocorrências passadas, sem que a memória esteja envolvida.

Um exemplo frequentemente citado é a observação de estrelas distantes: a luz que percebemos agora teria sido emitida há milhares de anos, configurando, assim, uma percepção atual de algo que já não existe. Esse fenômeno pode ser generalizado, pois mesmo ao percebermos objetos próximos, sempre há um intervalo temporal — por menor que seja — para que os estímulos (raios de luz ou ondas sonoras) cheguem aos nossos órgãos sensoriais.

Um segundo conjunto de exemplos remete às discrepâncias nos tempos de condução de impulsos nervosos pelo corpo. É sabido que esses impulsos demoram mais para percorrer a distância entre o dedão do pé e o cérebro do que entre a ponta do nariz e o cérebro. Portanto, ao sermos tocados simultaneamente no pé e no nariz, o sistema nervoso, em tese, deveria “aguardar” a chegada das informações vindas do ponto mais distante a fim de processá-las e gerar a experiência consciente de simultaneidade. Isso sugeriria que, ao termos consciência de nossos estados corporais, lidamos com eventos que ocorreram milissegundos antes da percepção consciente. A seguinte generalização é descrita por David Eagleman:

Quando você estala os dedos, seus olhos e ouvidos registram informações sobre o estalo, que são então processadas pelo restante do cérebro. Mas os sinais se movem relativamente devagar no cérebro — milhões de vezes mais devagar do que os elétrons que transmitem sinais por fios de cobre —, de modo que o processamento neural do estalo leva tempo. No momento em que você o percebe, ele já aconteceu e passou. Seu mundo perceptivo está sempre um pouco atrás do mundo real. Em outras palavras, sua percepção do mundo é como um programa de televisão “ao vivo” (pense no *Saturday Night Live*), que, na verdade, não é ao vivo. Esses programas são transmitidos com alguns segundos de atraso, para o caso de alguém usar linguagem imprópria, se machucar ou perder uma peça de roupa. E o mesmo acontece com sua vida consciente: ela reúne uma grande quantidade de informações antes de transmiti-las como se fosse ao vivo. (Eagleman, 2011, p. 63, tradução nossa)

Esses dois grupos de exemplos parecem conduzir à conclusão de que, em todos os casos, aquilo que percebemos como presente já se encontra no passado — e tal percepção não demandaria a evocação de memória. Seria algo análogo ao que

acontece no caso da percepção de espaços: conseguimos observar objetos espacialmente muito distantes de nós e, mesmo ao ver um objeto próximo, há sempre alguma distância entre ele e o lugar em que estamos.

Não se pretende, aqui, debater em detalhes a validade ou os pormenores desses exemplos, tampouco avaliar o que há de contrassenso ou não nessas explicações baseadas nas teorias científicas de nossa época. Esses casos são mencionados apenas para esclarecer que não constituem contraexemplos às hipóteses principais defendidas nesta tese.

A inteligibilidade dos próprios exemplos e conclusões, por conta dos experimentos científicos e das teorias que os sustentam, depende da aceitação de uma realidade objetiva, na qual relações de causa e efeito explicam por que (supostamente), em alguns casos (ou em todos), percepções atuais se referem a eventos já ocorridos. Em primeiro lugar, a própria percepção de eventos — ou, mais geralmente, a própria experiência objetiva de que de fato dispomos — exige que o sujeito reconheça esse “duplo aspecto” da experiência do tempo como não necessariamente coincidente. Em segundo lugar, compreender como a noção de tempo objetivo pode ser experienciada egocentricamente, a partir de pontos de vista — nossa forma primitiva de situar eventos no mundo — e, ainda assim, *divergir radicalmente* da ordem temporal objetiva, pressupõe o conceito de causalidade, uma vez que afirmações sobre sucessões e simultaneidades objetivas depende dele. Tal exigência se torna ainda mais evidente quando consideramos que essa divergência radical entre tempo subjetivo e objetivo é supostamente respaldada por ciências empíricas, como a neurociência e os estudos experimentais sobre a percepção, as quais fazem uso explícito do conceito de causa em suas explicações.

Para ilustrar esses pontos, considere-se um experimento de pensamento: imagine-se um indivíduo ignorante das ciências contemporâneas — alguém que jamais teve contato com conceitos como fótons, elétrons, neurônios, mecanismos de transmissão neural ou o papel do cérebro no processamento perceptivo, tampouco com distinções entre as velocidades de propagação de sinais elétricos em fios de cobre e no sistema nervoso humano, ou, nem mesmo, entre a velocidade da luz e a do som. Esse indivíduo também desconheceria os métodos pelos quais medimos, na prática, intervalos de tempo da ordem de milissegundos ou de milhares de anos. Se tentássemos convencê-lo, por meio dos exemplos citados, de que aquilo que ele percebe como presente não coincide necessariamente com o momento real

dos eventos, mas, em todos os casos, refere-se a estados de coisas que já ocorreram, teríamos de instruí-lo em uma série de experimentos e teorias científicas sobre o funcionamento do mundo físico e do corpo humano. Isso inclui, essencialmente, aceitar que a experiência fenomenológica do tempo pode divergir da ordem objetiva e real dos acontecimentos. Entretanto, reconhecer essa divergência pressupõe a capacidade de distinguir entre a perspectiva subjetiva (o “tempo vivido”) e uma ordem temporal externa, objetiva.⁵⁷ Concluindo o experimento de pensamento, convencer alguém da veracidade dos exemplos mencionados requer, por parte do proponente, a adesão — completamente explícita — a uma concepção do mundo físico e do corpo humano como estruturas organizadas causalmente.

A imaginação dessa situação dialógica sugere, em formulação embrionária, um argumento: afirmar que “percebemos o passado” com base nesses tipos de hipóteses científicas implica necessariamente a distinção entre tempo subjetivo e tempo objetivo. E a defesa dessa distinção, por meio de argumentos oriundos das ciências empíricas, só se torna minimamente inteligível dentro de uma concepção de mundo articulada causalmente. Em suma, a distinção entre temporalidade egocêntrica e alocêntrica fornece os contornos de um argumento em favor da tese segundo a qual o mundo deve ser concebido como — e não apenas ser — causalmente estruturado.

4.2.2.3

Referências e experiências egocêntricas do tempo

Para facilitar a leitura da próxima subseção (4.2.3), conferindo-lhe maior proveito expositivo, torna-se necessária a explicitação de uma distinção conceitual. Retornando às reflexões preliminares (4.2.1), há de se distinguir entre (i) referências temporais egocêntricas e (ii) experiências temporais egocêntricas. No primeiro sentido, tais representações são simplesmente modos indexicais de se referir ao tempo objetivo. Funcionam como sistemas de coordenadas egocêntricos, que nos permitem referir ao mundo mesmo sem recorrer explicitamente a datas ou calendários públicos. Em contraste, o segundo sentido de representação egocêntrica temporal refere-se o modo como as ordens temporais *parecem* ao sujeito, a saber,

⁵⁷ Essa habilidade — experienciar e entender a diferença entre tempo egocêntrico e tempo alocêntrico — não se manifesta de modo constante na experiência e tampouco está disponível a qualquer ser, pois requer certas condições que possibilitam formas mais sofisticadas de representação temporal.

trata-se de componentes perspectivais da experiência individual que, embora frequentemente coincidam com a ordem dos eventos do mundo, nem sempre refletem com precisão a ordem temporal objetiva desses acontecimentos.

Ainda que ambos os conceitos tenham sido introduzidos em “Reflexões Preliminares” (4.2.1) e que o primeiro venha a ser aprofundado nas *subseções* 4.2.3 e 4.2.4, propomos agora uma diferenciação sistemática entre ambos, no espírito da distinção entre referências linguísticas e conteúdos mentais discutida na *seção* 2.3.2. (Naquela subseção, destacou-se que referência linguística e conteúdo mental constituem domínios distintos: o proferimento e o uso linguístico competente de enunciados singulares não garantem, por si sós, a posse de pensamentos singulares genuínos, uma vez que a compreensão desses conteúdos depende de condições epistêmicas adicionais que excedem a mera competência linguística.)

Com esses objetivos, esta subseção organiza-se em quatro alíneas. Em [1], expõe-se a noção de referência temporal egocêntrica como relacionada ao uso linguístico de expressões indexais que explicitamente incorporam flexões temporais para referir-se a eventos no tempo, fazendo um contraste com as formas de referência temporal alocêntricas, as que não contém flexões temporais. Em [2], explica-se a experiência temporal egocêntrica por oposição, por contraste com, à experiência objetiva, adiantando a dependência da primeira em relação à segunda, em analogia à distinção clássica entre aparência e realidade. Em [3], sugere-se como o sujeito estrutura a experiência de seu tempo subjetivo por meio de referências temporais egocêntricas, destacando que tais usos dependem de práticas intersubjetivas e pressupõem, de modo inalienável, a experiência pública do tempo do mundo. Por fim, em [4], antecipam-se observações visando facilitar a compreensão dos desenvolvimentos subsequentes.

[1] Primeiramente, uma *referência* temporal egocêntrica utiliza termos indexicais como “agora”, “antes”, “depois”, “presente”, “passado” e “futuro” para indicar posições no tempo, que também podem ser descritas mediante expressões não indexicais, como “posterior a *y*”, “simultaneamente a *y*”, “no instante *t*” ou especificações quantitativas como “dez anos antes de *y*”. As últimas são ditas serem relações destituídas de flexões de tempo (*tenseless relations*), pois descrevem relações temporais invariantes, ou seja, não dependem de quem fala, nem do momento da enunciação.

Para ilustrar, em vez de identificar um intervalo temporal por meio de uma datação objetiva — como (a) “antes das 16h13min54s UTC de 23/04/2025” —, o sujeito poderia dizer (b) “no meu passado”. Supondo que a expressão (b) foi proferida exatamente às 16h13min54s UTA de 23/04/2025, ambas as formas se referem ao mesmo intervalo temporal da história do mundo, sendo a primeira (a) uma referência alocêntrica e a segunda (b), uma referência egocêntrica. Nesses contextos de proferimento, pode-se dizer que expressões egocêntricas e expressões alocêntricas são, por assim dizer, coextensivas: duas maneiras distintas de referir-se ao mesmo intervalo de tempo (experienciado como) real, compartilhado, público e independente da mente individual de qualquer sujeito. A referência egocêntrica temporal constitui, portanto, um modo centrado em uma perspectiva de se referir a entidades ou acontecimentos situados no tempo.

Por um lado, as expressões temporais egocêntricas “são temporalmente flexionadas (*tensed*): ao empregá-las para descrever um evento, atribuímos a ele uma localização temporal — passada, presente ou futura” (Le Poidevin, 2007, p. 41); enquanto, em contraste, as expressões temporais alocêntricas “são atemporais (*tenseless*): ao utilizá-las na descrição de um evento, não implicamos, com isso, sua localização no passado, presente ou futuro” (ibidem, p. 41).

É nesse sentido de referências ou expressões temporais egocêntricas — modos de utilizar expressões indexais para se referir a particulares ou instantes — que se deve compreender o pano de fundo que subjaz às discussões de autores como Prior, Lucas, Dummett e Le Poidevin. Considere-se os trechos citados a seguir.

É somente por meio de enunciados flexionados temporalmente [*tensed statements*] que podemos atribuir valor efetivo [*cash-value*] às afirmações que se propõem a tratar do “tempo”. (Prior, 1967, pp.198-9).

Costuma-se dizer que palavras como “agora”, “então”, “antes”, “presente”, “passado”, “futuro” e as várias indicações de tempo verbal têm um caráter “egocêntrico” ou “token-reflexivo”. Quero sugerir, ao contrário, que esse aparente egocentrismo ou essa token-reflexividade [*egocentricity or token-reflexiveness*] dessa classe de expressões são enganosos. (Prior, 1968, p. 15)

Faz parte do conceito de tempo o fato de ele estar conectado a nós, ao passo que não é absolutamente necessário... que o espaço esteja conectado a nós. O egocentrismo essencial do tempo se reflete na irredutibilidade [*ineliminability*] dos tempos verbais. (Lucas, 1973, p. 280 *apud* Le Poidevin, 2007, pp. 41-42)

O que é temporal não pode ser completamente descrito sem o uso de expressões token-reflexivas. (Dummett, 1960, p. 356 *apud* Le Poidevin, 2007, p. 42)

A princípio, nada parece mais simples do que construir a distinção entre representações temporais egocêntricas e objetivas, uma vez que podemos explorar analogias familiares com o espaço. No entanto, ao tentar aprofundar essas analogias, diversas dificuldades emergem — dificuldades que ameaçam minar a própria ideia de uma distinção egocêntrica/objetiva no domínio temporal. (Le Poidevin, 2007, pp. 39-40, traduções nossas)

Tomemos as discussões de Le Poidevin (1999; 2007) como exemplo, pois suas posições convergem em grande medida com as nossas.

No capítulo 3 de *The Images of Time* (2007), visando contrastar (a) as referências (egocêntricas e alocêntricas) do tempo, como parece natural, com (b) as referências (egocêntricas e alocêntricas) espaciais, Le Poidevin apresenta a distinção em forma de tabela: (*aqui/agora*), (*ali/então*), (*esquerda/antes*), (*direita/depois*), (*ao lado de x / antes de y*), (*ao norte de x / simultaneamente a y*) e (*no -22.9375°Sul, -43.2002°Norte WGS / às 9h22m UTC 4/5/2025*) (ibidem, p. 40, com adaptações nossas). Nesse caso, “à (minha) esquerda” depende da perspectiva do sujeito, ao passo que “ao norte do rio” constitui uma referência espacial objetiva.

Le Poidevin escolhe, com acerto, comparar a referência temporal egocêntrica “agora” à referência espacial egocêntrica “aqui”. A zona que está sobre nosso controle corporal imediato — a circunvizinhança para ação, decisão, percepção e reação motora imediata — restringe-se justamente ao *aqui* e ao *agora*. Não seria acertado contrastar “este instante (agora)” com “isto”, pois não dispomos da mesma liberdade para selecionar os instantes que vamos designar por “agora” que possuímos para escolher objetos designáveis por “isto”. Um filósofo simpático à *Teoria-B* poderia, se “agora” fosse comparado com “isto”, argumentar que “agora” se assemelha menos a “isto” do que a “eu”.⁵⁸

Ainda que admitamos dois tipos distintos de expressão temporal, não decorre daí que as referências alocêntricas sejam objetivas exatamente como suas contrapartes espaciais. Como observa Le Poidevin (2007, p. 41), no domínio temporal a diferença é mais tênue, pois o discurso sobre o tempo é inseparável da

⁵⁸ No contexto das discussões metafísicas e ontológicas sobre o tempo, a “Teoria-A” defende que a distinção passado/presente/futuro é uma característica objetiva do tempo em si, sendo essa espelhada e capturada pelas referências egocêntricas temporalmente flexionadas; assim, o tempo realmente passa e os eventos distribuem-se segundo a “série-A”, a saber, por posições passado, presente, futuro. A “Teoria-B”, por sua vez, considera essa distinção dependente da mente: o tempo “na realidade última das coisas” deve ser representado de maneira atemporal, i.e., sem flexões temporais, nas quais os eventos situam-se em uma “série-B”, que utiliza noções de “mais cedo que”, “simultâneos a”, ou “mais tarde que” outros eventos ou instantes.

nossa posição no fluxo temporal. Alguns filósofos partidários da Teoria-A sustentariam que a representação das relações da série-B seria parasitária em relação às noções da série-A e a experiência direta é “temporalizada” (*tensed*), porque a linguagem egocêntrica é primária e porque as relações objetivas, destituídas de flexões temporais, derivam conceitualmente desse modo básico de compreensão. Le Poidevin rejeita essa tese da redução, na sua formulação forte.

Para dar início ao seu argumento que tem como conclusão de que as semânticas das referências temporais egocêntricas e alocêntricas podem coexistir; nas pp. 42-43, Le Poidevin (2007) começa examinando diversas tentativas de traduzir enunciados típicos da Teoria-B (“anterior a”, “posterior a”) em enunciados da Teoria-A (“passado”, “presente”, “futuro”).

Consideremos a tradução de Gale (1968), segundo a qual as relações-B seriam definíveis em termos de determinações-A. Gale a sustenta observando, em primeiro lugar, que um complexo verofuncional de proposições — cujos componentes/elementos podem ter seus valores de verdade variáveis — pode, ele mesmo, isto é, a própria proposição complexa como um todo, ser invariável em valor de verdade. Para ilustrar, ele oferece o exemplo: “Ou S é P, ou S foi P, ou S será P” (Gale, 1968, p. 84), proposição que, se alguma vez é verdadeira, é verdadeira sempre. Em seguida, Gale propõe uma definição de “x é anterior a y” desse mesmo gênero. Sua primeira aproximação é: “Ou x é presente e y futuro, ou x passado e y futuro, ou x passado e y presente” (*ibidem*, p. 92). Observa, porém, que tal fórmula é insuficiente, pois omite o caso em que x e y são ambos futuros, mas y é mais futuro que x, e aquele em que ambos são passados, mas x é mais passado que y. Gale propõe então o seguinte (Gale, 1968, p. 92).

Definição de Gale: x é anterior a y *se, e somente se*, (x e y são presentes), ou (x é presente e y é futuro), ou (x é passado e y é futuro), ou (x está mais no passado do que y), ou (x está menos no futuro do que y).

Em essência, essa é a proposta de análise conceitual de Le Poidevin. Entretanto, Le Poidevin deixa de notar que o próprio Gale admite sentir-se descontente ao introduzir cláusulas adicionais que, segundo ele, não constituem determinações-A “puras”. O que incomoda Gale é que, nas expressões “mais no passado” e “menos

no futuro”, persista um vestígio não analisado da própria relação “anterior a” (Gale, 1968, p. 93).

Gostaríamos de mencionar que Le Poidevin poderia ter recorrido a outra formulação, que, em nossa avaliação, se mostra mais adequada. Ela se deve a Prior (1969). Ao ver de Prior, não há razão para tanto alarde, pois a linguagem ordinária, que Gale e Le Poidevin afirmam ter como padrão, exprime com maior clareza a anterioridade temporal. Por que não dizer, nos sugere Prior, que “a morte de César é anterior à da rainha Ana” equivale a: “Ou a rainha Ana está morrendo e César já morreu, ou a rainha Ana morrerá quando César já tiver morrido, ou a rainha Ana morreu quando César já havia morrido”? (Prior, 1969, p. 457). A força desse “quando” não é difícil de analisar, pois trata-se de uma conjunção regida por um tempo verbal.

Definição de Prior: x é anterior a y *se, e somente se*, ou (y é presente e x é passado) ou ((y presente e x passado) é futuro) ou ((y presente e x passado) é passado)

Em todo caso, munido de uma análise com apenas determinações-A da afirmação simples “x é anterior a y” que considera satisfatória, Le Poidevin prossegue com seu argumento:

Suponha que “x é anterior a y” fosse entendido como algo dependente [*as parasitic*] de afirmações com flexões temporais [*tensed assertions*]. Nesse caso, não seria nada claro por que deveríamos considerar a análise de Gale — “ou x está no passado e y no presente, ou x está no presente e y no futuro... etc.” — como algo diferente de uma disjunção arbitrária. Considere a seguinte pergunta: com base em quê julgamos que a verdade, em determinado momento, de um dos disjuntos implica a verdade, em outros momentos, dos demais? O que fundamenta a ideia de que cada disjunto tem algo em comum com os outros? A resposta mais evidente é que cada disjunto preserva a ordem dos eventos segundo a série-B, e essa resposta é claramente informativa. Se, no entanto, nossa compreensão de “x é anterior a y” fosse dependente de nossa apreensão [*were parasitic on our grasp*] da disjunção flexionada temporalmente, essa resposta perderia completamente seu poder informativo. (Le Poidevin, 2007, pp. 51-52, tradução nossa)

Somente julgamos a análise de Gale (ou de Prior) adequada ou satisfatória se ela consegue preservar o significado que expressão “anterior a” já capturava. Nossa capacidade de fazer essa avaliação de adequabilidade revela uma apreensão independente da própria relação de série-B como informativa; do contrário, faltaria

um critério contra o qual avaliar a análise. Mesmo no âmbito de uma Teoria-A, em que a perspectiva egocêntrica é fundamental, a semântica das descrições atemporais (*tenseless descriptions*) de séries-B deve permanecer coerente e informativa.

De fato, parece intuitivo que conseguimos atribuir alguma inteligibilidade a trechos como:

É muito comum contemplar o tempo com a ajuda de uma metáfora de movimento espacial. Mas movimento espacial em que direção? O movimento do tempo consiste no fato de que termos cada vez mais posteriores passam a ser presentes [*that later and later terms pass into the present*] ou — o que é o mesmo fato expresso de outra maneira — que o presente se transfere para termos cada vez mais posteriores [*that presentness passes to later and later terms*]. Se adotarmos a primeira forma, estamos considerando a série-B como deslizando ao longo de uma série-A fixa. Se adotarmos a segunda forma, estamos considerando a série-A como deslizando ao longo de uma série-B fixa. No primeiro caso, o tempo se apresenta como um movimento do futuro para o passado. No segundo caso, apresenta-se como um movimento do anterior para o posterior. (McTaggart, 1908[1993], p. 24n1, tradução nossa)

Isto é, se trechos como esses não configuram totais contrassensos oriundos da “linguagem saindo de férias”, devemos admitir a relativa independência entre (a) a semântica das expressões temporais egocêntricas e (b) das alocêntricas.

Le Poidevin reforça, ao longo de toda a obra (2007), essa hipótese de que é possível dar coerência a enunciados genuinamente atemporais, i.e., puramente da “série-B”, as quais não fazem recurso a qualquer perspectiva temporal egocêntrica (ibidem, p. 166). Em particular, nas discussões sobre memória e ficção (ibidem, pp. 73-76), ele defende que uma estrutura da Teoria-B explica melhor certos fenômenos. O caso da memória episódica ilustra essa necessidade: o vínculo epistêmico entre a lembrança de um episódio e a experiência original que lhe deu origem somente se compreende adequadamente se aceitarmos como “verdadeiros” os fatos tal como expressos na série-B (vide, principalmente, cap. 4 de Le Poidevin, 2007). Isso corrobora a tese de que os conceitos da série-B são relativamente suficientes/autônomos para que possamos falar e pensar sobre a estrutura temporal. Portanto, os conceitos da série-B não se reduzem, sem perda semântica ou conceitual, aos conceitos da série-A.

Podemos, assim, dar coerência à ideia de uma representação “objetiva” do tempo — ou, por outras palavras, à noção de uma série-B pura, envolvendo apenas simultaneidade e precedência (Le Poidevin, 2007, pp. 177-178). Essa reconciliação resolve o aparente paradoxo de como podemos falar sobre o tempo,

simultaneamente, como uma característica objetiva do mundo e como algo que invariavelmente experienciamos em primeira pessoa. Em outras palavras, a semântica egocêntrica e a semântica alocêntrica podem coexistir, cada uma com certa autonomia da outra.

[2] Por outro lado, propomos que a *experiência* egocêntrica do tempo se contraponha à *experiência* objetiva ou alocêntrica: enquanto a primeira concerne à maneira como as ordens temporais *aparecem* a um sujeito particular, a segunda é a experiência do tempo público, universal e invariante.

Para esclarecer o que entendemos por tempo objetivo, identificamos aspectos essenciais: as relações de sucessão e simultaneidade são vividas como reais (vide *seção 3.5*). A experiência do tempo objetivo trata-se, no mínimo, de uma experiência compartilhada de uma ordem pública, experienciada como independente da mente deste ou daquele sujeito, e invariante sob qualquer mudança de perspectiva. (Não pressupomos que a única maneira de representar e pensar nossa experiência do tempo objetivo é por meio de referências temporais alocêntricas ou expressões da série-B.)

A distinção entre a ordem egocêntrica e a ordem alocêntrica do tempo não se apresenta constantemente no modo “natural” de vivenciar o tempo: em geral, exige de nós um esforço reflexivo, uma tomada de consciência da condição perspectival de nossa percepção temporal. Por meio de um exercício de reflexão — geralmente motivado pela constatação de alguma dissonância —, torna-se possível reconhecer que a ordem subjetiva da experiência nem sempre coincide com a ordem objetiva dos eventos. Por exemplo, ao observar um jogador de basquete a certa distância: vemos a bola tocar o chão e, em seguida, ouvimos o som produzido por um quicar; reconhecendo esse “descompasso”, temos a experiência integrada de um único quique da bola. Podemos, retrospectivamente, perceber que algo foi experienciado como posterior (depois_{SUBJ}) mesmo que, na realidade objetiva, não tenha ocorrido depois (depois_{OBJ}). No entanto, esses casos parecem exceções precisamente porque, em situações ordinárias, onde tudo vai bem, a experiência do tempo está espontaneamente alinhada à ordem objetiva do mundo.

Salvo, também, nos casos em que estamos confusos, nossa experiência é imediatamente voltada ao mundo: experienciamos diretamente a ordem temporal objetiva. Essa confusão se daria ao atribuímos ao mundo propriedades que

pertencem apenas à nossa maneira de experienciá-lo, ou, talvez, ao tratar nossa perspectiva como a única possível — o que, em certo sentido, seria uma incapacidade de compreender a própria noção de perspectiva.

Sugeriremos que a experiência egocêntrica do tempo é, em última análise, parasitária em relação à experiência do tempo objetivo (confira a alínea [4] da subseção 4.2.3). A experiência egocêntrica contrasta com a experiência alocêntrica da mesma forma que o conceito de aparência se contrapõe ao de realidade. Esses dois aspectos da experiência temporal são essenciais para a experiência objetiva, cada uma desempenhando um papel específico no pensamento e na ação. A própria distinção entre o egocêntrico e o alocêntrico permite a formulação de um conceito de dependência da mente: um aspecto do mundo é considerado dependente da mente (ou fruto de nossa perspectiva) quando figura em experiências egocêntricas, mas não necessariamente em experiências objetivas.

[3] Uma pessoa pode valer-se de referências egocêntricas, e até alocêntricas, para estruturar (ordenar temporalmente) sua experiência do tempo egocêntrico.

Existem modos egocêntricos de pensar, experienciar e mesmo de referir-se que se vinculam não ao conteúdo dos estados mentais (o que se recorda, o que se percebe etc.), mas à forma como as coisas se apresentam a subjetividade de alguém, aos seus próprios estados mentais. Assim, sem subscrever-se à cronologia objetiva dos eventos, o indivíduo pode declarar “estou me lembrando disso agora”, ainda que o conteúdo recordado pertença ao passado remoto, ou narrar a sucessão de impressões ao deslocar o olhar de um ponto a outro de um cômodo, percepção após percepção. Um sujeito consegue, por meio de referências egocêntricas (e, às vezes, alocêntricas), desde que determinadas condições sejam atendidas, ordenar com entendimento sua vida mental, o desenrolar temporal do seu “sentido interno”, por assim dizer.

Em contrapartida, como já anunciado, sustentaremos que a experiência egocêntrica do tempo é parasitária em relação à experiência do tempo objetivo. Desse modo, é igualmente defensável a tese de que as referências egocêntricas, com entendimento, a estados mentais somente se tornam possíveis quando tais estados são concebidos como eventos inscritos na biografia de um sujeito situado no mundo. Em outras palavras, a possibilidade de narrar acontecimentos experienciados “na ordem do tempo egocêntrico” pressupõe o reconhecimento de

que essa biografia se desenrola no tempo do mundo *como* experiência de uma pessoa que habita uma ordem temporal objetiva. Assim, a referência temporal privada depende, logicamente, da referência pública.

Ademais, ainda que se deva distinguir (i) referências egocêntricas de (ii) experiências egocêntricas, as duas noções permanecem interligadas por razões que vão além da mencionada possibilidade de utilizar a primeira para se falar da segunda. A saber, o desenvolvimento da capacidade de discriminar experiências subjetivas e de constituir determinados estados cognitivos requer, em nossa avaliação, tanto o domínio prévio de uma linguagem pública quanto a participação em contextos intersubjetivos de comunicação de conteúdos singulares (confira *subseção* 2.3.2). Desse modo, por um lado, a experiência objetiva do tempo configura-se como condição necessária ao aprendizado e a explicação das referências temporais egocêntricas, as quais se estabelecem por meio de associações com eventos do mundo, percebidos como reais, no interior de práticas intersubjetivas de ensino e de aprendizagem da língua. Por outro lado, a experiência subjetiva do tempo — forjada justamente por oposição à experiência objetiva do tempo — emerge dessas mesmas práticas intersubjetivas, que incluem o desenvolvimento da capacidade de empregar referências egocêntricas com maestria. Assim, referências egocêntricas e distinções entre experiências egocêntricas e alocêntricas do tempo complementam-se mutuamente e têm origem em uma prática de natureza fundamentalmente social (vide *seção* 2.6).

Em suma, qualquer forma de referência temporal — seja egocêntrica ou alocêntrica — pressupõe ao menos uma experiência objetiva da história do mundo e de nós mesmos como habitantes desse mesmo mundo.

[4] É nossa opinião que um pensamento que pode ser perfeitamente expresso pela frase que contenha “A queda de há três dias atrás...”, proferida em 28 de abril de 2025, é entendido como sendo a respeito da queda daquele dia, embora não a identifique como “A queda que ocorreu no dia 25 de abril de 2025”; assim como “Aqui é barulhento” é entendido como sendo dito deste lugar, embora não o identifique descrevendo-o como “a região espacial, seja lá qual for, em que nos encontramos agora” mas, sim, o faça de forma demonstrativa.⁵⁹

⁵⁹ As razões pelas quais sustentamos a posição enunciada neste parágrafo são variadas. Em primeiro lugar, argumentamos, neste capítulo, que a experiência necessária para a compreensão de

Ademais, sustentamos que tais referências egocêntricas apenas podem ostentar caráter cognitivo se a experiência subjetiva do tempo reflete — ou ao menos está em condições de ser alinhada com — a experiência do tempo objetivo. Tal alinhamento, argumentaremos, pressupõe que o sujeito disponha de algum entendimento substantivo acerca de sua posição na história do mundo (vide as três primeiras alíneas da subseção 4.2.3). Dessa maneira, a mera referência egocêntrica a uma posição temporal (como no caso da simples enunciação de expressões linguísticas, como “agora” ou “três dias antes de hoje”) não é suficiente, por si só, para uma identificação fundamental (e.g., situá-la, de fato, em relação ao meu agora ou três dias atrás).⁶⁰

Por fim, ainda que concordemos com Le Poidevin que entendamos a semântica tanto de referências temporais egocêntricas, quanto de referências temporais alocêntricas, de modo que nenhuma precise ser entendida como redutível à outra (o que permite que consigamos representar de forma mais que adequada o tempo objetivo); ainda assim, mantemos que a experiência egocêntrica/objetiva permanece prioritária. A esse respeito, na subseção intitulada “o argumento da mensuração” (4.2.4), sustentaremos que as referências objetivas *qua* coordenadas matemáticas da Física pressupõem nossa experiência do tempo *qua* objetivo, isto é, um “arcabouço” (ou “quadro conceitual”) entendido como único por todos os sujeitos, com algumas ordens temporais que são invariantes entre as perspectivas que se ocupem e que são mente-independentes, entre outros (vide *subseção* 4.2.4). Defenderemos, ademais, que a capacidade de *entendermos* o nosso entorno temporal por meio de expressões egocêntricas (isto é, termos indexicais como

expressões (referências) temporais egocêntricas é conceitualmente mais simples e constitui a base para a construção de um sistema de coordenadas temporais objetivas, que possibilita o uso de formas alocêntricas, como “25 de abril de 2025” ou “três dias antes do momento *y*” (ver nossa *subseção* 4.2.4); logo, não devemos recorrer às últimas para explicar as primeiras. Em segundo lugar, expressões como “há três dias”, “no passado” ou “agora” são compreendidas pelo sujeito que as utiliza sem que isso envolva qualquer reflexão sobre o próprio ato de proferi-las (vide alínea [1] de 4.2.3). Em síntese, cremos na irredutibilidade dos pensamentos demonstrativos (*Capítulo* 2).

⁶⁰ Referências puras, que não expressam qualquer modo de apresentação, seja descritivo ou demonstrativo, constituem, na melhor das hipóteses, referências linguísticas que apenas indicam seu objeto. Apontar para uma revista com os olhos vendados, dizendo “Quero comprar esta”, ilustra exemplarmente essa modalidade de referência estritamente linguística. Em contraste, referências cognitivas pressupõem que o sujeito disponha de um entendimento adequado do objeto a que se referem. No caso das referências temporais, sejam egocêntricas ou alocêntricas: para que expressem pensamentos singulares plenamente compreendidos pelo sujeito, tais proferimentos devem estar firmemente ancoradas em um contexto circundante epistemicamente rico.

“agora”, “antes”, “depois”, “presente”, “passado” e “futuro”) parece ser mais fundamental que o *entendimento* de coordenadas temporais numéricas objetivas (e.g., “às 16h13min54s UTC de 23/04/2025”).

4.2.3

Sincronização alo-egocêntrica e identificação de eventos

Nesta subseção, apontaremos considerações que sustentam a hipótese de que a sincronização alo-egocêntrica mantém uma relação de interdependência com a percepção e a identificação de eventos objetivos. Para tanto, discutir-se-á, em linhas gerais, a identificação de particulares no espaço e no tempo. Ao final, concluiremos que compreender a posição temporal do que percebemos no presente momento implica entender em que ponto da história do mundo nos situamos, e vice-versa. Assim, evidencia-se um processo de integração entre nossas referências egocêntricas (perspectivadas) e as experiências temporais de relações subjetivas e objetivas.

[1] A identificação demonstrativa perceptual de um evento depende da determinação, por parte do sujeito, da localização espaço-temporal desse evento. Em particular, é preciso situar em que intervalo da história do mundo esse evento ocorre. Essa determinação é relevante, porque a posição temporal do evento é essencial para que ele seja aquele particular (instância específica de seu tipo) que é.

Essa exigência decorre do fato de o período em que um evento acontece — em um local ou em um corpo material específico — ser fundamental para individuá-lo. Ilustremos: suponhamos que um cubo de gelo tenha sido retirado do congelador muito antes da chegada das visitas; passando para o estado líquido por volta das 18h, ainda dentro da forma para gelo. A forma é recolocada no refrigerador, onde o cubo retorna a se solidificar. Podemos conceber que isso se repete às 19h30. Então, às 21h, o mesmo cubo é retirado da forma de gelo e colocado no copo de uísque de um convidado, onde se derrete de modo derradeiro. Ainda que se trate da mesma porção d’água, o derretimento do cubo ocorrido às 18h difere daquele que ocorre às 19h30 e às 21h. Portanto, para uma identificação fundamental do evento derretimento, precisamos dispor, ainda que de maneira aproximada, de alguma noção de quando ele ocorre, de modo a distingui-lo de outros eventos.

Ademais, se desconhecemos em que momento temporal nos encontramos, não bastará simplesmente dizer “isto que estou apontando *agora...*”, nem dizer “aquela queda de três dias atrás...”, para que tenhamos a efetiva identificação fundamental do corpo ou do evento. A expressão “agora” refere-se invariavelmente ao instante de seu proferimento, seja ele qual for, o que implica que uma frase contendo essa expressão pode, quando proferida em momentos distintos, referir-se a diferentes objetos. O valor de verdade dos enunciados produzidos por proferimentos, ao longo do tempo, de frases que contenham essa expressão é variável, porque os pensamentos que as apreendem possuem condições de verdade que são *sobre* (“of”) determinados objetos e não *sobre* (“of”) outros. Dizer “algo acontece agora” é diferente de *entender* que algo acontece *agora*. Seja o que for que conte como entender *agora*, certamente não é pensar sobre o próprio proferimento de “agora”. Dessa forma, a compreensão plena de qual objeto se pensa exige uma noção, minimamente robusta, do momento da história do mundo ao qual o “agora” ou “hoje” alude, para além de ser apenas “o instante/dia de sua enunciação”.⁶¹

Ainda que cada objeto particular possuísse, de forma perceptível, uma “certidão de nascimento” exclusiva e intransferível, a existência dessa marca não seria suficiente para que um sujeito desprovido de qualquer noção do dia corrente – e incapaz de adquiri-la – formulasse um pensamento demonstrativo adequado acerca do objeto à sua frente e compreendesse o que pensa. Podemos, por exemplo, até ler em um livro “Impresso em 7 de dezembro de 2012” e, pressupondo que não estamos diante de falsificação ou fac-símile, pensar sobre este livro ou as condições de sua impressão e fabricação. Contudo, isso não terá significado cognitivo pleno se não fizermos ideia de que dia é hoje. Considere a diferença no modo como

⁶¹ Sugerimos que essa noção robusta não se alcança sem recorrer a disposições para agir e interagir com o mundo, tampouco por meio de um único pensamento demonstrativo sobre um evento isolado. Com efeito, o comportamento do sujeito (ou, mais precisamente, aquilo que está sobre o seu controle imediato) restringe-se a uma posição temporal: o seu presente. No caso de compreender de modo substancial o presente que habitamos, a disposição para agir é clara: o sujeito concebe o presente como a zona de sua interação imediata com o mundo, experiencia o passado como realidade imutável e trata o futuro como condicionado, embora de modo limitado, às ações possíveis no aqui e no agora. Além disso, para o entendimento de referências temporais egocêntricas, em geral, é necessário ter percebido múltiplos eventos e possuir a capacidade de pensar e perceber outros tantos. O pensamento perceptual demonstrativo — voltado à identificação de eventos e à atribuição de suas respectivas posições temporais — não pode ser exercido de modo isolado ou pontual. Ele se insere em um repertório conceitual mais amplo, que pressupõe regularidade, continuidade e estabilidade no mundo; ou ao menos, essa será nossa opinião final, confira a alínea [5] desta subseção.

trataríamos o material físico do livro — por exemplo, o que inferiríamos acerca de sua reação à gordura de nossas mãos — e no modo como interpretaríamos o conteúdo de seu texto, caso soubéssemos que estamos, hoje, no século XXV. A informação temporal objetiva *isolada* — isto é, o que é minimamente necessário para usar referências temporais objetivas no sentido linguístico de competência — não fornece pistas diretas para guiar o comportamento; contraste com a informação egocêntrica acerca do tempo conjugada com a experiência objetiva — isto é, as experiências e representações necessárias para o uso com *entendimento* de referências egocêntricas —, a qual mostra-se imediatamente relevante para orientar a ação e o entendimento. Ainda que dispuséssemos da datação de todos os fatos do mundo expressos de forma não perspectivada, isto é, apenas em coordenadas temporais absolutas, isso não acarretaria quaisquer consequências práticas imediatas para a ação diante dos eventos que percebo *vis-à-vis* (cf. Le Poidevin, 2007, p. 41): se, por exemplo, eu soubesse simplesmente que chove às 23h00 UTC de 2 de abril de 2025 no Rio de Janeiro, tal informação *isolada* do entendimento da minha posição na história do mundo (i.e., se apenas soubesse a data e horário de sua posição temporal *apartada* de qualquer identificação temporal egocêntrica que reflita minha perspectiva em relação a tal data e horário) não implicaria se devo pegar o guarda-chuva agora ou mais tarde, sair mais cedo ou permanecer em casa.

Em outras palavras, para chegarmos a uma identificação suficientemente discriminatória de um evento percebido no aqui e no agora — isto é, para saber de modo pleno sobre o que se pensa, precisamos compreender não apenas o “onde”, mas, também, o “quando” ocupamos na história do mundo. Inversamente, graças à capacidade de perceber diversos eventos objetivos, o sujeito obtém pistas e satisfaz critérios para localizar-se na história do mundo, determinando em que ponto do calendário objetivo está o seu presente. Essa sincronização ocorre por meio de relações cognitivas efetivamente estabelecidas com eventos percebidos no mundo e da manutenção holística dessas relações em nossa mente.

Portanto, a identificação fundamental de um evento pressupõe determinar adequadamente sua posição temporal, o que requer que esteja em nossa capacidade sincronizar as nossas experiências presentes (tanto egocêntricas como objetivas) com uma concepção de tempo estruturada objetivamente.

Para justificar a necessidade dessa sincronização, podemos recorrer ao que denominamos “argumento do descompasso”.

[2] Na ausência de qualquer percepção de mudança objetiva que sirva de parâmetro para comparar e ancorar nossa experiência do transcorrer do tempo, restam-nos apenas estimativas incertas acerca da duração dos intervalos temporais.

Considere, por exemplo, a situação de meditar imóvel com os olhos fechados em um lugar silencioso. Nesse contexto, sem a identificação de um evento de referência, como a própria respiração, é desafiador determinar se passaram 30 ou 31 minutos. Ou, ainda, considere a hipótese de viver em um bunker, sem qualquer possibilidade de comunicação com o mundo externo. No início, valendo-se apenas de sua memória e experiência subjetiva da passagem do tempo, você seria capaz de estimar quanto tempo se passou desde que entrou ali. No entanto, inevitavelmente, chegaria o momento em que perderia por completo a noção do tempo. Para convencer-nos, consideremos um terceiro exemplo. Ao invés de dormirmos por uma noite, dormimos, sem saber, por uma semana. Nesse contexto, ao acordarmos, dataríamos os eventos equivocadamente, ao menos num primeiro momento.

Quando perdemos “a noção do tempo”, seja durante o sono, a meditação ou quando isolados em um bunker, e, posteriormente, retomamos nossa percepção do mundo, cada um ativa sua capacidade de situar os eventos em relação ao seu próprio presente especioso (“specious present”) utilizando referências egocêntricas: centradas no seu agora, aplicando as relações de “antes”, “agora”, “depois”, “no passado” etc. Em contrapartida, isso não é suficiente para se voltar a datar os eventos que se percebe – uma condição necessária para identificação fundamental. Cumpre, ademais, que o sujeito se reconheça como um objeto situado em uma posição temporal determinada no curso histórico do mundo — aqui o termo “uma posição” não significa apenas entender que ocupa *alguma* posição, seja ela qual for, um ponto indeterminado; mas, sim, a compreensão da especificidade de sua posição temporal.⁶²

⁶² Em condições ordinárias, por exemplo, ao adentrarmos ambiente sem janelas ou ao despertar de uma noite de sono, conservamos a faculdade de acompanhar o transcurso do tempo, possivelmente sustentados pelo ritmo circadiano. Nessas circunstâncias, caracterizadas por privação sensorial breve, moderada e previsível, como durante uma sessão de meditação típica, o sujeito preserva a aptidão para formular juízos demonstrativos, que podem ser expressos por meio de frases como “Este cão está latindo de modo distinto do que ontem” ou “Agora não ouço nada”, vide alínea seguinte. Em contraste, em situações de perda da orientação e lucidez ou de isolamento perceptivo extremo (que tentamos ilustrar por meio dos exemplos do confinamento prolongado em um bunker ou por um sono ininterrupto de uma semana) estabelece-se um descompasso temporal tão acentuado que o sujeito se vê impossibilitado de articular pensamentos demonstrativos dessa natureza. Utilizando um exemplo de Soutif & Márquez (2022, pp. 46-47),

Poder-se-ia objetar que há pessoas com uma noção extremamente precisa da passagem do tempo, com a precisão de segundos. Obviamente, algumas pessoas são melhores em fazer essas estimativas do que outras. A isso respondemos, primeiramente, que mesmo essas pessoas cometem equívocos, e estão sujeitos a estados de confusão e de desorientação. Mesmo que fosse possível para uma tal pessoa manter uma noção exata da passagem do tempo de forma contínua e ininterrupta; ela precisou, para ser capaz de datar eventos, em algum momento, calibrar sua experiência subjetiva do tempo com o tempo objetivo, por exemplo, no momento de seu nascimento, saber que dia e hora eram. Além disso, cumpre ter em mente o seguinte “lembrete filosófico”: não sincronizamos nossos relógios perguntando a opinião de outros sobre o tempo, mas, sim, verificamos se suas opiniões sobre quanto tempo passou correspondem ao relógio. Em outras palavras, o *critério* para determinar se alguém possui uma opinião precisa de quanto tempo passou é apelar para eventos objetivos.

Em virtude do possível descompasso, há a recorrente necessidade de “calibrar” a experiência do tempo egocêntrico com alguma concepção de tempo objetivo. Em outros termos, impõe-se a necessidade de estabelecer uma interação eficaz entre sistemas de referência egocêntricos e allocêntricos, de modo a promover um ajuste mútuo de informações e garantir coerência entre a experiência subjetiva e a realidade objetiva.

[3] A teoria consolidada, com maior ênfase, nas páginas imediatamente precedentes pode ser enunciada nos seguintes termos. (Esta alínea [3] inspira-se fortemente nas considerações de Evans, 1982, acerca da forma pela qual o espaço egocêntrico se relaciona com um mapa cognitivo do espaço, bem como nas

considere o caso de um sujeito que, após dormir ininterruptamente durante uma semana sem ter consciência disso, desperta e profere a frase “ontem foi uma véspera de feriado agradável”. Do ponto de vista linguístico, a expressão “ontem” refere-se ao dia imediatamente anterior à sua fala; no entanto, do ponto de vista do que o sujeito compreende, essa afirmação pode ser interpretada como uma tentativa de se referir ao seu último dia acordado, antes de entrar em coma. Ao despertar e proferir tal enunciado, ele não faz qualquer esforço para alinhar (ou “sincronizar”) essa informação temporal egocêntrica com um referencial temporal público e objetivo (ele não verifica um jornal, não indaga a data a terceiros, nem observa o quanto sua barba cresceu, etc.), pois acredita ter dormido apenas uma única noite. A ausência de uma compreensão adequada sobre qual dia está, de fato, servindo como referente pretendido o priva da capacidade de formular inferências cruciais para se orientar temporalmente e ajustar seu comportamento. Por exemplo, ele pode, equivocadamente, planejar um piquenique para o dia presente, partindo da crença de que “ontem foi uma véspera de feriado agradável”, apenas para se decepcionar ao descobrir quanto tempo realmente se passou.

explicações a esse respeito oferecidas por McDowell, 1990, sobre essa mesma questão. Entretanto, enquanto esses autores concentram-se no domínio espacial, aqui deslocamos a análise para a dimensão temporal.)

Admitimos que um sujeito possa pensar, sob um modo de apresentação demonstrativo, a posição temporal que ocupa e os eventos que percebe ou percebeu, modos que podem ser expressos pelos termos “antes disso”, “simultâneo aquilo”, “mais demorado que aquilo”, bem como referir-se a intervalos, no seu entorno temporal imediato, mediante expressões egocêntricas, como “agora”, “antes”, “depois”, “presente”, “passado” e “futuro”. Tal capacidade subsiste mesmo quando o indivíduo perde momentaneamente “a noção do tempo” em relação a um quadro temporal objetivo. Esses modos egocêntricos de apresentação demonstrativa mantêm-se disponíveis ao pensamento relativamente independentes da percepção atual: são recursos que *podem* ser exercidos na ausência de qualquer vínculo sensorial com mudanças ou acontecimentos determinados. Contudo, isso nem sempre se verifica (e.g., quando a pessoa não está “lúcida e orientada”). O que assegura que tais pensamentos se dirijam *efetivamente* a instantes e intervalos relevantes e apropriados é a posse, pelo sujeito, de uma capacidade geral — ainda que, podemos supor, temporariamente não atualizada — de alinhar suas localizações egocêntricas com uma representação objetiva do tempo do mundo. Em síntese, para que esses modos egocêntricos visem intervalos e instantes *objetivos* (i.e., da história do mundo), suficientemente discriminatórios, o sujeito deve ter essa sincronização à disposição. Isso significa ser capaz de inferir, com base em informações disponíveis no próprio momento do juízo, onde ele e o referente pretendido se situam na linha do tempo objetiva.

Convém comentar, brevemente, sobre uma dimensão metafilosófica da proposta, a saber, o que significam as expressões modais utilizadas na sua formulação. Quando afirmamos que um sujeito “pode”, ou “possui a capacidade”, ou “se encontra em condições” ou “detém a posse ao menos em potência” de empreender tal sincronização, não pretendemos meramente indicar uma possibilidade lógica — pois inúmeras possibilidades lógicas carecem de relevância cognitiva e empírica —, nem tampouco apontar uma possibilidade física condicionada a cenários futuros contingentes. Não se afirma, portanto, que o sujeito falhe atualmente nas exigências epistêmicas, mas que dispõe de recursos cognitivos que, se mobilizados, em condições externas adequadas que podem ou não se

satisfazer no futuro, garantem o cumprimento dessas exigências epistêmicas. (Eis, portanto, uma justificativa para a impossibilidade de identificarmos, por referência mental demonstrativa, eventos que ainda não ocorreram ou objetos cuja existência ainda não se constituiu.) Em analogia com Evans (1982, pp. 145-151; 157; 171), nossas afirmações de que “o sujeito está em condições de efetivar tal sincronização” visam a assegurar, justamente, que a posição epistêmica efetiva do sujeito seja adequada. Como recorda McDowell (1990, p. 258), o ponto central de Evans é que nem todo vínculo informacional configura “familiaridade” (*acquaintance*): tal vínculo somente se dá mediante a satisfação efetiva — não apenas potencial — do requisito epistêmico de saber-qual (“o requisito do saber-qu*”, vide nossa seção 2.6). Transposta para o âmbito temporal, a ideia que adaptamos de Evans é a seguinte.

Propomos uma teoria — uma abordagem em duas etapas, (a) e (b) — que exhibe certo paralelismo na explicação de como a identificação demonstrativa perceptiva discrimina (isto é, distingue e identifica) um objeto. Primeiro, (a) ela descreve como o sujeito distingue tipos gerais de objetos; a saber, um corpo material versus um evento (confira a alínea [2] da seção 3.2, no capítulo anterior). Segundo, (b) explica como esse mesmo sujeito individua particulares pertencentes a uma categoria já reconhecida, seja discriminando um corpo material de outro corpo qualitativamente idêntico, seja isolando um evento particular entre demais eventos do mesmo tipo, entre outros (confira a alínea [3] da seção 3.2).

(a) Quando o problema é discriminar (distinguir) um evento de um corpo material, os contextos ideais (paradigmáticos) são aqueles em que o alinhamento entre as *experiências* egocêntricas e aloecêntricas esteja efetivamente realizado: o sujeito sabe distinguir o que é a contribuição de sua perspectiva (e o que não é) no que experiencia. Ele entende quando, objetivamente, *as partes* dos objetos percebidos se encontram temporalmente — lembrando que algo que tem o potencial de ser reconhecido como “posterior” no quadro da experiência subjetiva pode surgir como “simultâneo” no aspecto da experiência objetiva, e vice-versa. Em casos bem-sucedidos, a relação perceptiva com o objeto permite ao sujeito compreender o que vai percebendo como situado no tempo do mundo: apreende-se a ordem temporal (relações temporais objetivas de simultaneidade e de sucessão) de modo direto.⁶³

⁶³ Entendemos “direto”, aqui, não como algo apartado do conceitual ou de capacidades de reconhecimento, mas, sim, como um conhecimento não inferencial. Na identificação

Rejeitamos, também, a ideia de que seriam necessários “metapensamentos” sobre o nosso ponto de vista ou sobre si mesmo; defendemos, antes, que basta manter pensamentos voltados para o mundo objetivo, cujo sentido deriva em parte das conexões com a percepção e a ação, mediadas por nossas habilidades sensório-motoras e disposições comportamentais (essa íntima relação, no caso do espaço egocêntrico e a ação é ressaltada, por exemplo, em Campbell, 1994, p. 10). Esse vínculo informacional com o objeto percebido, aliado a alguma capacidade de reconhecer o que se percebe *como* algo de um tipo geral (minimamente: reconhecê-lo *como* um corpo material, em vez de um evento, vide o capítulo anterior), permite ao sujeito entender/reconhecer a posição das partes/fases do algo percebido no tempo do mundo, que poderia ser expressa por meio de referências egocêntricas ou alocêntricas. Nesses casos, a atribuição de um conteúdo singular aos seus juízos demonstrativos é, além de qualquer dúvida razoável, pertinente.

Convém distinguir situações em que sequer se chega a representar algo demonstrativamente daquelas em que se procede a uma representação demonstrativa incorreta.

Em determinados contextos não ideais, mas nos quais ainda há a representação de conteúdos demonstrativos, a própria experiência perceptiva já esquematiza os itens percebidos — fases temporais de eventos ou partes espaciais de corpos materiais —, no “presente especioso”, instaurando uma distinção provisória entre a experiência das ordens temporais subjetiva e objetiva. (Essa “esquematização” se realiza não necessariamente por pensamentos de ordem superior. A nossa experiência de um corpo material como corpo material ou de um evento como um evento está intimamente ligada com a nossa experiência da distinção entre tempo egocêntrico e alocêntrico, o que, no caso da percepção *vis-à-vis*, está intimamente ligado com a experiência do presente — isto é, o “agora” em que percepção e ação se coordenam. Ademais, consoante ao “argumento nuclear” da alínea [2] da *seção* 3.2, essa distinção, entre pensar sobre eventos e corpos materiais, nos capacita a pensar contrafactualmente sobre o objeto da percepção. Desse modo, essa transição — do esquema preliminar para a coordenação com padrões públicos — apenas se realiza quando o sujeito dispõe tanto de disposições

demonstrativa de eventos, por exemplo, o próprio desenrolar do acontecimento já revela sua direção temporal, de modo que não é preciso determinar separadamente a direção do tempo e a da mudança para depois constatar sua coincidência.

sensorio motoras e comportamentais, quanto de um aparato conceitual que o capacite reconhecer o que seria essa informação em termos objetivos. Em outras palavras, a informação e experiência (tanto egocêntrica quanto allocêntrica) necessárias para referências egocêntricas “guiam” nossas ações de forma *direta* — no sentido de não depender de ulterior interpretação consciente; ainda que nossas disposições sensorio-motoras e comportamentais por si só não ofereçam uma representação de um entorno perceptual com objetos que possuem estruturas distintas, apta a ser reconhecida como tal e alinhada com um calendário cognitivo objetivo.) Uma vez estabelecido o esquema preliminar (fruto de um vínculo informacional adequadamente calibrado com o ambiente e de nossas faculdades racionais de reconhecimento) e tomada como referência a posição corporal do sujeito na ordem temporal objetiva, basta o ajuste desse esboço a um calendário público para que o pensamento isole o instante relevante ou a parte individuada do objeto.

(b) Explicação semelhante surge na discriminação (identificação e reidentificação) de um evento particular em meio a eventos do mesmo tipo — ou um corpo material de outro corpo material do mesmo tipo. Essa identificação de particulares pressupõe que o sujeito determine a posição temporal do conteúdo percebido (vide a alínea [1] supra).⁶⁴ Não se exige, evidentemente, uma datação

⁶⁴ A proposta delineada nesta alínea [3] converge, a partir deste ponto (b), com a análise de Soutif & Márquez (2022), ainda que ambas tenham sido desenvolvidas de forma independente. Tal convergência não é surpreendente, pois se explica por uma inspiração comum: Evans (1982) e Campbell (1994). Assim como Soutif & Márquez (2022, pp. 39-48), concordamos com Evans, ao sustentar que o mero *vínculo informacional* com o objeto de um pensamento demonstrativo não é suficiente para garantir o entendimento da identidade, ao longo do tempo, de pensamentos cujo conteúdo intencional é mais bem expresso por referências temporais indexicais (isto é, por referências temporais egocêntricas). Nossa proposta se diferencia, contudo, não apenas por (a), ao enfatizar o papel das *experiências* temporais na explicação de nossa capacidade racional de reconhecer algo *como* um evento ou *como* um corpo material; mas, também, em (b), por distinguir entre contextos ideais — nos quais tal alinhamento assegura maior força epistêmica — e contextos não ideais, nos quais a percepção ainda confere uma determinação suficiente para sustentar a referência mental demonstrativa. Isso nos permite conceber formas intermediárias de êxito referencial, algo não explicitamente desenvolvido por Soutif & Márquez, mas compatível com seu diagnóstico geral. Um ponto adicional mencionado por esses autores, igualmente inspirado em Evans (1982, pp. 144; 147-148), é a distinção entre duas variedades de referência: o que chamam de “casos padrão” e “casos não padrão”. Nos primeiros, tipo paradigmáticos de casos tratados nesta tese, basta que o sujeito consiga localizar o objeto egocentricamente e estabelecer a sincronização com o allocêntrico. Já nos segundos — como nos casos em que alguém se refere demonstrativamente a uma pessoa vista pela televisão ou a uma estrela distante (vide [3] de 4.2.2.2) — é necessário possuir *uma concepção da relação informacional* entre o objeto percebido e sua fonte causal remota (e.g., compreender que o objeto percebido não está quando aparece ou onde parece, mas é captado a partir de uma fonte causal remota). Como afirmam de maneira precisa: “Isso torna a identificação demonstrativa menos trivial do que às vezes se supõe” (Soutif & Márquez, 2022, p. 44, n12).

literal, como “04/03/1987, 13h31m21s UTC”; basta que a determinação seja suficientemente discriminante para distinguir o evento de um corpo material e destacar o objeto em questão de todos os demais. Em contextos ideais, exige-se o alinhamento entre referências egocêntricas com as alocêntricas para que os pensamentos sejam epistemicamente fortes: esse sujeito, *que segue compreendendo em que ponto da história do mundo se encontra*, enquanto sujeito com corpo que habita o mundo, está em condições de apreender integralmente o sentido das frases que contêm expressões demonstrativas as quais se referem aos objetos por ele percebidos.

Não obstante, em muitas situações não ideais, o sujeito ainda pode formar pensamentos demonstrativos adequados, pois a experiência perceptiva posiciona eventos particulares no tempo, de modo a serem suscetíveis a referências temporais egocêntricas. Uma vez asseguradas referências egocêntricas, a partir de seu ponto de vista (e, em particular, pela sua posição na ordem temporal objetiva), a simples *capacidade* de ajustá-las a um calendário público basta para que o pensamento do sujeito identifique uma posição (instante, intervalo) na ordem temporal objetiva ou um evento concebido como individuado por aquele momento. Isso envolve ser capaz de pensar e dizer, por exemplo, “Ontem foi terça-feira, então amanhã é quinta-feira”, relacionando o “hoje” a um calendário público (exemplo de Campbell, 1994, pp. 37-38). Ademais, permitimos que a experiência perceptiva de um sujeito determine a posição de um objeto para si, de modo suficientemente preciso mediante a articulação entre localização espacial e posição temporal, bem como por critérios de identidade apropriados ao tipo de coisa que o objeto é (confira alínea [4] da *seção* 3.2), ainda que a sincronização alo-egocêntrica não seja perfeita. Assim, o pensamento do sujeito pode dirigir-se ao objeto mesmo quando ele se encontra “perdido no tempo” e, conseqüentemente, incapaz de “datar” o objeto de acordo com um referencial objetivo. Em outras palavras, nesses casos não ideais, a determinação egocêntrica conferida pela própria percepção, em conjunção com a capacidade de ajustar ao calendário compartilhado, basta para *identificar* o particular na ordem temporal pública (desde que o algo percebido se apresente já como um objeto de cujo tipo se possa ter consciência). Nesses casos, o sujeito dispõe da faculdade de “ancorar” o seu pensamento a um único particular da ordem espaço-temporal objetiva a partir de seu referencial egocêntrico, mesmo quando ainda não completou o alinhamento com o “calendário objetivo”. Em outras

palavras, a percepção *vis-à-vis* e experiência alo-egocêntrica do presente especioso localizam eventos em relação ao presente do sujeito (i.e., as experiências que podem ser mais bem expressas por referências temporais egocêntricas) e são diretamente relevantes para suas ações e reações sensório-motoras imediatas. No entanto, para que tenham significado público e sejam cognitivamente robustas, é necessário que essas funcionem efetivamente como âncoras, isto é, é necessário alinhá-las a marcos do tempo alocêntrico, como um calendário. Esse processo de alinhamento ou sincronização ocorre de forma rotineira: ao perguntar “que dia da semana é hoje?”, ao verificar a data no celular ou ao programar um alarme para “amanhã”, o sujeito está, na prática, sincronizando sua posição temporal subjetiva com a estrutura objetiva do tempo.

Assim, para assegurar a compreensão adequada, *ao longo do tempo*, de pensamentos que podem ser melhor expressos por enunciados que contenham referências temporais egocêntricas, como “Este cão está latindo de modo distinto do que ontem” ou “Agora não ouço nada”, e para que tais pensamentos tenham valor epistêmico, funcionalidade prática para além do imediato e, sobretudo, sejam publicamente compartilháveis, é preciso que o sujeito seja capaz de se orientar no tempo objetivo, articulando, continuamente, sua perspectiva egocêntrica com um referencial público compartilhado.⁶⁵

Em síntese, pensamentos demonstrativos perceptuais são pertinentes, adequados ou epistemicamente fortes apenas quando o sujeito sabe e possui à sua disposição, no próprio momento do juízo, tudo o que precisa saber e todos os recursos necessários, para (a) realinhar as experiências egocêntricas às alocêntricas, e (b) a experiência alo-egocêntricas do tempo especioso a um referencial objetivo.

⁶⁵ A noção de *Ideia adequada*, retomada e reformulada por Soutif & Márquez (2022), corresponde, em grande medida, à exigência aqui formulada de que o sujeito possua uma habilidade de ancorar egocentricamente o objeto percebido e alinhar essa ancoragem com um referencial alocêntrico público (como um calendário objetivo). Soutif & Márquez (2022) argumentam que, para explicar de forma adequada como pensamentos e crenças cujo conteúdo é mais bem expresso por referências temporais egocêntricas são preservados ou modificados ao longo do tempo, não basta invocar um vínculo informacional ou causal com o conteúdo anterior, tampouco apelar a uma “crença privada” ou a uma “intuição subjetiva” de continuidade. A mera impressão privada de estar no mesmo ponto temporal (ou de estar avançando continuamente no tempo), mesmo quando sustentada por um estado mental com “pedigree causal” (como a memória, entendida como traço *inconsciente* de uma experiência passada), não é suficiente para garantir a preservação da *identidade* do pensamento ao longo do tempo — isto é, não basta para responder à questão sobre o que é necessário para continuar, ao longo do tempo expressando (ou pensando) *o mesmo* pensamento que envolve referências temporais egocêntricas.

[4] Embora tenhamos enfatizado a distinção entre a experiência interna do tempo e a experiência das ordens temporais objetivas, convém frisar que o tempo subjetivo e o tempo objetivo não são dois reinos distintos (confira 3.5.4 & 3.6, no capítulo anterior).

Antes de mais nada, observamos que situar o percebido no “nosso entorno espaço-temporal imediato” não implica postular um teatro interno isolado da realidade. Ao falarmos de posicionar eventos percebidos no “presente especioso” não sugerimos que estamos a identificar posições temporais em um “sentido interno”, numa região privada apartada do mundo (cf. Evans, 1982, p. 157). Conceber a experiência da temporalidade interna como inteiramente autônoma, desligada de qualquer percepção de estrutura externa, além de carecer de perspicuidade, também comprometeria a inteligibilidade do que expomos.

Em momento algum subscrevemos a posições ontológicas absurdas, tais como a que identifica o tempo subjetivo a uma “série-A” de eventos mentais — mera sucessão de sensações e impressões —, com a conseqüente demanda de *representar* o mundo como uma “série-B” de eventos físicos, a qual corresponderia ao tempo real ou objetivo (cf. Gale, 1968, pp. 229-231).

Em primeiro lugar, ao se iniciar a descrição fenomenológica do campo perceptual — isto é, a experiência tal como se apresenta —, não se assume, de antemão, que esse campo constitua um domínio mental interno e privado ou que exista independentemente da consciência. Ao contrário, a descrição fenomenológica da experiência objetiva e da experiência subjetiva são, ao menos em parte, mutuamente constituídas, resultado da interação dinâmica entre o corpo do sujeito e o ambiente que o circunda e da sua capacidade de pensar em futuros alternativos (vide *seção* 3.5.5). A possibilidade da experiência da distinção entre os aspectos egocêntricos e aloecêntricos é condição necessária para que possamos determinar uma representação objetiva do mundo. Essa interação envolve processos contínuos de “autocorreção”, por meio dos quais fenômenos inicialmente vagos passam a adquirir contornos definidos e a ser reconhecidos como objetos determinados pela exploração ativa do mundo. Nesse sentido, a experiência objetiva — isto é, aquilo que se apresenta como invariável, público e compartilhado entre os sujeitos — é construída, parcialmente, conjuntamente com a subjetividade, esta última pressupondo algum *reconhecimento* do caráter perspectival do ponto de vista adotado pelo sujeito *como* sendo uma perspectiva singular entre outras

possíveis. Esse duplo aspecto dessa experiência temporal permite ao sujeito reconhecer-se com o sujeito, compreendendo aspectos da sua vida mental como dependentes de sua subjetividade. Em sintonia com essa ótica, Merleau-Ponty adverte que “analisar fenomenologicamente o tempo não é tirar as consequências de uma concepção preestabelecida da subjetividade, é ter acesso, através do tempo, à estrutura concreta da subjetividade” (1999, p. 550, tradução com adaptações nossas). Assim, graças à nossa experiência temporal, tornamo-nos capazes de vivenciar a subjetividade (e à perspectiva que lhe é inerente) como algo que se constitui a partir do engajamento contínuo com a realidade externa (vide 3.5.1, 3.5.2 e 3.5.3). Não há, portanto, qualquer incongruência em sustentar que a concepção da experiência de um tempo objetivo — o chamado “tempo protocientífico” — exige justamente a contraposição entre o tempo egocêntrico e o tempo alocêntrico, em consonância com a noção de objetividade que adotamos (vide 3.3.3): qualquer sujeito capaz de formar pensamentos sobre um mundo objetivo precisa reconhecer que suas experiências sensoriais normais são resultado, não apenas da natureza do mundo, mas, também, de sua própria mudança de posição dentro dele. Em suma, há apenas a experiência de um único mundo espaço-temporal (vide *seção* 3.5.5).

Em segundo lugar, cabe destacar que a presente tese não constitui um tratado metafísico. No entanto, caso nos permitamos falar de ontologia, esta deve ser compreendida em termos bastante ordinários e destituídos de mistério. Os eventos se sucedem ou coincidem no mundo, ainda que, do nosso ponto de vista, essa ordem temporal possa parecer diversa. Dizer que parece que vemos um quique de bola e, depois, ouvimos outro quique de bola não é afirmar que ocorreram de fato, em algum lugar, dois eventos de quique de bola. Essa defasagem não nos leva a postular dois quiques. Não há qualquer mistério ontológico: perceber um único quique a poucos metros é um estado-de-coisas distinto de perceber aquele impacto da bola a cem metros. O erro surge quando se infere, da aparência de dois quiques (x parece F), a ocorrência de dois quiques (x é F). Isso é parte do que quisemos indicar com a metáfora da “dessincronização” da experiência alo-egocêntrica. Podemos usar a noção de modos de apresentação para reforçar esse ponto. Consideremos a percepção de uma sala: ver cada parede em sequência ou tateá-la em ordem diversa altera os modos de apresentação que temos da sala, não a estrutura objetiva das partes do cômodo sobre as quais pensamos. Nada obriga os modos de apresentação, nesses dois casos, a serem idênticos. Nada poderia ser “ontologicamente” mais

distinto: uma coisa é percorrer as paredes com o olhar, percebendo as partes em sequência; outra, tocarmos essas mesmas paredes em ordem diversa. A aparência de sucessão — característica de nossa perspectiva ou ponto de vista — não implica que haja um “espaço interno”, nos quais os eventos sempre se desdobrem sucessivamente. Pelo contrário, o componente objetivo pode ser tido como ontologicamente elementar, pois esse aspecto objetivo constitui o pano de fundo estável, o palco sobre o qual as vivências egocêntricas de todos os sujeitos se desenrolam e se articulam (vide [5] abaixo).

Em terceiro lugar, as referências egocêntricas, de modo prioritário, são maneiras legítimas de se referir a instantes temporais experienciados como reais. Podemos recorrer à analogia dos sistemas de coordenadas: as referências egocêntricas são sistemas de coordenadas cuja origem está no presente do sujeito. Cada sistema de referência temporal egocêntrica é como um sistema de eixos de coordenadas pessoais que cada sujeito “leva consigo”, permitindo-lhe referir-se ao tempo objetivo a partir de sua perspectiva particular. Todavia, ao contrário das coordenadas espaciais egocêntricas (vide [6] próxima), a validade desse sistema egocêntrico é temporária e menos estável: ele permanece fidedigno apenas enquanto subsistem vínculos perceptivos recorrentes com os eventos objetivos que o calibram. Por conseguinte, as referências temporais egocêntricas dependem de um horizonte allocêntrico mais amplo — bem como da identificação perceptual de eventos com os quais cada sujeito possa efetuar recalibrações — para manter a sua confiabilidade. A determinação de momentos específicos somente se torna possível quando os vinculamos a acontecimentos objetivos que funcionam como marcos.

De modo análogo a como o conhecimento do mundo não se reduz a sensações internas, a identificação de ordens temporais objetivas não se constrói a partir de ordenação de dados sensoriais subjetivos. A experiência do tempo objetivo do mundo — o chamado sentido externo — é direta: os objetos da consciência perceptiva não são os próprios atos de perceber, mas aquilo que é percebido. Assim, o sentido interno — aquilo que pode ser identificado como o posicionamento de como as coisas subjetivamente se apresentam em nós, em relação ao nosso ponto de vista — somente é possível sob a condição de possibilidade do sentido externo.

[5] A determinação dos instantes temporais depende da referência cognitiva a eventos e é entendido como um caso limite de referência a durações (intervalos de

tempo), vide subseção 4.2.4. Sendo essas determinações temporais essencialmente relacionais, a própria possibilidade de conceber particulares que percebemos como podendo ter ocorrido em diferentes momentos pressupõe a concepção da existência de uma “grade”, suficientemente estável, de posições temporais ocupadas por eventos que funcionam como marcos de referência — como sugerido na alínea [3] da seção 3.2.

Um modo de indicar essa dependência é por meio da inteligibilidade de certos raciocínios contrafactuais. Percebemos a quebra de um ovo que ocorreu agora. Ainda assim, é perfeitamente concebível que ela pudesse ter ocorrido antes ou depois. Essa possibilidade, no entanto, não implica que esse evento esteja desvinculado de sua posição temporal (do mesmo modo que, em geral, um corpo material não está essencialmente ligado a um único lugar no espaço; o corpo material ovo continua sendo o mesmo ovo particular ao ser deslocado na mesa). A inteligibilidade desses contrafactuais acerca de deslocamentos temporais depende de um pano de fundo estável: apenas com base em um conjunto de eventos de referência mantidos constantes é possível atribuir sentido à ideia de que o evento da quebra poderia ter ocorrido em outro momento.

Não é suficiente, para nos expressarmos em termos de sistemas de coordenadas, trocar simplesmente a coordenada numérica associada ao evento. Dizer que a quebra ocorreu às 9h12min, mas *poderia* ter ocorrido às 8h12min, só faz sentido se tomarmos como pressuposição que diversos outros eventos — que sustentam o sistema de coordenadas — permaneceram em suas respectivas posições temporais. Conforme será examinado na subseção 4.2.4, todo sistema de coordenadas pressupõe algum pano de fundo perceptível e estável de referência. Caso quiséssemos conceber que todos os eventos tivessem ocorrido uma hora antes, a noção de deslocamento temporal se esvaziaria: não haveria a concepção de situação realmente distinta da de fato, mas apenas a reatribuição de nomes aos mesmos eventos em um novo sistema de coordenadas. Em suma, para que a variação temporal de um evento seja inteligível e tenha poder explanatório, é necessário que a posição temporal dos demais eventos permaneça relativamente constante. Situação análoga ocorre no domínio espacial: só faz sentido afirmar que um corpo material deslocou-se 10 km para sudoeste se outros corpos mantiveram posições fixas ou estáveis, permitindo tal concepção, experiência e mensuração. Num caso-limite em que todos os corpos do mundo se movessem conjuntamente

10 km no mesmo sentido sudoeste, a afirmação “algo se moveu 10 km para sudoeste” perderia completamente seu poder explicativo (além disso, tenhamos em mente que própria aplicação do termo “sudoeste” envolve critérios públicos estáveis). Por isso, concordamos com Strawson (1959) quanto à tese de que certos tipos de particulares, sobretudo os corpos materiais, são básicos para a localização de indivíduos em um sistema espaço-temporal — especialmente no que tange à dimensão espacial (vide alínea [6] desta subseção). No entanto, sugerimos que o caso análogo da dimensão temporal apresenta exigências próprias.

A experiência do tempo, parece, exige não apenas um sujeito com determinadas capacidades cognitivas, mas também um mundo ordenado, cuja regularidade torne tais capacidades efetivas. Para explicitar essa dependência entre a organização objetiva do mundo e a inteligibilidade temporal da experiência, podemos recorrer a um experimento de pensamento. Podemos exercitar a imaginação tentando conceber um mundo em que a desordem fosse tão radical que nossas capacidades perceptivas e cognitivas perderiam totalmente sua eficácia para produzir algo sequer análogo à nossa experiência ordinária do tempo. Essa hipótese-limite de completa irregularidade pode ser ilustrada, em nossa opinião, por dois trechos exemplares.

O primeiro, de Kant, aparece na *Crítica da Razão Pura*:

Se o cinábrio fosse ora vermelho, ora preto, ora leve, ora pesado, se o homem se transformasse ora nesta, ora naquela forma animal, se num muito longo dia a terra estivesse coberta ora de frutos, ora de gelo e neve, a minha imaginação empírica nunca teria ocasião de receber no pensamento, com a representação da cor vermelha, o cinábrio pesado; ou se uma certa palavra fosse atribuída ora a esta, ora àquela coisa, ou se precisamente a mesma coisa fosse designada ora de uma maneira, ora de outra, sem que nisso houvesse uma certa regra a que os fenômenos estivessem por si mesmos submetidos, não poderia ter lugar nenhuma síntese empírica da reprodução. (Kant, *KrV*, A101)

O segundo, de Bertrand Russell, aparece em *Portraits from Memory*:

Embora eu ainda ache que essa seja a maneira cientificamente correta de lidar com o mundo, passei a acreditar que os envoltórios matemáticos e lógicos em que a verdade nua está vestida alcançam camadas mais profundas do que eu havia suposto, e que aquilo que eu pensava ser pele são apenas roupas bem-feitas. Tome-se, por exemplo, os números: ao contar, contamos “coisas”, mas as “coisas” foram inventadas pelos seres humanos para sua própria conveniência. Isso não é evidente na superfície da Terra porque, devido à baixa temperatura, há certo grau de estabilidade aparente. Em contrapartida, isso se tornaria evidente se pudéssemos viver no Sol, onde não há nada além de redemoinhos de gás em constante mudança. Se você vivesse no Sol, jamais teria formado a ideia de “coisas”, nem teria pensado em contar, pois não haveria nada a ser contado. Em

um ambiente assim, a filosofia de Hegel pareceria senso comum, e aquilo que hoje consideramos senso comum pareceria uma especulação metafísica fantástica. (Russell, 1956, p. 40, tradução nossa)

Tais passagens, embora em seus contextos originais não discutam a estrutura causal do mundo, servem para ilustrar a ideia de que, sem certo grau de constância e regularidade no que se percebe, sem certa ordem dos fenômenos, nosso esquema conceitual seria outro. Podemos tentar imaginar, por exemplo, um mundo no qual todas as transformações fossem perfeitamente reversíveis: seria tão natural ver cacos de vidro se elevarem do chão e se reagruparem no batente de uma janela, formando uma placa de vidro inteiriça, quanto presenciar essa mesma janela se estilhaçar. Observaríamos plantas crescendo a partir de sementes, na mesma proporção em que árvores “encolheriam” até virarem sementes. Pessoas poderiam envelhecer e rejuvenescer alternadamente, com a mesma naturalidade com que viajam da França para o Brasil e de volta. Nesse mundo, ao nos depararmos com pedaços de casca de ovo e uma mancha irregular de gema e clara espalhadas pela calçada, não inferiríamos, com segurança, que ali caiu e se quebrou um ovo. A hipótese de que ele teria despencado de certa altura (ou de que teria sido lançado ao chão) seria apenas uma entre inúmeras possibilidades igualmente prováveis. Analogamente ao que, em nosso mundo, especulamos sobre o que poderá acontecer com os restos do ovo (se apodrecerão, se um animal os lambe, se alguém limpará a calçada), nesse mundo especularíamos sobre o que teria acontecido: o antes e o depois seriam igualmente indeterminados. O passado (se é que ainda faria sentido falar em “passado” no mesmo sentido em que usamos essa palavra) seria tão aberto, instável e maleável quanto aquilo que ordinariamente chamamos de futuro. No limite, poderia ser um mundo em que nenhuma transformação se repetisse de forma confiável — todo e cada evento seria *sui generis*, isto é, em que cada transição de A para B ocorresse uma única vez, sem jamais se reiterar —, não seria possível inferir sequer padrões, nem prováveis, de mudança. Viveríamos, assim, algo análogo ao cenário descrito por Kant com o exemplo do cinábrio: tudo nos pareceria não seguir qualquer regra ou lei. O mundo concebido nesses exemplos funciona como um limite da inteligibilidade do que poderíamos perceber e experienciar como mundo objetivo, revelando, por contraste, as condições mínimas necessárias para seres como nós termos a experiência temporal que de fato temos.

A partir disso, propomos que os seres humanos não seriam capazes de compreender a anterioridade ou posterioridade de particulares — isto é, não poderiam situá-los em uma ordem temporal objetiva — sem observar e perceber indivíduos de um certo tipo e com certas características. Para que essa ordenação seja possível, é necessário que os indivíduos em questão exibam mudanças perceptíveis em seus estados ao longo do tempo, e que essas mudanças ocorram em ritmos comparáveis e, muitos, numa velocidade adequada — nem tão rápidos, nem tão lentos, nem tão descontínuos a ponto de inviabilizar a nossa capacidade de percebê-los como transformações. Além disso, para que sejam percebidas como transformações — isto é, sucessões de fases de um mesmo ente — e não como meras sucessões de indivíduos distintos, tais alterações devem poder ser reconhecidas como modificações em um mesmo indivíduo, um indivíduo, assim, que consiga manter sua identidade ao longo do tempo, através dessas transformações. Muitas dessas mudanças devem ocorrer em uma ordem irreversível — ou, ao menos, de reversibilidade altamente difícil ou improvável — e de modo suficientemente regular para que possamos antecipar, dentro de certos limites, o que virá a seguir. Esses critérios permitem que a sucessão de estados seja experienciada como uma sequência com direção fixa, e que diferentes mudanças possam ser comparadas entre si quanto à sua duração ou simultaneidade. Percebemos, de fato, indivíduos dessa natureza: os eventos.

Eventos — entendidos como alterações em corpos ou como transições entre estados — são, portanto, essenciais para a determinação temporal de quaisquer particulares. São eles que tornam possível localizar temporalmente acontecimentos particulares, atribuindo-lhes uma posição temporal em uma série ordenada e objetiva. Por essa razão, propomos — contra Strawson (1959) — que os eventos devem ser reconhecidos como uma classe básica de particulares, com um papel inalienável na constituição da experiência temporal. Isso nos permite reafirmar uma das teses centrais da alínea [3] da *seção* 3.2: a representação objetiva do tempo exige uma estrutura minimamente estável de eventos e transformações no mundo.

[6] Para concluir esta subseção, preparar o terreno para a próxima (4.2.4) e explicitar sua conexão com a alínea [3] da *seção* 3.2, recorreremos a uma analogia com a experiência espacial. Embora não represente nossa posição final sobre a

experiência espacial, acreditamos que essa analogia simplificada tem valor clarificador.

Esse “exemplo de brinquedo” — isto é, um modelo esquemático, o qual empregamos conceitos, como coordenadas e mapas, de modo ingênuo — será desenvolvido em quatro etapas: (i) a não-percepção direta do espaço em si; (ii) a fragmentariedade da percepção e a necessidade de um mapa cognitivo; (iii) a experiência egocêntrica e intersubjetividade espacial; (iv) o movimento dos corpos e a necessidade de suficiente estabilidade.

Em primeiro lugar, é preciso reconhecer que, assim como no caso do tempo, o Espaço em si — entendido como único e maximamente abrangente — não é diretamente percebido. A experiência sensível nos apresenta apenas corpos materiais, ocupando posições relativas entre si, isto é, relações externas. Podemos dizer que percebemos “espaços entre objetos”, mas não o Espaço como entidade autônoma. Representamos tais corpos como estando em um “lugar”, mas, sem recurso a corpos observáveis, não podemos perceber o lugar que ocupam propriamente dito. Indagações sobre a cor, o sabor, o cheiro ou a textura do Espaço não fazem sentido. Mesmo perguntas sobre sua forma ou geometria só são inteligíveis, porque esta se manifesta por meio da disposição dos corpos perceptíveis: desenhamos triângulos com cordas, medimos ângulos com teodolitos, usamos réguas ou trenas para estimar distâncias. Em contrapartida, não se trata de “medir o Espaço em si” — tampouco sua curvatura — como se fosse uma entidade diretamente acessível.

Em segundo lugar, não percebemos simultaneamente todos os corpos do mundo, nem mesmos todas as suas partes (lados, interiores). No caso da visão, por exemplo, temos acesso, a cada momento, apenas ao que se encontra dentro de nosso campo visual — um “cone de visão” com fronteiras indefinidas e alcance variável, dependendo das condições contextuais, como a presença de barreiras opacas ou iluminação. (Esse cone pode ter um alcance pequeno se há uma parede logo a nossa frente, mas pode ter uma altura indefinida, como quando, numa praia, olhamos para o horizonte. Também é difícil perceber com acurácia detalhes de objetos muito distantes ou muito pertos.) Mesmo assim, concebemos esse cone de visão como nos dando acesso a uma *parte* de um Espaço mais amplo, esse último sendo público, único e abrangente. Isto é, compreendemos que aquilo que vemos agora é apenas uma parte do que existe, e que objetos existem fora do nosso campo de percepção

atual e que não cessam de existir por deixarem de ser percebidos. Como a percepção de um cômodo ou cidade é fragmentária e parcial, precisamos de uma representação dessas totalidades que integre suas partes percebidas sucessivamente, que sirva de orientação para nossos deslocamentos, tanto no cômodo, quanto pelas ruas da cidade. Alguma concepção de espaço objetivo é essencial para que possamos, por exemplo, retornar a um lugar já visitado ou reconhecer que um objeto (ou parte de um objeto) que é apresentado a percepção agora já estava lá, que apenas estava fora do nosso alcance perceptual. Essas representações permitem compreender que o Espaço não possui uma direção ou sentido intrínsecos, e que lugares outrora à direita podem ser agora à esquerda, sem que nada do que percebo tenha, em si, se modificado.

Percebemos, sim, as relações espaciais entre objetos observáveis. No instante presente, somos capazes de identificar os espaços existentes entre os objetos que se encontram dentro do nosso cone visual. Entretanto, para apreender a relação espacial entre objetos distantes – como duas cidades –, torna-se necessário, por exemplo, percorrer as trajetórias que os separam, interpretando cada percepção momentânea como uma representação parcial da distância entre eles. Assim, parece imprescindível construir e manter um mapa cognitivo, ainda que rudimentar, das porções do espaço percebidas ao longo do percurso. Tal mapa possui relação com as percepções parciais e fragmentárias, e sua construção seria impossível sem certa continuidade e estabilidade nas relações espaciais percebidas ao longo do tempo.

Em terceiro lugar, embora percebamos corpos materiais, embora também os representemos como ocupando um lugar do Espaço, não os percebemos acompanhados de coordenadas cartesianas (x, y, z), que indiquem sua localização objetiva em relação a um sistema de eixos tridimensionais fixo, cuja origem $(0,0,0)$ estaria em um ponto fixo do Espaço absoluto. Isso se deve, em parte, ao fato de que não experienciamos o Espaço como possuindo direções ou posições intrínsecas. Sua experiência é a de um todo homogêneo. Podemos, claro, convencionar eixos e coordenadas, mas tais construções são cognitivamente elaboradas, não dados.

Fenomenologicamente, no nível mais imediato da experiência, parece que somos levados a representar o que percebemos, e os localizar em posições espaciais, a partir de nosso ponto de vista. E isso significa: de modo egocêntrico. Os objetos são percebidos como estando à frente, à direita, acima, e assim por diante. Essas direções formam “eixos” cuja origem está localizada no corpo do sujeito — o corpo

humano, diferentemente do “Espaço em si”, possui uma orientação natural (frente, costas, cabeça, pés etc.). Podemos imaginar que, ao nos movermos, carregamos conosco nossos eixos referenciais, como se cada corpo humano fosse o centro móvel de um sistema de coordenadas egocêntrico. O mesmo ponto do espaço pode ser referido como “à direita” ou “à esquerda” dependendo da perspectiva egocêntrica. Um objeto percebido à minha direita pode, sem se mover, passar a ser percebido à esquerda caso eu (meu corpo) gire 180°.

Isso tem como consequência que cada sujeito opera com um sistema de coordenadas egocêntricas, e reconhece a sua natureza convencional (nenhum ponto do espaço é “em si” à esquerda ou longe), e compreende que os demais sujeitos também entendem que essas coordenadas são uma estrutura convencional. Isso é o que permite traduzir ou compreender o ponto de vista alheio. Por exemplo, um sujeito S1 dentro de um balão pode perceber o pico de uma montanha como estando “abaixo e próximo”, enquanto outro sujeito S2, observando do solo, o percebe como “acima e distante”. A possibilidade de ambos estarem certos decorre da compreensão de que seus sistemas de referência estão ancorados em posições distintas, mas se referem ao mesmo espaço compartilhado.

Em quarto lugar, introduzimos uma complexidade adicional: os corpos materiais também se movem. Como perduram no tempo e ocupam uma porção do espaço, os corpos materiais podem, em geral, mover-se ou ser deslocados de um lugar para outro ao longo do tempo. Ou seja, além das variações devidas ao deslocamento do sujeito, também há transformações reais nas relações espaciais entre os próprios objetos. Observamos corpos rotacionando, transladando, modificando suas posições. Um mesmo objeto pode parecer imóvel a partir de uma perspectiva e em movimento a partir de outra, como no conhecido caso do observador na praia que vê o barco afastar-se, e do passageiro dentro do barco que percebe os objetos ao redor como relativamente estáticos. Para representar tais mudanças, o *mapa cognitivo objetivo* precisa ser atualizado continuamente e coordenado com as localizações egocêntricas do sujeito. Essa capacidade de distinguir entre variações perceptivas (de pontos de vista) e alterações reais nas posições dos objetos pressupõe, além de uma concepção compartilhada de espaço público, que pode ser acessado a partir de diferentes perspectivas, um mundo com uma pluralidade de corpos materiais cuja existência e variações de posição sejam relativamente “estáveis” e “ordenadas”.

O movimento de um corpo material, e o próprio conceito de velocidade, ocorre em relação a uma “grade” de pontos espaciais. As coordenadas dessa “grade de pontos espaciais” são determináveis por meio da percepção e da referência a corpos materiais e/ou a lugares que são constituídos por objetos espaciais relativamente duradouros, estáveis e que são identificáveis e reidentificáveis. O mapa cognitivo pode ser concebido como as posições que os corpos materiais ocupam no interior dessa grade de pontos espaciais. Ele é dinâmico, móvel e atualizável — mas não pode ser construído a partir de um mundo arbitrário. Sua constituição depende de uma certa regularidade no comportamento espacial dos corpos. Se os objetos mudassem constantemente de posição de forma brusca, descontínua ou imprevisível — como em um cenário de teletransporte aleatório de todos os objetos ou da constante e generalizada destruição e criação instantânea —, a construção de um mapa espacial coerente seria inviável. Um mundo composto apenas por entidades como o cinábrio de Kant (*KrV*, A101), ou com a instabilidade radical da superfície do Sol descrita por Russell (1956, p. 40), inviabilizaria a formação da representação de um mundo espacial. Dada a estrutura da percepção e cognição humana, a constituição de um espaço objetivo requer que os corpos materiais mantenham identidades relativamente estáveis e relações espaciais contínuas por intervalos razoáveis de tempo. Em outras palavras, a inter-relação geral entre identificação de objetos e lugares e posições espaciais, bem como a sua dependência mútua, não é nada mais que um resultado da unidade da estrutura de nossa percepção e de seus objetos, do mundo tal como o encontramos e de nosso pensamento sobre ele.

Não sem razão, Strawson argumenta que corpos materiais, e pessoas que possuem corpos materiais, desempenham um papel básico em nosso esquema conceitual. Ele sustenta que os corpos materiais são essenciais entre os particulares. Essa ideia pode ser resumida facilmente. A individuação de particulares de qualquer tipo é fundamentalmente dependente de sua localização dentro de um sistema de referência espaço-temporal único. Como seres humanos, não conseguiríamos entender, navegar ou localizar posições nesse sistema espacial sem encontrar e perceber indivíduos particulares. Esses indivíduos devem ser numerosos, suficientemente estáveis, manter relações entre si, permitindo que sua trajetória seja acompanhada por meio da percepção. O tipo de particulares que satisfazem esses critérios necessários, para operar em nosso sistema espacial, são exatamente os

corpos materiais (Strawson, 1959, pp. 38-58). Os corpos materiais, incluindo pessoas, animais e objetos que comumente percebemos, ao apresentarem uma relativa permanência e estabilidade ao longo do tempo, seriam a classe de particulares básicos.

O “exemplo de brinquedo” aqui desenvolvido — articulado em quatro etapas — encontra uma correspondência quase direta com o que foi exposto na alínea [3] da *seção* 3.2 acerca do tempo, eventos e linhas causais. Ali destacamos que o sistema espaço-temporal de referência ao qual pertencemos não é simétrico: sua dimensão temporal possui estruturas e peculiaridades próprias, distintas daquelas das dimensões espaciais.

4.2.4

O argumento da mensuração

Nesta subseção, destacaremos o papel das convenções na representação numérica do tempo, sobretudo na atribuição de coordenadas temporais a instantes na história do mundo. Argumentaremos que, ao identificar um evento como tendo ocorrido “durante o intervalo tal” — utilizando uma notação típica da física (“no intervalo $[t_1, t_2]$ ”) ou mesmo do discurso cotidiano (“a viagem ocorreu entre 4h15 e 5h21”) —, fazemos uso necessário de convenções e de sistemas de coordenadas cuja construção depende, por um lado, de pressupostos oriundos de uma “mecânica primitiva” e, por outro, da identificação perceptiva de outros eventos do mundo. Concluiremos que a explicação dos pensamentos demonstrativos, em termos de condições de verdade expressas por bicondicionais contendo expressões como “no instante t ”, pressupõe a existência de um sistema objetivo de coordenadas, como o GMT ou o UTC ou TAI, estruturado com base em convenções. A construção e manutenção de tal sistema, por sua vez, depende necessariamente de pensamentos demonstrativos perceptuais prévios sobre eventos diversos. Defenderemos, portanto, a interdependência entre (a) a atribuição objetiva de coordenadas temporais aos eventos percebidos e (b) a construção dos sistemas temporais objetivos com base na percepção e no pensamento demonstrativo acerca de eventos.

[1] A Física contemporânea é formulada predominantemente de modo algébrico, por meio de números e equações. Essa associação entre física e álgebra tornou-se tão arraigada que, muitas vezes, passa despercebida. É comum que

manuais de graduação e obras de divulgação científica apresentem o tempo como se fosse uma linha — o que significa concebê-lo como um conjunto de instantes sem duração, ordenados linearmente segundo relações “ocorre antes” ou “ao mesmo tempo que”. Mais precisamente, o tempo é usualmente representado por aquilo que os matemáticos denominam “o contínuo” dos números reais, e não por uma “linha” no sentido geométrico do termo.

Mais especificamente, um texto típico de física não se referirá ao tempo, mas, sim, como t pertencentes a $\mathbb{R}$ (Maudlin, 2012, p. 60). No entanto, $\mathbb{R}$ possui um significado matemático específico: trata-se do conjunto dos números reais, cujos elementos admitem diversas representações conforme a base numérica adotada. Por exemplo, um mesmo número real pode ser uma dízima periódica em uma base e não o ser em outra. Podemos comparar os dígitos após a vírgula de dois números, somá-los, multiplicá-los, dividi-los (desde que não por zero) ou extrair-lhes a raiz quadrada (se forem positivos). Todas essas operações resultam em elementos do próprio conjunto $\mathbb{R}$. Nada disso vale para posições temporais. Os instantes do tempo não possuem “primeira posição” ou “segunda posição depois da vírgula”; eles não podem ser “somados” de maneira bem definida, e não faz sentido perguntar qual seria o resultado de multiplicar um instante por outro. Não se pode somar dois momentos na história do mundo. Em $\mathbb{R}$, cada variável x representa um número real específico; mas x , enquanto número, não constitui uma parte do tempo objetivo, nem pode ser entendido como idêntico a algo que ocupe uma posição no espaço-tempo físico. Os números são instrumentos de representação, não partes concretas do mundo.

Dessa maneira, não podemos interpretar cada propriedade do conjunto dos números reais ($\mathbb{R}$) como representando uma propriedade do mundo fisicamente possível. Por exemplo, $\mathbb{R}$ é não isotrópico — a direção em que os números aumentam é distinta da direção em que diminuem. Contudo, postulamos que o contínuo temporal físico é isotrópico. Além disso, $\mathbb{R}$ é heterogêneo — por exemplo, o número 0 é distinguível de todos os demais —, mas o tempo objetivo não possui um “instante zero” que seja naturalmente distinto dos demais. Postulamos, nesse sentido, que o tempo forma um contínuo homogêneo (Norton, 1992, p. 196).

A partir dessas observações, conclui-se que nem todas as estruturas matemáticas presentes no sistema de coordenadas se refletem naquilo que esse sistema representa. $\mathbb{R}$ possui uma estrutura matemática significativa que não

encontra análogo no tempo objetivo. Mesmo que o tempo representado pelo sistema de coordenadas fosse de fato um tempo físico real, as coordenadas em si não seriam fisicamente reais.

Um instante no tempo não é, em si, um número, mas apenas recebe uma designação numérica quando inserido em um sistema de coordenadas. Se, como se pressupõe, as leis da física forem invariantes sob translações temporais, então essas leis permanecem simétricas com relação a translações do sistema de coordenadas. Os intervalos de tempos (durações) não são números, mas relações comensuráveis entre comprimentos que podem ser calculados quando se estabelece um sistema de coordenadas. (Certas propriedades da realidade como descrita são relativas ao referencial adotado, ao passo que outras não o são. É a escolha de modelos com métricas adequadas que permite que o intervalo entre dois eventos seja invariante com relação à escolha do sistema de coordenadas — invariante, por exemplo, quanto ao posicionamento da origem e dos eixos.)

Quando usamos *diagramas* (figuras planas espaciais) do tempo ou representações *matemáticas* do tempo (i.e., coordenadas em algum sistema de referência), certas convenções são necessárias, como determinar qual sentido representa o futuro ou se os intervalos calculados a partir de coordenadas são reais ou convencionais. Essas convenções na nossa representação não implicam que o tempo em si careça de propriedades fundamentais ou de um sentido/orientação, nem muito menos que o seu sentido e direção não sejam intrinsecamente distintos dos sentidos ou orientações espaciais (Maudlin, 2012, pp. 168-9). As coordenadas numéricas são um *recurso de representação*, não uma identidade entre o real e o físico. A representação é útil, mas não podemos confundir as propriedades estritas do aparato de representação com o objeto representado.

[2] Para identificar a posição de eventos no espaço-tempo, usamos sistemas de coordenadas. Os sistemas de coordenadas atribuem a cada instante um nome único. É por meio desses sistemas que se pode referenciar, com exatidão, pontos específicos na história do mundo — pontos “sem duração”, isto é, “instantes t ”, em que, rigorosamente, não apenas não havia (ou não sabemos se haverá) testemunhas presentes, mas tampouco ocorria (ocorrerá) qualquer evento observável que poderia (poderá) ser diretamente indicado.

Devemos nos questionar como tais sistemas são construídos e operacionalizados na prática.

Seria suficiente, por exemplo, simplesmente observar um relógio? Evidentemente, não. Ainda que admitamos que estamos percebendo um relógio sob condições ideais — e que este esteja funcionando de forma precisa e regular —, ele pode não estar sincronizado com outros relógios distribuídos pelo mundo. Podemos, é claro, convencionar que o tempo indicado por esse relógio específico seja considerado, por meio de uma definição estipulativa, o tempo correto. Poder-se-ia estipular que qualquer exibição fornecida pelo relógio à minha frente (localizado, digamos, num ponto do meridiano de Greenwich) corresponda ao horário padrão. Contudo, é necessário estender a atribuição de coordenadas temporais a eventos que ocorrem em diferentes localidades, distantes do ponto onde se encontra o relógio padrão. O objetivo central de um sistema de coordenadas temporais é justamente possibilitar que diferentes observadores, situados em diversos pontos do sistema, possam chegar a um acordo sobre quais valores temporais atribuir aos eventos — mesmo quando esses eventos não ocorrem na origem do sistema (isto é, diante do relógio padrão). Podemos imaginar que ao longo de cada meridiano da Terra (que são linhas imaginárias, ou melhor dizendo, convencionais) existem relógios estacionários, calibrados e sincronizados com o relógio padrão, os quais ditam a hora para todas as regiões naquele meridiano. Na prática não dispomos de tantos instrumentos de medição de alta precisão, e os detalhes para atribuir tempo a cada um desses relógios (sincronizá-los com o relógio padrão) são relativamente complicados. A questão filosófica central é se a simultaneidade pode ser definida para qualquer local do universo.

Durante o estabelecimento de um sistema de coordenadas temporal e, posteriormente, a aplicação desse sistema para datar eventos particulares, algumas regras devem ser respeitadas. Por exemplo, se a partir do relógio que observo (calibrado ou que quero calibrar) nesse sistema de coordenadas, se o evento e_0 ocorre *antes* do evento e_1 , então a coordenada temporal do evento e_0 , isto é, t_0 , deve ser *menor* que a coordenada t_1 atribuída a e_1 . Se o evento e_1 ocorre *após* o evento e_0 , mas *antes* do evento e_2 , devemos atribuir coordenadas tal que $t_0 < t_1 < t_2$. Além disso, uma das regras fundamentais, diretamente vinculada à hipótese defendida nesta *seção* 4.2, é a seguinte: a identificação das coordenadas temporais de um corpo material (percebido agora) ou de um evento específico se faz por meio

de sua relação com outros eventos de referência — esse evento pode ser o próprio movimento dos ponteiros de um relógio. Assim, por exemplo, podemos localizar um instante como sendo “20 segundos após” um evento previamente identificado.

Reforçando e retomando as demandas já apresentadas na alínea [3] da *seção* 3.2 do capítulo anterior, sustentamos a tese de que a possibilidade de construir um “calendário cognitivo do tempo objetivo” (uma representação geral que serve como condição para a constituição de um sistema temporal de coordenadas) pressupõe que certas características objetivas do universo sejam independentes de referenciais ou pontos de vista específicos. Em particular, o fato de um evento poder ou não exercer impacto causal sobre outro deve ser entendido como constituindo uma propriedade objetiva do mundo, não dependente da escolha de um sistema convencional de coordenadas. Consequentemente, se dois eventos estiverem espacialmente separados de modo que não possam, em princípio, influenciar-se causalmente, não haverá critério factual que determine se eles são simultâneos.

De todo modo, a definição e atribuição de relações temporais — como anterioridade, posterioridade e simultaneidade —, bem como a construção de uma escala temporal única, em conjunção com suas respectivas coordenadas numéricas, constituem uma tarefa tecnicamente não trivial. Elas dependem de regras de sincronização, da escolha de um evento padrão (isto é, um relógio de referência, ou melhor, da média de centenas de relógios referência) e de hipóteses físicas de fundo. A noção de “tempo objetivo”, quando quantificada em um “Temps Universel Coordonné” (UTC), não pode ser tomada como algo dado ou autoevidente, mas deve ser reconhecida como uma conquista teórico-experimental, cuja validade repousa sobre pressupostos de como representamos o mundo.

[3] Uma vez que as teorias contemporâneas são modelos construídos utilizando entidades e estruturas abstratas da matemática com o objetivo de representar as propriedades espaço-temporais reais do mundo; essa construção depende, em princípio e de fato, da constatação de que a estrutura geométrica/algébrica empregada na representação do tempo é adequadamente expressa pela estrutura dos números reais (Norton, 1992, p. 194). O processo de atribuição de coordenadas temporais pressupõe que a estrutura do conjunto dos eventos seja idêntica ou passível de incorporação à estrutura numérica que utilizamos para representá-los.

Demonstrar a viabilidade dessa incorporação, o que corresponde à resolução do nosso problema da representação na teoria da medição do tempo, depende de (proto)teorias físicas, isto é, de pressuposições de como as coisas funcionam, as quais devem ser aplicadas também aos próprios instrumentos de medição *qua* objetos físicos. Isso deve ser assim, porque, por si só, uma geometria ou uma álgebra (em geral, uma teoria matemática) nada nos diz de observável sobre o tempo; pois são normas de descrição de certas estruturas idealizadas. Apenas quando ela é utilizada como modelo do mundo, passa a funcionar como normas ou regras de descrição da natureza, como a ideia de infinitos relógios perfeitos posicionados ao longo de todo espaço, que não existem de fato. Para derivar consequências observacionais acerca de corpos e eventos reais, esses, sim, verdadeiramente, observáveis, precisamos recorrer às teorias físicas que tratam de temas como dilatação e expansão da matéria quando submetida a diferentes temperaturas, o que esses relógios mediriam ao longo de trajetórias, de pressuposições de como os corpos se comportariam na ausência de forças (ou até da constância da velocidade da luz), entre outros, para corrigir os desvios no comportamento de objetos reais (incluindo os utilizados *como instrumentos de medição*) em relação ao comportamento ideal (Maudlin, 2012, pp. 75-76). Em termos gerais, as consequências observacionais decorrem da conjunção da geometria com as (pro)teorias físicas. Isso significa que temos alguma liberdade para fazer modificações convencionais na geometria, desde que modifiquemos de forma correspondente as demais teorias físicas, de modo que as consequências observacionais sejam mais bem explicadas por meio dessa conjunção (Einstein, 1921 [1954], pp. 235-236; veja também Reichenbach, 1928 [1957]).

Isso constitui mais um indício de que a identificação fundamental de eventos particulares ocorre de maneira holística, relacional e que pressupõe alguma prototeoria (ou alguma “mecânica primitiva”) de como as coisas funcionam, isto é, pressupõe ao menos alguma ideia ou algum conjunto de ideias precisas ou vagas de como as coisas funcionam de acordo com a sua própria natureza, com se comportariam em situações contrafactuais, entre outros.

Naturalmente, ao estudar o tempo objetivo, base para o tempo físico, busca-se descrever propriedades invariantes em relação ao sistema de coordenadas adotado. Considera-se que a passagem de um referencial a outro não altera os fenômenos reais descritos, mas apenas modifica a perspectiva sob a qual esses

fenômenos são apresentados. Podemos, assim, em última instância, enunciar um critério claro para distinguir as propriedades fisicamente significativas das propriedades arbitrárias ou convencionais: propriedades fisicamente significativas são precisamente aquelas invariantes sob as transformações permitidas pelo grupo de covariância (Norton, 1992, pp. 196-8). Por exemplo, o valor numérico atribuído a um instante específico (número de coordenada) é arbitrário, pois varia conforme o sistema de coordenadas escolhido. Por outro lado, a diferença absoluta entre as coordenadas temporais atribuídas a dois instantes é invariante e, portanto, fisicamente significativa, pois corresponde à duração real mensurável por um relógio físico.

Em resumo, a representação numérica do tempo exige a articulação de teorias físicas (ou, ao menos, de prototeorias). Somente essa articulação confere sentido observacional às medições e possibilita o uso de coordenadas temporais como representação do tempo objetivo.

[4] Observamos, como conclusão desta subseção, que, para enunciar “no instante t (*at t*)” — cuja instância concreta poderia ser “às 15h UTC de 3/4/2025” —, expressão com a qual normalmente se enunciam as condições de verdade de enunciados criados pelo proferimentos de frases contendo demonstrativos, é necessário, primeiramente, estabelecer um sistema de coordenadas temporais. Para a criação e manutenção de um tal sistema de coordenadas, é necessário estipular unidades e definir um evento padrão desse sistema (por exemplo, o relógio no Observatório Real de Greenwich, em Londres, contando a partir da meia-noite). Além disso, deve-se adotar convenções relativas aos anos bissextos, e iniciar a contagem do primeiro ano a partir de uma posição convencionalmente definida, que funcionará como a origem do sistema de coordenadas — seja o nascimento de Jesus ou a data presumida do Big Bang —, bem como referenciar diversos eventos reais perceptíveis (como os relógios atômicos) e, na prática, dispor de um sistema de recalibração e verificação do seu correto funcionamento (por meio da média de diversos relógios atômicos em laboratórios ao redor do mundo). Dessa forma, é inconcebível acreditar que se possa compreender as condições de verdade de um pensamento demonstrativo ou a especificação da identificação fundamental de um objeto, *fazendo referência a um instante t* , sem pressupor que já percebemos, pensamos, identificamos e nos referimos demonstrativamente a uma pluralidade de

eventos, bem como tenhamos exercido nossa capacidade de representação (ainda que pré-quantitativa) das relações temporais objetivas entre eles.

Há de nossa parte, portanto, uma reserva crítica diante da enunciação de condições de verdade que recorrem à expressão “no instante t ” como se o seu significado fosse transparente ou autoevidente, um dado sem pressuposição. Vejamos alguns exemplos:

A resposta à pergunta sobre o que distingue uma estátua de qualquer outra coisa em um dado momento [*at a time*] é dada pela citação de (i) a posição que ela ocupa nesse instante [*at a time*] [...] Para qualquer objeto, então, há o que se pode chamar de *base fundamental de diferença* desse objeto (em um dado momento [*at a time*]). (Evans, 1982, p. 107)

Se u é uma enunciação de ‘ Fa ’ feita pela pessoa p no tempo t , e p se refere, com o termo demonstrativo a em u , ao objeto x , então u é verdadeira com respeito a p em t se, e somente se, x é F . (Crawford, 2020, p. 443, traduções nossas)

Tais formulações ilustram a lacuna conceitual que diagnosticamos, ou, alternativamente, indicam que tais formulações, sem mais, estão presas ao paradigma de corpos materiais e espaço que foi diagnosticado por nós no *Capítulo 2* (vide *seção 2.4.3*).

Outros exemplos, embora não diretamente ligados a pensamentos demonstrativos, podem padecer do mesmo problema. A tradução (ou especificação) de sentenças declarativas em lógicas temporais frequentemente envolve referências explícitas a instantes t . (Há também a notação t^* , a qual costuma denotar aquilo que se deseja formalizar como o “agora”, seja ele um instante pontual, um intervalo ou o “presente especioso”.) Vejamos:

Semântica da teoria-A do tempo: uma ocorrência da sentença ‘ e é presente’, proferida no tempo-A t , é verdadeira se, e somente se, o evento e ocorre em t . (Le Poidevin, 2007, p. 47)

Para qualquer falante s e tempo t , ‘Maria amará João’ é verdadeiro [s, t] se, e somente se, [existe um $t_1 : t_1 > t$] (Maria ama (t_1) João).” (Lepore & Ludwig, 2003, pp. 55-57)

‘Brutus saudou César antes de matá-lo’ se, e somente se, [existe um tempo $t_1 : t_1 < t^*$][existe um tempo $t_2 : t_2 < t^*$ e t_1 é anterior a t_2] (Brutus saúda (t_1) César e Brutus mata (t_2) César). (Lepore & Ludwig, 2003, p. 69)

Nossas reservas quanto a esses últimos exemplos de especificação formal ecoam as observações feitas por Rundle (2009, p. 16), segundo o qual “tais formalizações podem ser úteis para certos propósitos, mas não se pode dizer que

tornem mais claro aquilo que um falante que domina [o uso de] uma sentença como ‘Maria amará João’ necessariamente compreende ao usá-la”.

Sublinhamos, vide alínea [3] anterior, que a possibilidade de “datarmos” eventos (localizá-los no tempo) depende de sua relação com outros eventos de referência, como o movimento de um ponteiro de relógio ou um sinal luminoso que sincronize relógios em diferentes regiões. Esse arranjo só funciona graças a pressupostos teóricos sobre causalidade, invariância das leis físicas sob translação temporal, constância de certas magnitudes físicas (por exemplo, a velocidade da luz, em teorias relativísticas), entre outros. Assim, cada vez que dizemos “no instante t ” (e.g., “às 15h UTC de 3/4/2025”) ao enunciar condições de verdade de pensamentos demonstrativos ou ao falar de identificação fundamental de corpos materiais, pressupomos esse aparato inteiro: convenções, sistemas de medição, sincronização e a referência efetiva a eventos observados. (Em particular, é necessária a posse de, no mínimo, uma prototeoria a fim de que se possa inferir como os instrumentos de medição, e.g., régua e relógios, na sua condição de objetos físicos reais, reagem e reagiriam a dilatação provocada pelo calor, a altas velocidades, etc.) Em outras palavras, não é possível compreender de modo pleno a noção da referência “ao instante t ” sem pressupor um sistema de coordenadas, que se apoia, necessariamente, em prototeorias físicas, as quais incluem um conjunto de princípios causais interligados que fundamentam a possibilidade de representação objetiva do tempo.

Referir-se a um instante t é, assim, dependente e, conceitualmente, mais complexo do que a identificação de objetos observáveis. Mais especificamente, existe uma interrelação entre a atribuição, aos eventos percebidos, de uma coordenada temporal objetiva (por meio dos sistemas de horas e calendários) e a construção e manutenção desse sistema de coordenadas, cuja existência e validade depende da nossa percepção e do pensamento demonstrativo acerca dos eventos ao longo da história do mundo.

4.3

Identificação de eventos

Esta seção analisa como eventos podem ser classificados e identificados como particulares básicos. Argumenta-se que sua identificação e reidentificação

dependem de critérios espaço-temporais e de um enquadramento causal. A seção está dividida em três subseções.

Na subseção 4.3.1, argumenta-se, com base em Davidson e em contraste com Strawson, que os eventos devem ser considerados particulares básicos. Sua presença constante na experiência revela sua função orientadora e seu papel na constituição de pensamentos sobre uma realidade objetiva. Essa centralidade aparece também na linguagem ordinária: um mesmo evento pode ser descrito de múltiplas maneiras, o que evidencia seu estatuto de unidade complexa passível de reidentificação. A prática cotidiana de dar e pedir explicações confirma que tratamos eventos como indivíduos particulares integrados em cadeias causais.

A subseção 4.3.2 introduz e justifica a noção de identificação fundamental, distinguindo conceitualmente diferentes formas de referência e abordando a questão sobre o que constitui, efetivamente, uma identificação e uma identificação fundamental. A clarificação desses conceitos e a distinção terminológica são úteis para as afirmações desenvolvidas na subseção seguinte.

Por fim, na subseção 4.3.3, desenvolve-se, com apoio em Evans, um critério tripartido — localização espaço-temporal e sortal — aplicável não apenas a corpos, mas, também, a eventos. Sustentamos, com isso, que a aplicação de conceitos causais não é apenas conveniente, mas uma condição necessária para a possibilidade de referência singular a eventos e, por interdependência, também, aos corpos materiais.

4.3.1

Eventos como indivíduos particulares básicos

[1] A experiência sensível encontra-se em permanente transformação, tanto no conteúdo do que percebemos quanto no próprio modo de percepção. Observamos, com frequência, alterações no ambiente que nos cerca, como a quebra de um ovo ou o aparecer e desaparecer de caracteres em nossos dispositivos de tela. Mesmo deslocamentos corporais sutis, como o ato de mover-se ou virar a cabeça, produzem modificações relevantes, pois alteram a perspectiva a partir da qual o mundo é percebido. Com isso, torna-se evidente que a experiência perceptiva não decorre apenas da configuração objetiva do mundo, mas, também, da posição ocupada pelo sujeito no espaço-tempo. Reconhecer essa articulação dinâmica entre o observador e o ambiente é condição necessária para qualquer sujeito que aspire

formar pensamentos acerca de um mundo objetivo. Desse modo, os eventos — concebidos como mudanças, transformações ou ocorrências perceptíveis — revelam-se componentes recorrentes da experiência, cuja presença parece indispensável à forma como compreendemos e nos orientamos no mundo; isto é, nos parecem básicos, no sentido de serem elementos que são constantemente experienciados e essenciais à própria forma como compreendemos e navegamos o mundo.

[2] Essa centralidade dos eventos também se reflete na estrutura conceitual expressa por nossa linguagem ordinária. Davidson (1967[2002], p. 162) chama a atenção para o modo como a linguagem natural parece pressupor a existência de eventos ao permitir que eles sejam nomeados e descritos por meio de formas sintático-gramaticais específicas. A nominalização de verbos ou gerúndios, como em “the crashing of the jet at Los Angeles” ou “the crash of the jet”, evidencia esse ponto (Davidson, 1985[2002], p. 306).⁶⁶ Embora a primeira construção seja pouco natural em português, a possibilidade de nominalizar verbos — como em “pra que sofrer, se há sempre um novo amor, em *cada novo amanhecer*” (Vinícius de Moraes) — encontra respaldo na gramática de nossa língua. Essas expressões, ainda que derivadas de verbos, comportam-se como termos singulares, o que indica seu caráter referencial, e carregam vestígios da ação verbal.

⁶⁶ A esse respeito, vale comentar certos aspectos sintáticos da gramática inglesa que Bennett (1988), seguindo os trabalhos de Vendler (1967), afirma ter importância filosófica: nominais perfeitos (e.g., “*that eggs’s break* was inevitable under pressure”) são nosso principal recurso para referir-nos a tipos de eventos, enquanto nominais imperfeitos (e.g., “*the egg breaking* ruined the recipe”) sempre se referem a fatos. Nominalizações perfeitas são expressões plenamente nominalizadas nas quais a origem verbal é gramaticalmente inerte (Vendler, 1967, p. 131); elas se comportam como substantivos puros e funcionam como termos singulares (nomes) para eventos. Segundo Bennett (1988, pp. 7-8), elas são sintaticamente distinguidas por características como a capacidade de aceitar determinantes, adjetivos atributivos e pluralização, e são frequentemente interpretadas semanticamente como se referindo a eventos ou processos no mundo. Em contraste, as nominalizações imperfeitas retêm características e dependências gramaticais típicas de verbos, incluindo a capacidade para flexão de tempo (*tense*), aspecto, modalidade e modificação adverbial (i.e., nessas nominalizações, “the verb is still alive as a verb” ou “the verb still kicks”, Vendler, 1967, p. 131). Essas formas são mais naturalmente lidas como se referindo a fatos, isto é, que um certo evento ocorreu, em vez de ao evento em si. É importante destacar que essa distinção de Vendler não é puramente morfológica, i.e., não basta apenas olhar para a forma gramatical da expressão nominalizada em si, para decidir se é perfeita ou imperfeita; é necessário, também, olhar para o contexto (*container sentences*) em que ocorrem (Vendler, 1967, p. 132): “the melt of the wax is gradual” (perfeita); “the melt of the wax is a fact” (imperfeita). Assim o contraste nominalização perfeita/imperfeita se reflete em seu uso contextual: enquanto “a quebra do ovo foi súbita” (*the breaking of the egg was sudden*) destaca o evento como uma ocorrência individualizada, “o ovo quebrando nos surpreendeu” (*the egg breaking surprised us*) enfatiza o conteúdo factual — a surpresa de que isso aconteceu.

Outro aspecto gramatical relevante, igualmente destacado por Davidson, diz respeito à modificação dessas expressões por advérbios. Assim como substantivos admitem adjetivação, expressões que nomeiam eventos podem ser modificadas por advérbios que lhes conferem qualidades específicas (Davidson, 1985[2002], p. 294). Consideremos, por exemplo, a frase: “Sebastião caminhou lentamente e errantemente pelas ruas de Bolonha às duas da manhã”. Aqui, o que se descreve é um evento particular — o caminhar errante e lento de Sebastião — caracterizado por diversos elementos qualitativos e circunstanciais que o singularizam (Davidson, 1969[2002], p. 167). Dessa forma, trataríamos aquele caminhar como uma unidade complexa, dotada de diferentes propriedades e características — assim como um corpo material pode possuir propriedades como ser vermelho ou ser pesado —; e isso seria uma evidência para individualidade e singularidade dos eventos.

Uma formalização em lógica de primeira ordem revelaria que a própria estrutura lógico-gramatical da linguagem ordinária permite quantificar sobre eventos, o que reforça sua condição de indivíduos particulares. Um evento pode ser objeto de quantificação existencial e predicação múltipla, como se observa na seguinte formalização (ou especificação):

$\exists x (x \text{ é um caminhar} \wedge x \text{ é lento} \wedge x \text{ é errante} \wedge x \text{ ocorreu em Bolonha} \wedge x \text{ ocorreu às duas da manhã} \wedge x \text{ foi executado por Sebastião})$

É importante, no entanto, reconhecer que esse tipo de formalização não está isenta de dificuldades. Uma lógica de primeira ordem, estritamente extensional, parece inadequada para capturar as nuances semânticas dos sortais, ou seja, dos *tipos* de entidades. Além disso, a leitura do quantificador “ $\exists$ ” como “existe” pode ser filosoficamente problemática nesse contexto: a linguagem ordinária parece reservar aos eventos os verbos “ocorrer”, “acontecer” ou “dar-se”, sugerindo que a categoria de existência talvez não se aplique a eles da mesma maneira como aplicamos “existir” a corpos materiais. Mais decisivo, em nossa opinião, é o argumento que Davidson desenvolve a partir da análise de nossas práticas explicativas (Davidson, 1967 [2002], p. 120).

Com efeito, a suposição de que eventos são indivíduos particulares (identificáveis e reidentificáveis) está implícita em nossas práticas cotidianas de dar e pedir explicações. Suponhamos, adaptando um dos exemplos de Davison (1969

[2002], pp. 164-166), que uma *catástrofe* tenha ocorrido no Rio de Janeiro. Para explicar tal acontecimento, tendemos a descrevê-lo com maior especificidade — por exemplo, como uma *enchente*. Existem leis estatísticas aproximadas sobre enchentes: é um fenômeno de origem natural e potencializado pelas intervenções antrópicas no meio. Dessa forma, essa enchente pode ser analisada à luz de regularidades empíricas conhecidas: trata-se de um fenômeno natural, frequentemente intensificado por ações humanas que comprometem a drenagem urbana, como o desmatamento, a pavimentação excessiva ou a ocupação irregular do solo. Ademais, poderíamos querer saber o porquê de a chuva intensa ter ocorrido naquele momento e não horas antes e o porquê de determinadas ruas do bairro de Botafogo estarem mais alagadas que outras. Essas indagações demandam descrições cada vez mais refinadas, ancoradas em categorias como localização, umidade relativa do ar, dados geográficos e meteorológicos atualizados, duração da chuva, velocidade de escoamento de certos bueiros, etc. Em suma, para formular tais questões (Por que choveu naquele momento, e não antes? Por que determinadas ruas foram mais afetadas do que outras?), precisamos utilizar um vocabulário cada vez mais preciso. Todas essas descrições e redescrições somente parecem fazer sentido se assumirmos, e concebermos, de modo sincero e genuíno, que existe um mesmo indivíduo particular que está sendo descrito de diversas formas (Davidson, 1969 [2002], p. 165). Para resumir nosso exemplo: se alguém pergunta por que a catástrofe aconteceu, a resposta não se limita a fornecer informações genéricas sobre catástrofes em geral. Em vez disso, fornecem-se detalhes sobre aquela enchente específica — e não sobre enchentes em geral. Ao fazermos isso, não se está mudando de assunto, mas aprofundando a descrição do mesmo evento, adicionando-lhe camadas explicativas e circunstanciais. Isso faz sentido, porque estamos falando de uma enchente específica e reidentificável, isto é, um indivíduo particular.

Por essas razões, Davidson defende que estamos comprometidos, pelo modo como usamos a linguagem do dia a dia, com uma ontologia que inclui eventos como indivíduos particulares. Nas palavras de Davidson:

Nossa linguagem nos encoraja a pensar que há [eventos], ao fornecer não apenas termos singulares apropriados, mas também todo o aparato de artigos definidos e indefinidos, predicados sortais, mecanismos de contagem, quantificação e sentenças de identidade — toda a maquinaria, ao que parece, da referência. Se tomarmos essa gramática ao pé da letra, e aceitarmos essas expressões e sentenças como possuindo a forma lógica que aparentam ter, estaremos comprometidos

com uma ontologia de eventos como particulares irrepetíveis (indivíduos concretos). (Davidson, 1970 [2002], p. 181)

[3] Por que corpos materiais, segundo Strawson, devem ser considerados particulares básicos, enquanto eventos, embora igualmente indivíduos particulares, não o seriam? Para responder a essa questão, é necessário esclarecer os critérios utilizados por esse autor que permitem distinguir, dentro do conjunto amplo de indivíduos particulares, um subconjunto que possa ser designado como formado por particulares básicos.

Sabemos que o uso que Strawson faz do termo “particular” é, em certo sentido, generoso: “eventos históricos, corpos materiais, pessoas e suas sombras são todos particulares; ao passo que qualidades e propriedades, números e espécies não o são” (1959, p. 15, tradução nossa).⁶⁷ O que distingue, então, os chamados “particulares básicos” dentro desse conjunto amplo de indivíduos particulares? Strawson apresenta duas linhas principais de argumentação. A primeira é de natureza geral, fundamentada na tese de que a identificação e a reidentificação de qualquer particular dependem de sua localização em um arcabouço espaço-temporal unificado (Strawson, 1959, pp. 39-55). A segunda é mais específica e gira em torno das possibilidades de referência identificadora a categorias distintas de particulares, considerando se sua identificação depende ou não de outras referências identificadoras (Strawson, 1959, pp. 17;41-60).

Quanto à primeira linha argumentativa — já mencionada e explicada no final da *subseção* 4.2.3 deste capítulo —, a ideia pode ser resumida da seguinte forma: se pressupomos a unidade do mundo espaço-temporal, um arcabouço espaço-temporal unificado, os objetos básicos que o constituem devem ser entidades tridimensionais que perduram no tempo e as quais podemos nos referir e identificar. Para cumprir essas funções, esses constituintes básicos devem ser públicos, observáveis, relativamente estáveis e identificáveis perceptivelmente. Segundo Strawson, apenas os corpos materiais satisfazem plenamente tais condições. A capacidade de serem percebidos em relações espaciais entre si, juntamente com a

⁶⁷ A noção de “indivíduo” é mais generosa ainda, sendo exemplificada por qualquer coisa à qual podemos nos referir de forma discriminante, o que pode incluir não particulares: “toda vez que algo pode ser introduzido de forma identificadora em uma proposição e pode ser subsumido a algum princípio de coleção de coisas semelhantes, então se tem a possibilidade desse algo aparecer como um *indivíduo*, como um sujeito lógico”, vide Strawson, 1959, p. 226, tradução e ênfase nossas.

relativa estabilidade dessas relações, permitem que determinemos os lugares espaciais em que se encontram, e isso os torna a base necessária para a localização, acompanhamento e compreensão das localizações das demais entidades que habitam o mundo. Assim, corpos materiais seriam os candidatos naturais à condição de particulares básicos.

Ainda que esse argumento possua força, parece-nos que sua estrutura permite uma argumentação análoga que favorece, igualmente, os eventos. Conforme defendido na alínea [5] da *subseção* 4.2.3, a experiência de um mundo objetivo pressupõe constância e regularidade na ordem dos acontecimentos, bem como a possibilidade de situar indivíduos particulares numa posição determinada da história do mundo. Isso exige a percepção de entidades que exibam mudanças contínuas, reconhecíveis como fases que perduram por instantes ou intervalos, com certa comparabilidade rítmica e relativa irreversibilidade. Tais condições são justamente as que tornam possível discernir a direção do tempo, comparar durações e identificar relações temporais objetivas de simultaneidade e sucessão. Os indivíduos que satisfazem tais critérios são os eventos. Em um cenário no qual eventos não ocorressem, fossem inteiramente reversíveis ou absolutamente irrepetíveis, a própria noção de ordem temporal se esvaziaria; tornar-se-ia inviável a localização *temporal*, e o acompanhamento (rastreamento) ao longo do tempo, de *quaisquer* entidades.

A segunda linha de argumentação de Strawson concentra-se na noção de referências identificadoras. A questão central é a seguinte: a que tipo de particular podemos nos referir de maneira identificadora, sem que tal referência dependa da referência a outros particulares? A ideia subjacente é que, se certos tipos de particulares podem ser legitimamente considerados como dependentes de outros para que sejam identificados — sem que essa relação de dependência se aplique de forma recíproca —, então é plausível sustentar que esses últimos ocupam um nível mais básico em termos ontológicos no interior de nosso esquema conceitual ou, o que equivale a dizer, que constituem os particulares de base sobre os quais esse esquema se estrutura.

Strawson sugere que muitos eventos e processos devem ser concebidos como predicados de corpos materiais ou pessoas (Strawson, 1959, pp. 46; 50; 200ss). Uma explosão de um cilindro, por exemplo, somente poderia ser identificada via referência ao cilindro. E um nascimento é sempre o nascimento de uma criatura

específica. Essa dependência indicaria que eventos e processos são identificados a partir de corpos e pessoas, mas não o contrário: poderíamos referir-nos a Sócrates como indivíduo sem mencionar eventos particulares de sua vida, mas não podemos, supostamente, nos referir a certos eventos sem evocar a pessoa ou corpo neles envolvidos (Strawson, 1959, pp. 200-211).

A ubiquidade dessa assimetria pode ser questionada. Em muitos casos, os modos de identificação entre essas duas categorias de particulares são simétricos. Como observa Davidson (1969 [2002], pp. 174-175), assim como identificamos um evento por meio de um corpo — por exemplo, “a explosão que teve sua origem na casa de máquinas” —, também identificamos objetos por meio de eventos — “a arma descartada na rua que foi utilizada no assalto”.

O próprio Strawson admite que podemos, em algumas situações, referir-nos a eventos sem recorrer explicitamente a corpos, como quando apontamos para “aquela explosão” (Strawson, 1959, pp. 204; 208). Esse proferimento, acompanhado da designação ostensiva, é uma forma perfeitamente válida de identificar um evento, sem que seja necessário, previamente, nomear o objeto que explodiu. Isso mostra que, ao menos em alguns contextos, a referência a eventos pode prescindir da referência a corpos, sem comprometer a singularidade da identificação.

Além disso, pode-se argumentar que o segundo capítulo de *Individuals* pressupõe que certos objetos mente-independentes podem ser identificados de forma indireta por meio de eventos. Nesse segundo capítulo, Strawson propõe um experimento de pensamento com um sujeito que possui apenas o sentido da audição, cuja experiência sensorial se limita a sensações auditivas. Ora, em nossa experiência auditiva ordinária, tendemos a ouvir algo à nossa esquerda ou à nossa direita, algo que se aproxima ou se afasta, algo que passa diante de nós, etc. No entanto, Strawson faz a abstração de que, nesse mundo hipotético, as sensações sonoras não seriam espaciais nesse sentido: elas não proporcionariam imediatamente ao sujeito percepções que permitissem localizar e relocalizar espacialmente objetos ao seu redor. O experimento de pensamento buscaria determinar o que seria necessário para reconstruir certas características do nosso esquema conceitual a partir dessa base limitadíssima. A questão é se seria possível reconstruir a experiência de particulares objetivos — reidentificáveis, que existem sem serem percebidos, dos quais faz sentido aplicar a distinção entre identidade

numérica e qualitativa, etc. — apenas a partir dessas impressões auditivas, sem a necessidade de alguma concepção de espaço. Ainda que a interpretação desse capítulo seja debatida, se nossa leitura for plausível, podemos afirmar que o próprio Strawson estaria comprometido com a ideia de que certos eventos — neste caso, eventos auditivos — podem exercer uma função identificadora, *indireta*, na referência a indivíduos particulares objetivos (Strawson, 1959, pp. 64-66).

Argumentamos que a própria possibilidade de referência e identificação de um particular — seja ele evento ou não — exige algum senso da posição temporal em que nos encontramos, o que, por sua vez, depende da percepção, identificação e referência mental a uma “grade” de eventos. Referir-se a Sócrates de modo que ocorra uma identificação envolve, ainda que tacitamente, algum entendimento — mesmo que vago ou aproximado — de *quando* ele viveu. Tal identificação, para ser fundamental, implica inseri-lo em uma estrutura temporal cuja inteligibilidade depende de outros eventos: relacionar os episódios de sua vida (nascimento, ensinamentos, julgamento, morte) à cadeia mais ampla de eventos históricos. Em última instância, situar Sócrates no tempo com alguma precisão requer inscrevê-lo numa configuração temporal constituída por um conjunto vasto de acontecimentos — os quais moldam nossa concepção da ordem temporal em que ele se insere. Essa tese recebe apoio adicional se recordarmos os critérios epistêmicos apresentados na segunda parte de *Individuals*, para que algo conte como um indivíduo particular e não apenas como um indivíduo. Nessa segunda parte do livro, Strawson distingue particulares de conceitos com base na ideia de “completude relativa”: para que algo seja um termo que se refere a um indivíduo particular, além de que o termo ocupe a posição lógica de sujeito, é necessário que quem o use e o entenda disponha de um conhecimento empírico suficientemente discriminante (Strawson, 1959, pp. 137;181-188). Esse conhecimento garante que o particular referido é aquele pretendido. Introduzir um particular como um sujeito lógico requer que o falante (e o ouvinte) saibam um fato empírico que seja suficiente para identificar unicamente aquele particular. Fazer menção a fatos sobre o mundo está alinhado ao problema filosófico de explicar a preeminência dos particulares entre os indivíduos (esses últimos entendidos como tudo aquilo que pode ocupar a posição de sujeito lógico); porque ser um particular não é algo meramente gramático-linguístico ou lógico formal, mas tem a ver de alguma maneira como nosso pensamento efetivamente se conecta como mundo em que habitamos. Esse critério epistêmico, que distingue

indivíduos particulares de propriedades ou universais, implica que, para que o sujeito possa pensar identificadamente sobre Sócrates, é necessário que o sujeito possua algum conhecimento empírico discriminante a respeito do particular Sócrates (Strawson, 1959, pp. 185-191). Isso contrasta com o caso de conceitos, como o de *cão* em geral. Para mobilizar o conceito de cachorro (introduzir o universal cachorro na posição de predicados) em pensamentos como “Todo animal é cachorro”, “Sócrates é um cachorro” ou “Berganza é um cachorro”, não é preciso conhecer nenhum fato empírico distintivo e suficientemente discriminante e muito específico sobre nosso mundo: por definição, trata-se de um termo geral, cuja função é justamente poder ser predicado de uma potencial multiplicidade de indivíduos particulares (uma multiplicidade que, factualmente, em nosso mundo, pode até ser nula, no caso do conceito não possuir nenhuma instância). Introduzir um universal como um predicado não requer saber a verdade de uma proposição empírica geral: tudo o que se requer é saber o significado da expressão. A identificação de Sócrates, pelo contrário, é uma referência dependente de possuímos conhecimentos de verdade sobre o mundo: exige a posse de certos fatos discriminantes — entre os quais se incluem, em nossa opinião, de modo essencial, acontecimentos e eventos de sua vida ou de eventos que sejam concomitantes ou estejam do entorno temporal de quando Sócrates viveu. Compreender que Sócrates, enquanto corpo material do tipo pessoa, perdurou por anos, e não por milissegundos, exige a inserção de sua vida em uma ordem temporal construída por meio da experiência de múltiplos eventos. A própria ideia de que houve um momento em que Sócrates existiu e que, agora, ele já não existe mais, implica uma referência implícita a uma miríade de acontecimentos que compõem o pano de fundo temporal. A inserção de Sócrates em uma estrutura temporal de eventos não é, portanto, um mero enriquecimento supérfluo, mas uma condição epistêmica para que se possa falar de um indivíduo como identificado por uma referência identificadora, um indivíduo *qua* particular.

Em última análise, parece mais apropriado pensar em uma dependência recíproca entre os conceitos de evento e de corpo material, ao menos no que diz respeito às possibilidades de referência identificadora e pensamentos identificadores sobre objetos do mundo.

Em segundo lugar, Strawson sustenta que apenas os corpos materiais fornecem, na prática e de fato, um arcabouço suficientemente rico e estável que nos

permite referir-nos a eles sem necessidade de recorrer à referência a eventos ou processos. Alega-se que, “tal como as coisas são” (Strawson, 1959, p. 60), eventos e processos frequentemente carecem da ordem e da estrutura necessárias para oferecer um quadro suficientemente estável para a identificação e reidentificação de particulares. Isso configuraria, segundo o autor, uma limitação prática da referência a eventos: por si sós, eles não formariam um domínio ordenado e sistemático o bastante para sustentar a rede de identificações e referências que nosso esquema conceitual exige.

A essa alegação, respondemos que, primeiramente, convém examinar o próprio conceito de estabilidade. Algo é considerado estável porque, ao longo do tempo, permanece idêntico a si mesmo em certos aspectos, resistindo a transformações. Essa persistência somente se torna experienciável e perceptível com base na experiência e percepção de transformações — isto é, de eventos — que ocorrem ou deixam de ocorrer. A noção de estabilidade é inteligível apenas em contraste com a de instabilidade. Assim, a ideia de que um corpo é “relativamente estável” pressupõe a capacidade de situá-lo em um fluxo temporal perceptível, estruturado por mudanças contínuas. Em outras palavras, a experiência e concepção da estabilidade de corpos materiais é dependente de nossa experiência e concepção de eventos.

Reiteramos, ainda, nossa afirmação anterior de que a identificação de qualquer particular exige sua localização no interior da história do mundo, e que tal localização temporal só pode ser realizada com base na referência a eventos. Assim, é incorreto sustentar que podemos nos referir de modo identificador a corpos materiais sem recorrer, de algum modo, à referência a eventos ou processos.

Além disso, apresentamos mais uma objeção. A alegação de que, factualmente, apenas corpos parecem fornecer um arcabouço estável (afirmações como “tal como as coisas são”, Strawson, 1959, p. 60) parece introduzir, subrepticamente, considerações ontológicas e factuais que se afastam do escopo da metafísica descritiva de Strawson. Esperamos que ele não esteja sustentando com afirmações dessa natureza que, por serem frequentemente transformações que ocorrem *em* corpos materiais, os eventos seriam, por essa razão, secundários ou parasitários, na “ontologia” da metafísica descritiva. Pois se aceitássemos esse tipo de consideração, poderíamos igualmente argumentar que, “tal como as coisas são”, todo corpo material deve sua existência a um ou mais eventos — o evento de sua

geração, de sua criação, ou de sua constituição. Ademais, a sua cessação como corpo daquele tipo que é se dará ou se deu, também, por meio de um evento, uma transformação que o aniquilou ou o destruiu. A existência de um corpo material é, portanto, condicionada por eventos: ele persiste enquanto certos eventos não ocorrem e enquanto outros se mantêm. Em suma, poder-se-ia conceber as entidades da categoria corpos como sendo metafisicamente interdependentes das entidades da categoria eventos. Assim, se introduzirmos no debate elementos de dependência ontológica, em nossa opinião não muito alinhados à metodologia de uma metafísica descritiva, poderemos alegar que, em sentido relevante, os corpos materiais também são ontologicamente dependentes de eventos — o que também comprometeria a tese de que apenas os corpos são particulares básicos.

Pelas razões apresentadas, consideramos inconclusiva a argumentação a favor da exclusão dos eventos dentre o rol dos particulares básicos. Em especial, rejeitamos a afirmação de que somente os corpos materiais podem ser identificados e reidentificados independentemente da identificação de qualquer outro tipo de particular. Concedemos que referir-se *apenas* a eventos, sem qualquer apoio a referência a corpos, enfrenta severas limitações práticas. Reconhecemos, em consonância com Strawson, que o conceito de corpo material (ou “substância”) ocupa um lugar central em nosso esquema conceitual, sendo, talvez, o paradigma da referência singular e o sujeito privilegiado de predicções. No entanto, não vemos fundamento para negar aos eventos o caráter de particular básico, pois é somente ao lhes atribuir um estatuto especial, inalienável, entre os particulares, que conseguimos dar conta da dimensão temporal do nosso esquema público e objetivo de referência espaço-temporal.

4.3.1.1

Reidentificação de eventos

Nesta subseção, apresentamos de forma sucinta algumas sugestões sobre como se dá a reidentificação de eventos particulares.

A existência dessas sugestões se justifica por três razões principais. Em primeiro lugar, buscamos reforçar a tese de que eventos são indivíduos particulares, justamente porque podem ser identificados e reidentificados. A possibilidade de reidentificação é, a nosso ver, uma das condições para a objetividade de entes espaço-temporais. (A ideia é que, se um objeto ocorre ou persiste na existência e

possui características que são independentes de nossos atos perceptivos, então ele deve poder ser reidentificado mesmo após um intervalo em que tenha deixado de ser percebido por qualquer sujeito.) Em segundo lugar, a discussão sobre reidentificação serve como preparação para a proposta do critério triplo de identificação fundamental de eventos, que será apresentada na subseção 4.3.3. Por fim, a análise nos permite sugerir mais uma maneira de como as noções de causalidade se entrelaçam com os processos de identificação e de reidentificação de eventos.

Começemos com o foco principal desta tese: o caso da (re)identificação demonstrativa perceptiva, ou seja, situações em que fazemos referência identificadora a eventos por meio do uso de demonstrativos, sustentados pela percepção direta. Nesses casos, podemos reidentificar um mesmo evento perceptivamente, desde que haja alguma possibilidade de reconhecermos que o evento atualmente percebido é o mesmo que fora percebido anteriormente.

Consideremos o seguinte exemplo: passamos por um incêndio a caminho do trabalho e, ao retornarmos, vemos as chamas sendo controladas por bombeiros. Nesse caso, parece apropriado afirmar que reidentificamos o mesmo evento — o incêndio. Em um primeiro momento, percebemos uma de suas fases; mais tarde, testemunhamos outra. É plausível admitir que essa reidentificação do evento pode ter sido auxiliada pela reidentificação da fábrica de fogos de artifício (um corpo material) onde o incêndio ocorre. No entanto, rejeitamos que a reidentificação de eventos dependa, em todos os casos, da identificação de um corpo material persistente no qual o evento se dá. Para conferir plausibilidade a essa tese — de que a reidentificação de um evento não exige necessariamente a identificação de uma substância subjacente —, podemos reformular o exemplo: suponha que o trajeto para o trabalho passe por uma área rural, e que observemos um incêndio se alastrando por um campo. Percebemos distintas fases do fenômeno, e, ainda assim, reconhecemos continuamente o mesmo evento: o incêndio. Isso ocorre apesar da constante mudança na matéria que queima, pois não acompanhamos cada folha de grama individualmente. A reidentificação, nesse caso, não depende da identificação de um corpo material específico (que poderia ser a grama seca, pedaços de madeira ou tecidos no local), mas pode ocorrer com base na reidentificação do espaço onde o evento se manifesta e na aplicação do mesmo sortal “incêndio” — o qual faz recurso a conhecimentos empíricos ordinários sobre a duração típica de incêndios,

como eles se espalham, o que torna razoável a inferência de que um incêndio iniciado pela manhã ainda pode estar em curso horas depois. A localização espacial do evento e as expectativas causais e temporais, essas últimas associadas à natureza do tipo (sortal) do fenômeno, nos parecem essenciais para a reidentificação de eventos particulares. Em suma, há casos em que a rastreabilidade epistemicamente adequada de eventos é possível sem qualquer apelo necessário à identificação de uma substância material subjacente.

Naturalmente, em muitas situações concretas, não é possível proceder à reidentificação perceptiva *vis-à-vis*. Não será possível observar novamente a queda do último ovo que se quebrou em minha cozinha nesta manhã. Ninguém jamais verá novamente o assassinato do arquiduque Francisco Ferdinando e da duquesa Sofia. Grande parte dos eventos não são reidentificados por meio da percepção direta, demonstrativamente, nem por reconhecimento ou memória.

Vale notar que os corpos materiais não detêm vantagem nesse aspecto. Sócrates, por exemplo, já morreu há muito tempo, e não podemos mais identificá-lo demonstrativamente por meio da percepção direta, nem por memória episódica ou reconhecimento *vis-à-vis*. No entanto, é evidente que conseguimos ainda assim pensar e referir-nos a Sócrates de maneira identificadora — modos de pensar que podem ser expressos por meio de descrições ou do uso de nomes próprios. Por um lado, é claro que podemos nos referir *linguisticamente* — por meio de nomes próprios, descrições definidas ou demonstrativos — a uma ampla gama de objetos, inclusive àqueles que não percebemos diretamente, que jamais presenciamos ou que sequer foram efetivamente percebidos por alguém. Por outro lado, poder-se-ia objetar que não faz sentido falar, hoje, em “reidentificação” de (ou de pensamentos singulares sobre) Sócrates, dado que ele já não existe. Contudo, podemos contornar essa objeção lembrando que, ao refletirmos sobre diferentes modos de apresentação descritiva, podemos reconhecer que estamos pensando sobre o mesmo particular. Um exemplo clássico, tomado de Frege, é o caso da Estrela da Manhã e da Estrela da Tarde: embora os modos de apresentação difiram, ambas se referem “mental e cognitivamente” a Vênus. Em todo caso, a questão que nos interessa é a seguinte: se nos é concedido que podemos identificar e reidentificar Sócrates com base em descrições ou por meio de conhecimentos de fatos suficientemente discriminantes sobre Sócrates, *então*, também, nos deve ser concedido, por simetria, que podemos reidentificar eventos passados por meio de descrições definidas ou conhecimentos

de fatos discriminantes sobre esses. Em outras palavras, se é possível retomar, em pensamento, um corpo material já inexistente por vias descritivas, o mesmo deve valer para eventos que, embora já tenham ocorrido, permanecem disponíveis à reidentificação cognitiva por meio de descrições e redescrições apropriadas.⁶⁸

É precisamente neste ponto que, mais uma vez e por uma via distinta, se evidencia a conexão entre a (re)identificação de eventos e a noção de causalidade. Como sabemos que um determinado evento X ocorreu em um passado remoto? A resposta não pode recorrer à demonstração/ostensão direta nem ao reconhecimento perceptivo, dado que eventos particulares são, por definição, irrepetíveis. A pergunta, então, permanece: como garantir que foi exatamente o evento X — e não outro — que ocorreu? Em algumas situações, pode-se supor que alguém, ainda hoje vivo, testemunhou a ocorrência de X e o mantém adequadamente na memória. Não por acaso, autores como Jeshion (2010) sustentam que a exigência epistêmica de “familiaridade” (*acquaintance*) pode ser satisfeita mesmo sem percepção direta do objeto: basta que o sujeito esteja inserido em uma cadeia comunicativa e cognitiva com outros que, esses sim, o tenham percebido, recordem-se dele ou sejam capazes de reconhecê-lo (confira o exemplo sobre referências dependentes de Shamoradi, pp. 168-170, discutido na alínea [2] da seção 2.6). Contudo, tal recurso nem sempre está disponível, especialmente em relação a eventos remotos ou não testemunhados por ninguém. Nesses casos, a reidentificação frequentemente depende de vínculos causais ou conhecimento de fatos discriminantes, que apelam para conhecimentos de relações causais explícitas: inferimos que X ocorreu porque é a hipótese causal mais plausível para certos efeitos observáveis no presente. A despeito de não termos visto diretamente inúmeros eventos que integram nosso conhecimento do mundo, possuímos boas razões para considerá-los reais — razões ancoradas em evidências empíricas, documentação histórica, testemunhos ou reconstruções teórico-narrativas. Nesse sentido, se tudo isso nos é concedido, a reidentificação de alguns dos eventos ocorre não por via perceptiva ou memória, mas pela inserção do

⁶⁸ Resta a questão de saber se isso, também, valeria para a formação e apreensão de pensamentos singulares. Caso a relação com o objeto (Sócrates) se estabeleça *exclusivamente* por meio de um modo de apresentação descritivo, não há qualquer garantia de que o pensamento possua as propriedades contrafactuais características dos pensamentos genuinamente singulares (conforme os critérios expostos na subseção 2.4.1). Por esse motivo, alguns autores sustentam que devemos postular o uso, por parte do sujeito, de um ou mais *arquivos mentais* sobre o objeto, entendidos como repositórios de informações oriundas do próprio objeto (veja Soutif, 2021). Importa notar que a hipótese postulada seria, supostamente, compatível com o uso de um modo descritivo de identificação do objeto.

acontecimento em uma cadeia causal inteligível que o torna epistemicamente acessível.

Essa observação lança luz sobre a possibilidade de que pensamentos singulares não dependam exclusivamente da percepção ou da memória (*pace* Martone, 2016). Talvez alguns pensamentos, sem que estejam baseados diretamente ou indiretamente na experiência perceptiva ou na memória episódica de alguém, possam ser considerados genuinamente singulares (e ainda possam constituir uma forma de referência mental independente), desde que cumpram determinadas condições epistêmicas. Entre as condições adicionais que deveriam ser satisfeitas para complementar o modo de apresentação descritivo, costuma-se citar a existência de relações causais com o objeto do pensamento. Isso não significa, porém, que qualquer relação causal do sujeito com o objeto pensado bastaria: se assim fosse, poderíamos ser considerados capazes de pensar singularmente sobre praticamente tudo, dada a infinidade de cadeias causais que nos afetam inconscientemente. O que permitiria, nesse tipo de abordagem, que o pensamento fosse singular, mesmo que o modo de apresentação utilizado fosse descritivo, seria o fato dele se apoiar em uma relação causal *informativa* com o objeto.⁶⁹ Em contrapartida, tais abordagens, a nosso ver, tratam como primitivos conceitos como “vínculos informacionais” ou “relações causais informativas”. A proposta defendida nesta tese poderia ser usada para sugerir que, ao menos em alguns casos (sem que se afirme que isso valha para todos), é possível fornecer uma caracterização mais precisa daquilo que diferencia uma relação causal informativa de uma que não o é: no caso informativo, o sujeito deve ter alguma consciência da conexão causal com o particular *qua* relação objetiva, ou seja, o sujeito deve possuir algum grau de compreensão da estrutura causal que lhe permita situar o corpo material ou o evento dentro da história do mundo, discriminando-o como um particular que de fato existiu ou ocorreu; o que, por vezes, requer saberes científicos explícitos sobre tais relações. Não se exige que o evento, necessariamente, afete causalmente o sujeito, mas sim que *o evento seja adequadamente localizado em uma estrutura causal compartilhada e inteligível*. Ainda que essas últimas colocações permaneçam no nível da sugestão, é preciso reiterar que, segundo a perspectiva defendida nesta tese, independentemente da abordagem teórica sobre

⁶⁹ Todas as teorias contemporâneas “liberais” sobre familiaridade (*acquaintance*) sublinham esse ponto (vide Soutif, 2021).

pensamentos singulares que se adote, a possibilidade de estar ciente de relações causais objetivas constitui um elemento importante para garantir uma relação objetiva com o evento pensado.

Assim, parece-nos plausível sustentar que somos capazes de reidentificar eventos, mesmo quando essas identificações não se fundamentam na percepção *vis-à-vis* ou na memória episódica. Essa possibilidade mostra-se particularmente evidente nos casos em que reidentificamos eventos passados com base em evidências empíricas, auxiliados por reconstruções históricas e por teorias científicas. A reidentificação de eventos, nesse sentido, mostrar-se-ia condicente com diversas fontes epistêmicas — perceptivas, mnêmicas, inferenciais e abduativas. Em todo caso, a causalidade, em todos os contextos, exerce um papel central na possibilidade de reidentificação.

Todavia, deixemos as sugestões provisórias desta subseção, meras digressões exploratórias, e retomemos o fio condutor de nossa investigação, preparando o terreno para a retomada e a sistematização do que já foi anunciado nas alíneas [4] e [5] de nossa “Segunda Analogia”, na *seção* 3.2.

Antes de procedermos a essa conexão mais sistemática entre a noção de causalidade e um modo de identificação específico — a saber, no que diz respeito à identificação fundamental de corpos e eventos (tema da alínea [4] da *seção* 3.2, que será retomado na *subseção* 4.3.3) —, um esclarecimento conceitual prévio (4.3.2) se faz necessário. Dado que o próprio termo “identificação” poderia ser considerado ambíguo, como já se evidenciou nas discussões em torno do uso inicial que Strawson fez do conceito, a próxima *subseção* (4.3.2) se dedicará a elucidar o significado preciso de “identificação” e a natureza da distinção entre uma identificação qualquer e uma “identificação fundamental”. Tal esclarecimento conceitual se justifica, sobretudo, porque as afirmações subsequentes (4.3.3) exigem uma compreensão precisa e adequada do que está em jogo quando falamos em identificação fundamental.

4.3.2

Especificação, identificação e identificação fundamental

Clarifiquemos nossas discussões sobre o conceito de “identificação de particulares” fazendo referência à forma como ele é descrito pelo próprio Strawson no início de seu livro *Individuals*:

Muito frequentemente, quando duas pessoas estão conversando, uma delas, o falante, refere-se a ou menciona algum particular ou outro. Muito frequentemente, a outra, o ouvinte, sabe de que, ou qual, particular o falante está falando; mas, por vezes, não sabe. Expressarei essa alternativa dizendo que o ouvinte é, ou não é, capaz de *identificar* o particular ao qual o falante se referiu [...] Expressões desses tipos [i.e., termos singulares] incluem alguns nomes próprios, alguns pronomes, algumas descrições iniciadas com o artigo definido, e expressões compostas dessas. Quando um falante usa tal expressão [i.e., um termo singular] para se referir a um particular, direi que ele faz uma *referência identificadora* a um particular. Não se segue, obviamente, do fato de que um falante, em uma dada ocasião, faça uma referência identificadora a um particular que seu ouvinte de fato identifique esse particular. Posso mencionar alguém a você pelo nome e você pode não saber quem é. Mas quando um falante faz uma referência identificadora a um particular, e seu ouvinte, com base nela, identifica o particular ao qual se fez referência, então direi que o falante não apenas faz uma referência identificadora a, mas também *identifica*, esse particular. (Strawson 1959, pp. 15-16, tradução nossa, ênfases do original)

Essa explicação de Strawson é considerada insatisfatória por Paul Snowdon (2024). Ao comentar a ideia de “referência identificadora” a particulares, Snowdon (2024, p. 65) diz que, à primeira vista, adicionar “identificadora” ao termo “referência” nada acrescenta a simplesmente dizer que o falante se refere ou faz referência a um objeto. Para ilustrar, somos apresentados a seguinte anedota (Snowdon, 2024, p. 65). Após sofrer um furto, um filósofo entra em uma delegacia, declarando “quero ver o meu agressor capturado”. O policial, então, pergunta ao filósofo se ele consegue identificar o responsável. Sua resposta é: “Sim, o agressor foi a pessoa que me atacou; seguindo o raciocínio de Strawson, já o identifiquei duas vezes durante nossa conversa”. O policial, com um suspiro de quem lida com uma definição teórica pouco prática para o seu trabalho, conclui: “Compreendo, o senhor não conseguiria identificá-lo”. Snowdon acrescenta, ainda, que o termo ou conceito de “identificação” está relacionado com o endossar de uma proposta acerca de juízos de identidade: identificar *a* seria uma maneira implícita de endossar uma afirmação de identidade da forma $a = b$, para algum *b* adequado (ibidem, p. 65). Seguir-se-ia desses comentários de Snowdon de que seria completamente contraintuitivo descrever “alguém que se *refere* a um objeto *a*” como sendo “alguém que esteja *identificando a*”, ou como alguém que esteja “identificando” o que quer que seja. Um segundo problema apontado por Snowdon está relacionado com a ideia de que os ouvintes (interlocutores) identificam os particulares aos quais se fez referência. A ênfase recai, mais uma vez, sobre o significado do termo “identificar” como sendo diretamente associado a uma noção de identidade

numérica (=). Esse significado de “identificação” nada teria a ver com o significado do termo “entender”, aplicado ao contexto de compreensão de frases. Suponhamos que alguém diga a é F , ao fazê-lo esse alguém pretende referir-se a a ; e que, também, algum interlocutor ouça essa frase e a entenda. Ao entendê-la, o ouvinte não sabe, nem precisa saber, nada relacionado à verdade de um juízo de identidade envolvendo a ; digamos, que $a = b$. Portanto, conclui Paul Snowdon, parece um equívoco descrever o ouvinte que entende a mensagem, em um sentido coloquial ou comum de “entender a frase”, como “identificando a ” (ibidem, p. 65).

Tugendhat, em suas *Lições Introdutórias à Filosofia Analítica da Linguagem* (2006), também considera insuficiente essa explicação inicial de Strawson. Para Tugendhat, essa caracterização sofre de duas deficiências (Tugendhat, 2006, p. 450). *Em primeiro lugar*, quem identifica o objeto, segundo o trecho citado, é, prioritariamente, um ouvinte. Esse primeiro ponto é um problema para Tugendhat, pois essa caracterização não serve para descrever uma pessoa capaz de identificar para si mesma um objeto, ou seja, numa situação em que alguém, sem nada falar, é capaz de “pensar sobre objetos concretos identificando-os” (ibid., p. 452). *Em segundo lugar*, há o problema de que a temática da identificação é abordada apenas em sentido derivado, já que se diz que o ouvinte identifica o objeto se ele sabe qual é o particular referido (indicado) pelo falante. Isso é um problema, porque o critério para que um ouvinte identifique parece envolver saber que a identidade $a = b$ é verdadeira, em que a é o objeto a que o ouvinte acha que o falante se refere e b é o objeto referido/indicado pelo falante. Isso pareceria significar que deveríamos, primeiro, poder saber qual é o objeto de fato referido pelo falante, o objeto b , para, depois, poder decidir se $a = b$ é verdadeiro ou não. Assim, pareceria que b (o objeto referido pelo falante) poderia ser determinado independentemente do que o ouvinte fosse capaz de entender, para além de toda a informação que o falante pudesse dar ao ouvinte. Um inconveniente real no segundo problema apontado por Tugendhat é que Strawson, na caracterização mencionada, pareceria pressupor uma compreensão prévia do que é, ao falarmos sobre particulares, referir-se a um objeto, o que significa esse indicar algo por meio de expressões linguísticas. Ou seja, o conceito de identificação de Strawson pressuporia a explicação da função dos termos singulares (Tugendhat, 2006, p. 452). Isto é, precisaríamos ter preliminarmente claro o que queremos dizer com proferir uma expressão para fazer referência a – representar, estar por ou indicar – um único objeto particular.

Podemos começar examinando o segundo grupo de objeções levantadas por Snowdon (2024) à concepção strawsoniana de *identificação*. Snowdon observa que podemos descrever alguém como compreendendo a frase *a é F* sem que essa pessoa tenha “identificado” qualquer coisa (Snowdon, 2024, p. 65). Concedendo algo a essa observação, admitimos que alguém possa compreender a frase no sentido de dominar as regras de uso dos termos nela empregados — ou seja, no sentido meramente linguístico de “entender”. No entanto, a objeção de Snowdon perde força quando interpretamos “entender” em um outro sentido, a saber, o de *captar ou apreender o conteúdo do pensamento singular* expresso pela frase. Aqui é útil recordar a distinção, feita na *subseção 2.3.2*, no nosso *Capítulo 2*, entre (a) referência linguística (conteúdo semântico) e (b) referência mental ou cognitiva (conteúdo singular pensado). Curiosamente, a própria passagem de *Individuals* que Snowdon cita contém elementos que apontam para essa distinção. Considere os seguintes trechos de Strawson: “frequentemente [...] o ouvinte, sabe de que, ou qual, particular o falante está falando; mas, por vezes, não sabe”, ou ainda “[p]osso mencionar alguém a você pelo nome e você pode não saber quem é” (1959, p. 16). Ou mais adiante: “... a afirmação de que [...] o *pensamento* identificador sobre particulares outros que não os corpos materiais repousam em geral sobre o *pensamento* identificador acerca de corpos materiais...” (*ibidem*, p. 60, ênfases como no original). Isso indica que Strawson reconhece a possibilidade de alguém entender linguisticamente um termo (e.g., em uma “referência identificadora”) ou frase sem conseguir associar cognitivamente o termo singular a um particular determinado (e.g., “pensamento identificador”). Assim, o próprio texto invocado por Snowdon já antecipa a necessidade de distinguir entre entender uma expressão e saber de quem se fala.

Quanto aos primeiros comentários ou pretensas objeções de Snowdon, podemos responder que, para compreender o termo “identificação” em seu uso corrente, basta a consulta a dicionários de referência. De acordo com o *Oxford English Dictionary* (2.^a ed., 1989), o verbete *identification* apresenta, em seu sentido mais amplo, “the action of identifying or fact of being identified”. Em seu uso mais antigo, já atestado em 1644, significa “the making, regarding, or treating of a thing as identical with another; the assumption of identity between things distinct” - acepção que parece ser a única considerada por Snowdon. Um segundo grupo de acepções emerge a partir do século XIX, “identification” passa a significar

“a psychological process by which a person assimilates an aspect, property, or attribute of another and is transformed, wholly or partially, after the model the other provides”. No final do século XIX e início do XX, surge também o uso forense e científico de *identification*, definido como “determination or establishment of identity; the determination of what a given thing or who a given person is”. Por fim, no século XX, aparece o uso burocrático e documental, no qual “identification” passa a designar também “that which identifies a person or thing; a means of identification”.⁷⁰

Assim, não é obrigatório entender o termo “identificação” como Snowdon parece fazê-lo, associando exclusivamente ao “ato de fazer, considerar ou tratar uma coisa como idêntica a outra; a assunção de identidade entre coisas distintas” (*Oxford English Dictionary*). Em contraste, sugerimos que o termo, tal como utilizado por Strawson (1959), pode ser melhor compreendido como estando mais próximo ao campo semântico da “determinação do que é uma dada coisa ou quem é uma dada pessoa” (*Oxford English Dictionary*) ou no sentido de (b) “sua capacidade de nomear uma pessoa ou coisa porque você os conhece ou os reconhece” (*Collins English Dictionary*).

Em contrapartida, por que não permitir que o próprio Strawson oriente a interpretação do conceito? Consideremos o seguinte trecho de seu artigo “Singular Terms, Ontology and Identity” (1956):

⁷⁰ Também em língua portuguesa, o termo “identificação” pode ser entendida, conforme aponta o *Dicionário Novo Aurélio Século XXI*, como “o ato ou o resultado de identificar”, ou “o reconhecimento de uma coisa ou indivíduo como sendo ele mesmo”. O verbo “identificar”, por sua vez, carrega sentidos como “determinar a identidade de” ou “determinar a classificação taxonômica de”. Mesmo o termo “identidade”, crucial para o primeiro sentido de “identificar”, pode ser compreendido de duas maneiras distintas: como o “conjunto de caracteres próprios e exclusivos de uma pessoa” ou como “o aspecto coletivo de características pelas quais algo é definitivamente reconhecível ou conhecido”. Essa “definição” do Dicionário Aurélio poderia ser apropriada. Assumi-la simplesmente, porém, não serviria a nossos propósitos. Em primeiro lugar, não temos um critério realmente claro para o que seria “definitivamente reconhecer ou conhecer algo”. São exatamente noções epistêmicas como o “entender” o termo singular e o “saber qual” é o objeto referido que gostaríamos de explicar de maneira não misteriosa. Além disso, não está claro o que faríamos para determinar esse conjunto de caracteres de algo, de algum objeto, que seriam, ao mesmo tempo, “próprios” e “excludentes”. Mesmo essas noções de ‘próprio’ e ‘excludente’ ainda precisariam ser explicadas. Em segundo lugar, essa menção a “conjunto de caracteres” e a “aspecto de características” poderia nos dar erroneamente a impressão de que ‘identificar’ seria usado exclusivamente para designar a relação entre predicados (descrições) e um único objeto que satisfaz esses predicados (essas descrições). Em terceiro lugar – e este seria nosso maior problema se simplesmente assumíssemos essa definição de dicionário Aurélio –, não está claro como a conectáremos com o que é entender o termo singular. A noção de identificação que buscamos deve ser conectada com o que é entender uma referência determinada, isto é, deveria decorrer de – ou estar relacionada de alguma maneira com – o que é usar e entender uma expressão linguística para se referir determinadamente a um único particular no mundo.

É claro que há *um* sentido em que se pode dizer que a expressão “um advogado” identifica a pessoa à qual é aplicada. Ela o identifica *como um advogado*. Mas identificar nesse sentido é classificar ou descrever. Uma expressão também pode ser usada para identificar uma coisa no sentido diferente de identificá-la não como um membro de uma classe, mas como algum membro *particular* de uma classe; no sentido, isto é, de selecioná-la ou destacá-la [*picking or singling it out*] de todas as outras coisas daquela classe. Nesse sentido, as expressões “alguém” e “um advogado” claramente não pretendem, em um contexto particular de seu uso, identificar uma pessoa particular, ao passo que as expressões “eu” e “o advogado” pretendem, ou visam, em um contexto particular de seu uso, identificar uma pessoa particular. (Isso não é negar que expressões que dessa forma tem como objetivo identificar possam falhar em fazê-lo, por várias razões.) Consequentemente, sugiro que emendemos a análise de Quine dos termos singulares adicionando a condição de que eles pretendam não apenas se referir a, mas também, no sentido explicado, identificar um único objeto [*a single object*]. A caracterização então se apresenta da seguinte forma. Um termo é dito singular se, em um dado uso ou contexto, ele pretende se referir a um e somente um objeto, abstrato ou concreto, e não meramente classificar ou descrever, mas identificar esse objeto. Isso podemos abreviar para: *um termo é singular em um dado uso se com ele se pretende fazer uma referência identificadora a um único objeto*. (Strawson, 1956, pp. 348-9, tradução nossa, ênfases mantidas como no original).

Como observa Tugendhat (2006, p. 454), o uso do termo “identificação” nesse trecho difere daquele empregado por Strawson na página 16 de *Individuals*. Nesse, trata-se do conceito de “identificação ouvinte-falante” (Tugendhat, 2006, p. 454); ao passo que, no artigo de 1956, o termo remete à ação de “destacar e indicar qual, dentre todas as coisas, é aquela que é classificada pela expressão predicativa complementadora”. Nesse artigo, a explicação dos termos singulares emerge justamente no contexto de se esclarecer a função desses termos. O ponto central, porém, é que Strawson, já em 1956, emprega “identificação” (o que também poderíamos traduzir, nesse caso, por “especificação”) para designar a função de destacar um elemento particular dentro de uma classe, isto é, a de especificar um único objeto pertencente a um conjunto.

Vale notar que Searle também caracteriza a noção de identificação como o ponto em que “não pode mais haver qualquer dúvida ou ambiguidade a respeito do que exatamente se está falando” e acrescenta: “no nível mais baixo, perguntas como ‘Quem?’, ‘O quê?’ ou ‘Qual?’ estão respondidas” (Searle, 1969, p. 85). Tugendhat, por sua vez, esclarece a diferença entre os níveis de resposta a essas perguntas. O que significa, afinal, esse “nível mais baixo”? Trata-se de distinguir entre: (a) um nível mais geral ou aproximativo de especificação e (b) um nível mais preciso e determinante. Segundo Tugendhat, a diferença fundamental é que, no caso (a), a pergunta “Qual?” já recebeu algum tipo de resposta, embora vaga; já no caso (b),

ela foi respondida de modo conclusivo, isto é, *no nível mais baixo*, de forma tal que não há necessidade de reiterá-la ou reformulá-la (Tugendhat, 2006, p. 456).

Desenvolvendo esses dois últimos pontos: vimos que, ao utilizar um termo singular, entende-se que ele é uma expressão linguística que aponta para aquilo que pode ser classificado mediante um predicado. Como apresentado, na *seção 2.6 do Capítulo 2*, ao abordar o Princípio de Russell, argumentamos que, ao falar e pensar sobre objetos — por exemplo, ao descrever particulares — duas perguntas fazem sentido: (i) “Sobre o quê (de quem, de qual) se está falando?” (ou seja, o sujeito do juízo) e (ii) “O que se diz sobre isso?” (o predicado do juízo). Concluimos, com o auxílio de Strawson (1971), que o termo singular responde à primeira dessas perguntas: “Sobre o quê (de quem, de qual) se está falando?” (*What/Who/Which one are you talking about?*). No início da referida seção do *Capítulo 2* (2.6), aventou-se a seguinte proposta: um sujeito que compreenda, em sentido robusto, o significado de um termo singular deve possuir um “saber” que equivalha, ainda que tacitamente, ter a disposição a resposta à questão “Sobre o quê (quem, qual) se está falando?”. Podemos, portanto, esclarecer a natureza desse “saber implícito ou tácito” examinando o que seria possuir — de modo explícito e efetivo — a resposta à questão mencionada. Para tanto, basta reiterar a pergunta: “Sobre o quê (de quem, de qual) se está falando?”. Se alguém efetivamente possui uma resposta adequada a essa pergunta, é natural dizer que “sabe qual é o objeto de que se fala” ou que “entende qual é o objeto ao qual se refere”. Propomos, então, a seguinte estipulação: deve-se considerar que um objeto foi identificado por um falante quando este é capaz de fornecer uma resposta adequada à questão “Sobre o quê (de quem, de qual) se está falando?”. Essa condição, além disso, nos fornece um bom *critério* para compreender o que significa “identificar” um objeto. Diremos, adicionalmente, que aquele que possui uma resposta à pergunta de forma definitiva (ou conclusiva) realizou a *identificação fundamental* do objeto em questão. Para ilustrar: suponha que um animal apareça subitamente e permaneça visível à nossa frente. Nesse caso, podemos nos referir a ele demonstrativamente como “Este coelho”. Assumindo uma compreensão minimamente adequada de sua localização espaço-temporal, uma situação de percepção apropriada, bem como um reconhecimento do que

vemos como sendo um coelho, somos capazes de ver e saber a que objeto estamos nos referindo; a questão está, portanto, resolvida.⁷¹

No presente trabalho, para evitar ambiguidades terminológicas, reservaremos a expressão “identificação fundamental” para essa noção mais estrita de identificação.

(John Searle) A **identificação fundamental** ocorre quando não há mais qualquer dúvida ou ambiguidade a respeito do que exatamente se está falando/pensando. No nível fundamental, i.e., no nível mais baixo, a pergunta “Sobre o quê (de quem, de qual) se está falando?” está respondida. E isso significa que perguntas como “Sobre quem se fala?”, “Sobre qual particular se fala?” ou “Sobre o que se está falando?” não precisam mais ser repetidas, não fazendo sentido reiterá-las.

Delineiam-se, assim, os elementos para uma resposta satisfatória à crítica formulada tanto por Tugendhat como Snowdon, segundo a qual a definição strawsoniana de “identificação” repousaria excessivamente na capacidade do ouvinte (em termos do saber ou entender do interlocutor). Reconhecemos que se trata de uma limitação real da formulação inicial da página 16 de *Individuals*. Com efeito, tal definição é inapropriada para dar conta de casos em que o sujeito identifica o objeto para si mesmo, de modo independente de qualquer interlocutor ou de estar inserido num contexto dialógico de fato. O conceito de identificação precisa ser entendido, mais fundamentalmente, como uma capacidade do sujeito pensante, independentemente de seu sucesso comunicativo com terceiros.⁷² Que Strawson também tenha percebido essa limitação é sugerido pela forma como, no

⁷¹ Note-se, ainda, que neste exemplo houve uma identificação que não exigiu qualquer avaliação da verdade de um juízo de identidade da forma $a = b$. Em tal situação, a percepção e a experiência diretas determinam a natureza da coisa, que é apreendida imediatamente, sem o concurso da inferência ou da ponderação de evidências — dispensando-se, assim, a necessidade de referências distintas, uma entidade a e a uma entidade b , e posterior avaliação da identidade $a = b$. Conforme salientado anteriormente, o termo “identificação” pode abranger, também, tanto o processo de “definitivamente reconhecer ou conhecer algo” quanto o instrumento ou meio empregado para estabelecer e reconhecer os “caracteres próprios e exclusivos” desse algo.

⁷² Ressalva-se, contudo, que tais afirmações não visam negar a relação conceitual entre a aptidão para a expressão intersubjetiva e saber do que se fala — relação esta que fundamenta o critério proposto para a identificação fundamental —, nem negar que a habilidade de se referir, seja ela mental ou linguística, esteja condicionada à aquisição prévia da língua em contextos essencialmente sociais.

segundo capítulo de seu *Individuals*, dedicado ao “mundo sonoro”, ele desloca o foco para a estrutura do pensamento objetivo. Nesse capítulo (Strawson, 1959, pp. 59-86), a situação dialógica perde sua centralidade, e Strawson foca na capacidade individual de um sujeito de selecionar particulares objetivos no pensamento. Em outras palavras, substitui-se a centralidade da conversação pela noção mais individualista de selecionar objetos em pensamento (cf. Snowdon, 2024, p. 78). Assim, o próprio Strawson indica estar a par de uma concepção mais robusta de identificação, não subordinada à mediação de um ouvinte ou a uma conjuntura comunicativa atual e efetiva. Recorrendo à terminologia de Shahmoradi (2024), propomos que a noção strawsoniana de identificação seja compreendida como uma modalidade de *referência independente*, conforme já apresentado e discutido na alínea [2] da *seção* 2.6 do presente trabalho. Embora a capacidade de referência linguística nem sempre exija identificação — sobretudo em casos de referência dependente —, sugerimos que a referência *independente* “mental” pressupõe a identificação do particular (Shahmoradi, 2024, p. 160).

Em conclusão a esta subseção, apresentamos cinco observações que sintetizam os pontos centrais discutidos:

(a) Consideramos suficientemente clarificada a noção ampla de especificação. Com base nas elucidações de Strawson (1956), a função de especificação foi explicada como “o ato de selecionar (*single out*) um único objeto, distinguindo-o dos demais elementos de um conjunto”. Em suma, um termo singular é empregado para “selecionar ou destacar” (*picking or singling out*) um particular determinado de uma classe. A função precípua da especificação não é descrever um particular já destacado ou selecionado, mas, antes, promover o destaque ou a seleção de um único particular dentre uma possível multiplicidade de particulares, a fim de que esse possa ser descrito ou tornar-se alvo de predicação.

(b) Claramente, o conceito de identificação faz remissão a um sujeito, pois é um sujeito que identifica um objeto. Assim, uma referência identificadora (i.e., uso de um termo singular) envolver ou não uma identificação relaciona-se ao modo como o sujeito pensa o objeto e da relação cognitiva que o sujeito mantém com esse objeto, ou seja, à maneira pela qual esse objeto se apresenta ou figura em seu pensamento (lembre-se: “não se segue, obviamente, do fato de que..., em uma dada ocasião, [se] faça uma referência identificadora a um particular que ... [de] fato [se] identifique esse particular”, Strawson, 1959, p. 16).

(c) Propomos que a noção de identificação é mais bem compreendida como uma modalidade de *referência independente*, seguindo a terminologia de Shahmoradi (2024). Embora a referência linguística nem sempre exija identificação (especialmente em casos de referência dependente), a referência independente “mental” pressupõe a identificação do particular.

(d) Devemos a Searle uma caracterização de identificação fundamental, crucial para elucidar o que é entender a função de especificação, no sentido mais preciso de identificação, compreendida como referência “mental”. Um objeto é considerado identificado por um sujeito quando este demonstra capacidade de apreender sua identificação fundamental. A posse de um critério público para a identificação fundamental permite, assim, esclarecer a noção geral de identificação: um sujeito que identificou um objeto pode demonstrar, subsequentemente, a capacidade de reidentificá-lo fundamentalmente.

(e) Em poucas palavras e sem muito rigor, podemos dizer que a “referência identificadora” se efetiva, quando bem-sucedida, em três níveis, que correspondem a graus crescentes de exigências semântico-epistêmicas: (1) a *especificação*, em seu sentido mais amplo, como referência linguística; (2) a determinação de “qual objeto”, correspondente à especificação em algum sentido mental, enquanto *identificação*; e (3) a distinção de “qual dentre todos os objetos”, que caracteriza a especificação enquanto *identificação fundamental*.

Por fim, é importante observar que o texto original de Searle utiliza apenas o termo “identificação” (Searle, 1969, p. 85), sem adjetivá-lo. A expressão “identificação fundamental” é uma terminologia que introduzimos neste trabalho, inspirados por sua formulação, para dar nome a um tipo específico de identificação precisa e conclusiva. Essa escolha terminológica reflete a nossa interpretação (e modo de apresentação de nossa autoria) do conceito homônimo de Evans (1982), cuja concepção sobre identificação fundamental constituirá o ponto de partida da próxima subseção.

4.3.3

Eventos como particulares fundamentais

No quarto capítulo de *The Varieties of Reference* (1982), ao discutir o chamado Princípio de Russell — segundo o qual, para que um sujeito possa pensar sobre um objeto, ele deve ser capaz de distingui-lo de todas as outras coisas (vide nossa *seção*

2.6) —, Evans introduz o conceito de identificação fundamental. Essa noção representa uma forma específica de saber sobre qual objeto se está pensando e está diretamente relacionada à possibilidade de se ter, nos termos de Evans, uma *Ideia adequada* do objeto (Evans, 1982, p. 149). Dizemos que o sujeito possui uma capacidade denominada “Idea adequada” do objeto quando o sujeito pensa esse objeto de uma maneira que satisfaz tanto o Princípio de Russell quanto a *Exigência de Generalidade*. (A Exigência de Generalidade é o princípio de que um pensamento genuíno requer de um sujeito que suas capacidades constituintes de conceber objetos (Ideias) e propriedades (conceitos) sejam sistematicamente recombináveis para formar uma multiplicidade de novos pensamentos, vide Evans, 1982, pp. 104-105.)

O conceito central que sustenta a identificação fundamental, nessa acepção original de Evans, é o que esse autor denomina de *base fundamental da diferença* (*Fundamental Ground of Difference*). Para qualquer tipo dado de objeto (espécie, gênero ou *tipo G*), existem condições de individuação que determinam quantos objetos desse tipo existem e quando dois objetos aparentes são, de fato, o mesmo. Essas condições constituem a base fundamental da diferença para objetos daquele tipo. Empregar uma concepção geral dessas condições de individuação é requisito necessário tanto para se formar a Ideia de um objeto daquele tipo quanto para qualquer concepção de um estado de coisas que envolva um objeto daquele tipo. Pensar em um objeto como possuidor da base fundamental da diferença que de fato lhe corresponde é, segundo Evans, empregar uma *Ideia fundamental* desse objeto. Por definição, quem pensa em um objeto a partir de uma Ideia fundamental o concebe em termos dos critérios que o distinguem de todos os demais de sua espécie e de todas as outras coisas — satisfazendo, assim, o Princípio de Russell. A identificação fundamental, nesse sentido, é uma forma de conceber um objeto por meio de sua base fundamental da diferença. Cada pensamento sobre objetos de certo tipo que *não* ocorre nesse *nível fundamental* deve ser compreendido como tornado verdadeiro pela verdade de pensamentos que *ocorrem* nesse nível. (Evans, 1982, pp. 107-114, 136, 149, 198.) Em outras palavras, quando um sujeito possui apenas uma Ideia adequada *não* fundamental de um objeto, sua capacidade de saber sobre qual objeto pensa depende da possibilidade de relacionar essa Ideia a uma identificação fundamental apropriada. (A identificação fundamental se distingue de formas não fundamentais de identificação — como a identificação por

reconhecimento ou a identificação descritiva — que, por sua vez, podem ser compreendidas em termos do conhecimento daquilo que tornaria verdadeira uma proposição de identidade entre uma *Ideia não fundamental* e uma *identificação fundamental*, vide Evans, 1982, p. 136.) Em uma frase: identificar fundamentalmente um objeto significa pensar o objeto em termos dos critérios que o distinguem de outros do mesmo tipo e de todas as demais entidades (Evans, 1982, p. 108).

Essa é, em linhas gerais, a caracterização, no texto original de Evans, de *identificação fundamental*, a qual não deve ser confundida com os critérios de *basicidade* de particulares de Strawson. Uma coisa é uma classe de objetos ser considerada *básica* dentro de nosso esquema conceitual (Strawson); outra é afirmar que certos pensamentos identificam objetos de modo *fundamental* (Evans). Reconhecemos, ademais, que a apropriação que fizemos do termo “identificação fundamental” na subseção anterior (4.3.2) constitui uma interpretação e justificação filosófica do que entendemos ser a ideia central (*Grundgedanke*) do conjunto conceitual-teórico desenvolvido por Evans. É verdade que nossa linha argumentativa percorre caminhos distintos dos de Evans — ao mobilizar, por exemplo, critérios linguísticos e situações dialógicas, partindo da função de termos singulares no uso efetivo da linguagem. No entanto, as conclusões a que chegamos são substancialmente coincidentes.⁷³

Em todo caso, o que importa sobretudo, para os propósitos desta subseção, é que Evans é explícito quanto aos componentes necessários e suficientes para a identificação fundamental de *corpos materiais*. Nesse caso, a base fundamental da diferença envolve três elementos: (i) a localização espacial, (ii) a localização temporal e (iii) a aplicação de um conceito sortal (Evans, 1982, pp. 107-112).

O arcabouço espaço-temporal é necessário porque corpos materiais particulares existem no espaço e no tempo, e nossa capacidade de pensar sobre eles está ligada à possibilidade de identificá-los e reidentificá-los ao longo de suas transformações, concebendo uma trajetória contínua no espaço-tempo — mesmo

⁷³ Inclusive, ao sustentar que a identificação, ou especificação, de um objeto equivale a uma resposta à pergunta “de qual objeto você está falando?”, pressupomos, tal como Evans, pela própria inteligibilidade do questionamento, a existência de um mundo de objetos de uma certa classe, compare com Evans, 1982, p. 106. Não faria sentido exigir a fixação de referência a um único particular se não fosse já pressuposto que há uma multiplicidade potencial de objetos do mesmo tipo — o que justifica a necessidade de critérios de individuação apropriados.

durante períodos sem contato perceptivo direto. Utilizamos, também, sua posição espaço-temporal determinada para distinguir entre dois corpos qualitativamente idênticos, entre outros. Pode-se dizer que corpos têm limites espaciais (claros) e limites temporais (talvez vagos). Entretanto, a localização espaço-temporal não basta por si só. O uso de um conceito sortal — como *gato*, *cadeira*, *pessoa*, entre outros — é necessário para distinguir corpos materiais do mesmo tipo com base em suas condições específicas de individuação. Evans argumenta contra a identificação de um corpo material apenas por sua localização (“o objeto em p”), pois esse critério é insuficiente em casos de sobreposição entre corpos materiais de diferentes tipos (como uma estátua e o pedaço de argila que a constitui). (Evans, 1982, pp. 107-108; 110; 112; 150; 174; 198; 264.)

No caso dos objetos temporais — objetos que existem no tempo e que mudam —, devemos substituir a noção absoluta do que diferencia um objeto dos demais pela noção do que o diferencia dos demais em um dado momento [*at a time*]. É tentador afirmar, no caso dos objetos que existem no espaço, que o que os diferencia dos demais em um determinado momento é a ocupação de uma posição espacial específica nesse momento. No entanto, isso não é inteiramente correto, pois, embora dois *Gs* não possam compartilhar uma posição num mesmo instante [*a position at a time*], um *G* pode compartilhá-la com algo de um tipo diferente: por exemplo, uma estátua e um pedaço de barro. A resposta à pergunta sobre o que distingue [*differentiates*] uma estátua de qualquer outra coisa em um dado momento envolve (i) a posição que ela ocupa nesse instante e (ii) o fato de que se trata de uma estátua. (Evans, 1982, p. 107, tradução nossa)

Embora Evans não proponha, em sua obra, um tratamento explícito da identificação fundamental ou da base fundamental da diferença aplicada a *eventos* — processos, ocorrências ou transformações —, propomos aqui uma extensão simétrica de sua análise. Propomos que a identificação fundamental de eventos também envolve os mesmos três ingredientes: (a) a localização espacial, (b) a determinação temporal, e (c) a aplicação de um sortal. Entre os sortais de eventos, podemos mencionar: *quebra*, *fabricação*, *derretimento*, *congelamento*, *explosão*, *incêndio*, *enchente*, *crescimento*, *decrescimento*, *morte*, *nascimento*, entre outros (vide Bennett, 1988, pp. 2-3).

No caso de pensamentos perceptuais demonstrativos sobre eventos, se aceitarmos que tais pensamentos exigem a identificação de eventos — ao menos em casos suficientemente exigentes para satisfazer o Princípio de Russell —, pode-se elaborar de modo mais direto a inalienabilidade do conceito de causa. Poder-se-ia argumentar, como Davidson (1969 [2002]), que causas são necessárias para

indivíduoar eventos: dois eventos seriam idênticos apenas se pudessem ser causas dos mesmos efeitos e efeitos das mesmas causas. Ou seja, inicialmente, ele propõe o princípio de que não pode haver dois eventos com exatamente as mesmas causas e efeitos. Esse critério, no entanto, é rejeitado pelo próprio Davidson (1985 [2002]), e então um novo critério é proposto, a saber, o de que não pode haver dois eventos que ocorram exatamente na mesma zona espaço-temporal. O primeiro critério é rejeitado sob a alegação de que seria circular, já que causas e efeitos seriam sempre eventos — o que comprometeria a autonomia do critério. (Se causas e efeitos são eles próprios eventos, e se eventos são identificados e individuados por meio dessas relações causais, então qualquer tentativa de distinguir dois eventos requer pressupor previamente a individuação das próprias causas *qua* eventos em questão.) Discordamos, *pace* Davidson, dessa premissa. Embora aceitemos que os efeitos sejam sempre eventos, rejeitamos que as causas o sejam necessariamente. Fatos, pessoas e corpos e a atualização de poderes podem ser causas — algo atestado pela linguagem ordinária (vide Cap. 3 de Hacker, 2007) e admitido por diversos autores na literatura sobre causalidade (confira bibliografia citada em Minto, 1997, pp. 147-161). Assim, a acusação de circularidade perde força, e o critério causal de individuação de eventos recupera alguma plausibilidade.

Além disso, mesmo que aceitemos o segundo critério proposto por Davidson (1985 [2002]) — o da localização espaço-temporal —, este continua insuficiente sem a noção de causa. Eventos possuem limites espaciais (geralmente vagos) e limites temporais (mais claros), mas isso não basta para individuar um evento particular. Uma mesma região espaço-temporal pode ser palco de diversos eventos distintos (por exemplo, *aquecimento e quebra*, ou uma *catástrofe* como *enchente e alagamento de ruas*). Assim, é necessário aplicar um *sortal* de evento, o qual não só permite contar e reconhecer instâncias do tipo, mas também fornece critérios de identidade ao estabelecer quais transformações são compatíveis com a continuidade de um mesmo evento ou como objetos desse tipo se comportam (compare com Wiggins, 2001). E isso, por sua vez, envolve conceitos de propriedades e disposições causais (vide alíneas [4] e [5], na *seção 3.2* de nosso *Capítulo 3*).

Em segundo lugar, mesmo que se abstraia do uso de sortais, a determinação das fronteiras temporais de um evento continua exigindo referência a linhas temporais irreversíveis — isto é, linhas causais.

E em terceiro lugar, citamos um ponto adicional: caso se acredite que a identificação fundamental de eventos pressupõe, em muitos casos, a identificação dos corpos materiais nos quais esses eventos ocorrem, bastaria recordar, como já argumentamos, que a própria identificação fundamental de corpos materiais também pressupõe o conceito de causa.

Com efeito, no caso de pensamentos perceptuais demonstrativos sobre corpos materiais, já argumentamos que a percepção de suas propriedades primárias — e, mais importante, da relação dessas com a percepção de suas propriedades sensíveis — requer a representação de algum tipo de “mecânica primitiva”, ou seja, uma compreensão causal mínima (vide *seção 3.7*). Além disso, a determinação do segundo ingrediente da identificação fundamental (a posição temporal) de corpos exige, ao menos no nível fundamental de pensamento, a identificação do *instante t* ou de um *intervalo* na história do mundo. Isso, por sua vez, se faz por meio da percepção de eventos, ou seja, da concepção de cadeias de eventos irreversíveis e de alguma prototeoria física — e, portanto, também depende do conceito de causa. Reciprocamente: se aceitamos que a identificação de eventos envolve causas, e se a identificação de corpos materiais depende da identificação de eventos, segue-se que o conceito de causa é indispensável para a formação de pensamentos perceptuais demonstrativos que dizem respeito a corpos materiais.

Com isso, propomos um critério único para a identificação fundamental das duas grandes classes de particulares básicos: corpos materiais e eventos. Em ambos os casos, a possibilidade de um pensamento singular, no nível fundamental, genuíno requer que o objeto seja concebido como portador de uma base fundamental da diferença, composta por sua localização no espaço e no tempo e pela aplicação de um conceito sortal que torne inteligível sua individuação. Em todo caso, por tudo que foi argumentado, o conceito de causa é necessário para a explicação do nível fundamental de identificação de particulares básicos.

Sugerimos, ainda, que se possa descrever um pensamento singular como pertencente ao *nível fundamental de pensamento* quando envolve ideias fundamentais, no sentido de que todo pensamento sobre objetos de um determinado tipo, que não ocorre nesse nível, deve sua verdade à verdade de pensamentos que ocorrem nesse nível (Evans, 1982, p. 112; confira também nossa subseção 2.3.1). Caso essa última proposta seja aceita, o conceito de causa revelar-se-ia, em última instância, necessário para todo pensamento singular sobre objetos da experiência

possível — seja ele formulado no nível fundamental ou não, e diga respeito a particulares básicos ou não. (Convém, aqui, reiterar que o termo *particulares*, tal como o utilizamos, exclui deliberadamente entidades abstratas. Isso significa que não se incluem como particulares qualidades como a vermelhidão ou a bravura, nem entidades matemáticas como os números, tampouco tipos ou espécies gerais, como “cão” em abstrato.) Em outras palavras, essa última sugestão é substancial e teoricamente ambiciosa: se todo pensamento singular sobre particulares depende, em última instância, da referência a particulares básicos — e se, como sustenta Evans, todo pensamento singular está ancorado em um nível fundamental de pensamento —, então possuir, e ser capaz de aplicar adequadamente, conceitos causais constitui uma condição necessária para a possibilidade de qualquer pensamento singular acerca dos indivíduos particulares que compõem o nosso mundo objetivo.

Um último comentário: talvez muitas dessas constatações não sejam mais do que corolários do truísmo geral — e indiscutível — de que o mundo é espaço-temporal, de que espaço e tempo são formas gerais de nossa experiência e de seus objetos. Os corpos materiais estão imediatamente relacionados ao espaço; os eventos, ao tempo. A inter-relação e a dependência mútua entre corpos, eventos e causas talvez não sejam mais do que expressões da unidade do arcabouço espaço-temporal de nossa experiência e de nossos pensamentos sobre o mundo.

4.4

Conclusão

Ao longo deste capítulo, investigamos a experiência temporal e suas relações com a percepção e a identificação de eventos, culminando na reafirmação da centralidade da causalidade para a constituição de pensamentos demonstrativos sobre o mundo. A análise desenvolveu-se em duas vertentes complementares, que, em conjunto, forneceram o suporte teórico para argumentos centrais desta tese.

Em primeiro lugar, neste capítulo, aprofundamos a análise da experiência temporal, distinguindo dois aspectos fundamentais: o tempo subjetivo (egocêntrico) e o tempo objetivo (alocêntrico), conforme discutido na *seção* 4.2. Estabelecemos uma analogia com o domínio espacial, em que se distingue entre a perspectiva centrada na primeira pessoa e a representação em forma de mapa cognitivo. De modo análogo, no domínio temporal, é necessária alguma representação objetiva

que nos permita situar a nós mesmos e os eventos percebidos dentro de uma estrutura comum e compartilhada. Argumentou-se que a possibilidade de uma experiência unificada e objetiva depende da capacidade do sujeito de sincronizar sua perspectiva temporal subjetiva com essa estrutura alocêntrica. Essa sincronização, contudo, não é um processo que se dá por meio da percepção do tempo em si: ela depende da percepção e identificação de eventos particulares no mundo (P5, conforme numeração indicada na *Introdução*).

A ordem temporal pode, em muitos casos, parecer inscrita nos próprios fenômenos, como sugere Rundle: A precede B se, e somente se, há uma transição perceptível de A para B. No entanto, quando os intervalos entre os eventos se ampliam — como ocorre na articulação de uma biografia ou na conexão entre acontecimentos historicamente distantes — torna-se evidente a insuficiência da percepção imediata. Nesses casos, recorreremos à memória, à reconstrução narrativa e à inserção dos eventos em cadeias causais irreversíveis. Indicou-se assim, mais uma vez, que a apreensão de relações temporais objetivas, como sucessão e simultaneidade, pressupõe a aplicação de conceitos causais (P6, conforme a *Introdução*).

Ensaíamos, ainda, uma distinção entre a *experiência* temporal — como experiência subjetiva-objetiva do tempo — e as *referências* temporais — como construções linguísticas-conceituais que permitem nos referir a eventos ou momentos da história do mundo. Acrescentamos, também, que qualquer prioridade atribuída às referências egocêntricas (em oposição às alocêntricas) não deve ser confundida com uma perspectiva superprivada: as referências temporais constroem-se com base na experiência da distinção e sincronização alo-egocêntrica, que constitui, em última instância, uma forma de engajamento com o mundo. Tal engajamento, por sua vez, condiciona a própria possibilidade da intencionalidade de pensamentos empíricos.

Em 4.2.4, propomos um argumento em favor de que a experiência vivida do tempo — com seus aspectos egocêntricos e sua abertura ao objetivo — é fundante em relação a sistemas de referências, ao menos, no que concerne aos mais abstratos, como sistemas de referências numéricos. Essa subseção ofereceu um lembrete filosófico importante: o tempo objetivamente quantificável — isto é, referências ao *instante* t ou ao *intervalo* $[t1, t2]$ — não está simplesmente “dado” no mundo, como algo esperando a ser descoberto; mas constitui uma elaboração conceitual

complexa, fruto de uma conquista técnico-científica humana. Sistemas como o Tempo Universal Coordenado (UTC), por exemplo, resultam de processos teóricos e experimentais que têm como base pressuposições físicas absolutamente não triviais. Esse ponto nos reconduz ao tema central: toda a nossa concepção de tempo — desde a experiência subjetiva de duração até a medição científica mais precisa — está profundamente enraizada em nossa habilidade de perceber, pensar e identificar eventos. Tema que continuamos a tratar na seção seguinte (4.3).

Assim, a partir da *seção* 4.3, iniciou-se uma análise do estatuto dos eventos. Apresentaram-se indícios a favor de sua consideração como indivíduos particulares genuínos (P3, conforme *Introdução*), passíveis de (re)identificação, referência e quantificação, questionando-se a visão tradicional que os relega a um papel secundário em relação aos corpos materiais. Sustentamos que a ideia de que a restrição da referência a eventos exigiria necessariamente a identificação do corpo material na qual eles ocorrem parece repousar sobre uma compreensão limitativa da fala e da experiência ordinária. Com base nos critérios de basicidade e identificação fundamental propostos, respectivamente, por Strawson e por Evans, argumentou-se contra a primazia exclusiva dos corpos, defendendo-se uma tese de interdependência na identificação fundamental (P2), especialmente evidente quando se considera a necessidade de localização temporal. De modo decisivo, concluiu-se que a própria identificação fundamental de eventos — justamente por exigir sua localização espaço-temporal — demanda um enquadramento causal (P4), necessário tanto para sua individuação quanto para sua reidentificação.

A convergência dessas duas análises sobre temporalidade (*seção* 4.2) e identificação de particulares (*seção* 4.3) reforça a hipótese central desta tese (P1* e P1**, vide nossa *Introdução*). Se a apreensão de um mundo objetivo requer a distinção alo-egocêntrica, se a sincronização dessas perspectivas depende da identificação de eventos (P5), e se a identificação fundamental de eventos — e, por consequência da interdependência, também a de corpos em sua dimensão temporal — requer um quadro causal (P4 e P6); então a posse e aplicação de conceitos causais emerge como condição para a possibilidade de pensamentos perceptuais demonstrativos com conteúdo singular.

Os desenvolvimentos teóricos apresentados neste último capítulo forneceram, assim, o embasamento para algumas das premissas utilizadas na argumentação do *Capítulo* 3, consolidando a tese de que a estrutura causal não constitui uma camada

interpretativa opcional — como se as relações causais fossem meramente uma forma de interpretar o mundo após já termos identificado os particulares que o compõem — , mas, sim, um componente integrante do arcabouço conceitual que torna possível tanto a experiência objetiva quanto o pensamento singular sobre particulares básicos. Com isso, encerramos a articulação que, ao longo desta tese, procuramos estabelecer entre pensamentos perceptuais demonstrativos, experiência temporal e estrutura causal da realidade, sustentando que o conceito de causa constitui uma pré-condição para pensamentos perceptuais demonstrativos acerca de particulares básicos (P1).

5

Referências bibliográficas

AUSTIN, D. F. **What's the Meaning of "This"?: A Puzzle About Demonstrative Belief**. Ithaca: Cornell University Press, 1990.

AUSTIN, J. L. **Sense and Sensibilia**. Oxford: Oxford University Press, 1962.

AZZOUNI, J. 'Singular Thoughts (Object-Directed Thoughts)'. **Proceedings of the Aristotelian Society, Supplementary Volume**, v. 85, 2011, pp. 45-61.

BACH, K. **Thought and Reference**. Oxford: Clarendon Press, 1987.

BEEBEE, H.; HITCHCOCK, C.; & PRICE, H. (eds.). **The Oxford Handbook of Causation**. Oxford: Oxford University Press, 2009.

BENNETT, J. 'Event Causation: The Counterfactual Analysis'. **Philosophical Perspectives**, v. 1, 1987, pp. 367-386.

_____. **Events and Their Names**. Oxford: Oxford University Press, 1988.

_____. 'Precis of Events and Their Names'. **Philosophy and Phenomenological Research**, v. 51, n. 3, 1991, pp. 625-628.

BIRD, G. **The Revolutionary Kant: A Commentary on the Critique of Pure Reason**. Chicago: Open Court, 2006.

BLACKBURN, S. **Spreading the World: Groundings of Philosophy of Language**. Oxford: Clarendon Press, 1984.

_____. **The Oxford Dictionary of Philosophy**. 2 ed. New York: Oxford University Press, 2005.

BRANDON, R. **Making It Explicit: Reasoning, Representing, and Discursive Commitment**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1994.

_____. 'Holism and Idealism in Hegel's Phenomenology'. In: _____. **Tales of the Mighty Dead**. London: Harvard University Press, 2002, pp. 178-209.

BROUGH, J. 'Introduction'. In: HUSSERL, E. **On the Phenomenology of the Consciousness of Internal Time** (1893-1917). Tradução de J. Brough. Boston: Kluwer Academic Publishers, 1991.

BURGE, T. 'Demonstrative Constructions, Reference, and Truth'. **Journal of Philosophy**, v. 71, 1974, pp. 205-223.

_____. 'Belief *de re*'. **Journal of Philosophy**, v. 74, 1977, pp. 338-362.

_____. 'Russell's Problem and Intentional Identity'. In: TOMBERLIN, J. (ed.). **Agent, Language, and the Structure of the World**. Indianapolis: Hackett, 1983, pp. 79-110.

_____. 'Vision and Intentional Content'. In: LEPORE, E. & VAN GULICK, R. (eds.). **John Searle and His Critics**. Oxford: Basil Blackwell, 1991, pp. 195-213.

_____. 'Disjunctivism and Perceptual Psychology'. **Philosophical Topics**, v. 33, 2005, pp. 1-78.

_____. 'Five Theses on *De Re* States and Attitudes'. In: ALMOG, J.; & LEONARDI, P. (eds.). **The Philosophy of David Kaplan**. Oxford: Oxford University Press, 2009, pp. 246-324.

_____. **Origins of Objectivity**. Oxford: Clarendon Press, 2010.

CAMPBELL, J. 'The Role of Physical Objects in Spatial Thinking'. In: EILAN, N.; MCCARTHY, R.; & BREWER, B. (eds.). **Spatial Representation: Problems in Philosophy and Psychology**. Oxford: Blackwell, 1993, pp. 65-95.

_____. **Past, Space, and Self**. Cambridge, MA: MIT Press, 1994.

_____. **Reference and Consciousness**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

_____. 'Demonstrative Reference, the Relational View of Experience, and the Proximality Principle'. In: JESHION, R. (ed.). **New Essays on Singular Thought**. Oxford: Oxford University Press, 2010, pp. 193-212.

CARVALHO, F. N. **Demonstrative Thoughts: A Pragmatic View**. Berlin: De Gruyter, 2016.

CASATI, R.; & VARZI, A. 'Event Concepts'. In: SHIPLEY, T. F.; & ZACKS, J. M. (eds.). **Understanding Events: From Perception to Action**. Oxford: Oxford University Press, 2008, pp. 31-54.

CONANT, J. 'Two Varieties of Skepticism'. In: ABEL, G.; & CONANT, J. (eds.). **Rethinking Epistemology**. Vol 2. Berlin: Walter De Gruyter, 2012, pp. 1-73.

CRANE, T. 'The Singularity of Singular Thought'. **Aristotelian Society Supplementary Volume**, v. 85, n. 1, 2011, pp. 21-43.

_____. **The Objects of Thought**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

CRAWFORD, S. 'Perceptual Demonstrative Thought: A Property-Dependent Theory'. **Topoi**, v. 39, n. 2, 2020, pp. 439-457.

CRESSWELL, M. J. 'Interval Semantics for Some Event Expressions'. In: RÖGLIN, H.-J.; et al. (eds.). **Semantics from Different Points of View**. Berlin/Heidelberg: Springer, 1979, pp. 90-116.

_____. 'Why Objects Exist but Events Occur'. **Studia Logica**, v. 45, n. 4, 1986, pp. 371-375.

CUSSINS, A. 'Content, Conceptual Content, and Nonconceptual Content'. In: GUNTHER, Y. H. (ed.). **Essays on Nonconceptual Content**. Cambridge, MA: MIT Press, 2003, pp. 133-163.

DAVIDSON, D. **Essays on Actions and Events**. 2 ed. New York: Oxford University Press, 2002.

DICKERSON, A. B. **Kant on Representation and Objectivity**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

EAGLEMAN, D. **Incognito: the secret lives of the brain**. New York: Pantheon Books, 2011.

EINSTEIN, A. 'Geometry and Experience'. In: _____. **Ideas and Opinions**. Tradução de Sonja Bargmann. New York: Bonanza, 1954b, pp. 232-246.

EVANS, G. **The Varieties of Reference**. Editado por John McDowell. Oxford: Clarendon Press, 1982.

_____. 'Things Without the Mind – A Commentary upon Chapter Two of Strawson's *Individuals*'. In: _____. **Collected Papers**. Oxford: Clarendon Press, 1985, pp. 249-290.

EVNINE, S. **Donald Davidson**. Stanford, CA: Stanford University Press, 1991.

FERRATER MORA, J. **Diccionario de Filosofía**. 4. ed. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1958.

FEYNMAN, R. **The Character of Physical Law**. Cambridge, MA: MIT Press, 1985.

FREGE, G. **The Foundations of Arithmetic**. Tradução de J. L. Austin. Oxford: Basil Blackwell, 1953.

GALE, R. **The Language of Time**. London: Routledge & Kegan Paul, 1968.

GEACH, P. **Mental Acts**. London: Routledge and Kegan Paul, 1957.

GOW, L. 'The Limitations of Perceptual Transparency'. **The Philosophical Quarterly**, v. 66, n. 265, 2016, pp. 723-744.

_____. 'Everything is Clear: All Perceptual Experiences Are Transparent'. **European Journal of Philosophy**, v. 27, n. 2, 2019, pp. 412-425.

GUYER, P. **Kant and the Claims of Knowledge**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

_____. **Kant**. 2. ed. London: Routledge, 2006.

GRICE, H. P. 'The Causal Theory of Perception'. **Proceedings of the Aristotelian Society, Supplementary Volume**, v. 35, 1961, pp. 121-153.

GRUSH, R. 'Understanding Evans', 2018. doi:10.21224/P47H32

HACKER, P.M.S. 'Events, ontology and grammar'. **Philosophy** 57, no. 222, 1982a, pp.477-486.

_____. 'Events and objects in space and time'. **Mind** 91, no. 361, 1982b, pp. 1-19.

_____. **Human Nature: The Categorical Framework**. London: John Wiley & Sons, 2011.

HEYNDELS, S.; BENGTON, A.; & DE MESEL, B. (eds.). **P. F. Strawson and His Philosophical Legacy**. Oxford: Oxford University Press, 2024.

HINTON, J. M. **Experiences: An Inquiry into Some Ambiguities**. Oxford: Clarendon Press, 1973.

HUSSERL, E. **On the Phenomenology of the Consciousness of Internal Time** (1893-1917). Tradução de J. Brough. Boston: Kluwer Academic Publishers, 1991.

JESHION, R. 'Singular Thought: Acquaintance, Semantic Instrumentalism, and Cognitivism'. In: JESHION, R. (ed.). **New Essays on Singular Thought**. Oxford: Oxford University Press, 2010, pp. 105-140.

KANT, I. **Critique of Pure Reason**. Tradução e edição de Paul Guyer e Allen W. Wood. New York: Cambridge University Press, 1999.

_____. **Crítica da Razão Pura**. Tradução de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2010.

KAPLAN, D. 'Quantifying in'. In: **Synthese** 19, 1968, pp. 178-214.

KRIPKE, S. A. **Naming and Necessity**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1980.

LEPORE, E.; & LUDWIG, K. 'Truth-Conditional Semantics for Tense'. In: JOKIĆ, A.; & SMITH, Q. (eds.). **Time, Tense, and Reference**. Cambridge, MA/London: MIT Press, 2003, pp. 49-105.

MACKIE, P. 'Causing, Delaying, and Hastening: Do Rains Cause Fires?'. **Mind**, v. 101, n. 403, 1992, pp. 483-500.

MARTIN, M. G. F. 'The Reality of Appearances'. In: SAINSBURY, M. (ed.). **Thought and Ontology**. Milan: Franco Angeli, 1997, pp. 1-27.

_____. 'Setting Things Before the Mind'. **Royal Institute of Philosophy Supplements**, v. 43, 1998, pp. 157-179.

_____. 'Particular Thoughts & Singular Thought'. **Royal Institute of Philosophy Supplements**, v. 51, 2002a, pp. 173-214.

_____. 'The Transparency of Experience'. **Mind & Language**, v. 17, n. 4, 2002b, pp. 376-425.

_____. 'Out of the Past: Episodic Recall as Retained Acquaintance'. In: HOERL, C.; & MCCORMACK, T. (eds.). **Time and Memory: Issues in Philosophy and Psychology**. New York: Oxford University Press, 2006, pp. 257-284.

MARTONE, F. 'Singular Reference Without Singular Thought'. **Manuscrito**, v. 39, n. 1, 2016, pp. 33-60.

MAUDLIN, T. **Philosophy of Physics: Space and Time**. Princeton: Princeton University Press, 2012.

MCDOWELL, J. 'Truth-Value Gaps'. In: **Studies in Logic and the Foundations of Mathematics**, Amsterdam: Elsevier, v. 104, 1982, pp. 299-313.

_____. 'De Re Senses'. **Philosophical Quarterly**, v. 34, n. 136, 1984, pp. 283-294.

_____. 'Singular Thought and the Extent of Inner Space'. In: PETTIT, P.; & MCDOWELL, J. (eds.). **Subject, Thought and Context**. Oxford: Oxford University Press, 1986, pp. 137-168.

_____. 'Peacocke and Evans on Demonstrative Content'. **Mind, New Series**, v. 99, n. 394, abr. 1990, pp. 255-266.

_____. **Mind and World**: With a New Introduction by the Author. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1996.

MENZIES, P. 'Platitudes and Counterexamples'. In: BEEBEE, H.; HITCHCOCK, C.; & PRICE, H. (eds.). **The Oxford Handbook of Causation**. Oxford: Oxford University Press, 2009, pp. 341-367.

MERLEAU-PONTY, M. **The Primacy of Perception**: and Other Essays on Phenomenological Psychology, the Philosophy of Art, History, and Politics. Editado por James M. Edie. Tradução de Arleen B. Dallery, James M. Edie, John Wild *et al.* Evanston, IL: Northwestern University Press, 1964.

_____. **Phénoménologie de la Perception**. Paris: Gallimard, 1976.

_____. **Fenomenologia da Percepção**. 2. ed. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MINTO, W. R. **Foundations for a Realist Theory of Causality**. Tese (Doutorado em Filosofia) – The University of Western Ontario, Canadá, 1997.

MOORE, G. E. 'The refutation of idealism'. **Mind**, v. 12, n. 48, 1903, pp. 433-453.

NOË, A.; & THOMPSON, E. (eds.). **Vision and Mind**: Selected Readings in the Philosophy of Perception. Cambridge, MA: MIT Press, 2002.

NORTON, J. D. 'Philosophy of Space and Time'. In: SALMON, M. H.; GLYMOUR, C.; et al. (eds.). **Introduction to the Philosophy of Science**. Indianapolis: Hackett Publishing, 1999, pp. 179-231.

_____. 'Causation as Folk Science'. **Philosopher's Imprint**, v. 3, n. 4, 2003, pp. 1-22.

LE POIDEVIN, R. 'Egocentric and objective time'. In: **Proceedings of the Aristotelian Society**, New Series, no. 99, 1999, pp. 19-36.

_____. 'A Puzzle Concerning Time Perception'. **Synthese**, v. 142, n. 1, 2004, pp. 109-142.

_____. **The images of Time**: An Essay on Temporal Representation. Oxford: Oxford University Press, 2007.

MCTAGGART, J. M. E. 'The Unreality of Time'. In: LE POIDEVIN, R.; & MACBEATH, M. (eds.). **The Philosophy of Time**. New York: Oxford University Press, 1993.

PEACOCKE, C. **A Study of Concepts**. Cambridge, MA: MIT Press, 1992.

PRIOR, A. N. **Past, Present and Future**. Oxford: Oxford University Press, 1967.

_____. **Papers on Time and Tense**. Oxford: Oxford University Press, 1968.

_____. 'Review of The Language of Time, by Richard Gale'. **Mind, New Series**, v. 78, n. 311, jul. 1969, pp. 453-460.

PYLYSHYN, Z. W. 'Situating vision in the world'. In: **Trends in Cognitive Science** 4, 2000, pp.197-207.

_____. 'Visual indexes, preconceptual objects, and situated vision'. In: **Cognition** 80, 2001, pp. 127-158.

_____. **Things and Places: How the Mind Connects with the World**. Cambridge, MA: MIT Press, 2007.

PYLYSHYN, Z. W.; STORM, R. W. 'Tracking multiple independent targets: evidence for a parallel tracking mechanism'. In: **Spatial Vision**, 3, no. 3, 1988, pp. 179-197.

QUINE, W. V. 'Identity, Ostension and Hypostasis'. **Journal of Philosophy**, v. 47, 1950, pp. 621-633.

_____. **Methods of Logic**: revised edition. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1959.

_____. **Word and object**. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1960.

_____. **Philosophy of Logic**. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1970.

_____. **From Stimulus to Science**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1995.

QUINE, W. V.; & ULLIAN, J. S. **The Web of Belief**. 2. ed. New York: Random House, 1978.

RECANATI, F. 'Singular Thought: in defense of acquaintance'. In: JESHION, R. (ed.). **New Essays on Singular Thought**. Oxford: Oxford University Press, 2010, pp. 141-189.

REICHENBACH, H. **The Philosophy of Space and Time**. Tradução de Maria Reichenbach e John Freund. New York: Dover, 1957.

REIMER, M. 'Demonstratives, Demonstrations, and Demonstrata'. **Philosophical Studies**, v. 63, n. 2, 1991, pp. 187-202.

_____. 'Descriptive Names and Singular Thought: Reflections on the Evans/Kaplan Debate'. In: GOODMAN, R.; GENONE, J.; & KROLL, N. (eds.). **Singular Thought and Mental Files**. Oxford: Oxford University Press, 2020, pp. 38-51.

RÖDL, S. **Self-Consciousness**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2007.

ROMDENH-ROMLUC, K. **Routledge philosophy guidebook to Merleau-Ponty and phenomenology of perception**. New York: Routledge, 2011.

_____. (ed.). **Wittgenstein and Merleau-Ponty**. New York: Routledge, 2017.

ROESSLER, J.; LERMAN, H.; & EILAN, N. (eds.). **Perception, Causation, and Objectivity**. Oxford: Oxford University Press, 2011.

ROSENBERG, A. **Philosophy of Science: A Contemporary Introduction**. 2. ed. New York: Routledge, 2005.

ROZEMOND, M. 'Evans on *de re* thought'. In: **Philosophia** 22, no. 3, 1993, pp. 275-298.

RUNDLE, B. **Time, Space, and Metaphysics**. Oxford: Oxford University Press, 2009.

RUSSELL, B. 'On Denoting'. **Mind**, v. 14, n. 56, out. 1905, pp. 479-493.

_____. **The Problems of Philosophy**. London: Williams and Norgate, 1912.

_____. 'On the Notion of Cause'. **Proceedings of the Aristotelian Society, New Series**, v. 13, 1913, pp. 1-26.

_____. 'Knowledge by Acquaintance and Knowledge by Description'. In: **Mysticism and Logic**. London: Unwin, 1949, pp. 209-232.

_____. **Portraits from Memory and Other Essays**. New York: Simon and Schuster, 1956.

SCELLENBERG, S. 'The particularity and phenomenology of perceptual experience'. In: **Philosophical Studies**, v. 149, 2010, pp. 19-48.

_____. 'Perceptual particularity'. In: **Philosophy and Phenomenological Research**, v. 93, n. 1, 2016, pp. 25-54.

_____. **The Unity of Perception: Content, Consciousness, Evidence**. Oxford: Oxford University Press, 2018.

SEARLE, J. **Speech Acts**: An essay in the philosophy of language. Oxford: Cambridge University Press, 1969.

_____. **Intentionality**: An Essay in the Philosophy of Mind. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

SELLARS, W. 'Empiricism and the Philosophy of Mind'. In: DEVRIES, W. A.; TRIPLETT, T.; & SELLARS, W. **Knowledge, Mind, and the Given**: Reading Wilfrid Sellars's "Empiricism and the Philosophy of Mind". Indianapolis: Hackett Publishing, 2000.

SHAHMORADI, A. **Reference, Representation-as, and Discrimination**. Tese (Doutorado em Filosofia) – University of California, San Diego, 2024. Disponível em: <<https://escholarship.org/uc/item/5hv9k2x2.pdf>> Acesso em: 25 dez. 2024.

SNOWDON, P. 'Strawson's Basic Particulars'. In: HEYNDELS, S.; BENGTSON, A.; & DE MESEL, B. (eds.). **P. F. Strawson and His Philosophical Legacy**. Oxford: Oxford University Press, 2024, pp. 59-78.

SOTERIOU, M. 'The Particularity of Visual Perception'. In: **European Journal of Philosophy**, v. 8, n. 2, 2000, pp. 173-189.

_____. 'The Perception of Absence: Space, and Time'. In: ROESSLER, J.; LERMAN, H.; & EILAN, N. (eds.). **Perception, Causation, and Objectivity**. Oxford: Oxford University Press, 2011, pp. 181-206.

SOUTIF, L. 'De Re Thought, Object Identity, and Knowing-Wh*'. **Analytica**, v. 16, n. 1-2, 2012, pp. 133-164.

_____. **Qu'est-ce qu'une pensée singulière?**. Paris: Vrin, 2021.

SOUTIF, L.; & MÁRQUEZ, C. 'Travis-Like Cases and Adequate Ideas: A Critical Notice of Bozickovic's *The Indexical Point of View*'. **Manuscrito**, v. 45, n. 3, 2022, pp. 23-52.

STRAWSON, P. F. 'Singular Terms, Ontology and Identity'. **Mind**, New Series, v. 65, n. 260, 1956, pp. 433-454.

_____. **Individuals**: An Essay in Descriptive Metaphysics. London: Methuen, 1959.

_____. **The Bounds of Sense**: An Essay on Kant's Critique of Pure Reason. London: Methuen, 1966.

_____. 'On Referring'. In: _____. **Logico-Linguistic-Papers**. London: Methuen, 1971, pp. 1-27.

_____. 'Perception and Its Objects'. In: NOË, A.; & THOMPSON, E. (eds.). **Vision and Mind: Selected Readings in the Philosophy of Perception**. Cambridge, MA: MIT Press, 2002, pp. 91-110.

TUGENDHAT, E. **Lições Introdutórias à Filosofia Analítica da Linguagem**. Tradução de Ronai Rocha. Ijuí: Editora Unijuí, 2006.

TUGENDHAT, E.; & WOLF, U. **Propedêutica Lógico-semântica**. Tradução de Fernando Augusto da Rocha Rodrigues. Petrópolis: Vozes, 1996.

VENDLER, Z. **Linguistics in Philosophy**. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1967.

VILLENA-GONZÁLEZ, M. & COSMELLI, D. 'Imagination and mind wandering: Two sides of the same coin? A brain dynamics perspective' In: **Creativity and the Wandering Mind**. Academic Press, 2020, pp. 93-120.

WESTPHAL, K. R. 'Hegel's Internal Critique of Naïve Realism'. **Journal of Philosophical Research** 25, 2000, pp. 173-229.

_____. 'Kant's Critique of Pure Reason and Analytic Philosophy'. In: GUYER, P. (ed.). **The Cambridge Companion to Kant's Critique of Pure Reason**. New York: Cambridge University Press, 2010, pp. 401-430.

WIGGINS, D. **Sameness and Substance Renewed**. New York: Cambridge University Press, 2001.

_____. 'On Being in the Same Place at the Same Time'. In: _____. **Continuants: their activity, their being and their identity**. New York: Oxford University Press, 2017, pp. 33-40.

WITTGENSTEIN, L. **Investigações Filosóficas**. Tradução de Carlos Bruni. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2000.

ZAHAVI, D. **Husserl's Phenomenology**. New York: Stanford University Press, 2003.